

THEOTONIO DOS SANTOS

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO **BRASIL**

DA COLÔNIA À CRISE DA "NOVA REPÚBLICA"

O autor realiza nesta obra um profundo estudo sobre a aventura de um país em desenvolvimento vivida pelo Brasil, no âmbito econômico e político, divulgada como promissora pelos seus políticos, mas suportada com sofrimento pelos brasileiros, desde a Colônia até a "Nova República". Escrito em dois momentos, um em 1972 e o outro em 1976, e atualizado posteriormente, o livro é um resumo da história ideológica do Brasil, sempre pintado como desenvolvimentista, em crescente evolução econômica, política e social, mas que na verdade nunca conseguiu dar um suporte adequado de bem-estar para seu povo.

Embora escrito no auge do chamado "milagre brasileiro" e no auge da ditadura militar, o autor conseguia, já naqueles momentos, entender como o povo brasileiro era ludibriado por índices do produto nacional, de crescimento e outras estatísticas manipuladas pelos governos nos últimos 15 anos.

Sendo assim, o livro desenvolve questões como: a formação colonial; a modernização e a crise da economia agroexportadora; a crise da industrialização; a ditadura militar como resposta conservadora; a crise do "milagre brasileiro"; a abertura política; a transição

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Theotonio dos

Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova
República / Theotonio dos Santos. – Petrópolis, RJ: Vozes,
1994.

ISBN 85-326-1170-2

1. Brasil – Civilização 2. Brasil – História I. Título.

94-0894

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Evolução histórica 981

THEOTÔNIO DOS SANTOS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO
BRASIL**

Da colônia à crise da “Nova República”



VOZES

Petrópolis
1995

© 1993, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Brasil

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
Avelino Grassi

COORDENAÇÃO INDUSTRIAL:
José Luiz Castro

EDITOR:
Antônio De Paulo

EDITOR DE ARTE:
Omar Santos

EDITORAÇÃO:

Editoração e Organização literária: Otaviano M. Cunha

Revisão: Revitec S/C

Diagramação: Josiane Furiati

Supervisão gráfica: Valderes Rodrigues

ISBN 85.326.1170-2

Oscar & Maria

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda. – Rua Frei Luís, 100.
Petrópolis, RJ – Brasil – CEP 25689-900 – Tel.: (0242)43-5112
Fax.: (0242)42-0692 – Caixa Postal 90023 – End. Telegráfico: VOZES
Inscr. Est. 80.647.050 – CGC 31.127.301/0001-04,
em julho de 1995.

SUMÁRIO

Prefácio à edição mexicana	9
Prefácio à edição brasileira	11
Introdução – Sobre o estudo de um país dependente	13

PRIMEIRA PARTE

DA COLÔNIA À DITADURA MILITAR: AS RAÍZES DA DEPENDÊNCIA

I – A formação colonial	21
1. O caráter da colonização	21
2. A estrutura socioeconômica colonial	24
II – A modernização da sociedade agroexportadora	31
1. A expansão do comércio mundial	32
2. A estrutura de classes	35
3. O Estado, os partidos e a ideologia	40
III – A crise da economia agroexportadora e a industrialização ..	45
1. A crise da economia agroexportadora	46
2. A industrialização como processo	48
3. O Tenentismo, a Revolução de 30, o Estado Novo e a Nova Institucionalização	55
4. O populismo e a aliança de classes	61
5. O nacionalismo: ideologia da industrialização	65
IV – A crise da industrialização substitutiva e a ameaça revolucionária	71
1. A industrialização e o capital estrangeiro	71
2. O fracasso do nacionalismo como política econômica ..	78
3. O fracasso do nacionalismo como ideologia e a radicalização política	86

V – A resposta conservadora: A ditadura militar e o fascismo	95
1. A lógica do governo militar	95
2. As bases do modelo econômico e político do regime	101
3. O “milagre econômico” brasileiro	107
4. A procura de mercado externo e o imperialismo	114
5. O modelo político-ideológico e a busca de consolidação do regime	123
6. A oposição: do golpe militar até o “milagre econômico”	130

SEGUNDA PARTE

A CRISE DA DITADURA: DESCOMPRESSÃO CONTROLADA, ABERTURA POLÍTICA, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E CRISE DA NOVA REPÚBLICA

VI – A crise do “milagre brasileiro”	161
1. A importância do tema	161
2. A localização histórica do “milagre econômico”	163
3. A proposta programática do “milagre econômico”	166
4. Os anos do “milagre”	169
5. A crise do “milagre econômico”	178
VII – A crise da ditadura	185
1. A importância do tema	185
2. Um balanço necessário do regime ditatorial	186
3. Características da crise do regime ditatorial	194
4. A profundidade da crise	199
5. As perspectivas da crise e o início da abertura política	204
VIII – Da descompressão controlada à abertura política	209
1. As condições internacionais	209
2. Nacionalismo militar versus globalização	215
3. Direitos humanos, democracia e globalização	222
4. Democracia, industrialização e tecnocracia	229
5. Direitos humanos, democracia e neoliberalismo	234
6. Da abertura à transição democrática: razões de uma mudança estratégica	239
IX – Da abertura política à transição democrática	245
1. Os primeiros passos da abertura política	245

2. As marchas e contramarchas da reforma partidária	250
3. As eleições de 1982 e a crise do modelo econômico	256
4. O movimento das “Diretas Já” e a escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.	264
5. A morte de Tancredo Neves, o governo Sarney, o Plano Cruzado e a Constituinte de 1986.	270
X – Da transição democrática à crise da Nova República: de Tancredo a Fernando Henrique.	273
1. Auge e fracasso do Plano Cruzado	273
2. O avanço popular e a resposta da direita: Fernando Collor .	277
Bibliografia básica	297

PREFÁCIO À EDIÇÃO MEXICANA

Este livro reúne dois trabalhos do autor, redigidos em diferentes períodos da aventura econômica e política a que se submeteu o povo brasileiro nos últimos 15 anos. O primeiro é um resumo da evolução histórica do Brasil desde a Colônia até os nossos dias. Foi escrito em 1972, quando ocorria o auge do chamado “milagre brasileiro”. Como verão os leitores, não nos intimidamos pelas estatísticas que os publicistas do governo acumulavam para ludibriar o povo brasileiro. Já eram evidentes as contradições internas que se encerravam nos elevados índices de crescimento que apresentava o produto nacional deste período. Vendo as coisas a partir de um ponto de vista histórico, como o trabalho que se publica neste livro, era fácil prever os limites das vitórias financeiras e econômicas da ditadura militar.

O segundo trabalho foi escrito em 1976, quando já fora declarado o fim do “milagre econômico” e se acrescentaram mais elementos para as provas estatísticas que demonstravam o grande fracasso que este encerrava nos seus elementos essenciais.

A divulgação destes textos busca ajudar uma luta ideológica que se desenvolve no continente entre os defensores do grande capital internacional e os defensores dos interesses populares. Explicar a forma mais descarada de desenvolvimento capitalista dependente que ocorre na América Latina ajudará a desnudar as formas menos abertas que assume este desenvolvimento em outras partes e, ao mesmo tempo, proporcionará elementos para uma política alternativa inspirada nos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

México, dezembro de 1977

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Este livro foi escrito originalmente para o público norte-americano, em 1972, quando a confiança na economia de mercado e na livre empresa estava no seu auge e o Brasil era apresentado como um dos seus principais exemplos de êxito. Em 1977, foi revisto para o público mexicano, interessado em compreender o fracasso do “milagre econômico” brasileiro, que havia substituído exatamente o “milagre mexicano” dos anos 50 e parte dos 60. Agora o revisamos, quando os milagres da economia de mercado se deslocaram para os “tigres-asiáticos” e para o Japão e a Europa, que despontam como grandes fenômenos das décadas de 80 e de 90.

Sobre o Brasil, contudo, podemos ser mais serenos no momento atual, pois o que existe é uma enorme perplexidade sobre seu destino. Talvez num momento assim, livre da pressão da propaganda ideológica e dos esforços laudatórios da grande imprensa e dos meios de comunicação, possamos encontrar o tom adequado para analisar as linhas mestras de nossa história e, portanto, do nosso futuro.

Devemos assinalar que a revisão do livro se faz sobretudo para atender às linhas editoriais da Westview Press, nos Estados Unidos, mas despertou também bastante interesse nos meios editoriais brasileiros, na busca de uma revisão histórica do Brasil mais em dia com as grandes mudanças que se delinearam com a queda da ditadura militar.

Introdução

SOBRE O ESTUDO DE UM PAÍS DEPENDENTE

Para estudar a evolução histórica da estrutura socioeconômica e política do Brasil tem-se que, primeiramente, discutir um certo número de questões metodológicas, que nos permitam nos aproximar corretamente do nosso objetivo, isto é, um país dependente.

A realidade dos chamados países do Terceiro Mundo e particularmente da América Latina não se pode entender fora do processo de expansão do capitalismo europeu que essencialmente modificou a vida destes espaços geográficos, aí realizando mudanças totalmente incompatíveis com o desenvolvimento natural de sua população indígena.

Estas mudanças foram determinadas, em primeiro lugar, pelas necessidades da Europa capitalista que, devido à sua superioridade tecnológica, política e militar, conseguiu adaptar estas economias a seus fins e pode transmigrar populações desde a Europa para o Terceiro Mundo, desde a África para a América, etc., e movimentar capitais e recursos de todos os tipos para realizar os seus planos.

A história dos países que foram objeto desta gigantesca aventura não se pode entender senão sob este ponto de vista. Todos eles viveram experiências mais ou menos comuns e se ajustaram a esta situação, segundo as suas possibilidades internas, a composição de forças que criaram no seu interior e a sua posição no sistema internacional do qual faziam parte.

O objetivo fundamental deste sistema internacional era a obtenção de riquezas e lucros para os grupos dominantes dos países centrais. No período da Colônia, a Europa comercial e

manufatureira demandava metais preciosos e produtos agrícolas tropicais que não podia produzir. No século XIX a Europa capitalista industrial pedia matérias-primas para as suas fábricas e produtos agrícolas para seus trabalhadores e para sua população urbana. Ao mesmo tempo, necessitava de mercado para seus produtos manufaturados. No século XX os Estados Unidos, a Europa e posteriormente o Japão necessitam de mercados para seus capitais excedentes, suas maquinarias, etc., e ainda demandam matérias-primas, produtos agrícolas e alguns produtos industriais.

A história das economias e sociedades dependentes se divide entre as pressões para se ajustar a essas demandas e as tentativas de escapar a esta sorte. As que melhor se ajustaram, por diferentes razões históricas, viveram grandes auges econômicos que, entretanto, não permitiram que iniciassem um processo autônomo de crescimento e se submeteram, em geral, a uma sorte ingrata quando as suas riquezas se esgotaram ou quando mudou a orientação da demanda dos centros dominantes.

Em todos os casos, mesmo nos períodos de grande auge e riqueza, os povos dependentes estiveram numa situação de desvantagem. A expropriação intensiva da riqueza destas regiões exigia a exploração intensiva dos trabalhadores, obrigando-os a alcançar o máximo de produtividade nas condições tecnológicas da época, ao mesmo tempo mantendo uma baixa qualidade na sua alimentação com uma insuficiente reposição energética.

Produção especializada para o mercado internacional, exploração intensiva da mão-de-obra e baixa remuneração formam um trio constante da dependência, que necessariamente se complementa, no período colonial e no período do século XIX, com a repressão e a submissão da mão-de-obra pela força.

Esta última característica é uma constante de grandes efeitos estruturais. Apesar de que as economias dependentes tenham sido sucessivamente dominadas pelos setores de ponta do capitalismo, elas não se ajustaram ao modo de produção mais avançado de cada período e sim, ao contrário, recorreram a regimes de trabalho mais atrasados.

As razões são muitas, mas uma é predominante. O capitalismo mercantil desenvolveu na Europa as manufaturas modernas e, na América, a escravidão e a servidão, porque tinha que obrigar a mão-de-obra a aceitar o trabalho disciplinado e perigoso das minas ou das plantações, em vez de cultivar as terras abundantes e sem dono ao seu redor. Os indígenas do planalto andino resistiram por anos, os da selva brasileira também; as populações trazidas da África, apesar do desconhecimento da região, conseguiram em muitos casos escapar e formar as suas aldeias autônomas ou “quilombos”. Instituir uma coesão puramente econômica e organizar um mercado livre de trabalho em tais condições era absolutamente impossível. Somente a força poderia obrigar esta mão-de-obra a se submeter.

Assim, a América criou, no seio do capitalismo e a seu serviço, economias baseadas em regimes de trabalho superados séculos antes. Assim também a América Latina, o Caribe e o sul dos Estados Unidos (até a Guerra da Secessão) criavam uma riqueza que servia, no exterior, às burguesias e às monarquias européias, e, no interior, a uma nova oligarquia. Estas economias, apesar de não criarem um modo de produção próprio, geravam estruturas de classes e políticas que podemos denominar de formações socioeconômicas dependentes.

A dependência, como se pode ver, não é a relação de uma economia nacional nativa com uma economia que a submete, mas sim é uma relação básica que constitui e condiciona as próprias estruturas internas das regiões dominadas ou dependentes.

Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta *situação condicionante*, que estabelece o marco para o seu desenvolvimento e para as respostas diferenciadas que elas oferecem, sempre submetidas aos estímulos produzidos pela economia e sociedade dominantes. Entretanto, em última instância, elas não estão *determinadas* por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõem. É o caráter destas forças

internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam.

Deve-se ter bem claro que somente o capitalismo industrial e parte do seu antecessor (o capitalismo comercial dos séculos XVI e XVII) conseguiram criar uma relação de domínio suficientemente forte para gerar sociedades dependentes. Deve-se diferenciar as relações de interdependência entre povos e nações, ou ainda, situações de relativa submissão entre nações ou povos, desta nova situação histórica, na qual as demandas da nação dominante são suficientemente fortes para levar a uma reorganização fundamental das economias dominadas, fazendo-as estruturalmente dependentes.

Para entender as estruturas produtivas, de classe, políticas ou culturais das sociedades dependentes, deve-se partir desta economia mundial, e somente através do seu entendimento pode-se explicar a sua história e a sua natureza.

Este trabalho procura oferecer ao leitor uma imagem geral do desenvolvimento da sociedade brasileira, partindo destas premissas metodológicas. Trata-se de analisar as estruturas econômicas, de classe, políticas e culturais do Brasil, tal como elas aparecem no contexto do desenvolvimento da economia mundial.

Ao mesmo tempo, estas estruturas são analisadas a partir de uma perspectiva histórica que permite esclarecer a sua verdadeira natureza, explicando realidades que são aparentemente inexplicáveis, acidentais ou pretensos produtos de idiossincrasias nacionais, de orientações culturais, de origens raciais, etc. Por isso preferimos organizar nossa exposição a partir de uma perspectiva histórica, que facilitará a orientação e localização do leitor. Dividimos nosso estudo de acordo com as grandes etapas históricas que são determinadas a partir das mudanças estruturais no sistema internacional capitalista. Privilegiamos, contudo, o período atual.

O conhecimento da evolução socioeconômica do Brasil é de importância vital para a compreensão do mundo atual, por duas razões principais:

Primeiramente porque o Brasil é um dos países mais extensos do chamado Terceiro Mundo – o maior, depois da

China Socialista. Ele é também uma das maiores concentrações de população. Sua importância estratégica se evidencia ainda mais se considerarmos a sua posição geográfica que domina o lado ocidental do Atlântico Sul, em frente à África, e o fato de que tem fronteiras com todos os países da América do Sul, com exceção do Chile e Equador. Seu moderno desenvolvimento industrial o converteu numa potência média e deu origem, durante um período, a aspirações subimperialistas sobre o conjunto do Atlântico Sul, ao procurar se converter no intermediário privilegiado do domínio imperialista norte-americano e europeu sobre esta região. Por todos estes fatores, a história deste fim de século, e sobretudo do próximo, estará fortemente condicionada pelo que passe neste país.

Em segundo lugar, a evolução socioeconômica do Brasil representa em muitos momentos, devido às grandes possibilidades do país, um modelo das formas extremas a que pode chegar o domínio imperialista e o desenvolvimento dependente. Na colônia, teve uma posição privilegiada na produção do açúcar, e o ouro de suas minas teve um papel fundamental no financiamento da Revolução Industrial. A partir do final do século XIX, teve o monopólio da oferta mundial do café e, em um curto período, da borracha. Na metade do século XX, desenvolveu uma indústria de base com intensa participação do capital estrangeiro, chegando muito mais além do que qualquer outro país latino-americano. Apesar de todas estas oportunidades, dos seus enormes recursos e de sua extensão, o Brasil não pôde quebrar as barreiras da dependência e do subdesenvolvimento nos seus 500 anos de história.

Este fato histórico sempre representou um grande desafio ao pensamento político e social brasileiro, que vive obstinado pelo fracasso histórico deste “gigante deitado eternamente em berço esplêndido”, como diz (ou dizia!) o hino nacional.

Este marco existencial permitiu ao pensamento social brasileiro colaborar em grande medida na criação e no aperfeiçoamento de uma teoria do subdesenvolvimento e da dependência, que se fez necessária para explicar a dolorosa situação do Terceiro Mundo e ajudar na sua mudança.

Ao gerar um importante proletariado, cuja inquestionável presença política na vida do país impressionou um setor da

intelectualidade, a realidade brasileira permitiu a aparição de uma crítica radical das teorias dominantes do desenvolvimento, cuja inspiração era antes predominantemente burguesa.

Por estas últimas razões, a análise da evolução histórica do Brasil se converte num momento essencial da elaboração de uma teoria correta do subdesenvolvimento e da dependência, como também da revolução social que marca a história presente do Terceiro Mundo. Uma apresentação mais ampla de nossas idéias sobre o tema deste prefácio encontra-se em Dos Santos 1978B.

PRIMEIRA PARTE

DA COLÔNIA À DITADURA MILITAR: AS RAÍZES DA DEPENDÊNCIA

A FORMAÇÃO COLONIAL

1. O caráter da colonização

Para entender o período colonial brasileiro é necessário explicar o caráter do capitalismo mercantil, que deu origem aos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI e organizou a colonização das terras encontradas.

A expansão da Península Ibérica em direção ao mundo africano, e posteriormente americano, tinha a indiscutível liderança de Portugal que, além de dominar grande parte das Ilhas Atlânticas, conseguiu descobrir o caminho marítimo para as Índias, objetivo central das incursões marítimas. A dinastia dos Avis, em Portugal, conseguiu formar o primeiro Estado monárquico altamente centralizado da Europa e se lançou sistematicamente no restabelecimento do rico comércio com as Índias, cujo caminho terrestre foi cortado pelos Árabes.

Este fato revela o papel fundamental que desempenharam Portugal e, posteriormente, Espanha na formação do mundo contemporâneo. Ao obter proveito das práticas mercantis antes que os outros europeus, ao contarem com uma forte concentração interna e externa de capitais, ao reunirem os conhecimentos científicos e tecnológicos da época, estes países conseguiram abrir ao ocidente europeu um vasto império econômico, cujo fruto final recolheriam, séculos depois, Holanda, França e Inglaterra, sobretudo.

O caráter da expansão marítima era principalmente comercial. Tratava-se de contatar a China e a Rota da Seda através do seu ponto mais próximo, o rico centro comercial hindu e o Oceano Índico, e reorientar o seu comércio com a Europa, que se realizava até então através do continente, – através uma via

marítima. Os postos comerciais, defendidos pelos seus fortes, eram as principais formas de exploração terrestre.

Entretanto, era muito diferente a situação na maior parte da África e sobretudo nas Ilhas Canárias, como também em grande parte das terras da América. Nestes lugares, expropriou-se os povos indígenas mais ricos ou realizou-se um processo de troca absolutamente desigual entre os produtos de civilizações completamente distintas (um objeto de ouro se trocava por um objeto de aço europeu, sem nenhuma lei de valor regulando este intercâmbio). Com o tempo, foi-se demonstrando a conveniência de estabelecer ali centros produtivos sob administração européia.

A passagem das relações puramente mercantis à produção colonial teve que variar segundo as particularidades regionais. Eram necessários dois tipos de produtos: minerais preciosos e produtos tropicais não existentes na Europa. Isto determinou a eleição das regiões para onde o colonizador se moveu, segundo seus conhecimentos e os recursos técnicos da época.

O segundo condicionador da produção colonial foi a mão-de-obra. Onde existia populações indígenas organizadas, capazes de produzir os metais ou os produtos tropicais, a tarefa fundamental era submetê-las e organizá-las para que trabalhassem para o colonizador. Tratava-se de destruir a antiga organização indígena ou ajustá-la às novas necessidades, o que levou à destruição física de milhões de indígenas.

Havia uma grande disposição para experimentar soluções novas, sem deixar de considerar os precedentes históricos dos impérios antigos e medievais, o que só permitiu alcançar uma certa estabilidade em meados do século XVI. Tratava-se sobretudo de conseguir um sistema de mobilidade de vastas populações para o trabalho mineiro ou em fazendas, sem destruir completamente uma economia de subsistência necessária e uma organização comunal mínima, que funcionava sobretudo como reserva de mão-de-obra.

O caso que mais nos interessa é, entretanto, onde faltava mão-de-obra, como no Brasil. Os indígenas brasileiros eram excessivamente atrasados em sua experiência de trabalho disciplinado e demasiado rarefeitos para servir de base a uma economia rural estável.

O recurso inicial que utilizaram os portugueses foi a escravidão dos indígenas, combinada com a utilização de portugueses degradados. Esta solução se mostrou muito limitada e se abriu uma fantástica e terrível etapa histórica de deslocamento da população africana para a América, utilizando e intensificando até o limite máximo o velho comércio escravista árabe na África.

Este comércio transformou-se num dos mais importantes negócios do capitalismo mercantil, que superava os lucros das atividades produtivas. Como assinalou Karl Marx, o comércio de escravos, que ficou sob o domínio inglês no século XVII, foi uma das bases fundamentais da acumulação originária de capitais que permitiu o surgimento do moderno modo de produção capitalista.

Qualquer que fosse a solução encontrada, seja a organização de comunidades indígenas, das quais a Coroa cobrava tributos; ou a entrega das populações locais ao domínio dos “encomenderos”, aos quais a Coroa concedia o direito de exploração dos indígenas, das minas e das terras; ou através da escravidão pura e simples de africanos e, em alguns casos, de indígenas, todos os regimes de trabalho adotados tiveram um caráter servil e forçado. Nas colônias não pôde se criar um mercado livre de trabalho, apesar das amplas motivações capitalistas que orientaram a sua formação.

A razão fundamental disto era a existência de terras abundantes, o que normalmente conduziria à exploração individual, familiar ou comunitária, se a mão-de-obra existente não fosse *forçada* a trabalhar nas empresas mineiras ou agrícolas, dos senhores europeus ou dos “criollos”. Aquela alternativa mais progressista ocorreu na colonização, quase independente e “privada”, do norte dos Estados Unidos, séculos depois.

No Brasil, os africanos demonstraram esta tendência natural ao escaparem das fazendas para formarem comunidades próprias, os “quilombos”, entre os quais o mais famoso foi Palmares, que teve aproximadamente 20.000 habitantes, sobreviveu mais de meio século e estabeleceu vínculos comerciais poderosos com as cidades do nordeste, até ser destruído totalmente pelas tropas “paulistas” em 1694.

Como dissemos, três são as características fundamentais das formações socioeconômicas coloniais:

- 1) As sociedades coloniais são um produto de fortalecimento e expansão do poder monárquico e estão organizadas e administradas por ele. A terra, as minas e as populações nativas das colônias legalmente pertenciam ao rei. Também o direito de comerciar com as colônias era monopólio legal da Coroa. As burguesias mercantis se achavam sob a sua proteção e tinham que pagar altos tributos pelas concessões monárquicas para que explorassem as riquezas coloniais.
- 2) Todo o rico comércio e a enorme produção colonial eram um monopólio da Coroa, que cedia, em troca de um alto tributo, sua exploração a particulares, quando não podia ela mesma fazê-lo. Este monopólio incluía a mão-de-obra indígena, o que indica o segundo aspecto das formações socioeconômicas coloniais: o trabalho era necessariamente servil (no caso do Brasil, Caribe e sul dos Estados Unidos, era escravo), não por tradicionalismo, e sim por ser funcional, audaz e “empreendedor” ajuste às necessidades da produção colonial.
- 3) O terceiro aspecto essencial destas formações é a determinação externa da sua produção, destinada a atender às necessidades do mercado colonizador europeu. O Brasil passa por vários ciclos de produção no período colonial, sendo os principais: o pau-brasil, no século XVI, o açúcar e o ouro, nos séculos XVII e XVIII, seguindo uma sucessão histórica mais ou menos rígida. Esta economia é necessariamente monoprodutora, organizada em enormes extensões de terra cedidas pela Coroa, em usufruto dos nobres locais, sob a forma de grandes unidades produtoras, baseadas na mão-de-obra escrava e servil (Sobre esta estrutura social ver sobre tudo Freyre, Gilberto, 1936, e Prado Júnior, 1945).

2. A estrutura socioeconômica colonial

Podemos tentar uma descrição geral da estrutura socioeconômica colonial e do seu caráter como monoprodutora, exportadora, latifundiária e escravista, cujas causas históricas

já discutimos no item anterior (o melhor estudo sobre a economia colonial encontra-se em Caio Prado Júnior, 1945).

A estrutura produtiva que se forma encontra-se, como já dissemos, condicionada às características do mercado europeu, ao qual atendia. A tecnologia empregada, a base financeira, as modalidades de comércio estavam profundamente condicionadas às características da tecnologia, financiamento e comércio europeus. Poucas vezes se adotaram pautas locais, no campo da produção e circulação, e quando isto aconteceu deveu-se a particularidades geográficas ou climáticas insuperáveis. Assim, a produção assumiu um caráter extensivo, para atender à fome de metais preciosos e de produtos tropicais que tinha a Europa. Amplas regiões foram devastadas, produziu-se um terrível desequilíbrio ecológico, regiões de produção ou caça e pesca dos indígenas foram-lhes tomadas violentamente e novas doenças lhes foram transmitidas – ocasionando uma espantosa mortalidade, a qual reduziu a menos da metade a população indígena do Brasil.

A fazenda de açúcar era a unidade produtiva básica da civilização criada no nordeste do Brasil, nos séculos XVI e XVII. A maior parte da produção destinava-se ao mercado europeu. As mercadorias estavam sob o controle dos comerciantes portugueses, que tinham a concessão da Coroa, do mesmo modo que os senhores de terra tinham a concessão para usar as terras da Coroa.

Os frutos do intercâmbio externo se destinavam, em grande parte, a importar escravos da África, com o objetivo de manter ou aumentar a produção (quase 50% do valor dos produtos exportados se utilizava para a importação de escravos) ou a importação de produtos de luxo, para o consumo da classe dominante (desde pianos até roupas da moda ou os poucos livros que aqui chegavam), como também máquinas, peças, materiais de construção e outros bens necessários para novas inversões.

Para alimentar, abrigar e vestir estes núcleos dedicados à produção exportadora teve-se que criar uma base produtiva local. Ao lado do açúcar, produzido na Zona da Mata, desenvolveu-se a produção do gado no sertão nordestino e, dentro

da fazenda, uma ampla produção de autoconsumo. Um pequeno artesanato completava o quadro econômico, ao lado dos portos e zonas urbanas (Recife e Olinda, principalmente), dedicados ao comércio e atividades administrativas (os dois estudos clássicos desta sociedade são os de Gilberto Freyre, 1936 e 1951). Engenhos de açúcar, pecuária, centros urbanos para o comércio interno e sobretudo externo e para o controle administrativo formavam assim o mundo colonial do período.

Nos séculos XVII e XVIII o descobrimento de ouro em Minas Gerais recuperou a economia do país, que estava em decadência devido à competição do açúcar caribenho. O ouro das Minas Gerais, junto com a exploração de diamantes, fez com que se desenvolvesse uma rica civilização no interior das montanhas, cujo poder de compra criava um grande mercado interno.

A atividade mineira, além de ser mais especializada e demandar um grande número de produtos, criou um amplo aparelho administrativo para controlar o imposto sobre o ouro. Estimulada pelas minas, desenvolveu-se não somente a pecuária, como também uma agricultura, um grande artesanato urbano, o comércio e um grande aparato de serviços urbanos.

Como em outras partes da América Latina, neste período houve um forte impulso à produção manufatureira. A Coroa impôs contudo impedimentos radicais a tais tendências, proibindo com pena de morte a criação de qualquer indústria. O imposto cobrado sobre o ouro provocou protestos violentos e deu origem aos primeiros movimentos libertários do Brasil, como o de Filipe dos Santos e o de Tiradentes no século XVIII. Porém, as minas começaram a se esgotar no final do século XVIII, e a rica civilização por elas engendrada entrou num melancólico período de decadência (uma visão deste período encontra-se em Boxer, 1962).

No contexto desta monoprodução, que gerava economias complementárias altamente sensíveis às suas variações, a classe dominante que se forma é essencialmente dependente das suas matrizes européias. Lá não estão somente os centros jurídico e administrativo da Coroa, como estão também os centros comerciais e financeiros que controlam a demanda dos produtos, assim como a oferta do braço escravo.

Não há dúvida, entretanto, que no final do século XVIII e começo do XIX o monopólio exercido pela Coroa e os comerciantes portugueses sobre o comércio colonial entrou em franca decadência. Devido às facilidades criadas pela riqueza comercial e ao alto poder de compra dela derivado, a produção de Portugal entrou em decadência, convertendo o país num simples intermediário entre os produtos brasileiros e de outras colônias e os produtores europeus, sobretudo os ingleses.

Em tais condições, o monopólio português se converteu numa pesada carga para a burguesia agrária e comercial do Brasil. O comércio de contrabando permitia superar em parte esta situação. A Inglaterra, sobretudo, estava em condições de oferecer melhores preços de seus produtos devido ao seu desenvolvimento industrial e a possibilidade de escapar não somente aos trâmites e aos impostos da Coroa, como também aos lucros dos intermediários, comerciantes e financistas portugueses.

No princípio do século XIX, no Brasil como em quase toda a América Latina, a tendência a negociar diretamente com a Inglaterra fazia quebrar em pedaços o domínio da Coroa e dos comerciantes ibéricos. Faltava um ato público para transformar em realidade total esta tendência histórica. No Brasil, foram condições muito especiais que orientaram esta transição. Com a invasão de Portugal por Napoleão, o rei Dom João VI abandonou seu país em novembro de 1807 e transferiu sua corte para o Brasil em 1808, convertendo-o no centro do Império.

Os ingleses, que não somente inspiraram este ato, como também garantiram a fuga do rei, aproveitaram para conseguir a total abertura dos portos brasileiros a seus produtos. O rei assinou imediatamente estes e outros decretos que criaram na prática uma independência real do Brasil com relação a Portugal e uma nova dependência com relação à Inglaterra.

Ao voltar para Portugal, em 1821, o rei deixou o seu filho como regente do então Reino Unido do Brasil; pois, como tudo indica, previa sua próxima independência.

Pressionado por um forte movimento independentista, no qual surgiam frações republicanas revolucionárias e diante da

reação da burguesia comercial portuguesa que tentava restabelecer o domínio comercial e político sobre o Brasil, o próprio regente, Dom Pedro, declarou a independência do país em 1822, e passou a governá-lo como seu imperador, criando-se um Estado monárquico constitucional, seguido de um período de crises e ajustes no qual Dom Pedro I renunciou ao trono em favor do seu filho, Dom Pedro II, em 1831. A guerra civil continuou até 1840, quando foi declarada a maioridade de Dom Pedro II, que tinha somente 15 anos.

Esta modalidade particular de independência permitiu à antiga oligarquia rural, composta pelos grandes proprietários e empresários agrícolas, além dos grandes comerciantes exportadores, manter o controle total do novo Estado, convertendo-se na nobreza de um Estado monárquico e contando com o mais amplo apoio da Inglaterra.

Esta criação aparentemente pacífica (acompanhada de uma perseguição radical às forças republicanas dos pequenos artesãos e comerciantes que se revoltaram em fortes movimentos republicanos em 1817 e nas guerras civis de 1831 a 1835) do novo Estado monárquico assegurou a consolidação do regime de trabalho escravo por um longo período, de mais de 66 anos, quando a própria monarquia, seguindo pressões inglesas, o aboliu, no final do século XIX, em 1888, um ano antes da sua queda.

O trabalho escravo continuou por muito tempo sendo a base do regime, o qual se explica pela falta de mão-de-obra, como também pela abundância de terras utilizáveis, às quais, como vimos, se dirigiria a mão-de-obra, se fosse permitida sua liberdade. O rico comércio de escravos continuou até a metade do século XIX, quando deixou de interessar aos ingleses.

O assentamento da sociedade colonial na escravidão permitiu que o seu caráter dependente constituísse a base da produção interna, impedindo o amplo desenvolvimento do mercado interno, do trabalho assalariado e dos capitais. Isto se somava ao monopólio do comércio, da terra e da administração que estabelecia a Coroa, e que também impedia o desenvolvimento do capitalismo.

As relações de produção escravista, mesmo sendo modernas e localizadas no contexto da expansão capitalista mundial,

impediam o estabelecimento de um regime de produção capitalista que permitisse o pleno desenvolvimento das forças produtivas do país.

As manufaturas que se instalaram, se assentaram também no trabalho escravo e não puderam dar o passo na direção da grande fábrica moderna, sobre a qual se desenvolveu o sistema de produção capitalista. Somente na segunda metade do século XIX e particularmente com o fim da escravidão, em 1888, o país passou por um importante mas ainda precário processo de industrialização.

Ao mesmo tempo, a estrutura colonial criou o latifúndio (sobre a permanência do latifúndio, ver Passos Guimarães, 1968), no qual se baseava a riqueza da classe dominante. Tratava-se originalmente de uma forma pré-capitalista de propriedade da terra, a qual era totalmente de propriedade da Coroa e cedida aos usuários como atributo de sua nobreza. Com a Independência, somente houve uma evolução dessa forma pré-capitalista de propriedade, criando-se uma nova relação jurídica, que assegurava não somente a posse como também a propriedade da terra ao senhor rural, dando-lhe as condições jurídicas para se converter em um proprietário capitalista (que dispõe livremente de seus bens, conversível em dinheiro ou em capital ou em novas inversões).

O passo final nesta direção demorou algum tempo, o que limitou enormemente o desenvolvimento do mercado de capitais. Passou-se então por um período de conquista de novas regiões agrícolas e de colonização do país, que abriu a propriedade rural a não-nobres e criou as bases de uma sociedade mais moderna. Somente na segunda metade do século XIX assistiremos a este processo de modernização, que criou as condições do desenvolvimento capitalista no país.

A MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE AGROEXPORTADORA

O período que vai desde a independência política, em 1822, até a Guerra Mundial de 1914-1918, se caracterizou pela expansão da economia exportadora com bases mais modernas, até que, no final do século XIX, este processo se cristalizou totalmente numa sociedade oligárquico-exportadora do tipo liberal, mas autoritária, profundamente ligada ao capital monopólico inglês e depois norte-americano.

O conjunto das mudanças socioeconômicas realizadas neste período pode ser designado como um processo de modernização cujas características fundamentais são as seguintes:

- 1) Abriu-se o comércio do país ao mercado mundial (particularmente ao inglês), fundamentando-o num intercâmbio baseado no valor (com relações desiguais, devido a razões que veremos posteriormente), e orientado pela doutrina do livre câmbio. A luta que se deu neste período, entre a doutrina liberal e o protecionismo, terminou com a vitória da primeira e a consolidação da burguesia agrário-exportadora, cujos interesses se confundiam com o imperialismo inglês, neste momento em plena ascensão.
- 2) Não obstante a sobrevivência das relações escravistas até 1888, o capital industrial inglês já vinha pressionando, primeiramente para acabar com o comércio de escravos, e depois com a própria escravidão, chegando-se a implantar, ao final do século, uma mistura de regime salarial capitalista e relações de trabalho semi-servis, como a meia, o colonato, a parceria, etc. Criaram-se então as bases de um mercado de trabalho no qual a importação de emigrantes europeus em

alta escala aos cafezais de São Paulo veio substituir a importação dos escravos e os trabalhadores negros expulsos para as zonas urbanas. O conteúdo racista desta emigração ficou muito claro nos debates da época.

Ao mesmo tempo surgiu um mercado de capitais, o qual se liberou da sua dependência da compra de escravos e de terras e passou a mover-se mais livremente em busca de investimentos industriais, comerciais e de serviços.

- 3) Apesar do caráter conservador da classe dominante, devido ao fundamento arcaico do seu poder, a superestrutura jurídica e política teve que se modernizar e se ajustar, com importantes adaptações às necessidades de uma sociedade liberal-burguesa. A implantação da República, a ascensão do positivismo como doutrina básica da classe média emergente, a separação entre a Igreja e o Estado, o desenvolvimento da educação pública, etc., formaram um conjunto de questões vitais para a adaptação da superestrutura às novas condições de uma economia que, apesar de se modernizar nas suas relações de trabalho, continuou sendo agrário-exportadora e não pôde superar o seu caráter dependente.

Vamos estudar cada um destes pontos mais detalhadamente:

1. A expansão do comércio mundial

A queda da produção de ouro no final do século XVIII originou uma procura de novos produtos exportáveis. O algodão, a cana-de-açúcar em recuperação e depois o café foram os substitutos de um comércio que passou por uma grave crise nas primeiras décadas do século. O Brasil era o principal exportador de algodão para a Inglaterra, ao lado dos Estados Unidos (em 1800 exportava 30 mil sacas, enquanto que os Estados Unidos exportavam 40 mil), perdendo rapidamente a sua posição (em 1807 exportava 19 mil, enquanto que os Estados Unidos exportavam 171 mil). Também o açúcar sofreu uma forte competição cubana.

Somente na segunda metade do século XIX o Brasil retomou um importante crescimento econômico, baseado no café,

que veio a representar quase 60% das exportações do país. Ao mesmo tempo, alcançava uma posição excepcional no mercado mundial: na metade do século XIX a exportação brasileira de café correspondia a quase 50% da exportação mundial deste produto: em 1900 esta porcentagem se elevava a 75%.

No começo do século dá-se um importante auge exportador de borracha, que existia na região amazônica e que posteriormente foi transplantada pelos ingleses para outras regiões. Também aumentou a exportação de cacau para a fabricação de chocolate.

Dada a nova conjuntura no mercado mundial, a balança comercial começou a apresentar um saldo positivo desde 1868, permitindo uma grande reserva financeira, aumentada pela abolição das dispendiosas compras de escravos.

O capital inglês, que na primeira metade do século XIX procurou controlar o país através de empréstimos ao governo e a particulares, que tinham por objetivo cobrir os déficits da balança comercial, muda as suas relações com o Brasil na segunda metade do século, incursionando nos setores de transporte, serviços públicos, energia elétrica, comunicações, etc., procurando aproveitar as reservas financeiras do país, geradas pelo superávit que passa a existir na balança comercial, o qual permite ao Brasil comprar ferrovias, aço e maquinarias da Inglaterra, além das clássicas importações de produtos de luxo.

Tudo isso permite um certo desenvolvimento industrial; o mercado de capitais começa a se organizar e se desenvolve o sistema bancário. O clima geral leva a uma euforia da classe dominante. Tudo indicava que se podia confiar no liberalismo econômico como fundamento do desenvolvimento.

O monocultivo de café, ao orientar o país para a exportação agrícola, paralisaria em realidade seu impulso de integração na nova era industrial. Mas aparecia neste momento como a solução dos problemas nacionais, como o melhor caminho possível para o ingresso do Brasil no mundo moderno. Daí vem a força ideológica e política da oligarquia agrário-exportadora, que criou uma verdadeira elite empresarial, intelectual e política a seu serviço, vencendo todas as oposições ao seu domínio.

Entretanto, esta oligarquia não podia ocultar a sua enorme dependência da burguesia comercial e da exportação de café, que atraía também a tecnologia moderna, através do transporte ferroviário, dos portos, dos serviços de comunicação, bancários, etc. Na década de 1860, um capitalista brasileiro tentou criar um núcleo de capitalização dos excedentes gerados pelo comércio exterior, inaugurando empresas mineiras, de transporte, de energia elétrica, etc., com base num banco nacional. O profundo fracasso do Barão de Mauá, diante da competição internacional e devido aos limites de uma economia escravista interna, mostraram a incapacidade da burguesia agrário-exportadora enfrentar as tarefas derivadas de uma verdadeira modernização.

O desenvolvimento da economia exportadora permitia à burguesia e à classe média urbana comprarem os produtos manufaturados importados a baixo preço, limitando o mercado destes bens para uma indústria nacional que não dispunha de poder competitivo. Esta só pôde desenvolver-se como um setor complementário e dependente do exportador. A alimentação dos escravos, camponeses e assalariados urbanos tinha que ser satisfeita pela agricultura e pecuária nacionais, chegando a um certo grau de industrialização de produtos alimentícios como a carne de charque, no Estado do Rio Grande do Sul, os laticínios no Estado de Minas Gerais e Goiás, o benefício do arroz e do feijão, etc. O caráter altamente especializado da cultura exportadora destruía grande parte da agricultura de subsistência, estimulava a inserção do país na divisão internacional do trabalho e criava um certo dinamismo econômico interno.

As indústrias têxteis, de alimentação, calçados, construção, etc., se viam estimuladas pela demanda dos assalariados urbanos e rurais. A Guerra do Paraguai foi também um importante estímulo às manufaturas nacionais. As indústrias ligadas às atividades de exportação também progrediram. Mas a subsistência de um regime de trabalho escravo era um grande impedimento para o desenvolvimento interno. Com a extinção da escravidão em 1888, as indústrias tiveram um grande auge e se criou, ao final do século, uma base industrial relativamente importante. Assim, a economia nacional conseguia um grau de

diferenciação bastante significativo, que permitirá o aparecimento, no princípio do século, de uma complexa estrutura de classe.

2. A estrutura de classes

Ao final do século XIX a hegemonia antes indiscutível da oligarquia agrário-exportadora já não era, de fato, tranquila. As classes médias urbanas se desenvolveram sobre a base da afirmação das forças armadas, do crescimento das zonas industriais, da expansão comercial, do aumento do aparato administrativo, cada vez mais necessário para controlar a economia, e da formação de uma infra-estrutura de energia e transporte para atender à expansão dos negócios. Finalmente, as classes médias profissionais cresciam e ganhavam importância junto ao sistema escolar recém-criado, e os pequenos comerciantes e industriais passavam a influir sobre os poderes locais em grau ascendente.

Ao mesmo tempo, crescia o proletariado urbano, composto pelos trabalhadores das ferrovias, dos portos, das fábricas têxteis e da alimentação. Muitos deles eram imigrantes, sobretudo italianos, vindos para o trabalho agrícola, que abandonavam suas atividades por causa das condições de exploração que imperavam. A situação dos imigrantes italianos no Brasil foi objeto de duras críticas no parlamento italiano por parte dos partidos de esquerda, sobretudo o anarquista, que tinha grande influência sobre o proletariado nacional (Caio Prado Júnior, 1945, tem um ensaio clássico sobre o tema).

No final do século nasceu no campo um proletariado assalariado que se formou em algumas regiões de São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais, além do proletariado do nordeste e do Rio Grande do Sul. Entretanto, o grosso da mão-de-obra agrícola era constituído por campões em condições semi-servis ou num regime intermediário de assalariados e pequenos agricultores. Os trabalhadores, em grande parte, eram parceiros, meeiros ou colonos, isto é, a câmbio do direito de utilizar as terras do senhor; tinham a obrigação de trabalhar para ele durante certos dias e, além

disso, de entregar-lhe parte da produção das terras em que trabalhavam, ou ainda parte de suas criações de animais.

Muitos autores crêem ver nestas relações uma forma de salário disfarçado, pago em espécie (ver Caio Prado Júnior, 1966). Em realidade, tais relações unem o trabalhador com o dono da terra, não somente por laços econômicos, como também servis (que assumem a forma de compadrio, a dívida de honra e outras formas de dependência). De maneira alguma os parceiros (qualquer que sejam as suas formas específicas de relação) são trabalhadores livres, donos de sua força de trabalho, a qual vendem em um mercado livre de trabalho. Portanto, não são assalariados. Pelo contrário, as relações assalariadas rurais e urbanas foram, e em parte continuam sendo, afetadas por essas relações semi-servis que limitaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país.

A outra parte da mão-de-obra rural estava, e todavia está formada por uma imensa população de pequenos proprietários minifundistas que vendem a sua força de trabalho e a de seus filhos e parentes nos períodos de colheitas. Esses trabalhadores temporais constituíram (e ainda constituem sob novas formas, como veremos) o grosso da mão-de-obra agrícola. São uma mistura de pequenos proprietários e assalariados, que têm um pé na agricultura de sobrevivência, com vendas ocasionais dos seus produtos numa economia mercantil simples, e outro pé nas relações assalariadas, que lhes permitem obter liquidez para comprar parte do seu consumo de bens industriais.

Posteriormente, como resultado do desenvolvimento capitalista no campo, a situação desses camponeses se deteriorou de tal maneira que se viram obrigados a comprar produtos agrícolas que já não conseguiam produzir nos seus minifúndios. Além disso, já não podiam utilizar os bosquinhos vizinhos para a obtenção de madeira, caça e outros recursos com que contavam no passado.

O desenvolvimento das relações mercantis os faz vender uma parte cada vez maior de sua produção, submetendo-os às leis do mercado, sobre as quais não têm nenhum controle, e em geral desconhecem.

Assalariado rural puro (muito poucos), nível intermediário de assalariado rural e pequeno proprietário, ou parte do grupo

familiar do pequeno proprietário, e parceiros de diferentes tipos formaram o grosso do proletariado e semiproletariado agrícola brasileiro. Como veremos adiante, a situação não mudou substancialmente até a metade da década de 60 do século XX.

Ao lado destes setores proletários encontramos o pequeno e médio agricultor, proprietário ou arrendatário da terra. Este tipo de empresário agrícola existiu e ainda existe na região sul do país (recentemente estendendo-se até Mato Grosso, Goiás, Rondônia e outros Estados do norte). Eles desenvolveram grande parte da agricultura mais moderna, sobretudo de frutas e hortaliças para os mercados urbanos e para as indústrias alimentícias. Também se especializaram em uma agricultura de zona temperada e subtropical que inclui alguns cereais e, em alguns casos (como na zona do norte do Paraná), até o café. Muitos deles formam parte de colônias de estrangeiros, como os alemães e os japoneses, que tiveram importante apoio de seus governos para criarem uma colônia relativamente bem situada no Brasil e em outros países, apostando seus conhecimentos técnicos e administrativos num ambiente composto de grandes unidades produtoras quase sempre subaproveitadas.

A fazenda de café, que foi o centro da atividade econômica do período, não se caracterizava por uma preocupação especial pelo aproveitamento racional da terra. Esta era abundante. A preocupação dominante dos donos do café, os grandes oligarcas de São Paulo, era muito mais com a comercialização, o transporte, a comunicação imediata, a cotização de preços, do que o aperfeiçoamento de uma técnica agrícola que levasse a um aproveitamento mais racional da terra. Enquanto a sua produtividade fosse alta, não importava que se esgotasse a terra. Imediatamente, passavam para novas regiões e vendiam as antigas fazendas a novos proprietários de segunda categoria. Além disso, as propriedades eram tão grandes que dificilmente se esgotavam num período médio de utilização.

Os fazendeiros de café tinham que cuidar de problemas muito complexos. Tiveram que importar a mão-de-obra da Europa. Tiveram que cuidar do controle internacional de preços, obrigando o Estado a garantir o preço do café em 1906, através do Acordo de Taubaté. Por este acordo, o Estado

passava a comprar o excedente de café, para regularizar a sua oferta internacional. Utilizavam as divisas obtidas com a exploração, não só para construir verdadeiros palácios urbanos, mas também para novas inversões que se deslocaram para o setor financeiro e industrial. Tinham que velar pelos transportes ferroviários no interior e pelos portos e fretes.

Tudo isso os obrigava a uma forte preocupação com sua influência sobre o Estado e a política (Celso Furtado dá especial ênfase a este caráter empresarial da oligarquia do café). A oligarquia do café era muito mais urbana e comercial do que propriamente agrícola. Seus grandes representantes se alimentavam da cultura européia; se rodeavam de quadros e de móveis de estilo europeus; amparavam artistas e escritores; criaram, nos anos 30, a Faculdade de Filosofia de São Paulo, como uma espécie de filial da Sorbonne naquelas terras tropicais (como se sentiu Claude Lévi-Strauss, ao se transportar a esse país estranho nos anos da II Guerra). Esta oligarquia conseguia ocultar, nestes refinados ambientes de cultura cosmopolita, as miseráveis condições dos camponeses que produziam os excedentes com que alimentavam seu ócio. O desprezado "Jeca Tatú", às vezes idealizado, ridicularizado outras, apresentado como tolo, ignorante, analfabeto e miserável tipo humano que produzia esta enorme riqueza de cuja existência não tinha a menor suspeita.

Estabeleceram-se assim os laços entre uma economia de miséria e outra de opulência, cuja forma básica de divisão era o grande e miserável meio rural e o refinado e seletivo ambiente urbano; essa mistura de cosmopolitismo e provincianismo, de cultura sofisticada e analfabetismo generalizado dilaceraram e ainda dilaceram o país, transformando-o num enorme gigante, cujas contradições e desafios são insolúveis para um pensamento não dialético.

Nas pequenas cidades que vão se desenvolvendo reproduz-se, no nível regional, esta mesma estrutura. Grandes proprietários provincianos submetidos estreitamente aos grandes oligarcas nacionais. Uma pequena burguesia provinciana e um grande e miserável exército de camponeses ao lado de um pequeno setor de proletariado urbano e alguns brotos de popu-

lações marginais sem trabalho (ainda que abrandados pela economia de sobrevivência).

As situações de crises econômicas do setor exportador ou de dificuldades naturais, como as secas do nordeste, quebravam o delicado equilíbrio desta economia local, obrigando estas populações a mover-se às zonas urbanas à procura de melhores oportunidades. Nas primeiras décadas do século XX este processo de migração se fará mais forte com o avanço do capitalismo no campo e a conseqüente expulsão de enormes massas de população rural para as zonas urbanas.

Entretanto, já no final do século XIX o Brasil dera origem a uma estrutura de classes bastante complexa. No topo estava a oligarquia agrário-exportadora, logo abaixo uma burguesia agrário-latifundiária, mas sem contato direto com o setor exportador. Nas regiões urbanas já aparece uma média burguesia, baseada na indústria e no comércio interno, e uma classe média assalariada ou profissional com algum acesso aos donos do poder que lhes compram seu trabalho.

Sustentando essas classes dominantes encontra-se no campo a maioria da população, submetida às relações de parceria, ao colonato e à meia (e eventualmente assalariada). Essas relações são complementadas, em grande número de casos, pela posse ou propriedade de pequenas parcelas agrícolas onde se desenvolve uma agricultura de autoconsumo.

Por outro lado, uma importante massa de um proletariado industrial e de um semiproletariado de serviços já está em formação. Recém-chegados do artesanato urbano e suburbano ou rural, conservam ainda valores pequeno-burgueses.

Esta estrutura de classes, apesar de sua verticalidade, encontrava-se enormemente marcada pela violenta oposição entre um campo pré-capitalista, de um lado, e uma zona urbana cosmopolita e capitalista, de outro. As violentas lutas pelas quais passou o campo brasileiro, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do atual, não encontraram repercussão urbana (a mais importante delas, que por sua importância chegou a ameaçar o poder político, foi descrita no livro clássico de Euclides da Cunha sobre os sertões). Posteriormente, os cangaceiros (simbolizados em Lampião) e as rebeliões milita-

res dos tenentes (fruto dos violentos choques urbanos dos anos 1920, entre as quais se destacou a Coluna Prestes) irão se encontrar, de algum modo, com este Brasil rural, sem contudo gerar um movimento profundo para entendê-lo e procurar mudá-lo (O livro de Bastos, Abguar (1946) ainda é um dos melhores ensaios de compreensão deste período. Ver ainda Carone, Edgard (1975) e Santa Rosa, Virgílio (1933).

A superestrutura institucional e a ideológica que se erguia sobre esta sociedade dependente, agrário-exportadora, não escapava destas bases, que lhe davam vida.

3. O Estado, os partidos e a ideologia

O Brasil era a única Monarquia Constitucional dentro de uma América Republicana. Além de lhe proporcionar uma estabilidade conservadora, esta situação não o diferenciava tão profundamente dos outros países. A mesma ideologia liberal, culta mas autoritária, que orientou os revolucionários da independência das repúblicas latino-americanas, formava a cabeça do imperador e influenciava os partidos do Império. A mesma classe dominante agrário-exportadora dava fundamento às estruturas institucionais e ideológicas.

O aparente absurdo desta situação se deriva do fato de que o liberalismo “caboclo” era expressão dos interesses da burguesia agrário-exportadora, e não da burguesia industrial, como ocorria na Europa. Ao contrário, nas economias capitalistas dependentes, o liberalismo era antes de mais nada o instrumento de contenção da emergência e do desenvolvimento de uma burguesia industrial. Daí os tons tão conservadores e autoritários deste liberalismo, que podia se conciliar tranquilamente com um colégio eleitoral altamente seletivo, com a conservação do trabalho servil e escravo, com a tendência inevitável ao ecletismo, ao pragmatismo e ao empirismo, com o consequente desprezo pelas questões ligadas às novas tecnologias e à falta de qualquer preocupação com o desenvolvimento científico.

É verdade que Dom Pedro II inaugurou o sistema de telégrafos em 1874 e se interessou pelas ciências e pelas artes,

mas o fazia como um apreciador, um dilettante, um consumidor. As burguesias agrário-exportadoras se relacionavam com o mundo tecnológico moderno nesta função passiva de consumir, e não de produzir ciência.

Por isso, os dois partidos que formaram o parlamento monárquico – tanto o conservador como o liberal – representavam matizes deste liberalismo agrarista e colonial. O Brasil aumentou suas exportações de açúcar para os mercados europeus em expansão. Aproveitou-se do corte de suprimento norte-americano de algodão à Europa durante a guerra civil para aumentar as exportações de algodão. Criou a exportação de borracha, que enriqueceu a Amazônia. E o café se tornou seu principal produto de exportação. Dispúnhamos assim de uma burguesia exportadora em expansão, confiante em sua capacidade econômica e na força do liberalismo.

A abolição do tráfego escravo, sob pressão inglesa, em 1850, abriu caminho à política emigratória que iria se reforçar ainda mais no final do século XIX e começo do XX, com a abolição da escravidão. As oligarquias agrário-exportadoras reforçavam assim sua confiança no livre-câmbio até o princípio do século XX, quando as dificuldades de exportação do café deram início à intervenção estatal, através do acordo de Taubaté, para assegurar a limitação da oferta de café no mercado internacional e formação de estoques reguladores.

Mesmo o surto industrial da metade do século XIX (em que se destacou a figura do Barão de Mauá, que terminou engolido pela concorrência internacional e os limites de uma economia baseada no trabalho escravo e, portanto, na restrição ao mercado interno e às relações capitalistas) não deu origem a uma posição nacionalista e protecionista suficientemente significativa.

Isto não impediu o surgimento, desenvolvimento e expansão de um socialismo utópico de origem artesanal que se manifestou no período da independência e que foi exterminado a sangue e fogo nos levantamentos da década de 1830. Os movimentos revolucionários, como a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824, e os movimentos que se produziram durante a regência e na década de 1840, levavam a marca de suas origens artesanais (a cabanagem, no Pará, entre 1835 e

1837, a sabinada, na Bahia, 1837-1838, a balaiada, no Maranhão, em 1838-1841, a Guerra dos Farrapos, de 1835 a 1848, no Sul, e a Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848-1849) e foram reduzidos pela história oficial brasileira à condição de motins que não desafiavam o poder central, ocultando-se contudo o seu caráter libertário, republicano e antimonárquico, muitas vezes protecionista, oposto ao liberalismo que afogava o artesanato e a indústria nacional nascente.

Como se sabe, na América Latina, a alternativa do desenvolvimento nacional voltado para o mercado interno somente floresceu no Paraguai, o que o levou ao confronto militar com a Tríplice Aliança do Brasil, Argentina e Uruguai, entre 1864 e 1870. O Brasil se fez responsável direto, nesta oportunidade, pelo genocídio do povo paraguaio, colocando-se numa posição internacional extremamente débil, além de realizar um esforço interno desgastante e gerar uma dívida externa que comprometeu em grande parte as vantagens de um auge exportador que lhe favorecia neste período.

A Guerra do Paraguai (como é conhecida no Brasil) se somava assim à repressão das insurreições populares para criar as bases para a afirmação do exército na vida nacional. Com ele, afirmava-se também uma classe média, que até então tinha as portas do poder fechadas pela nobreza da terra, amparada na monarquia.

O movimento que agitou no país a bandeira republicana teve seu principal apoio social nestes setores médios emergentes, que assumiram uma posição ideológica claramente positivista e se inspiravam no federalismo norte-americano, procurando conciliar um regime administrativo centralizado com uma economia de base rural, assentada em estruturas de poder local e integradas por regiões dirigidas à exportação e pouco articuladas entre si.

A desaparição do mercado nacional de escravos, com a abolição da escravidão em 1888, eliminou um dos mais importantes vínculos entre estas distintas regiões, levando-as a concentrar-se sobre si mesmas e a revigorar a vida local e regional. A Carta Constitucional Republicana de 1889 veio a propiciar os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura de poder regional que já existia de fato.

Os centros exportadores – principalmente a zona do café – reivindicavam autonomia para se expandir em suas relações com um mercado internacional em crescimento, sem se deixar limitar pelo centralismo monárquico.

A Primeira República, que se estabelece entre 1889 e 1930, foi uma expressão da conciliação entre estes interesses regionais, que tiveram sua expressão final na “política dos governadores”. Esta se caracterizou por uma aliança dos chefes políticos locais (os coronéis) com os governadores dos diferentes Estados da República e por uma articulação dos governadores entre si, no nível federal, tendo como centro aglutinador o grupo ligado ao café em São Paulo e à pecuária em Minas Gerais, os quais derrotaram as tendências hegemônicas de outras facções regionais (a melhor descrição do período e da política do coronelismo está em Victor Nunes Leal, 1948, e a melhor coleção de dados e fontes se encontra em Edgar Carone, 1959).

Este acordo, relativamente estável, entre interesses regionais tão fortes, tinha o seu epicentro no exército, que instaurou a República em 1889 e que continuava sendo a chave da unidade nacional, integrando as forças regionais, que se desmembraram em toda a América Latina em repúblicas menores e pouco estáveis.

Positivismo como doutrina filosófico-social, liberalismo como doutrina econômica, federalismo como princípio organizativo integravam, no nível superestrutural, os interesses das classes hegemônicas de uma estrutura econômica que emergiu ao final do século XIX e amadureceu num longo processo econômico e social. Os outros itens de “modernização” do país, como a adaptação do direito civil às necessidades do capitalismo (ainda que dependente e combinado com vários setores de economia natural ou mercantil simples), a separação da Igreja do Estado, a afirmação do caráter profissional do exército (apesar de sua intervenção na declaração da República e nos primeiros governos republicanos), o desenvolvimento da educação pública, etc., são os elementos configuradores de uma superestrutura que procurava se ajustar às condições de uma economia nacional em expansão, apesar de ocupar um papel dependente dentro do sistema capitalista mundial.

Durante este período surgiram, contudo, novas forças sociais que trouxeram também novas idéias e novas ações políticas. De um lado, a emergência de um proletariado ainda débil e de origem no sul da Europa trouxe consigo o ideal anarquista e um possante movimento social, que chegou a criar uma central sindical que chegou à radicalização das greves gerais de 1917 e 1919. Depois da Revolução Russa, grande parte da militância desse proletariado anarquista se converteu ao bolchevismo e deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Foi a entrada do socialismo científico no mundo intelectual brasileiro pela via do marxismo-leninismo e particularmente sua versão stalinista. Sobre a história do PCB, ver particularmente Carone (1979) e Chilcote (1982).

Ao mesmo tempo, as questões sociais levantadas pela socialdemocracia européia e pela Convenção de Viena chegavam também ao Brasil por uma via mais reformista e até mesmo influenciavam um movimento socialista em formação, ainda muito impreciso e pouco articulado teoricamente. A “questão social” também se introduziu na vida intelectual e política brasileira pela via do pensamento social cristão – ainda extremamente conservador e autoritário.

Por fim, os anseios de participação política das classes médias levavam a uma forte luta pelo sufrágio universal, pela lisura do processo eleitoral e pela moralização do Estado, abandonado o clientelismo em favor de um funcionalismo mais profissional.

Em outros países da América Latina, esses ideais sociais e politicamente liberais se cristalizaram em partidos políticos de classe média, como os radicais argentinos e chilenos, o APRA peruano (que agregou a estas idéias um forte sentimento anti-imperialista). No Brasil, a hegemonia das oligarquias rurais – reunidas em torno dos Partidos Republicanos – obstaculizou fortemente o espaço para estes setores médios. Foi por isso que eles terminaram aderindo à rebeldia dos tenentes insurretos da década de 20 e desembocaram na Revolução de 1930.

Para avaliar estas novas realidades é necessário contudo situá-las no contexto da crise da economia agrário-exportadora, que veremos no próximo capítulo.

A CRISE DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA E A INDUSTRIALIZAÇÃO

O período que vai do fim da Primeira Grande Guerra até o final dos anos 50 se caracteriza pela crise definitiva da velha economia exportadora e a criação sistemática de uma alternativa industrial, sustentada por uma forte corrente nacionalista. Esta corrente se baseava numa fluida aliança ou bloco de classes, que foi mudando no tempo sua definição do programa de transformações que a unia e sua fidelidade e consequência para com ele.

Como veremos no próximo capítulo, esta tentativa de desenvolvimento nacional independente, dentro do capitalismo, se frustrou ao final do período, com o Golpe de 1964, assim como o bloco de classes que a sustentou. As razões ficarão claras na própria descrição do processo. Em resumo, as forças sociais que apoiaram a industrialização ficaram no final encravadas entre três forças sociais de interesses conflitivos: o antigo setor exportador, de origem nacional ou internacional, o novo setor industrial, crescentemente comprometido com o capital internacional, e as novas classes assalariadas, operárias e técnico-profissionais, geradas pelo processo de industrialização e pela urbanização. Pressionada pela resistência do ainda poderoso setor exportador, apesar de decadente, pelas ambições hegemônicas do capital monopólico internacional e, por outro lado, pela crescente conscientização e organização do movimento popular, a corrente nacionalista e reformista se viu sem alento e sem saída. Em 1964, revelou-se, de maneira paradigmática, a sua debilidade orgânica e, portanto, os limites da

coalizão de classes que a sustentava e do projeto histórico que propunha.

Nos pontos que a seguir exporemos, teremos a oportunidade de examinar com mais detalhe os diferentes elementos que até aqui procuramos sintetizar.

1. A crise da economia agroexportadora

Aparentemente sólida, a economia agroexportadora que descrevemos no capítulo anterior começou a entrar em crise no final do século XIX, quando teve início a queda do preço do café a nível mundial (valor médio por saca: 4,09 libras em 1893; 2,91 em 1896; e 1,48 em 1899). Ao mesmo tempo havia crescimento da superprodução brasileira de café, que aumentava enormemente a oferta do produto em nível mundial.

Foi então que a burguesia cafeicultora encontrou uma solução para o problema que, na realidade, só conseguiu adiar a crise, descarregando seu custo sobre o povo brasileiro no seu conjunto. O acordo de Taubaté, em 1906, estabelecia um preço fixo para a venda do café e tomava medidas para melhorar a sua produção e controlar sua oferta. Começava assim uma política protecionista, de valorização do café, que procurava neutralizar sua tendência à baixa, através do financiamento dos centros produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro assinaram o acordo) pelos recursos da União. Somente a intervenção estatal conseguiu salvar a economia do café, chocando-se com os princípios liberais que a burguesia agrária sustentava até então.

Entretanto, esta política protecionista levaria, a longo prazo, a um debilitamento da posição brasileira de monopólio sobre a produção mundial de café. Além de ser muito onerosa, ao obrigar o Estado a comprar grandes estoques de café, endividando-se progressivamente, esta política de valorização artificial e tão cara do preço do café favorecia os produtores de outros países e aumentava, de qualquer modo, a competição internacional, criando um círculo vicioso que obrigava a uma crescente intervenção.

A dependência da oligarquia do café com relação à política estatal a obrigava a controlar rigidamente o Estado. Mas, ao fazer-se dependente do Estado, ao aumentar a inflação e ao exigir importantes sacrifícios nacionais para sustentá-la, a longo prazo ela se debilitava e se obrigava a concessões e accordos com as novas classes emergentes nas zonas urbanas. Igualmente, esta política, ao criar uma desvalorização da moeda nacional, aumentava o custo dos produtos importados, favorecendo a indústria nacional através de uma espécie de protecionismo indireto.

Com a crise internacional de 1929 a burguesia do café sofre um golpe definitivo. A crise leva a uma queda drástica do comércio mundial e das exportações do café. Sem perder seu papel de importância na vida nacional, a burguesia agroexportadora deixa de exercer a hegemonia que impusera, sem grandes dificuldades, através do sutil sistema de compromissos da política dos governadores, conforme descrevemos no capítulo anterior. Agora tinha que se contentar com uma ajuda estatal mais discreta no plano interno e aceitar o chamado “confisco cambial”, que passava para o controle do Estado as divisas obtidas com as exportações. Para que o Estado mudasse tão drasticamente sua posição em relação à oligarquia rural-exportadora foi necessário fazer uma revolução em 1930, que criou as bases para um novo projeto estatal de caráter industrialista e nacionalista.

Apesar das afirmações de alguns analistas do período, segundo os quais o sustento do financiamento do café revelava a ausência de uma política burguesa industrialista, a existência e a sutileza desta política é muito clara. Tratava-se de manter a produção do café e as rendas que ela criava no plano interno e externo, para vender neste mercado interno os produtos industriais nacionais e para apoderar-se das divisas obtidas no exterior, com as quais se podia comprar as matérias-primas e as maquinarias que ensejavam o desenvolvimento industrial do país.

A consciência da necessidade deste protecionismo era muito clara na elite industrial brasileira e muito secundária na pequena e média indústrias que, entretanto, seguiam os seus líderes mais conscientes, reunidos em centros e associações, e

posteriormente, a partir de 1937, em sindicatos e federações de classe.

O que ocorre é que esta consciência tinha que se ajustar às condições específicas de um país dependente, no qual o desenvolvimento industrial depende estruturalmente da capacidade de importar máquinas e matérias-primas. A essência da "revolução burguesa", nestes países, isto é, a capacidade de conseguir uma acumulação de capital que permita a industrialização – passa pela necessidade de controlar as divisas e utilizá-las para as inversões na indústria local. Chamamos este processo de "acumulação externa de capital" (veja-se Vânia Bambirra (1973)), isto é, a necessidade de que a reprodução do sistema capitalista dependente inclua o setor externo, porque nestes países o setor de bens de produção, que Marx chama setor I, encontra-se no exterior (máquinas, implementos e matérias-primas industrializadas em particular). Os líderes industriais da época, particularmente Roberto Simonsen, tinham uma clara consciência do problema (Simonsen, 1939).

A crise do setor exportador iniciou-se a partir dos anos 20 e todas as tentativas da burguesia agrária de retomar o controle hegemônico do poder político se mostraram contrárias à marcha dos acontecimentos. O setor exportador foi perdendo sua função majoritária na renda nacional, caindo de 17 para 6%, entre as décadas de 30 a 50. Assim também a renda gerada pela agricultura perdeu o primeiro lugar no produto nacional, ultrapassada pela renda dos setores industrial e de serviço. A agricultura representava, em 1944, 27% do Produto Nacional Bruto, e a indústria 21%. Em 1961, a agricultura contribuía com 22% do produto e a indústria com 34% (a melhor sistematização sobre os dados industriais deste período está no livro de Werner Baer (1966)).

2. A industrialização como processo

Como vimos anteriormente a industrialização que se realizou nos fins do século passado e no começo do século XX surgiu como um complemento do setor exportador. Foram as economias externas criadas pelas atividades exportadoras e o mercado interno gerado por este setor que permitiram o desen-

volvimento industrial. No item anterior do presente capítulo mostramos outros aspectos específicos desta relação. Mostramos como o setor exportador gerava os ingressos para importar maquinarias e matérias-primas, consumidas pelo setor industrial.

Existiam contudo outras relações de dependência entre o setor industrial nascente e a antiga estrutura exportadora. Os capitais que se transladaram à indústria foram gerados em grande parte no setor agrário-exportador. A partir de 1930 os excedentes gerados pelas exportações podiam ser usados para importar artigos de luxo ou para capitalizar uma agricultura do café que entraram em decadência (os outros setores exportadores também não se mostravam altamente lucrativos). Mas estes excedentes gerados pelo setor agrário-exportador podiam também ser aplicados diretamente em investimentos industriais ou de serviços, ou podiam ser captados pelos bancos, permitindo sua utilização pelos novos setores dinâmicos da economia.

A alta taxa de exploração do trabalho existente no campo criava um excedente econômico amplíssimo, que levado ao mercado interno e externo se convertia em moeda, créditos e valores utilizáveis nos setores mais lucrativos. A emissão de papel-moeda sempre foi uma forma de concentrar e orientar os recursos da economia, levando quase sempre a situações inflacionárias.

No sistema inflacionário, os que emprestam tendem a perder dinheiro e os que invertem não têm por que temer os empréstimos. Assim, a inflação funciona de duas maneiras, a favor da industrialização: como desvalorizadora do capital tomado pelos empresários e como valorizadora dos preços dos produtos importados.

Nestas condições, pode-se entender claramente quais seriam as medidas apoiadas por uma burguesia industrial capaz de defender seus interesses de classe. Elas não assumiram de maneira alguma uma forma burguesa radical. Suas bandeiras não seriam jamais uma reforma agrária radical, uma política antiimperialista, uma defesa da democracia burguesa, etc.

Pelo contrário, nestas condições o programa burguês industrial tinha que procurar preservar as receitas do setor expor-

tador (que representavam seu mercado interno potencial), assumir o controle das divisas, facilitar o crédito e a inflação e lançar as bases para que o Estado investisse ou obrigasse o capital internacional a investir nos ramos de infra-estrutura (energia, transporte, indústrias básicas de produtos intermediários, como a siderurgia, etc.), na criação de recursos humanos (Serviço Nacional da Indústria para formar profissionais qualificados, legislação do trabalho, previsão social para diminuir o custo de mão-de-obra, etc.). Também devia centralizar o poder na União, destruindo as bases federativas da velha república, que permitiam o controle dos "coronéis" locais e das oligarquias regionais, racionalizar o acesso ao emprego público (DASP), criar um apoio ideológico e político para a burguesia industrial (nacionalismo, populismo, etc.). Ver Ianni (1956 e 1966).

Na realidade, o período entre 1930 e 1958 se caracterizou por estas medidas, com altos e baixos. O Estado Novo, que Vargas dirigiu desde o golpe de Estado de 1937 e que durou até 1945, foi a expressão mais clara deste programa, que de maneira menos evidente já se expressava nas intenções da Aliança Nacional Libertadora, que levou Vargas ao poder em 1930, depois de uma revolução que mobilizou amplos setores sociais do país, particularmente de suas zonas urbanas.

Se o movimento que levou Vargas ao poder era vacilante e não procurou romper as teias da velha sociedade oligárquica, o programa de 1937 já era muito mais claro nas suas intenções. Sustentar que neste período não houve uma hegemonia no Estado e que então se "amalgamaram" todos os interesses nacionais e externos, como crêem alguns sociólogos brasileiros, ou que este governo era uma expressão do ambíguo movimento da classe média que o levou ao poder em 1930, é uma posição que ignora o sentido real do processo (a tese do amálgama encontra-se particularmente em Weffort, 1964).

A realidade é que neste período tomaram-se todas as medidas que permitiam a uma burguesia dependente criar as bases de uma nova sociedade industrial. Dois erros sustentam as posições opostas a este ponto de vista: o primeiro é o de querer que esta burguesia deveria defender um programa democrático liberal-burguês clássico, quando na realidade ela lutava contra

o liberalismo que impedia o seu desenvolvimento; o segundo é crer que é necessário o conjunto de uma classe ter consciência clara dos seus objetivos e do processo socioeconômico para poder falar de consciência de classe.

É óbvio que a burguesia industrial alemã jamais chegou ao nível de consciência de um Bismarck. Também no Brasil a burguesia industrial não chegou ao nível de consciência de um Vargas, de um Roberto Simonsen ou de um Evaldo Lodi, mas eles não somente conseguiram liderar a classe, como também criaram todo um aparelho institucional capaz de dar-lhe alguma representação, inclusive ao pequeno e médio industriais. Conseguiram sobretudo aplicar, com concessões evidentes, um programa de transformações econômicas, políticas e sociais que favoreceu o desenvolvimento da burguesia como classe.

O Brasil não se fez independente e autônomo, democrático-burguês ou capitalista puro, não porque não teve uma burguesia industrial consciente, como se pode depreender de certos trabalhos (ver um balanço do tema em Cardoso, 1964 e em Martins, 1968) e sim pela impossibilidade estrutural de se constituir um capitalismo independente no século XX, sobretudo por parte de países que tinham uma dependência tão forte do setor agrário-exportador, para garantir seu desenvolvimento industrial, como é o caso do Brasil.

A elite industrial brasileira soube mobilizar com grande sutileza a sua classe em defesa dos seus interesses e manipulou muito bem o Estado e as debilidades das outras classes, sobretudo depois de 1937. A fragilidade dos resultados não se deve ao fato de ser uma burguesia industrial pouco consciente. Pelo contrário, se deve ao fato de ser uma burguesia industrial consciente, e por isso conservar o país no caminho capitalista e, consequentemente, se ver obrigada a conduzi-lo a um desenvolvimento industrial dependente.

Ao conservar o país dentro dos limites que o reformismo burguês podia assumir nas sociedades capitalistas dependentes, a burguesia industrial não fez mais que abrir o inevitável caminho na direção do Brasil atual, que não conseguiu superar nem o subdesenvolvimento nem a dependência.

O processo de industrialização, nas formações socioeconômicas dependentes, assume uma forma diferente dos países

capitalistas centrais, originários, independentes ou dominantes. Nas formações dependentes, a industrialização não foi produto do desenvolvimento interno da tecnologia, e sim da importação de uma tecnologia e uma base produtivas geradas e monopolizadas externamente, que seguiam seu ritmo próprio de acumulação e se orientavam por motivações distintas das circunstâncias locais dos países que a importavam. Não era necessário que o capital estrangeiro controlasse o setor industrial, como o fez posteriormente, a partir de 1950, para condicionar o desenvolvimento industrial dependente.

Ainda sem a hegemonia direta do capital estrangeiro, a burguesia brasileira não deixava de ser uma burguesia dependente e de produzir um desenvolvimento dependente, porque não conseguiu criar uma base industrial baseada nos seus próprios interesses e numa tecnologia nacional, independente do pagamento de "royalties", da compra de maquinarias e matérias-primas norte-americanas e européias e, portanto, mantendo-se dependentes das rendas geradas pelas exportações.

Só seria possível alcançar uma verdadeira autonomia se esta burguesia conseguisse fazer uma autêntica reforma agrária e criasse um mercado interno suficientemente importante para permitir a instalação de uma indústria nacional pesada. Somente neste caso conseguiria gerar um desenvolvimento auto-sustentado, dominar o setor econômico fundamental e produzir uma acumulação de capital baseada nos dois fatores nacionais integradores do crescimento: um mercado interno em crescimento e a geração de uma tecnologia nacional.

A industrialização nestes países não só assume uma forma de substituição de produtos manufaturados importados por produtos manufaturados nacionais, como também significa a substituição da importação de produtos de consumo pela importação de maquinarias, produtos intermediários e matérias-primas industrializadas (sobre este tema ver Maria da Conceição Tavares, 1964). O capital internacional, entretanto, detém a propriedade sobre estas máquinas, bens intermediários e matérias-primas, que lhe permite decidir sobre o seu destino.

Ele pode vendê-los às burguesias dependentes ou introduzi-los nestes países sob a forma de capital ou investimento

estrangeiro direto. Esta última forma será a preferida, sempre e quando o capital internacional possa obter um lucro suficientemente alto para pagar rapidamente o capital invertido e passar a obter um lucro extraordinário. Esta situação é facilitada pelo financiamento realizado pelos países capitalistas centrais para a venda das máquinas às suas subsidiárias no exterior, o que rebaixa enormemente a inversão inicial.

Em geral, as famosas “ajudas” econômicas dadas pelos bancos internacionais e norte-americanos (como o pioneiro Eximbank, a Aliança para o Progresso, etc.) consiste no financiamento aos exportadores do país prestamista. Trata-se de uma forma de capitalismo de Estado atuando em favor dos monopólios.

Para garantir o aumento da margem de lucro, em escala suficiente para cobrir rapidamente as inversões iniciais, funcionam ademais vários fatores locais. O primeiro deles é o baixo preço da força de trabalho nos países dependentes, particularmente o Brasil. O segundo é o protecionismo natural dos produtos fabricados no país, criado pela inflação e a desvalorização das moedas nacionais. Este processo está na origem do estímulo à industrialização. Em seguida vêm as ajudas dos governos nacionais através de isenções fiscais de todo tipo e o protecionismo tarifário à indústria local, seja ela nacional ou estrangeira, o que significa a garantia do pleno controle monopólico do mercado.

Finalmente, existe um motivo mais geral que leva as empresas dos países dominantes a preferirem investir nos países dependentes, em vez de vender maquinarias e matérias-primas às burguesias locais. Ao fazê-lo, mantêm o controle do mercado interno em crescimento destes países e, ao mesmo tempo, garantem a compra de suas próprias matérias-primas, maquinarias e bens intermediários.

Dessa forma, fortalecem-se as operações no interior de uma mesma firma ou de um mesmo grupo econômico, que administra os preços de seus produtos, de maneira que seja possível, através do sub ou superfaturamento, recolher a quantidade de dólares que lhes interessa e situá-los onde desejam, além das remessas diretas por conceito de lucro.

Por todas essas razões, fez-se extremamente conveniente ao capital internacional investir nestas economias. A burguesia industrial dos países dependentes partiu do suposto de que o capital internacional tentaria sabotar o desenvolvimento industrial de seus países, fundamentando-se na experiência anterior à II Guerra Mundial e, com base nisto, armou a sua estratégia com relação ao capital estrangeiro, procurando atraí-lo para inversões produtivas. Na metade dos anos 50 já percebera que conseguiria uma plena aceitação deste princípio e se fazia necessário chegar a um acordo com o capital internacional. A base deste acordo, como veremos, será, entretanto, a subordinação do capital nacional ao internacional, inaugurando uma nova forma de dependência.

A industrialização dos países dependentes, e particularmente a brasileira, não se converteu num instrumento de afirmação de uma burguesia nacional, e sim num processo de desnacionalização. A industrialização continuou sendo nestes países um instrumento de aumento do domínio do homem sobre a natureza, de criação de novas classes e forças sociais, de integração econômica nacional contra os poderes locais dos latifundiários, de criação de novas formas de organização e comportamento, mas todas estas características gerais assumem uma forma peculiar e um desenvolvimento particular e específico, que conformam uma estrutura e uma legalidade próprias.

É assim que a industrialização dependente do Brasil criou também seus movimentos políticos e sociais específicos e sua própria ideologia. As ciências sociais de nossos países enfrentam difíceis problemas ao procurar definir esta especificidade. Na realidade apresentaram-se dois desvios:

Por um lado, procurou-se caracterizar estas peculiaridades dos países dependentes como fatores de diferenciação radical em relação às economias desenvolvidas, as quais negariam as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo e representariam fenômenos suficientemente importantes para obrigar a uma mudança nos conceitos básicos ou na própria teoria. Por outro lado, negava-se esta especificidade e a necessidade de redefinir os conceitos gerais que descrevem o modo de produção capitalista e as etapas de evolução histórica européia, apoiando-se numa falsa compreensão da universalidade da ciência.

Sem discutir aqui as bases de classe destes dois desvios, deve-se considerar que só muito recentemente vem-se descobrindo, ou melhor, equacionando, os termos deste problema ao mostrar que esta especificidade é, de um lado, suficientemente importante para obrigar a uma redefinição dos conceitos e das leis de funcionamento do capitalismo nas formações socioeconômicas que chamamos dependentes, sem serem suficientemente radicais para que permitam falar de um modo de produção distinto e, portanto, para exigirem uma teoria diferente do capitalismo como modo de produção.

Ou melhor, tais verificações nos conduzem a uma teoria do capitalismo dependente que se desenvolve paralelamente e conjuntamente a uma teoria do imperialismo, isto é, do capitalismo original, próprio das formações socioeconômicas dominantes (ou imperialistas). Esta teoria se desenvolve ao mesmo tempo, e dialeticamente, integrada a uma teoria das relações econômicas mundiais, em cujo interior estas duas formações capitalistas, dominantes e dependentes se articulam como dois subconjuntos e interatuam com as formações sociais pré-capitalistas e com uma nova formação social pós-capitalista, que é o socialismo (a ampla literatura a respeito do debate sobre a dependência inclui: Dos Santos 1971, 1978, 1979, 1978, A e B, 1986, 1987, 1991; Cardoso, 1970; Quijano, 1971; Bambirra, 1974, etc.).

Dentro deste plano de análise teórica pode-se explicar o caráter específico do desenvolvimento, da produção, da acumulação e da reprodução dependentes. O processo de industrialização no Brasil deve ser estudado desta maneira. Como também as forças organizativas e superestruturais que se levantam sobre estas condições.

3. O Tenentismo, a Revolução de 30, o Estado Novo e a Nova Institucionalização

A aliança de forças que chegou ao poder, com o movimento armado de 1930, compunha-se, de um lado, dos setores oligárquicos insatisfeitos com a hegemonia dos cafeicultores paulistas, que procuravam salvar seus interesses decadentes através de uma política impositiva, que recaía inclusive sobre os seus

aliados, e, de outro lado, as amplas camadas médias emergentes, que encontraram sua expressão de poder na rebeldia militar do movimento chamado de “Tenentismo”.

A formação desta aliança foi-se armando nos anos 20 como uma expressão do crescimento urbano, da decomposição da hegemonia da oligarquia agrário-exportadora, particularmente do café, da expansão do setor industrial, o qual lograra um grande crescimento durante a guerra de 1914-1918 e se viu ameaçado, na década de 20, devido à competição dos produtos manufaturados que voltaram a ser importados (sobre o Tenentismo, ver Carone, 1965, e Santa Rosa, 1933).

Os anos 20 no Brasil foram anos de rebelião das classes médias. No plano cultural, a semana modernista de 1922 deu o grande grito por um Brasil novo. No plano militar, o assalto ao forte de Copacabana por 18 oficiais jovens no mesmo ano, o levantamento do Marechal Izidoro, em 1924, e a formação em seguida da Coluna Prestes, que percorreu todo o país sem ser derrotada pelas forças armadas, formaram a liderança do “Tenentismo”, que veio a transformar-se num mito heróico para as classes médias, a pequeno-burguesia e também importantes setores do operariado (sobre a Coluna Prestes ver Maria Leocádia, 1989).

O programa dos tenentes foi, em grande parte, recolhido pela Aliança Liberal. Fundamentalmente procurava abrir o velho sistema político oligárquico à participação das classes médias: o instrumento que lhes parecia mais adequado era o voto universal secreto, sem as restrições anteriores. Ao mesmo tempo, este programa incluía um vago sentimento sobre a importância da “questão social”, que exigia a intervenção estatal.

Existem até hoje muitas confusões a respeito do significado real da Revolução de 1930, que é necessário esclarecer.

Em primeiro lugar, há um amplo questionamento sobre o conteúdo burguês democrático da mesma, que se fundamenta no choque que tiveram os revolucionários de 30 com a rebelião constitucionalista de 1932. Ora, São Paulo seria o centro da industrialização brasileira, e foi derrotada nos seus ideais liberais ao fracassar em sua exigência de convocação de uma

constituinte em 1932. Já vimos, contudo, como os ideais liberais se chocavam com os interesses protecionistas e centralistas da burguesia industrial, único programa possível nas condições de dependência.

É pois plenamente razoável que o projeto industrialista fosse buscar suas fontes doutrinárias não no liberalismo das oligarquias paulistas, e sim num autoritarismo corporativo a Oliveira Vianna (1956) ou num Azevedo Amaral (1938), que dava continuidade às idéias positivistas, que sempre serviram de inspiração às classes médias e à burguesia brasileiras.

Em segundo lugar, tende-se a contestar o conteúdo burguês-industrial e democrático da Revolução de 1930, pelas figuras que a lideram. Getúlio Vargas era um estancieiro sulista, portanto membro da oligarquia rural brasileira, e não havia na direção revolucionária nenhum líder burguês industrial eminente.

É necessário ressaltar que o Rio Grande do Sul foi o principal foco de agitação democrático-radical no Brasil. Garibaldi, discípulo de Buonarrotti, lutou nesta terra, e ela foi um caldo de cultivo permanente deste republicanismo avançado. Também foi no sul que o positivismo alcançou suas formas mais progressistas e democráticas (sem negar contudo um papel aos chefes e caudilhos), e onde surgiram algumas das primeiras correntes socialistas no país. Ver o capítulo de Bosi (1992) sobre o tema.

Getúlio Vargas era um produto dessa tradição radical. Os pecuaristas do sul se ligaram à indústria do charque desde o século XIX, e não podem ser considerados como simples latifundiários. Aí se desenvolve uma agropecuária voltada para o mercado nacional, e isto explica em grande parte seu nacionalismo protecionista e democrático. O escravismo no sul nunca teve as dimensões do resto do país, e sua industrialização precoce permitiu a formação de um proletariado influente já no começo do século XX.

Não foi pois sem razão que os políticos sulistas se revelaram sempre mais ideológicos e mais preparados para apresentar projetos de governo mais coerentes para o país. O ciclo de Vargas se projetou sobre as figuras de Goulart e Brizola,

expressando cada vez mais abertamente os conteúdos mais avançados de seu pensamento e do ambiente histórico em que se criou.

A história de outro gaúcho, Luís Carlos Prestes, mostra muito bem as possibilidades e os limites da ala democrático-radical da Revolução de 1930. Quando iniciou a gloriosa Coluna, que levou o seu nome, em 1924, Prestes desconhecia totalmente as condições reais de vida do povo brasileiro. Ele tinha na sua cabeça as exigências rudimentares do programa tenentista – voto livre e secreto e atenção aos problemas sociais.

Em contato com a realidade brasileira, conhecida no memorável percorrido de sua Coluna, Prestes vai radicalizando a sua visão do país até que, no exílio, conhecerá o marxismo sob a versão da seção latino-americana da III Internacional, que se situava, naquele momento, no horizonte da linha radical do 3º período (esta concepção esperava uma crise mundial de consequências revolucionárias e chamava a uma ofensiva revolucionária e via na socialdemocracia o seu principal inimigo).

Era pois natural que Prestes terminasse identificando suas próprias idéias democráticas, cada vez mais radicais, com a socialdemocracia. O prestismo, corrente que cresceria em torno da imagem do capitão e líder revolucionário, se transformou na ala radical da Revolução de 1930 e foi concentrar-se, entre outros centros, no Clube 12 de Outubro.

Neste momento, o prestígio do capitão Luís Carlos Prestes era um fator de unidade das alas mais radicais da Revolução. A ele havia sido entregue inclusive o comando militar da mesma. As batalhas vitoriosas e os grandes feitos militares da Coluna haviam convertido Prestes no maior líder de massas do país (sobre Prestes, neste período, ver Abguar Bastos, 1946, e sobre a Coluna Prestes, ver, além de Maria Leocádia, Hélio Silva, 1965).

Foi pois um terrível golpe para as alas democráticas radicais da Revolução de 1930 o afastamento de Prestes do seu comando militar, seu rompimento com a Revolução e sua adesão ao Partido Comunista do Brasil, que o levou a adotar o programa da III Internacional, neste período, e o induziu a

romper com os seus próprios camaradas no cenário político nacional e chamar à constituição de um governo dos “soviets” de operários e camponeses.

Abandonando as articulações militares que levaram à Revolução de 1930 e que lhe haviam sido confiadas, Prestes se dirige à URSS, depois de redigir 3 manifestos nos quais rompe progressivamente com o “prestismo” e assume o comunismo como partido e doutrina. Quando Prestes volta da URSS, em 1935, o movimento comunista mundial encontra-se orientado no marco do novo programa da Frente Popular. Esta linha política nova, que chamava a uma aliança de todas as forças antinazistas, obedecia a uma concepção insurrecional na seção latino-americana, em choque com a orientação internacional de caráter eminentemente pacífico.

Esta concepção, que tinha em Berger seu principal formulador, serve de marco à Aliança Nacional Libertadora, que é organizada em 1935 por Luís Carlos Prestes. No seu manifesto de fundação, Prestes retoma as bandeiras tenentistas dos anos 20 e tenta reagrupar as forças prestistas que desprezara em 1930. A ANL mobiliza amplos setores do país, mostrando a grande força, nunca antes unificada organicamente, do radicalismo pequeno-burguês e democrático, que conta ainda com o apoio operário. Não houve nenhuma participação camponesa significativa no movimento da Aliança Nacional Libertadora, mas esta talvez conseguisse mobilizar estes setores em torno do seu programa de reforma agrária (sobre o período que vai de 1922 a 1935, existe uma documentação em Silva, 1964 a 1969 A).

Contudo, a Aliança Nacional Libertadora chegara tarde. Os acordos de classe fundamentais estavam feitos. A burguesia industrial não estava disposta a dar um apoio consequente a um movimento insurrecional, sob a liderança do Partido Comunista, ainda que seu líder fosse o capitão Luís Carlos Prestes. A radicalização do confrontamento com as milícias fascistas do Movimento Integralista, dirigido por Plínio Salgado e claramente inspirado no nazifascismo, pela primeira vez punha o país diante de partidos organizados com orientações ideológicas claras.

A burguesia, que já conseguira uma forte participação no governo Vargas e um acordo com a oligarquia, preferia evitar este radicalismo. Em 1935, o levantamento da ANL viu-se abandonado por seus aliados burgueses e foi liquidado. Em 1937, o levantamento integralista será liquidado por Vargas, com grande apoio. Com a derrota da ANL e a dissolução do movimento integralista, abre-se o caminho para um regime de força organizado por uma constituição outorgada pelo chefe da nação, Getúlio Vargas. Redigida por Chico Campos, basicamente se inspirou no estado corporativo de Benito Mussolini.

A inspiração fascista do novo regime não correspondia à sua essência. Apesar dos grandes interesses comuns da burguesia brasileira com a Alemanha, a Itália e o Japão, no sentido de uma maior independência econômica dos Estados Unidos, ela se verá forçada a participar na guerra ao lado dos Aliados. Pressionado pela necessidade de ter um respaldo de massas e pela pressão norte-americana, Vargas se vê obrigado a respeitar os ideais democráticos das classes médias e a organizar, por outro lado, as suas bases operárias.

Ao mesmo tempo, aproveita-se da guerra para conseguir concessões dos aliados, particularmente dos Estados Unidos, que concederam ao Brasil as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional, base da futura industrialização pesada no país, em troca da sua participação como aliado na guerra.

O Estado Novo, de fato, completava as principais mudanças socioeconômicas que se iniciaram com a Revolução de 1930. Elas se resumiam em 4 pontos:

- 1) Um programa de industrialização que criasse as bases de um capitalismo avançado.
- 2) Um programa de participação operária controlada, de regulamentação das relações de trabalho e de estabelecimento de uma previsão social, que atraísse os trabalhadores à cidade e os disciplinasse num contexto de lealdade ao governo.
- 3) Um programa de reformas administrativas que fortalecessem o poder central (esperando condições políticas mais favoráveis para retomar o caminho eleitoral, até então dominado pelos latifundiários, que controlavam massivamente o voto camponês), moralizassem o serviço público, insti-

tuindo o concurso público e a carreira de servidor público e tecnificassem a administração, eliminando em parte o controle “clientelístico” estabelecido pelos políticos tradicionais sobre os cargos públicos.

- 4) Uma garantia de conduzir o país a uma política externa independente e de afirmação nacional, fortalecendo a participação do exército na administração pública de maneira que se garantisse os interesses nacionais e o fortalecimento das classes médias dentro do Estado.

4. O populismo e a aliança de classes

Como se vê, este programa tinha um claro conteúdo “democrático-burguês”, adaptado às condições específicas de um país dependente, seja pela sua negação ao radicalismo anticomunista ou de direita, como pelo seu claro conteúdo de desenvolvimento econômico e afirmação social, assim como por sua compreensão de quais eram os instrumentos políticos e institucionais necessários à realização de tais tarefas.

Neste último aspecto, a burguesia brasileira e a competente equipe de intelectuais e técnicos civis e militares que se encarregavam de representar os seus interesses demonstraram uma grande sensibilidade. O populismo de Vargas foi a expressão direta destas preocupações (suas elaborações teóricas e analíticas podem ser apreciadas nas coleções do *Boletim do MIIC* e da revista *Cultura Política*). Entretanto, não faltaram as justificações fascistas, como o racismo de Oliveira Vianna (1956) e o autoritarismo de Azevedo Amaral (1938).

Durante o Estado Novo conseguiu-se implantar definitivamente a legislação do trabalho, a previdência social e a legislação sindical no país, fazendo-os aparecer como uma “outorga” de Vargas aos trabalhadores brasileiros. Foi possível criar este mito porque as novas gerações operárias, recém-chegadas das zonas rurais para incorporar-se à onda industrial do país, desconheciam completamente as tradições revolucionárias do movimento operário. Com a liquidação da liderança comunista (que sucedera ao fracasso patente da liderança anarquista de 1917-1920) duramente reprimida na chamada “Inten-

tona” de 1935, o movimento popular e operário ficou enormemente debilitado e as concessões do chefe do Estado Novo apareciam como algo verdadeiramente pessoal e voluntário (sobre o movimento brasileiro do período, ver Pereira, 1962, e Dos Santos 1971 e 1978, 1974, 1978A).

Tais acontecimentos facilitaram a idealização da figura de Vargas como “o pai dos pobres”, o líder paternal dos trabalhadores brasileiros. Apoiado numa máquina sindical, montada a partir de cima com homens de sua confiança, Vargas criava a máquina política principal que o manteria no poder até 1945, e que o levou de novo à presidência nas eleições de 1950, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O outro braço político de Vargas, o mais difícil de controlar, era a máquina administrativa que montou ao redor dos “interventores” do governo federal nos Estados da Federação. Esta máquina era formada pelos “coronéis”, em geral originários da oligarquia latifundiária, mas se submetia ao poder dos líderes regionais em cada Estado, controlados pelos intervenientes nomeados pela Revolução. O latifúndio tradicional revelava assim suas limitações e sua dependência do poder estatal.

Por outro lado, apoiavam esta política organizados em sindicatos e em instituições de êxito como o SESI, membros eminentes da burguesia industrial do país, cujos líderes mais conhecidos foram Roberto Simonsen e Evaldo Lodi, entre outros. Estas forças se aglomeraram em torno do Partido Social Democrata (PSD) que, criado por Vargas em 1945, o apoiou algumas vezes e outras vezes o deixou sozinho com o PTB (como nas eleições de 1950).

O varguismo criava, assim, a nova tradição política do populismo: um estilo de liderança pessoal exercido em nome do povo, em torno de um programa muito geral de desenvolvimento industrial e justiça social. Além de seu estilo de liderança e utilização das massas, o populismo representava, na realidade, uma aliança de classes entre uma burguesia industrial, que conquistara um lugar importante, mas ainda precário, no Estado (cuja administração era exercida através de uma burocracia e tecnologia civil e militar e de uma pequena e seleta liderança de classe) e o seu principal apoio de massa:

o movimento operário, ainda incapacitado para se auto-organizar, sobretudo os seus setores mais atrasados (o semiproletariado e o proletariado não qualificado) e que aceitaram ser dirigidos por líderes burgueses ou por operários diretamente protegidos por eles: os “pelegos”.

Um grande setor menos favorecido das classes médias (os trabalhadores do comércio, os empregados da administração pública, que recebiam baixos salários, os profissionais, os técnicos mais modernos) foi também arrastado a esta aliança de classes, sob a hegemonia burguesa num primeiro momento, ou pequeno-burguesa no seu desenvolvimento posterior. Seja do ponto de vista político ou mesmo ideológico, esta aliança representava uma coalizão de forças sociais interessadas na industrialização do país.

Contudo, as classes médias mais educadas e com aspirações de ascensão social viam com grande desgosto esta aliança populista e realizavam uma impiedosa crítica de seus aspectos mais vulgares, como o carreirismo de alguns líderes, sua falta de educação formal, seu eventual autoritarismo, etc. Estas classes médias, unidas em torno dos líderes da União Democrática Nacional, terminaram se transformando numa presa fácil das oligarquias tradicionais ou das forças imperialistas pró-norte-americanas e/ou cosmopolitas e antinacionais (uma interpretação do período encontra-se em Ianni, 1965; o pensamento de Vargas na época do Estado Novo está nas suas obras reunidas em 1938. A revista *Opinião* publicou também alguns excertos do pensamento de Vargas. Ver também Dos Santos, Vânia Bambirra e Rui Mauro Marini que dão a versão mais adequada do fenômeno Vargas no contexto da luta de classes no Brasil).

Esta aliança básica de forças sociais se manteve até o golpe de 1964. Nesta oportunidade, já se incorporara à frente democrática e popular, de maneira rápida e maciça, o movimento camponês, força absolutamente ignorada até 1960 (uma história descritiva do período encontra em Skidmore, 1967).

Um bloco de forças deste tipo tinha que se apoiar em poucos princípios e em muitas técnicas de manipulação, que utilizavam basicamente os órgãos de governo, os meios de

comunicação e uma máquina eleitoral onde o clientelismo e a corrupção ocupavam um grande espaço. Mas é necessário analisar sua evolução.

Com a queda do Estado Novo, em 1945, e o restabelecimento de uma democracia liberal consolidada em uma Constituinte reunida em 1946, não se derrotou o esquema de forças varguista. A oposição perdeu sistematicamente as eleições até 1960, quando elegera Jânio Quadros como presidente, mas acompanhado do discípulo de Vargas, João Goulart, como vice-presidente. Na realidade, Quadros não representava a oposição liberal udenista, que lhe entregou sua legenda, e sim um novo estilo de populismo.

Os dois partidos varguistas, o de centro-direita (PSD) e o de centro-esquerda (PTB), se mantêm no poder juntos ou sucessivamente em todo o período. O candidato do PSD, o ministro da guerra de Vargas, durante o Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, foi o presidente no período de 1945-1950. Apesar de eleger-se com apoio de Vargas, governou através de uma aliança do PSD com a UDN. Vargas voltou ao poder em 1950, como candidato do PTB. Em 1955, Juscelino Kubitschek assumiu o poder, ao lado de Goulart, o sucessor indicado por Vargas, como vice-presidente, formando a união PSD-PTB. Em 1961 Quadros chegava ao poder com um programa que radicalizava em grande parte as teses do varguismo, ao qual se opunha em aliança com a UDN, mas tinha como vice Goulart, demonstrando-se assim claramente a preferência do eleitorado pelos líderes populistas.

Pouco meses depois de chegar ao poder, Quadros renuncia tentando liberar-se de uma forte pressão militar e política sobre o seu governo, que vacilava entre tendências políticas opostas. Em sua substituição, Goulart assume o poder, em 1961, apoiado por um amplo movimento de massas, iniciado no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola e que contou não só com a ação da Brigada Militar, como com a formação de milícias de operários, camponeses, estudantes e da população em geral, terminando por lograr a adesão do 3º Exército e do governo de Goiás e projetando-se para todo o país com a formação da “cadeia da legalidade”, que uniu várias estações de rádio e rompeu a censura estabelecida pela Junta Militar.

Para tomar posse, Jango enfrentou a oposição dos chefes militares, que formaram uma junta provisória de governo (derrotada pelo forte movimento legalista que descrevemos) e teve que aceitar como condição para evitar uma guerra civil um humilhante regime parlamentarista, que reduzia substancialmente seus poderes presidenciais.

Buscando restabelecer estes poderes presidenciais e realizar as “reformas estruturais”, Jango inicia seu governo num período de grande instabilidade, com a formação de vários gabinetes, marcados pelo insucesso, com o crescimento das greves gerais que paralisavam todo o país, com ameaças de golpe de Estado de distintas direções. É assim que convoca finalmente um plebiscito em 1963 e recebe o apoio da maioria do país para restabelecer seus poderes presidenciais e realizar as reformas de base.

Ao contrário do que pretendiam os autores comprometidos com a oposição udenista, o populismo demonstrou em 34 anos de poder um grande vigor político e um forte apoio de massas. No próximo capítulo estudaremos as origens da crise que o derrubou do poder, mas deveremos estudar anteriormente quais eram as orientações ideológicas que o conduziam.

5. O nacionalismo: ideologia da industrialização

Essas mudanças econômico-sociais, institucionais e políticas tinham suas expressões ideológicas mais ou menos conscientes. De fato, o nacionalismo foi a expressão mais radical da tentativa de levá-las às suas últimas consequências. A sua base social mudou muito. No princípio era uma ideologia do conjunto da burguesia e da pequena burguesia que lutavam pela industrialização. Posteriormente, a grande burguesia foi abandonando essa posição e assumindo a ideologia mais coerente do “desenvolvimentismo”, sobre o qual falaremos adiante. No final do período, somente a pequena burguesia e a classe operária tomaram a bandeira nacionalista, radicalizando o seu conteúdo e lhe dando um caráter predominantemente estatista e antiimperialista.

Nota-se que, desde o princípio do século XX e ainda no século XIX, o pensamento nacionalista já tinha uma certa consistência em nível de certas elites políticas e sociais. A sua elaboração se fez cada vez mais rica, chegando a encontrar uma amplíssima forma de expressão em economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos, que nos anos cinqüenta se reuniram no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Não cabe aqui estudar a origem e o desenvolvimento desse instituto, que teve um papel fundamental na vida cultural brasileira deste período. Façamos antes de tudo uma tentativa de descrever, de maneira fenomenológica, a essência do pensamento nacionalista, independentemente do que se cristalizara em alguma forma com algum autor específico. Os principais, entre outros, são: Celso Furtado (1959, 1962, 1964), Guerreiro Ramos (1961 A e B), Hélio Jaguaribe (1958, 1962), Nélson Werneck Sodré (1962, 1967), Álvaro Vieira Pinto (1960) e Ignácio Rangel (1957).

O ponto de partida do pensamento nacionalista é a comprovação da diferença entre o nacionalismo dos países desenvolvidos e o dos países subdesenvolvidos. Naqueles países, o nacionalismo seria um instrumento de expansão colonial, enquanto que nestes seria de caráter defensivo, procurando garantir as riquezas nacionais para usá-las plenamente no seu desenvolvimento. Tal atitude é necessária porque as forças dominantes dos países desenvolvidos mantêm uma política contrária ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Eles estão interessados em manter a divisão internacional do trabalho entre os países produtores de matérias-primas (subdesenvolvidos) e os países produtores de manufaturas (desenvolvidos), o que permite o seu domínio no mundo.

Tal situação conduz a duas alianças de classe (e o pensamento nacionalista brasileiro nunca se recusou a utilizar a análise de classes quando fosse necessário). De um lado, se juntam o imperialismo, o latifúndio e os comerciantes ligados ao setor exportador, contando com o apoio das classes médias alienadas, seja pela sua valorização do consumo, e portanto da importação de produtos de consumo com as divisas da exportação, seja pelo seu “moralismo” na política, que as faz valo-

rizar os aspectos morais sobre os econômicos. De outro lado, opõe-se a essa aliança a burguesia industrial, os operários e a classe média técnica, que se interessa pelo desenvolvimento econômico.

A liderança ideológica desta frente pertence em princípio à burguesia. Os trabalhadores são os “sócios” do desenvolvimento capitalista, que eleva o ingresso nacional, aumentando o montante da riqueza a ser distribuída. Se a burguesia se recusa a liderar esta frente, é necessário “agarrá-la pelo colarinho” e obrigar-a a liderar a luta pelo desenvolvimento, como dizia, numa forte expressão, o sociólogo do ISEB, Guerreiro Ramos.

É importante verificar que, desde 1954, o Partido Comunista do Brasil começou um processo de mudança de linha política que o levou a defender as mesmas posições do nacionalismo a partir de 1958, quando propôs a sua legalização e mudou o seu nome para Partido Comunista Brasileiro. A diferença estava no papel da burguesia na frente ampla nacionalista democrática: segundo o Partido Comunista Brasileiro, a classe operária disputaria a liderança no interior desta frente ampla, reconhecendo as possíveis vacilações burguesas.

O pensamento nacionalista – seja à direita ou à esquerda – dominou assim o conjunto do movimento político que defendia uma política de desenvolvimento, comprovando-se a flagrante hegemonia burguesa nesta sociedade, com relação sobretudo à expansão econômica que a industrialização conseguia realizar.

Para os nacionalistas era necessário combater sobretudo a ideologia liberal que se opunha ao protecionismo, à indústria nacional, à participação do Estado na criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento e à imposição de limites ao capital estrangeiro.

Neste campo, existia marcadas diferenças entre a esquerda e a direita do nacionalismo. Enquanto a esquerda, sob a influência dos setores operários e radicais da classe média, tendia à conformação de um forte capitalismo de Estado que alcançaria quase todos os setores (Petrobrás, Eletrobrás, Atomibrás, Ferrobrás, etc.), a direita do movimento chamava a atenção contra estes “excessos” e pensava no desenvolvimento econômico a partir do capital privado, adotando ao mesmo tempo uma

atitude mais conciliatória diante do capital internacional. Na realidade, a partir de 1958, quando se define a inviabilidade de um desenvolvimento industrial sem o capital estrangeiro, a burguesia industrial brasileira substitui facilmente o nacionalismo por uma nova ideologia que expressava melhor os seus interesses de classe: o desenvolvimentismo.

Paradigmaticamente, esta divisão se opera dentro do ISEB, quando um de seus fundadores, Hélio Jaguaribe, rompe com este Instituto, condenando as suas tendências sectárias. O seu argumento é muito claro: o nacionalismo é um instrumento para conseguir o desenvolvimento. Conseqüentemente, o desenvolvimento é o fim, e a partir desta perspectiva deve-se analisar o *meio*, que é o nacionalismo. Quando este serve ao desenvolvimento, é bom; quando se torna sectário contra o capital estrangeiro, se transforma num inimigo político.

O caminho do pensamento desenvolvimentista será discutido depois. Aqui somente se trata de mostrar a ambigüidade interna da ideologia nacionalista e suas conseqüentes limitações. Ao mesmo tempo, tais fatos revelam que a “purificação” do nacionalismo, desde 1958, corresponde mais à hegemonia dos setores pequeno-burgueses radicais e o crescente apoio de sua base operária, cada vez mais mobilizada com o avanço do processo democrático nos anos 50. Torna-se então paradoxal defender uma burguesia nacional que já se passara, nos seus setores mais significativos economicamente, ao campo oposto: à aliança cada vez mais estreita com o grande capital internacional na qualidade de sócio menor.

O nacionalismo é também favorável à centralização econômica, à redistribuição do ingresso, à reforma agrária (em geral a sua Ala esquerda) e a um conjunto de medidas sociais (educação popular, alfabetização, etc.) que conformem a aspiração de um capitalismo moderno, intervencionista, de estilo social-democrata, que promova o desenvolvimento nacional e independente da economia, a redistribuição do ingresso entre as classes e as regiões; elimine os “restos feudais” ou pré-capitalistas; democratize a sociedade e a política; moralize e racionalize a administração pública; desenvolva a educação; a ciência e a tecnologia, etc. Como conciliar contudo estes objetivos de equilíbrio e justiça social com a sobrevivência de

um capitalismo internacional cada vez mais monopólico, baseado no desenvolvimento desigual e combinado?

Como se pode ver, trata-se de criar as condições de uma sociedade burguesa moderna, sem contradições sociais, assim como a imagina o pequeno-burguês que vive na periferia do sistema capitalista moderno e não entende o seu caráter explorador. Esta forma utópica e idealista é, por um lado, resultado da necessidade burguesa de mitificar a sua sociedade e é, por outro lado, consequência do forte apoio pequeno-burguês a esta ideologia. Mas é também consequência das aspirações das grandes maiorias sociais que se refletem nesta ideologia que alcança o máximo grau de consenso.

Este utopismo não se reflete somente no plano da política econômica do Estado, como veremos, como também, sobretudo, na tentativa de fazer uma política externa de Terceira Força. Esta concepção se expressou na doutrina da "política externa independente" que Vargas, Kubitschek, Quadros e sobretudo Goulart tentaram em vão aplicar.

No próximo capítulo discutiremos mais detalhadamente o fracasso desta política. Sua conservação no poder era fruto de uma ilusão que não pôde ocultar contudo as contradições que esta doutrina expressava, as quais se originavam no caráter das forças sociais que, no plano nacional e internacional, a inspiravam.

A CRISE DA INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA E A AMEAÇA REVOLUCIONÁRIA

1. A industrialização e o capital estrangeiro

O esquema teórico e prático em que se fundamentava o nacionalismo populista tinha alguns princípios básicos que destacamos e que se resumiam na criação de uma economia nacional independente, sobre uma forte base industrial. Vimos que, no pensamento nacionalista, a industrialização era associada à liberação nacional. O imperialismo e a dependência eram vistos como expressão da economia agrário-exportadora. A liberação nacional e a independência se associavam com o desenvolvimento industrial dirigido ao mercado interno.

A realidade desmentiu de maneira definitiva essas premissas. É verdade que a industrialização, que se realizou nos anos 30 e 40, teve esse caráter nacional. Mas ela foi consequência de uma conjuntura internacional e nacional específica: a crise capitalista de 1929 e sua seqüela, a II Guerra Mundial. Nessa conjuntura, o capital dos países dominantes não tinha condições de se mover para o exterior, e ocorreu uma enorme queda no comércio mundial dos anos 30. Durante a II Guerra Mundial aumentam as compras de alimentos e matérias-primas por parte dos países beligerantes, mas as suas exportações são mínimas. Em tais condições, o capital nacional se viu com enormes *superavits* cambiais, com quase todo o mercado interno em suas mãos. Com o apoio do Estado, conseguiu alcançar as bases da industrialização.

A conjuntura posterior à II Guerra Mundial era, entretanto, o oposto. Terminada a situação de pleno emprego provocada pela guerra, cai drasticamente o mercado dos Estados Unidos e se produz um enorme excedente de capitais, que se destina à reorganização da economia européia e japonesa e aos países subdesenvolvidos. A partir desse momento, há um grande aumento das inversões norte-americanas nos países dependentes e no Brasil em particular.

Este novo surto de inversões diretas tinha características novas. Em primeiro lugar, tinha que retomar o controle dos mercados nacionais, já em grande parte integrados e defendidos por fortes barreiras alfandegárias. Em segundo lugar, tinha que estimular a exportação de produtos norte-americanos e, particularmente, ajudar a recuperar a sua indústria pesada, sob forte ameaça de recessão. Em terceiro lugar, tinha que ajudar a substituição do parque industrial norte-americano para lhe permitir incorporar maquinaria moderna que assimilasse o desenvolvimento tecnológico dos últimos anos¹, exportando essa maquinaria e instalações aos países dependentes.

Este conjunto de fatores fez com que o grande capital internacional com base nos Estados Unidos se visse na necessidade urgente de se mover rapidamente aos países dependentes, instalando novas indústrias e serviços para conquistar o mercado destes países e aproveitar-se da mão-de-obra barata e abundante que estes lhe proporcionavam.

A primeira etapa das novas inversões foi entre 1945 e 1950, quando se observou a necessidade de uma infra-estrutura energética e de transporte que permitisse absorver as novas inversões. Entre 1950 e 1955 há uma situação de conflito e indecisão. Entre 1955 e 1961 há uma nova etapa de acentuação das inversões. Entre 1964 e 1966 há um período de extensão de controle financeiro, e entre 1967 e nossos dias se inaugura um novo período, de características muito complexas. Para

1. Tem-se que considerar que o capitalismo do pós-guerra foi constantemente revolucionado pela rápida obsolescência tecnológica da sua capacidade instalada. O tempo de vida das instalações se fez extremamente curto. O recurso de exportar aos países dependentes suas máquinas é uma excelente saída para esta situação.

facilitar o entendimento do leitor com relação às mudanças qualitativas do Brasil contemporâneo, é necessário proporcionar-lhe um marco muito geral com respeito à história do movimento de capitais neste período. Por isso nos vemos na necessidade de fazer uma rápida caracterização de cada uma destas fases.

A primeira fase se situa entre 1945 e 1950. Nela o capital estrangeiro (quase totalmente norte-americano, devido ao debilitamento europeu e japonês neste período) instala, sobretudo, setores de montagem e finalização de produtos. Com a pressão do governo e dos industriais nacionais, instalam-se fábricas de peças de reposição no país. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano envia uma missão econômica (o mesmo ocorre em vários países) para propor um plano de desenvolvimento. Trata-se de forçar com pressões e créditos internacionais para que os governos nacionais instalem uma infra-estrutura que permita uma maior taxa de inversão do capital norte-americano.

O propósito de criar uma infra-estrutura coincide com o interesse do capital nacional. Mas seu interesse inclui também alguns setores básicos, que eram então controlados por capitais norte-americanos. Este era, sobretudo, o caso do petróleo, entendido corretamente pela burguesia nacional e os tecnocratas militares e civis como a base da autonomia nacional. Também era o caso do controle da energia elétrica em seu conjunto², das comunicações, do ferro e do aço, inclusive dos minerais atônicos. Contudo, segundo o plano norte-americano, a participação estatal deveria resumir-se em criar as condições infra-estruturais, com a ajuda do capital privado, para o aumento das inversões estrangeiras.

2. As inversões em energia elétrica somente eram lucrativas na medida em que contassem com um forte subsídio estatal ou com um sistema de preços livre, sob o controle dos monopólios. As companhias internacionais sempre procuraram garantir estas condições excepcionais, até a década de 1960, quando, diante da pressão por energia barata, preferiram chegar a um acordo para transferir aos Estados dependentes este setor já decadente para os lucros capitalistas. O mesmo se passou com o petróleo no final da década de 60, quando sua exploração foi entregue aos Estados nacionais dos países árabes, da Venezuela, da Indonésia, etc.

Entre 1950 e 1955 o capital nacional – unido em torno do segundo período do governo de Getúlio Vargas, consagrado por uma importante vitória eleitoral – tenta orientar a criação desta base de infra-estrutura para o seu próprio desenvolvimento, sentindo o crescimento da competição estrangeira. Mas neste momento o capital estrangeiro ainda é visto como interessado somente na produção exportadora, nos serviços públicos e nos minerais nacionais. Apesar de que, neste período, já começara a penetrar no setor industrial, não se via, por este lado, nenhuma ameaça concreta.

Mas a grande disputa em torno dos setores de infra-estrutura e os fortes sentimentos nacionalistas que despertava provocaram uma situação de conflito extremamente grave, que culminou com a tentativa de “impeachment” de Vargas, o seu suicídio, a magnífica carta-testamento que deixa como bandeira e fator de uma enorme mobilização de massas que contém o golpe de Estado que se armara contra ele e obriga a uma nova negociação entre as forças em confronto. Estes novos termos de um acordo, depois de marchas e contramarchas, vão se ajustar definitivamente entre 1955 e 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Neste novo período chegou-se a um acordo entre o capitalismo nacional e o internacional (agora não somente norte-americano, devido à recuperação da Europa e do Japão). Este acordo se produziu em torno de um programa de desenvolvimento econômico que indicava os setores nos quais devia penetrar o capital estrangeiro. O plano de metas foi a sua expressão concreta.

O capital nacional e sobretudo os tecnocratas que assumiram a direção da política econômica acreditaram, com certa razão, que impuseram ao imperialismo norte-americano suas condições. Sem uma política agressiva desenvolvimentista, dificilmente o capital europeu e o norte-americano se interessariam em criar uma indústria automobilística, com toda a linha de produção, no país, e muito menos o fariam em menos de três anos. Além do que, isso seria impossível sem o forte protecionismo cambial aos carros fabricados no país.

A outra cara desta política desenvolvimentista não aparecia de modo tão imediato. A criação, sob a hegemonia do

capital estrangeiro, da indústria automobilística, da indústria química, da indústria mecânica, da metalúrgica pesada e leve, no curto período de cinco anos (apoando-se, é claro, na infra-estrutura energética e de elaboração de matérias-primas, montada no país, entre 1945 e 1955) mudou qualitativamente a correlação de forças.

O novo setor industrial emergente se convertia no mais dinâmico fator da economia nacional. Toda ela tinha que ser reorientada em função de sua liderança tecnológica, organizativa e econômica. O capital nacional e os tecnocratas fizeram um esforço enorme, às custas de uma enorme exploração do proletariado e do setor agrário, para criar as bases da industrialização no país. Montaram inclusive um forte esquema de proteção de seu mercado nacional. Entretanto, quem levou o grosso dos frutos deste esforço foi o capital estrangeiro. A curto prazo a burguesia nacional teve de se contentar em se converter em seu sócio menor.

Entre 1961 e 1964 dá-se uma nova crise de relações entre o capital nacional e o capital estrangeiro para decidir onde se colocariam. Sob forte pressão popular, os governos de Quadros e sobretudo o de Goulart tentaram submeter o capital estrangeiro a um plano de desenvolvimento econômico reformista. Mas era impossível uma solução democrática nas novas condições geradas pelo capitalismo dependente do Brasil. O fortalecimento do grande capital internacional provocou uma forte concentração e monopolização dos principais setores econômicos que levaram a uma forte redistribuição da renda a favor do grande capital, desfavorecendo o pequeno e médio proprietários e sobretudo a grande massa operária³ e de baixos salários. Em tais circunstâncias, era difícil contar com o apoio político dessa massa para continuar este tipo de crescimento econômico (Pode-se encontrar uma descrição geral deste pe-

3. Houve uma melhoria salarial para os operários qualificados, que aumentaram em número e melhoraram as suas condições de vida no período. Estes setores se mostraram altamente combativos na luta pela melhoria de seu padrão de vida, encabeçando o movimento operário por lutas econômicas, pela democracia e pelo nacionalismo reformista.

ríodo em dois trabalhos nossos reunidos em Dos Santos, 1971 e 1978).

Por um lado, o capital estrangeiro começou a produzir rapidamente enormes lucros excedentes, que não encontravam possibilidades de inversão para atender um mercado interno reduzido, devido à negativa distribuição da renda e graças à sobrevivência de uma estrutura agrária tradicional, que isolava do mercado mais dinâmico cerca de 50% da população. Os lucros, obtidos em condições altamente favoráveis, eram mais do que suficientes para permitir novas inversões e ao mesmo tempo mandar enormes quantias para o exterior. Essas remessas não somente compensavam o novo capital que entrava, como também criavam um déficit na balança de pagamentos. Este déficit era ainda agravado pelo pagamento de serviços da dívida externa crescente, devido tanto à baixa do preço dos produtos exportados como ao aumento das remessas dos serviços do capital e das dívidas anteriores.

Esta situação mostrava para todo o país o fortíssimo domínio que o capital internacional exerce sobre ele. O repúdio a este domínio se fazia cada vez mais generalizado e tornava-se evidente que era impossível este modelo de crescimento sem o uso da força e sem aprofundar o processo de concentração e centralização econômica, através de uma forte centralização política.

A crise gerada por este conflito foi solucionada a favor da aliança entre o grande capital internacional e o nacional através de uma estreita associação regida pelos burocratas e tecnocratas civis e militares, depois de terminar com os setores dissidentes internos e com as organizações de massa. O golpe militar de 1º de abril de 1964, que levou ao poder o Marechal Castelo Branco, permitiu criar as condições políticas para impor até as últimas consequências esta relação de subordinação ao grande capital internacional.

Claro está que tal subordinação tinha que se dar com uma forte participação do Estado, a quem cabia tomar as medidas econômicas que garantissem o ressurgimento da economia com o mínimo de reformas sociais. É vergonhoso assinalar o fato de que a realização de algumas reformas mínimas e uma relativa modernização da sociedade, para permitir um novo

período de inversões, provocou o desarmamento ideológico de uma grande parte da intelectualidade de “esquerda”, gerando, inclusive, adesões entusiastas ao regime. Isto evidentemente só foi possível porque a chamada esquerda brasileira era, na sua maioria, simplesmente nacionalista e reformista. Os seus ideais estavam limitados ao desenvolvimento econômico e à afirmação nacional. Apesar de o novo regime não conseguir nem uma coisa nem outra, o puro fato de apresentar alguns modestos resultados favoráveis quebrou grande parte da resistência ideológica destes setores.

Desde 1964 a 1966 o Estado se preocupou basicamente em conter a inflação violenta, gerada pela especulação financeira e as fortes pressões monetárias derivadas do déficit cambial e das emissões que se realizaram entre 1955 e 1960. O seu objetivo era favorecer a concentração econômica, o equilíbrio financeiro e o ulterior auge de inversões. Essa estabilização monetária foi alcançada rebaixando os custos de produção, particularmente os salários dos trabalhadores, que foram reduzidos aproximadamente em 45% do seu poder de compra em apenas três anos. Não é necessário destacar a violenta repressão que foi necessária para obrigar esta classe a aceitar uma tal redução de seus níveis de vida. Mas esta tarefa foi facilitada pelos mecanismos cíclicos, devido à forte recessão que viveu o país entre 1962 e 1966. A recessão leva ao desemprego, à desorganização e à desmobilização das classes assalariadas.

O curioso desta etapa é que o capital estrangeiro quase paralisou a sua entrada no país, assim como as suas reinversões em todo o período. Dedicou-se basicamente a utilizar seus elevados excedentes para comprar empresas debilitadas pela crise econômica e para remeter ao exterior os seus lucros.

Somente voltou a inverter no país a partir de 1967, com o início da recuperação econômica que, como vimos, foi obtida sobretudo às custas de aumentar enormemente a taxa de lucros com base na baixa dos salários. A retomada das inversões se fundamentou também numa renovada confiança no Estado que conseguiu, em parte, limpar a ferro e fogo as finanças nacionais.

O movimento de capital, no começo deste novo período de recuperação, a partir de 1967, se dirigiu fundamentalmente ao

financiamento do capital de giro das empresas, porque o grosso das novas inversões utilizou uma enorme capacidade instalada, subutilizada no período da crise. Ao mesmo tempo, a criação de um clima de otimismo capitalista e a organização de um mercado de capitais aberto ao capital estrangeiro altamente especulativo permitiu uma forte “entrada” de capitais sob a forma de compras de papéis ou ações que se apresentavam como gigantescos projetos de inversão.

A descrição muito geral do conjunto da história da inversão estrangeira no país nos serviu para mostrar, de um lado, a direção geral do processo e, de outro, a crise que gera em níveis sempre novos. As inversões de 1945-1950 levaram à crise de 1950-1954. As de 1955-1960 levaram à crise de 1961-1966. As de 1967-1973 abriram caminho a uma nova crise, que analisaremos no próximo capítulo⁴.

No presente capítulo o que nos interessa é estudar as duas crises geradas entre 1950-1954 e 1961-1964, como também as suas consequências políticas e ideológicas.

2. O fracasso do nacionalismo como política econômica

O nacionalismo, como política econômica, nasceu nos anos 30 e assumiu uma forma teórica madura no final da década de 40. Como vimos, os elementos fundamentais desta política eram:

a) Controle das divisas obtidas com as exportações para conseguir, de um lado, impedir a importação de produtos industriais que pudessem competir com os nacionais e, de outro, facilitar a importação de máquinas e matérias-primas para a indústria nacional. Os mecanismos utilizados foram os mais diferentes possíveis e seria exaustivo deter nossa atenção

4. Como este texto foi escrito originalmente em Dos Santos (1974), a crise de 1974 aparecia nele como uma previsão. Mas hoje tratam-se de fatos que analisamos em outras partes deste livro.

em tais aspectos. É necessário levar em consideração os conflitos que esta política sempre causou com as oligarquias exportadoras, que perderam o controle das divisas obtidas com a exportação de seus produtos.

b) A formação de uma infra-estrutura de energia, transporte e comunicação em geral, a cargo do Estado, para oferecer serviços baratos aos inversionistas privados. A execução desta política passava por um enfrentamento com os interesses mais atrasados do capitalismo estrangeiro, interessado em manter sob o seu controle as fontes energéticas, as minas e os outros recursos nacionais. O movimento armado de 1930 assegurou a propriedade estatal sobre o subsolo brasileiro, mas fez várias concessões ao capital estrangeiro para a exploração de minas, recursos energéticos e serviços públicos.

A burguesia lutou para garantir a propriedade nacional do subsolo e a utilização dos principais recursos nacionais. No período do segundo governo de Vargas, entre 1950-1954, os seus assessores elaboraram projetos de criação de sociedades anônimas nacionais, com propriedade majoritária do Estado, nos campos de petróleo (que foi objeto de longa luta no Brasil, culminando com a formação da Petrobrás, estudada por Cohn, 1969), da energia elétrica (Eletrobrás), dos minerais de ferro (Ferrobrás), do aço, dos minerais atômicos (Atomibrás) etc.; além disso se pensou e se realizou um grande plano de criação de estradas e, secundariamente, de outros sistemas de transporte. De todas essas medidas, realizaram-se aquelas em que o Estado passava a inverter nos setores de maior concentração de capital e menor taxa de lucro, reservando ao capital privado os setores de maior lucratividade. Tal política não fez mais do que refletir a lógica do capitalismo monopólico, que utiliza o Estado como auxiliar direto para a reprodução ampliada da economia e para a elevação da taxa de lucro do capital privado.

c) A ajuda direta à indústria nacional, através de isenções fiscais, facilidades de locais, fixação de preços altos, financiamento barato (muitas vezes eram verdadeiras doações, porque eram rapidamente consumidos pela inflação), aquisição de

produtos pelo Estado. Algumas indústrias, como as de construção, foram criadas e sobreviveram quase que exclusivamente às custas do consumo ou do financiamento estatal.

Entre todos os mecanismos, um dos mais importantes – apesar de não ser oficialmente admitido – é a chamada “corrupção administrativa”, que consta de um intercâmbio de favores entre funcionários públicos que lidam com recursos financeiros do país e os particulares que lhes pagam uma comissão para obter seus favores. Muitas vezes, o funcionário e o empresário pertencem ao mesmo grupo econômico. Estas práticas, muito comuns em todos os países capitalistas, particularmente nos períodos de acumulação primitiva de capital, assumem em países como o Brasil formas extremas, facilitadas pela ausência de uma opinião pública e de um movimento popular forte para coibi-las. Pelo contrário, o populismo, sob a hegemonia burguesa, ao submeter ideologicamente o proletariado, corrompe os seus dirigentes e os assimila a estas práticas. A bandeira de luta contra a corrupção esteve, em geral, nas mãos dos setores das classes médias e das oligarquias rurais, que sempre receberam porções menores nesta divisão ilegal dos excedentes econômicos criados pelos trabalhadores.

Deve-se assinalar que todas as formas de subsídio estatal, inclusive a corrupção, foram rapidamente incorporadas pelas empresas estrangeiras que se instalaram no país e passaram a se beneficiar de todo sistema de ajuda do Estado à indústria nacional. Além disso, essas empresas dispõem de mecanismos de ajuda ainda mais amplos, sob a tese de que é necessário “atrair o capital estrangeiro”. A este são dadas, através de órgãos do governo, portarias e instruções especiais (inauguradas pela famosa Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, SUMOC), facilidades para importação de produtos, terrenos, ajuda para instalação, isenções de pagamentos de impostos, créditos prioritários, etc.

Ao final da década de 1950 os industriais brasileiros protestavam contra tais excessos de facilidades que permitiam às empresas estrangeiras obter lucros extraordinariamente altos, em detrimento das empresas nacionais.

d) Uma política de formação técnica de mão-de-obra, de garantia de certos direitos básicos da força de trabalho, de

visão social, etc., que permitisse atrair mão-de-obra rural, eximindo os patrões das responsabilidades paternalistas herdadas das estruturas pré-capitalistas e criando as bases de uma moderna economia capitalista. Eis a versão local do Estado de bem-estar do capitalismo desenvolvido.

e) Uma política de modernização dos serviços públicos, para ajustar o aparelho estatal às necessidades do desenvolvimento capitalista. Este último aspecto, e parte das proposições anteriores, eram neutralizados em boa parte pela chamada "corrupção administrativa". Entretanto, tal contradição é inevitável, porque esta é uma necessidade intrínseca da acumulação primária e, em boa parte, do sistema capitalista em geral, como vimos anteriormente.

O conjunto dessa política foi, em geral, aplicado pelos mais diferentes governos, mas em vez de favorecer o desenvolvimento do capital nacional, como se previa, serviu para abrir as portas do sistema empresarial do país ao capitalismo internacional. O que se conseguiu, como já dissemos anteriormente, foi somente obrigar este capital a se instalar no interior do país e particularmente de acordo com um plano de desenvolvimento nacional. Mas este mesmo fato pode ser visto a partir de um outro ponto de vista: o capital internacional utilizou a política nacionalista e os planos de desenvolvimento nacional para criar uma nova fonte de inversões com altas taxas de lucros. Na realidade, no final de 1940, as grandes empresas internacionais já haviam elaborado uma estratégia mais ou menos definida nesta direção.

No final da década de 1950 e começo da década de 60, a burguesia se viu na necessidade de enfrentar e resolver o seguinte dilema: ou abandonar definitivamente suas pretensões de desenvolvimento nacional autônomo e aceitar a condição de burguesia dependente, sócia menor do grande capital, com o qual se limitava a negociar melhores condições de subordinação, ou radicalizar o seu programa nacionalista estabelecendo medidas diretas de repressão à entrada e saída de capitais estrangeiros.

Entretanto, esse dilema se dava, numa complexa conjuntura nacional.

O desenvolvimento capitalista dependente criou profundos problemas nas relações econômicas externas do país. Como vimos, as empresas estrangeiras levavam mais lucros do que faziam entrar como capital no país. Ao mesmo tempo, os preços dos produtos de exportação caíam e aumentavam os custos de fretes e seguros pagos para o transporte desses produtos. Para financiar a entrada dos capitais estrangeiros e comprar produtos impostos pela chamada “ajuda externa”, contraíam-se enormes dívidas com os países dominantes, particularmente os Estados Unidos. O resultado dessa situação estrutural era um aumento constante do déficit da balança de pagamentos. Para pagar tal déficit usavam-se novos empréstimos com juros não compatíveis com nenhuma verdadeira “ajuda”. No final do período, somente os pagamentos de serviços da dívida externa já chegavam aos 40% do total de receitas com a exportação.

Desta maneira, não havia outro caminho para conseguir um desenvolvimento nacional senão paralisar esta sangria, negando-se a pagar a dívida externa, limitando ou impedindo a saída de lucros do capital estrangeiro e diminuindo o pagamento de fretes e seguros, através da criação de uma marinha mercante nacional. Entretanto, esta política era absolutamente conflitiva com o grande capital e as potências que o apoiavam.

Como veremos, ao realizar o golpe militar de 1964, a burguesia brasileira preferiu o caminho da conciliação: entregou a força de trabalho e as riquezas minerais brasileiras ao capital estrangeiro para aumentar fortemente as exportações e para pagar, assim, parte das dívidas contraídas. Tal “saída” levava contudo a uma contradição. Este processo levava, como veremos, a uma reprodução ampliada das causas da crise, ao elevar as remessas de lucros, o volume dos fretes e seguros (somente em parte atendidos pelo Brasil) e o volume da dívida externa⁵.

5. Em 1972, estávamos num momento de uma aparente mas altamente divulgada bonança da nossa balança de pagamentos. Em 1983 e 1987, a realidade confirmou dramaticamente nossas afirmações. E devemos repeti-las: se o Brasil continuar tentando pagar a dívida com o aumento das exportações, em 15 anos estaremos nesta mesma situação de escravos do sistema financeiro internacional, ao qual continuaremos pagando a derrama que pagávamos à Coroa portuguesa na Colônia.

É evidente que as dificuldades desta solução, que se adotou como resultado da vitória contra-revolucionária de 1964, e a quase completa submissão que ela implica, levou a burguesia a vacilar entre os dois caminhos durante algum tempo. O movimento popular favorecia evidentemente o caminho do enfrentamento com o capital estrangeiro, assumindo a liderança da política nacionalista diante das vacilações das lideranças burguesas. Ao ver-se em tal posição, o movimento popular tenderá a radicalizar o conteúdo antiimperialista do enfrentamento e fará com que a burguesia, na sua imensa maioria, passe definitivamente a defender uma política de acordo com o grande capital internacional, o que se concretiza no golpe militar de 1964 e no regime ditatorial que o seguiu. Na realidade, o caminho do enfrentamento não poderia jamais ficar nos marcos reformistas e teria que levar à criação de um poder popular, que conduziria o país ao socialismo. Entre esta saída e a entrega ao capital internacional não existia outra alternativa para a burguesia.

Por outro lado, existiam outros problemas que agravaram a situação geral: o grande crescimento industrial do período não foi acompanhado por um aumento significativo da demanda interna.

Isso ocorreu devido ao caráter monopólico, concentrador e excludente do desenvolvimento capitalista dependente. As empresas criadas neste período procuram atender à mais significativa e concentrada demanda do país, que são os setores de altos ingressos. Os grandes avanços industriais do período afetam sobretudo o crescimento do consumo de produtos sofisticados e tecnologicamente muito complexos, e só marginalmente se cria uma indústria de base, isto é, na medida em que ela é necessária para assegurar esse crescimento. Empresas muito concentradas que dominam monopolicamente mercados também altamente concentrados e que empregam relativamente pouca mão-de-obra criam um tipo de desenvolvimento do qual ficam excluídas as grandes massas do país e fazem do desenvolvimento monopólico e dependente uma versão explosiva de crescimento econômico, na qual as contradições assumem uma agudeza extrema. Analisamos em outra oportunidade este fenômeno que chamamos de novo caráter da dependência (Dos Santos, 1971) e não cabe aprofundá-lo aqui.

Dante desta situação estrutural cabiam somente dois caminhos alternativos. De um lado, havia a possibilidade de procurar uma ampliação do mercado interno através de uma reforma agrária. Esta permitiria integrar no mercado enormes populações camponesas, submetidas a regimes de pagamento não monetários ou a baixíssimas remunerações. Ao mesmo tempo colocava-se a necessidade de uma redistribuição da renda que viesse a favorecer as populações marginais urbanas e assalariadas, cuja imensa maioria vivia, e ainda vive, em proporções e quantidades crescentes, numa situação de absoluta pobreza.

Tais medidas levavam, entretanto, a consequências contraditórias. Elas obrigavam a um enfrentamento com a oligarquia rural e seus aliados urbanos, nacionais e internacionais, que somente poderia triunfar através de decididas mobilizações de massa camponesas e urbanas. Ao mesmo tempo, a reforma agrária poderia levar a questionar a propriedade privada em geral. É necessário assinalar também que já existiam, no campo brasileiro, vastas propriedades latifundiárias sob uma exploração capitalista. Daí que a burguesia buscassem sempre separar, de suas tímidas agitações de reforma agrária, o chamado latifúndio produtivo do "improdutivo". Mas quem poderia deter, nestes estreitos limites, o movimento camponês que nascia por trás da agitação pela reforma agrária, fazendo tremer o próprio sistema? Contudo, era inevitável procurar alguma solução para enfrentar o grande problema agrário brasileiro. Mais de 40 milhões de camponeses sobreviviam em uma situação de miséria desesperante, ao lado do luxo dos patrões, o que os levava a emigrar em massa para os centros urbanos e provocava o crescimento anárquico das grandes cidades, transbordantes de populações marginalizadas.

As medidas de redistribuição da renda em favor dos assalariados poderia levar, por um lado, a uma queda da taxa de lucros, desestimulando a inversão capitalista e obrigando o Estado a assumir diretamente a responsabilidade do desenvolvimento do sistema produtivo. Tanto o capital nacional como o estrangeiro se recusavam a operar sem uma alta taxa de lucros, procurando, em caso contrário, outros centros de inversão e fazendo cair a taxa de crescimento do produto. Somente o Estado poderia manter as altas taxas de inversões necessárias

para o desenvolvimento em tais condições. Aumentar a participação estatal na economia parecia ser uma solução para todos os problemas setoriais: Petrobrás, Eletrobrás, Atomibrás, Minerobrás (Vale do Rio Doce!), Embrafilme etc. etc. Estas medidas eram reivindicadas em todos os setores do movimento de massa, deixando clara uma contradição crescente entre um desenvolvimento econômico popular e um capitalismo liberal. Desse imenso projeto de capitalismo de Estado, aliado a uma concepção democrática e participacionista do poder político e uma aspiração cultural de soberania nacional, nascia uma proposta ainda mais radical, na medida em que todas as forças do capital se agregaram numa proposta econômica liberal e politicamente autoritária: o socialismo passava a aparecer com um objetivo imediato a ser alcançado pela radicalização do programa nacional democrático e começava a ser agitado no país.

Não interessava mais à burguesia o reformismo. Este se convertera na ante-sala do socialismo. Devido a esta situação objetiva e subjetiva, a burguesia brasileira optou pela contrarrevolução e por uma aliança desfavorável com o grande capital internacional, com o latifúndio e com os setores reacionários da pequena burguesia e da classe média. A direita militar, aproveitando-se de uma conjuntura geral favorável, foi o centro deflagrador do golpe de 1964, que, articulado pelos próprios representantes do grande capital, consagrou um caminho totalmente diferente para resolver, pelo menos provisoriamente, o problema do mercado interno e das relações econômicas internacionais de uma maneira que o esquema populista não pôde prever nem responder. No próximo capítulo analisaremos mais detalhadamente este caminho.

Entretanto, deve-se assinalar as características básicas da resposta burguesa ao problema do mercado, para dar ao leitor uma visão geral do tema proposto. Já que se tratava de não tentar aumentar o mercado interno pela reforma agrária, nem de redistribuir a renda em favor dos assalariados, só cabiam três caminhos combinados: a) aumentar as exportações, diversificando-as para o setor industrial, devido à rebaixa do preço do café e dos produtos primários, e pelo que representavam os produtos manufaturados como aumento do valor agregado em cada produto exportado; b) aceitar a redistribuição regressiva

da renda em favor das camadas de altas rendas, para aumentar o consumo de produtos de tecnologia sofisticada, que levaria a aumentar as inversões, sobretudo das corporações multinacionais, fabricantes destes produtos; c) para fazê-lo, era necessário aumentar o consumo estatal, particularmente o militar, e facilitar a criação de um mercado de capitais que permitiria concentrar ainda mais a renda nas mãos do grande capital, assim como se deveria criar todo tipo de mecanismos de subvenção ao setor privado para aumentar a taxa de lucros e, consequentemente, as inversões.

Tal plano passava por uma política de estabilização monetária firmemente apoiada na redução dos salários reais dos trabalhadores, na contenção do crédito, sobretudo aos pequenos proprietários e às firmas despreparadas técnica e administrativamente, na diminuição da dívida pública e na diminuição das importações, para reduzir o déficit externo. Tal política era evidentemente transitória, pois visava à recuperação da taxa de lucros, permitindo passar a uma nova etapa do crescimento econômico⁶.

No próximo capítulo analisaremos detalhadamente esta política global da burguesia. De imediato, veremos as repercuções da crise no plano político e ideológico.

3. O fracasso do nacionalismo como ideologia e a radicalização política

A incapacidade da burguesia emergente de realizar o programa que agitou nos anos 30 e 40 provocou uma profunda crise ideológica e política. Nesse período, o nacionalismo se transformou de uma ideologia essencialmente burguesa numa ideologia pequeno-burguesa e operária. Como vimos, na segunda década de 50 um setor considerável dos ideólogos do

6. Nossa visão da racionalidade capitalista da política de estabilização monetária do Fundo Monetário Internacional e de sua versão local elaborada por Roberto Campos foram sempre alguns dos pontos fundamentais de nossas divergências e polêmicas com o reformismo latino-americano (Ver Dos Santos, 1978 A). Este via nas políticas de estabilização um processo recessivo que levava à desindustrialização do país e não a uma renovação de acumulação capitalista.

desenvolvimento nacional independente rompeu com o “nacionalismo sectário”, em nome da preponderância do desenvolvimento econômico sobre os objetivos nacionais. Estes eram, segundo eles, um instrumento para alcançar o desenvolvimento, que era o objetivo máximo do homem em geral. Tratava-se de reencontrar-se com o pensamento liberal-burguês que, por princípio, foi sempre cosmopolita, livre-cambista, internacionalista e modernizador. Claro está que poucos ex-nacionalistas poderiam dar um passo tão grande nessa direção, e muitos procuraram fórmulas intermediárias, adaptadas à situação do país e à base social pequeno-burguesa que os inspirava.

Por outro lado, o liberalismo burguês clássico, apoiado pelos velhos defensores da divisão internacional do trabalho, que preconizavam um país predominantemente agrícola e exportador, como Eugênio Gudim, foram cedendo o passo a um pensamento burguês neoliberal, que reconhecia a existência do monopólio e do papel do Estado na acumulação e reprodução do capital, assim como valorizavam a programação e a intervenção estatal. Todas estas características se reuniam na figura de Roberto Campos, nesta época embaixador do governo de Goulart nos Estados Unidos, anterior colaborador de todos os governos: assessor de Quadros, chefe do Banco de Desenvolvimento de Kubitschek e um dos autores do “Plano de Metas”, colaborador do segundo governo de Vargas e do anterior governo do Marechal Eurico Dutra. Era, pois, o homem indicado para gerir a política econômica do regime militar instaurado em 1964.

O pensamento nacionalista também se via atacado pela esquerda. No princípio da década de 1960 houve um grande despertar de estudos marxistas no Brasil, com o aparecimento dos seminários sobre *O Capital* de Marx, a edição de livros técnicos, metodológicos e de análise marxistas da realidade brasileira, tendência que se inscrevia dentro do processo mundial de renascimento do marxismo como pensamento científico e revolucionário. Este surgimento não se manifestou somente na vida universitária, onde não resultou em geral numa perspectiva militante, mas também em novas organizações políticas, como a Organização Marxista Revolucionária Política Operária (POLOP), que chamava a retomar o marxismo clás-

sico, opondo-se ao nacionalismo burguês como fonte estratégica e de doutrina política. No Partido Comunista Brasileiro, apesar de sua inflexão no caminho do nacionalismo democrático, a partir de 1958, houve uma evidente renovação intelectual, estimulada pela luta ideológica em ascensão em todo o país. O nacionalismo começou a ser sistematicamente atacado por um setor da esquerda, que criticava sua análise da realidade internacional e nacional e sua proposta política. Em primeiro lugar, o ataque se dirigia contra a sua base teórica e metodológica, de inspiração existencialista, que partia do enfoque dos problemas do subdesenvolvimento a partir da situação existencial do "ser colonizado", e não a partir de uma análise do sistema econômico mundial, em que se fundava esta colonização e que mostrava o seu conteúdo de classe. Em seguida, as armas da nova esquerda iam contra a concepção de que o desenvolvimento capitalista do país se fazia essencialmente em oposição a uma economia agrária feudal. Esta tese permitia apresentar os problemas nacionais como consequência de uma economia pré-capitalista, quando a evidência histórica mostrava a incapacidade do próprio sistema capitalista para resolvê-los, assim como mostrava o capitalismo como a fonte fundamental do caráter atrasado da economia e da sociedade. Denunciava-se então o nacionalismo como uma posição doutrinária que, apesar de seus ataques ao imperialismo norte-americano, procurava mostrar o capitalismo como o modelo ideal de sociedade à qual se deveria chegar através do desenvolvimento e da superação dos obstáculos pré-capitalistas.

Resumindo, vemos que, no final da década de 50 e começo da década de 60, o desenvolvimentismo substituía o nacionalismo no pensamento burguês; este se fazia cada vez mais anticomunista e também autoritário, apoiando a centralização administrativa e política e o fortalecimento do Estado burguês e do plano econômico, em aliança com o grande capital (veja-se a tese do neobismarkismo, de Hélio Jaguaribe, 1962). Surgiam, ao mesmo tempo, organizações claramente fascistas reunidas pelo grupo Tradição, Pátria e Família, que chamavam à derrubada do governo e à implantação de um regime de força.

Por outro lado, o pensamento propriamente nacionalista se radicalizava e tomava um conteúdo mais antiimperialista, tendendo a reforçar o capitalismo de Estado e a impulsionar um

forte processo de reformas de base, com a perspectiva de criar as bases de uma sociedade socialista. Apesar de, até o golpe de 1964, este movimento continuar sob uma liderança eminentemente burguesa, a base social desta posição era cada vez mais operária e pequeno-burguesa radical. Enquanto o setor mais centrista do movimento, comandado pelo então presidente João Goulart, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, continuava insistindo no conteúdo nacional-popular do programa e em acentuar o seu conteúdo antiimperialista, as reformas de base e suas tendências socialistas, o grupo trabalhista mais radical, comandado por Leonel Brizola, no sul, e em parte por Miguel Arraes, no nordeste, procurava acentuar o caráter de massa da luta e o enfrentamento social radical (Brizola propôs, no discurso da grande concentração de 13 de março de 1964, a criação de uma Constituinte de Operários e Camponeses), e radicalizaram o programa nacionalista até convertê-lo num programa de liberação nacional, antiimperialista, antioligárquico e, em parte, antimonopólico. Brizola chamava à constituição do Grupo dos Onze, centros de resistência democrática ao Golpe de Estado, como forma de mobilização permanente da cidadania.

O desenvolvimento de organizações revolucionárias marxistas encontrava-se à sua esquerda. Além da referida POLOP, criou-se em 1962 o Partido Comunista do Brasil, dissidência maoísta do PCB, surgiram as Ligas Camponesas, que deram origem ao Movimento Radical Tiradentes, este fenômeno extremamente novo, a Ação Popular, organização então definida como da esquerda cristã. Estas forças tinham diferentes posições com relação ao governo Goulart e sobre o caráter da revolução brasileira (*ver o livro de Moniz Bandeira, 1978*). Entretanto, elas tinham alguns pontos em comum que as situavam à esquerda das tendências referidas anteriormente: todas buscavam preparar-se para um enfrentamento armado e mantinham uma posição crítica diante do governo Goulart (no caso do PCdoB, existia uma aberta oposição a Goulart; no caso da AP havia uma colaboração crítica com o mesmo).

O espectro ideológico se radicalizava de uma maneira muito evidente. De um lado, a ideologia burguesa ia se colocando cada vez mais à direita, seja com relação à sua conciliação com o imperialismo, seja no abandono das bandeiras

reformistas, no anticomunismo e sobretudo no apoio ao autoritarismo político como saída para a crise, tese apoiada de maneira mais radical por tendências claramente fascistas. De outro lado, o pensamento nacionalista se fazia antiimperialista, reformista radical e pró-socialista, surgindo tendências cada vez mais radicais no espectro ideológico, que propunham a necessidade de uma clara liderança operário-campesina do processo e preconizavam a forma armada de enfrentamento contra o golpe de direita.

Do ponto de vista político verifica-se a mesma dinâmica. As organizações políticas existentes foram-se polarizando em diferentes correntes e foram surgindo novas organizações, como desprendimentos cada vez mais radicais das forças políticas convencionais.

Dado o caráter pouco doutrinário dos partidos políticos tradicionais no Brasil, os grupos nacionalistas mais ou menos radicais foram surgindo em todos eles, e no seu conjunto formaram no Congresso a Frente Parlamentar Nacionalista. Do outro lado, a direita organizou uma Frente Parlamentar Democrática. Estas frentes não comprometiam os partidos no seu conjunto, mas tinham no PTB, de um lado, e na UDN, de outro, seus principais eixos. Elas tinham um caráter mais ideológico que orgânico, mas tendiam rapidamente a sobrepassar este nível.

Ao mesmo tempo foram se articulando e crescendo setores do movimento popular que se combinavam com o nível parlamentar. Deve-se anotar sobretudo o surgimento do Comando Geral dos Trabalhadores (ver Lucília de Almeida Neves, 1981) como expressão de um grande processo de organização e participação política da classe operária, que culminou no Congresso dos Trabalhadores em 1960, no Rio de Janeiro; o crescimento das Ligas Camponesas, associações camponesas e sindicatos, que realizaram um Congresso Nacional Campônês em Belo Horizonte, 1961; o desenvolvimento do movimento estudantil, dirigido pela União Nacional dos Estudantes e pela União Brasileira de Estudantes Secundários, que chegou ao ápice da sua combatividade nesse período. Os militares também se organizaram parassindical e politicamente, com reivindicações de classe e políticas, em agrupações tais como:

os Oficiais Nacionalistas, o Comando Nacional dos Sargentos, as Associações de Cabos e Marinheiros, com as suas respectivas lideranças nacionais. Todas estas forças se uniram, no fim de 1963, numa Frente Nacional de Mobilização Popular, com o apoio das organizações políticas de esquerda e sob a liderança de Leonel Brizola.

Dados estes novos termos da luta popular, ficava claro que a luta de classe assumia um novo nível e se formava o germe de um novo poder, que ultrapassaria qualquer tentativa de governo nacionalista e democrático. As forças ligadas aos interesses dominantes desistiram de qualquer caminho pacifista para retomar o controle da situação. Desta forma, alguns grupos que vinham conspirando há muito tempo, nas forças armadas e fora delas, passaram a atuar com um forte apoio da classe dominante em sua maioria. Formaram-se agências destinadas a financiar campanhas eleitorais, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que foi objeto de uma investigação parlamentar, e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), para a divulgação de material de propaganda e articulação dos empresários participantes da conspiração (um estudo completo do papel do IPES no golpe de 1964 se encontra em René Dreifuss (1981); passou claramente ao contrabando de armas, a organizar o apoio material em dinheiro, armas e equipamentos, etc., diretamente das fazendas e das empresas. E se iniciou uma etapa de mobilização fascista cada vez mais intensa, até que se organizou a grande passeata por "Deus, a Liberdade e a Família", que foi a demonstração final de força do esquema golpista e o sinal para a etapa decisiva. Em todo este trabalho conspirativo, a CIA e o próprio embaixador norte-americano Lincoln Gordon tiveram um papel fundamental, tal como se tornou público posteriormente, com os papéis do arquivo de Lindon Johnson (uma importante descrição do período encontra-se em Moniz Bandeira 1973 e 1978).

O golpe se precipitou, entretanto, quando se provocou um incidente que expressava a profunda rebelião das tropas contra as condições repressivas que prevaleciam nas Forças Armadas. Os marinheiros se viram enfrentados com o Ministro da Marinha, que não aceitava a formação de uma Associação de Cabos e Soldados. Ao se realizar um congresso desta associação no

Sindicato dos Metalúrgicos, o ministro enviou as suas tropas para reprimir-lo. As tropas abandonaram as suas armas e aderiram à reunião. Como o governo de Goulart chegou a um acordo com os marinheiros rebeldes, a maioria dos militares neutros sentiu que se abalava definitivamente o conceito de disciplina, e o comando golpista decidiu precipitar, nestas condições, o golpe. Seu principal dirigente era o próprio Chefe do Estado Maior das Forças Armadas do governo de Goulart, o Marechal Castelo Branco. Entre os demais dirigentes estavam dois governadores de Estado e várias figuras ilustres da República. O golpe começou pela declaração de insurreição do governo do Estado de Minas Gerais, no centro do Brasil. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, aderiu logo em seguida. Em uma entrevista posterior à imprensa declarou que Minas Gerais contava com o apoio militar do governo norte-americano, que introduziria as suas tropas através do Vale do Rio Doce para apoiar o governo provisório em Minas. Ao mesmo tempo, não somente o governo norte-americano reconheceu diplomaticamente o governo golpista, antes mesmo da sua consolidação, como também a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) e até o Buró Federal de Inteligência (FBI) cumpriram um papel fundamental em todo o processo conspirativo, como ficou claro por uma carta confidencial de Hoover, que se fez publicar posteriormente e pelas declarações do então embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, no senado norte-americano (leia o apêndice de Skidmore (1967) sobre a participação norte-americana no golpe de 1964).

Aqui não é o lugar para fazer uma descrição minuciosa do golpe de Estado de 1964. Fizemos alguns estudos sobre este tema em outros dois livros (Dos Santos, 1971, reúne os dois livros de 1968 e 1969). O que nos interessa assinalar neste capítulo é a medida em que o processo político e ideológico, que deu origem ao golpe de 1964, era produto de uma crise profunda, que levava inevitavelmente a um confronto radical entre o movimento popular e a classe dominante. Sendo este confronto tão radical, como descrevemos neste capítulo, havia somente duas possibilidades: Ou avançavam as reformas de base que para consolidar-se necessitariam de um processo

revolucionário, este quase que inevitavelmente as conduziria ao socialismo, como único desfecho viável dessas reivindicações. Ou as medidas de repressão e contenção desse processo levariam à contra-revolução, que se fazia inevitavelmente mais rígida e mais radical, dando origem a um impulso reacionário – que não podia se contentar com um simples governo forte que suspendesse provisoriamente o funcionamento do regime liberal. Não! A contra-revolução (que paradoxalmente usou o nome de “Revolução Gloriosa”) só poderia consolidar-se se se constituísse num regime distinto, do tipo fascista, que ficou sempre como seu horizonte histórico e como tendência prática, chegando ao seu auge entre 1969 e 1973, durante o governo de Garrastazu Médici (sobre o fascismo, ver Dos Santos, 1971 e 1978). A história do Brasil, a partir de 1964, vai ser a história dessa lógica, contra-revolucionária, que estudaremos no próximo capítulo.

A RESPOSTA CONSERVADORA: A DITADURA MILITAR E O FASCISMO

1. A lógica do governo militar

O Exército Brasileiro jamais assumira diretamente o poder. Interviu na vida política brasileira muitas vezes, mas sempre o fez na condição de juiz entre as diferentes correntes civis. Em 1899, o Exército tomou a iniciativa de derrubar o Império e instaurou a República Constitucional e presidencialista. Em 1922, jovens militares começaram um movimento insurrecional que os levou ao poder em 1930, junto com amplos setores civis. A ditadura de Vargas instaurada nesse período era claramente civil e conduziu à convocação da Constituinte de 1934, que prorrogou o seu mandato. A agudização dos conflitos políticos entre 1935 e 1937 deu origem à instalação da segunda ditadura de Vargas, em 1937, e uma constituição nova instaurou o Estado Novo, de caráter nitidamente ditatorial, de inspiração fascista, mas de conteúdo diferente, como vimos anteriormente.

Foi o Exército que derrubou Vargas em 1945 e imediatamente entregou o poder ao Supremo Tribunal de Justiça para que convocasse a Constituinte de 1946, a qual esteve em vigor até 1964. Depois, as Forças Armadas, particularmente a aviação, participaram no movimento conspirativo contra Vargas, em 1954, que deu origem ao seu suicídio. O poder passou a seu vice-presidente Café Filho. Em 1955, diante de uma forte campanha da direita para impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, as Forças Armadas interviram outra vez,

derrubando Café Filho e garantindo a posse de Kubitschek. Em 1961, estando Jânio Quadros no poder, um grupo de militares fez fortes pressões sobre o presidente, e este se demitiu. Neste momento, o vice-presidente João Goulart estava fora do país. Os três ministros militares formaram uma junta de governo que quis impedir a ascensão de Goulart. Diante de uma forte pressão popular, a insurreição de dois Estados da República, o apoio do 3º Exército e o acordo de Goulart aceitando assumir a presidência num novo regime parlamentarista de governo, a junta militar devolveu o poder aos civis.

Os anos entre 1961 e 1964 foram muito instáveis e marcados por uma forte radicalização. Os militares eram chamados a todo o momento para intervir em favor de um ou outro dos dois blocos em luta. Formaram-se grupos e “esquemas” militares de esquerda e de direita, as Forças Armadas se dividiram não só horizontalmente entre grupos, exércitos e facções, como também verticalmente, entre oficiais e suboficiais, alcançando os cabos e as classes.

Por outro lado, nos anos de 1960 as Forças Armadas brasileiras e latino-americanas começaram a passar por uma importante mudança de concepção estratégica, diretamente orientada pelo setor dominante no governo norte-americano. Neste período começou a se consolidar a concepção da contra-insurreição e a segurança nacional como objetivos fundamentais das Forças Armadas latino-americanas. Até então, as Forças Armadas eram educadas para defender as nações da América Latina do ataque externo da “Rússia comunista”¹, isto é, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus aliados. Depois da vitória da Revolução Cubana, a concepção estratégica muda e as tropas começam a ser treinadas e reorganizadas para defender os distintos países do “inimigo interno.”

1. Poucas pessoas percebem o caráter ideológico de expressões como esta. A URSS não se chamava Rússia desde a queda do governo provisório em outubro de 1917. Com a sua dissolução, a Rússia se separou das demais repúblicas não russas. A URSS jamais se chamou comunista porque, segundo o marxismo, não existe nenhuma sociedade comunista no mundo atual.

os guerrilheiros, os sindicatos operários, os estudantes e camponeses, todos organizados numa guerra psicológica e real contra a ordem existente. Começa a formação de forças especiais antiguerilheiras e antimobilizações de rua. Começam os estudos antiguerilha, antimotins, inteligência, guerra psicológica, ação cívica, etc., sob o título geral de contra-insurreição.

A doutrina da contra-insurreição parte de duas premissas: a segurança nacional e o desenvolvimento econômico. Ambos são complementários segundo esta doutrina. A ameaça à segurança nacional é causada pelo subdesenvolvimento que, ao criar a miséria, cria a rebelião que é aproveitada pelos comunistas. Portanto, o desenvolvimento econômico é o principal meio para alcançar a segurança nacional. Até aqui, a doutrina tal como se formula na orientação hemisférica sob a hegemonia norte-americana. Mas os militares em cada país agregam a estas duas premissas os seus objetivos nacionais, que permitem alcançar a segurança e o desenvolvimento no contexto geopolítico de cada país. No caso do Brasil, estes objetivos se identificam com a importância internacional do país, particularmente ligada ao seu papel hegemônico no Atlântico Sul e na América do Sul.

A união destes três elementos dentro de uma só doutrina militar conduz progressivamente as Forças Armadas à idéia de que lhes cabe dirigir diretamente o país para alcançar o desenvolvimento. Quando se deu o golpe de 1964, as Forças Armadas acreditavam, na sua maioria, que sua missão era a de pôr a casa em ordem para fazer voltar o país, em seguida, a um caminho legal, restabelecendo o poder civil sob uma forte proteção militar. O então general Castelo Branco afirmou no dia 19 de setembro de 1955, no seu discurso na Escola Superior de Guerra, que: "... existem muitos que acreditam que o melhor caminho para que os militares participem na recuperação do país é intervir e tomar o controle do governo. Os mais sinceros argumentam que isto é necessário, pela incapacidade das instituições políticas para resolver os problemas da nação".

"Têm as forças armadas a capacidade política para aprender a solucionar os problemas políticos e administrativos da nação? As forças armadas não podem, se elas são fiéis à sua tradição, transformar o Brasil em outra 'república' sul-ame-

ricana. Se nós adotássemos este regime, teríamos que fazê-lo pela força e somente poderíamos mantê-lo pela força e perderíamos a força". (Este discurso estava nos arquivos do Marechal Castelo Branco, citado por Einaudi e Stephan, 1971.)

Se Castelo Branco se manteve fiel às suas idéias, pode-se aceitar como verdadeira a intenção que se lhe atribuía de institucionalizar o regime ditatorial e entregá-lo a um civil (na época dizia-se que era o então presidente do Congresso, Bilac Pinto, o seu candidato à presidência da República). Pode-se, assim, compreender melhor suas ações políticas. Mas pode-se entender, ao mesmo tempo, a importância da crise brasileira, que inviabilizou objetivamente a intenção de institucionalizar um regime civil autoritário e centralizador que garantisse a ordem e a segurança nacional, tal como era percebida pela liderança militar conservadora que Castelo Branco encarnava.

Estas intenções civilistas permitem entender como o golpe de 1964 unificou civis e militares numa mesma posição, cujo objetivo era prevenir a revolução social que parecia inevitável. E explica ainda como os velhos políticos elegeram o Marechal Castelo Branco, consolidando, através do parlamento devidamente expurgado, o ato de força e a ilegalidade golpista. Estas são as duas razões também da passividade com que os velhos políticos assistiram à violenta repressão contra os democratas e os nacionalistas ligados a Goulart, ao lado da intervenção nos sindicatos, associações camponesas e estudantis, expulsão e repressão dos militares nacionalistas, a censura e o terrorismo contra intelectuais e a população em geral, e as perseguições, assassinatos e torturas de líderes populares de esquerda.

Mas a repressão não se limitou aos colaboradores diretos de Goulart e à esquerda. Em seguida, se dirigiu contra os próprios políticos liberais. Primeiramente atacou os que, de alguma forma, se identificaram com o esquema varguista (PSD-PTB), como Kubitschek e Mauro Borges, depois foram os próprios chefes do movimento militar, como Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

Era evidente a lógica do movimento que deu origem ao golpe militar de 1º de abril de 1964. Tratava-se de um movimento contra-revolucionário que lançava as bases de um Estado centralizado e repressivo de claro conteúdo fascista. O

poder foi se deslocando cada vez mais para os grupos de ultradireita que serviam de instrumento dos golpistas de 1964, mas que mostravam sua maior consequência contra-revolucionária. Na medida em que se aprofundava a crise de poder e legitimidade do Estado de exceção, aumentava a violência e se radicalizavam os termos da luta política: ou revolução ou contra-revolução, ou socialismo ou fascismo. Este era o dilema que a maioria dos protagonistas não havia colocado abertamente, mas que foi se colocando numa posição protagônica.

Castelo Branco permanecerá dois anos no poder, entre 1964 e 1966. Pressionado pelos setores direitistas do Exército, de um lado, e pelos velhos políticos burgueses, do outro lado, teve que limitar seu período de chefe do novo regime e chamar as "eleições" para a sua substituição. Ao mesmo tempo, procurou assegurar a continuidade de seu regime, fazendo com que o Congresso, já completamente limpo de todos os seus adversários políticos, votasse uma constituição altamente repressiva. Seu sucessor, o Marechal Costa e Silva, esteve também aproximadamente dois anos no poder, entre 1966 e 1968. Neste período houve eleições para governadores e parlamentares e se iniciou a aplicação da nova constituição, que exigia certificado ideológico e outras garantias dos candidatos.

Entretanto, esta pequena abertura fez saltar ao primeiro plano todas as inquietações políticas contidas pela ofensiva repressiva dos dois primeiros anos. Um vasto movimento de massas de estudantes, populações urbanas, operários e camponeses começava a renascer. Os militares e as organizações paramilitares de direita voltaram a atacar, protegidos agora pelo Estado. Diante do crescimento do movimento de massas, um grupo de militares deu um xeque-mate no parlamento em rebeldia, exigindo a expulsão de um de seus deputados: Márcio Moreira Alves. Frente à reação liberal do parlamento (apoiada por setores dos militares irritados com o crescimento do fascismo, por empresários e pela própria embaixada norte-americana), que se negou a permitir a expulsão de Márcio Moreira Alves, a direita dos militares respondeu com o fechamento do Congresso, obrigando Costa e Silva a assinar o Ato Institucional número 5, que suspendia a aplicação da constituição que o próprio regime outorgara.

A partir de então começa uma repressão ainda mais violenta. O Congresso é fechado por vários meses e ainda assim novos parlamentares são expulsos do parlamento; professores universitários e funcionários públicos são demitidos de suas cátedras ou funções e aposentados por decreto presidencial; líderes de massa são presos, torturados, e começa uma repressão maciça contra o incipiente movimento de guerrilha urbana que surgiu em 1967. Esta repressão se dirige contra todos os que pudessem ter qualquer relação, a mais remota, com o movimento revolucionário ou que houvesse ganho alguma projeção nos movimentos sociais.

Fortaleceu-se a censura de todos os meios de comunicação, livros e espetáculos (sobre a repressão no Brasil, ver *Projeto Brasil Nunca Mais* e Alarcon, 1970).

Iniciaram-se batidas policiais em quarteirões inteiros, os porteiros dos edifícios passaram a servir obrigatoriamente de informantes da polícia, nas salas de aula se denunciava os professores, nos escritórios públicos, os funcionários. Nas empresas, guardas armados garantiam a “tranqüilidade” do seu funcionamento. Todos estavam ameaçados de demissão ou prisão, de tortura ou morte, dependendo do juízo dos policiais e militares encarregados diretamente da repressão. Os esquemas policiais foram centralizados operativamente através do DOI-CODI e da OBAM, e se coordenaram sob a direção do Serviço Nacional de Inteligência, mistura de FBI e CIA. Este organismo tinha o nível de gabinete presidencial e dispunha de agentes em nível das equipes de cada ministro para cuidar do ajustamento entre as políticas ministeriais e a de segurança nacional.

Em resumo: o regime de repressão policial militar que se armou entre 1964 e 1966, e que parecia diminuir entre 1967 e 1968, voltou a reafirmar-se de forma muitas vezes mais violenta e totalitária. O grupo conservador-liberal que organizou o golpe de 1964 (ver Dreifuss, 1981) em estreita aliança com o capital internacional via-se quase totalmente aliado do poder por uma oficialidade jovem, dele desconhecida. Nesta prevaleciam as orientações totalitárias de clara extração fascista, com aspirações nacionalistas de direita que se expressavam nos “slogans” de “Brasil, grande potência”.

Em 1971, os militares se sentiram outra vez em condições de procurar uma normalização do regime. O parlamento voltou a funcionar, com enormes restrições; convocaram-se novas eleições com absoluto controle sobre todos os candidatos; voltou-se a permitir algumas eleições sindicais. Mas a lógica do sistema continuava funcionando entre a necessidade de uma abertura institucional (para permitir o funcionamento normal da economia capitalista e o crescimento econômico, no qual se apóia a legitimidade e a sobrevivência do sistema autoritário) e, de outro lado, a necessidade de impedir a livre expressão dos interesses populares, esmagados pelo tipo de crescimento dependente, excludente e marginalizador. Por isso, a cada nova reabertura sucede uma nova onda repressiva ainda mais violenta fortalecendo sucessivamente as tendências fascistas.

2. As bases do modelo econômico e político do regime

Durante o governo Goulart se elaborou um programa de desenvolvimento contraditório que procurava diminuir a dependência econômica, abrir novos mercados e conseguir uma importante participação popular, sem romper com o regime de produção capitalista dependente e a dominação econômica internacional. Como vimos, grande parte do movimento popular compreendeu os limites dessa política, que dominou o governo e o conjunto do movimento progressista até 1964. O ponto mais débil e crítico deste programa era a política diante da inflação. Esta tendia a aumentar por várias razões (pela crise cambiaría, pelo aumento do déficit do governo, pelo clima psicológico de insegurança e especulativo), suplantando muito os marcos normais em que podia funcionar o sistema. Ao mesmo tempo, devido ao avanço das organizações sindicais e associações populares, que foram se acumulando no período democrático de 1945 a 1964, a luta pela redistribuição da renda também foi se fortalecendo e terminava por refletir-se abertamente na corrida entre preços e salários. Para deter a onda inflacionária é necessário paralisar, seja o aumento de salários, seja o aumento de preços. Em resumo, é necessário diminuir os lucros, que se expressam nos preços dos produtos, ou tem que se diminuir os salários. A segunda solução é a normal no

capitalismo. Através dela, assegura-se uma taxa de lucros elevada para os capitalistas e se criam as condições para revitalizar as inversões e, em consequência, o sistema inteiro, que se fundamenta na acumulação do capital com base nos lucros dos capitalistas.

A primeira solução (baseada no controle dos lucros) é contraditória com o sistema capitalista, porque apesar de produzir imediatamente um aumento do consumo, que pode utilizar a capacidade ociosa, não provoca um aumento de inversões. Com salários mais altos (a não ser que se produzira um aumento superior da produtividade) diminui-se a taxa de lucros do capitalista e, portanto, aumenta o seu interesse em inverter no exterior. É por isso que tal política, depois de criar uma euforia econômica passageira, provoca uma situação depressiva na economia, se não for acompanhada pelas reformas estruturais (que eliminem a especulação fundiária e financeira) e pela estatização das principais empresas privadas, passando a iniciativa da inversão ao Estado, o qual se rege por outras leis que conduzem, neste caso, à planificação e ao socialismo².

O governo Goulart vacilou todo o tempo entre estes dois caminhos, sem querer aceitar a consequência deles. É claro que a política de contenção dos salários exige medidas repressivas contra os assalariados, e a política de limite de preços necessita ser complementada com reformas estruturais. Em um trabalho anterior estudamos estas duas alternativas que levam, nas condições de países que vivem uma profunda crise estrutural como o Brasil e a maioria dos latino-americanos, ou ao socialismo ou ao fascismo (Dos Santos, 1971).

O governo nascido do golpe de 1964 resolveu claramente esta contradição em favor do capital privado. Sofrendo as mais diferentes críticas (às vezes dos próprios setores burgueses,

2. Esta foi a política seguida pelo governo da Unidade Popular no Chile, entre 1971-1972, conseguindo recuperar imediatamente a economia para alcançar em um ano uma taxa de crescimento de aproximadamente 10%. As dificuldades políticas de levar adiante o processo de transformação socialista levou à crise de 1973 e à inflação desenfreada. O Plano Cruzado brasileiro de 1986 aplicou, de maneira totalmente irresponsável, medidas de congelamento de preços e salários. Depois de 10 meses, a economia já entrava numa inflação incontrolável e numa recessão.

diretamente prejudicados pelas medidas mais drásticas e que não entendiam a gravidade da situação) o Marechal Castelo Branco deu carta branca para seu ministro do planejamento, Roberto Campos, para que aplicasse a ferro e fogo uma política de recuperação econômica do capitalismo brasileiro. Ela constava dos seguintes pontos:

Em primeiro lugar, uma violenta contenção dos salários, os quais perderam aproximadamente 45% do seu valor de compra num curto período. Com isso se elevou imediatamente a margem de lucro das empresas em geral.

Em segundo lugar, uma violenta contenção dos créditos estatais, que paralisou as inversões especulativas e quebrou grande parte das empresas tecnologicamente atrasadas e financeiramente mal administradas, assim como as pequenas empresas. Diminuíram assim a circulação financeira e as pressões inflacionárias.

Em terceiro lugar, aumentou a arrecadação fiscal com um forte aumento dos impostos, uma racionalização da imposição, um aumento da repressão sobre as enormes evasões e, por fim, a adoção de mecanismos de revisão anual das dívidas ao Estado segundo o índice de aumentos de preços, que não permitiam aos devedores mais manhosos aproveitar-se da inflação. Esta técnica se expandiu posteriormente e assumiu o nome de correção monetária. Ela se complementou com a modernização do serviço público através da demissão de pessoal e racionalização de funções. Conseguiu assim regularizar num período relativamente curto, tratando-se de uma economia capitalista, a dívida pública.

Em quarto lugar, foi imposta uma política cambial cujo objetivo era aumentar as exportações (com poucos resultados imediatos, mas melhores a médio prazo) e, sobretudo, diminuir as importações, que se faria possível devido à recessão ocorrida no período, que diminuiu o consumo de produtos importados.

Não é difícil perceber que interesses eram prejudicados por esta política. A classe operária e os assalariados em geral tiveram que baixar seus já miseráveis níveis de vida para assegurar a recuperação do capitalismo. Mas também foram prejudicados os pequenos e médios proprietários, esmagados por uma política implacável, cujo objetivo era recuperar a taxa

de produtividade do conjunto da economia em favor da grande empresa moderna, em geral, de origem estrangeira.

Paradoxalmente, neste período, o capital estrangeiro, cujo ingresso foi estimulado desesperadamente para recuperar os investimentos, não ingressou com nenhuma inversão no país. Ele utilizou os lucros obtidos internamente para especular com o fracasso da empresa nacional e não para novos investimentos. Comprou várias empresas e, além disso, em 1966, se lhe permitiu especular com a ausência de créditos. O governo aceitou a entrada de capital de giro do exterior para financiar as dívidas das empresas nacionais, altamente limitadas pela ausência de crédito estatal. A empresa estrangeira começa assim a entrar no mercado financeiro do Brasil, dando origem a um "entreguismo" sem precedentes na história do capitalismo mundial.

Foi assim que o governo Castelo Branco conseguiu recuperar a economia brasileira, às custas dos assalariados e pequenos e médios proprietários. Esta política encontrava uma forte oposição na classe operária e em amplos setores dos empresários pequenos e médios, entre a classe média e entre os políticos que dependiam de seus votos. Por isso, essa política exigiu uma repressão a ferro e fogo sobre o movimento sindical, estudantil e camponês, particularmente onde existia um proletariado rural que obtivera algumas conquistas no período anterior, como nos engenhos de açúcar de Pernambuco. Esta repressão se deu inclusive contra os aliados políticos da véspera, muitos dos quais tentaram utilizar o clima de descontentamento para tentar rebeliões. Mas a unidade geral da classe dominante, contra o "clima de anarquia" anterior a 1964, ajudou o grupo da Sorbonne militar a manter-se no poder e aplicar a sua política sem vacilações, até que, em 1966, os seus adversários conseguiram se unir em torno do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, obrigando Castelo Branco a lhe entregar "legalmente" o poder depois de uma grave crise na qual o presidente ficou sozinho contra os comandantes dos 4 exércitos.³

3. O território brasileiro se dividia então em 4 regiões militares, reunidas em 4 exércitos no Sul, Nordeste, Centro-Sul e Centro-Oeste.

Como vimos, a política econômica de Roberto Campos não tinha somente como objetivo a estabilidade monetária. Sua meta principal era reabrir um ciclo de inversões, através da recuperação da taxa de lucros. Para alcançá-la teria que adotar uma série de medidas complementares que estimulassem essas inversões e que criassem mercado para os produtos a serem produzidos. A tarefa não era simples.

No que se refere à criação de amplos excedentes econômicos a serem investidos, a missão estava em boa parte cumprida através dos próprios mecanismos gerados pela depressão econômica: as tendências a acumular, a baixar o consumo, a rebaixar os salários e a aumentar o nível médio de produtividade permitiram gerar grandes excedentes econômicos que podiam servir de base à retomada das inversões.

Como vemos, o sistema reencontrava o caminho do crescimento econômico pela via da recessão, da destruição pura e simples dos seus setores menos competitivos e da rebaixa do poder de negociação dos trabalhadores, debilitados pelo desemprego e pela repressão política. Elevava-se em consequência a taxa média de lucro, sobretudo das grandes empresas nacionais e internacionais. Contudo, o Estado procurou orientar as inversões privadas através de mecanismos de isenção de pagamento de imposto de renda e subsídios diretos para os que investissem em certas regiões deprimidas ou em certos programas que o governo apoiava. Instituíram-se também importantes mecanismos de captação desta poupança forçada para colocá-la à disposição dos grandes grupos econômicos. O mais importante desses mecanismos foram os bancos de investimento. Esses bancos, que reúnem capitais nacionais e estrangeiros, têm total liberdade de captação de recursos e de realizar investimentos diretos, transformando-se em uma espécie de empresa "holding" de um ou vários grupos econômicos.

Esta clara política financeira pró-monopolista e centralizadora do setor privado foi não somente considerada legal, mas chegou a ser estimulada pelo Estado, com uma série de vantagens e concessões. Em seguida formou-se um grande mercado de valores onde se lançavam ações com grande facilidade, criando uma alça especulativa que atraiu para as bolsas do Rio, São Paulo e Minas Gerais toda a poupança da classe média

brasileira. Criaram-se assim enormes valores financeiros sem nenhum aumento real de produção que os sustentasse. Esse mercado também foi aberto ao capital estrangeiro, que se aproveitou dessas enormes vantagens e desse clima especulativo. Estabeleceram-se facilidades para o funcionamento de bancos estrangeiros e para as operações financeiras de suas empresas, procurando transformar o Brasil na sede latino-americana das empresas multinacionais.

Foi assim que o mercado de capitais brasileiro sofreu uma verdadeira revolução em 4 anos, integrando-se no mercado financeiro mundial e convertendo o país em um peão a mais de uma economia financeira mundial altamente sensível. Mas tais mudanças tinham que se apoiar em algumas inversões reais. Esta enorme massa de recursos tinha que encontrar uma base material de inversão no país, com o risco de ser rapidamente canalizada para o exterior, o que se tornou legalmente possível a curto prazo, dada a abertura para os movimentos internacionais de capital. As remessas de lucros foram sempre muito grandes, mas existia um enorme interesse do capital internacional em abrir novos campos de aplicação de recursos financeiros sobrantes nas economias centrais que encontravam-se deprimidas e sem oportunidade de inversão. Esta situação coincidiu com os anos de 1967 a 1971, quando a economia norte-americana viveu a sua mais grave depressão desde o pós-guerra. A nova política norte-americana procurou facilitar uma recuperação econômica em 1971, que se demonstrou excessivamente lenta e difícil e levou a uma nova crise, em 1973-1975.

Dada a instabilidade desta situação era necessário não só abrir caminhos para novas inversões como também encontrar novos mercados. Mas a abertura de novos mercados encontrava um grave limite. Vimos que a dolorosa recuperação econômica foi conseguida através de uma forte depressão do salário real da maioria dos assalariados. A partir de 1967 o governo Costa e Silva procurou estabilizar a rebaixa real dos salários, criando um mecanismo de reajuste salarial igual ao aumento do custo de vida. Esta "maravilhosa disciplina salarial", como a qualificou Roberto Campos em um artigo da época sobre o "modelo" brasileiro, foi a base do enorme edifício econômico

que construiu a ditadura militar brasileira. Não poderia ser pois pela via do aumento salarial que se podia ampliar o mercado e abrir espaços para novos investimentos dentro do regime. Por isso foram necessários caminhos tortuosos para permitir o crescimento econômico, procurando encontrar mercado para a produção que partia da capacidade ociosa já instalada e, sobretudo, para dar origem a novas empresas e instalar novos setores econômicos. O que se chamou de “Milagre Brasileiro” ou “Modelo Brasileiro” estava fundamentado na constatação de que o capitalismo dependente pode encontrar mercado para seus produtos além de seus próprios trabalhadores, criadores da riqueza do país. Ainda que este crescimento se fizesse às custas de nossa independência e soberania, das liberdades mais elementares, através da mais profunda miséria do povo, do aumento da exploração sobre seus operários e da criação de um gigantesco aparelho repressivo para sustentá-lo, durante um período foi apontado como a solução ideal para o subdesenvolvimento.

3. O “milagre econômico” brasileiro

Como vimos, a essência do “boom” econômico que viveu o Brasil de 1967 a 1974 estava na capacidade de elevar a taxa de lucros através, sobretudo, da rebaixa do salário real. Também vimos que esta política foi complementada por outros mecanismos de intervenção estatal em favor do aumento da taxa de lucros, do estímulo e orientação estatal do investimento e da criação de vários mecanismos que objetivavam canalizar todos os excedentes gerados no país para o sistema financeiro, posto a serviço das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Ao mesmo tempo vimos que estes excedentes, transformados em valores financeiros mais diversos, necessitavam encontrar sua contrapartida no setor produtivo e que as novas inversões necessitavam de um mercado que as estimulasse. Ainda vimos que este mercado não se podia encontrar entre a maioria dos assalariados, porque seus baixos salários representavam a base da formação dos excedentes que se converteriam nas novas inversões. O problema crucial passa a ser a abertura de novos

mercados. O “milagre” econômico só poderia se realizar se se encontrassem esses novos mercados.

Passemos a analisar a política econômica que seguiu a ditadura neste sentido. É necessário assinalar primeiramente que ela atuou com grande eficiência e ampla visão das necessidades do sistema, que lhe cabia defender e ampliar, e isto a inscreve no marco geral de um regime modernizador, que confunde muitos teóricos e analistas. Poucos brasileiros entenderam, em 1964, o significado real deste regime. Não se tratava de um regime que viesse defender as velhas oligarquias agrário-exportadoras aliadas do velho imperialismo. Pelo contrário, a ditadura militar, apesar de que salvava estas classes de um movimento reformista que as tinha como principais inimigos, e lhes oferecia um caminho de readaptação forçada, punha-se, ao mesmo tempo, modernizar a estrutura econômica, social e política do capitalismo brasileiro, de maneira a abrir caminho para o grande capital monopólico internacional e nacional. Sua violência e sua política de força não se baseavam em caudilhos e nas desmoralizadas e estreitas forças paramilitares do velho latifúndio, apesar de tê-las utilizado politicamente. A ditadura modernizou, tecnificou e aperfeiçoou os órgãos policiais e as forças armadas segundo os princípios e as tendências do aparelho burocrático do Estado monopolista contemporâneo.

Assim também, do ponto de vista econômico, não se tratava de defender o latifúndio e sim de obrigar o grande proprietário rural a modernizar-se, aumentando os impostos sobre as terras não cultivadas e limitando politicamente o poder dos chefes locais e “coronéis” do interior. É dentro deste marco socioeconômico e político que devemos apreciar a política da ditadura.

Apesar de seu caráter modernizador, a ditadura não pôde ocultar entretanto sua essência contra-revolucionária. Isto se revela, por exemplo, no conteúdo de sua política agrária. Ao não atacar o latifúndio em suas raízes, não conseguiu criar um mercado rural. O que conseguiu foi somente ampliar parte deste mercado, prosseguindo a obra do período Kubitschek, com a expansão das fronteiras agrícolas nos Estados selváticos do Brasil (Mato Grosso, Goiás e a região amazônica). Mas, ao

não mudar as relações de produção, nem sequer as formas de propriedade agrícola, não conseguiu e não conseguirá criar uma massa assalariada suficientemente significativa para sustentar um aumento generalizado do consumo. Pelo contrário, a política de modernização dos grandes latifundiários provoca uma expulsão da mão-de-obra muito superior ao que pode ser absorvido nas regiões de nova fronteira e pelos centros urbanos que se expandem descontroladamente.

A política agrária e de colonização tem assim um duplo sentido: por um lado, a modernização da empresa rural, que aumenta o consumo de fertilizantes, máquinas agrícolas e bens de produção, mas que ao mesmo tempo expulsa mão-de-obra agrícola às pequenas, médias e grandes cidades, aumentando os setores marginais da população. Em segundo lugar, a política de colonização de novas regiões aumenta o consumo da construção civil em geral, amplia as terras cultiváveis e, portanto, aumenta a demanda de vários produtos e absorve nova mão-de-obra nos trabalhos de infra-estrutura e nas novas fronteiras agrícolas. Mas esta mão-de-obra absorvida será muitas vezes menor do que aquela liberada da atividade agrícola e rural. A política de colonização funciona com uma válvula de escape, que vai perdendo a sua capacidade de absorção de mão-de-obra sobrante, na medida que as atividades produtivas destas novas regiões incorporam muito pouca força de trabalho. Elas são basicamente a pecuária, as indústrias extractivas e particularmente a mineração. Na medida em que as obras de infra-estrutura começam a diminuir seu ritmo, a capacidade de sedimentação destas povoações vai se revelando muito difícil e novos conflitos sociais tendem a aparecer.

A criação de novas fronteiras aparece assim como uma alternativa bastante insuficiente à reforma agrária, a qual é o mecanismo real de redistribuição da renda e ampliação do mercado. A política de colonização demonstrou ser um excelente instrumento para a inversão de curto prazo, sem alterar as estruturas do país e permitindo abrir novas fontes de lucro. Não cabe aqui demonstrar a relação entre esta política de colonização e os planos de implantar uma economia exportadora de novo tipo, que discutiremos mais adiante. Esta relação explica em grande parte o interesse nas novas áreas, porque

tratava-se de encontrar novas fontes de riquezas naturais exportáveis e de criar novos caminhos exportadores com economias complementárias encarregadas de assegurar a sobrevivência desses novos núcleos exportadores. Mas isso faz parte do capítulo das exportações, e não da ampliação do mercado no campo.

O segundo instrumento que o novo regime possuía facilmente na sua mão era o próprio consumo estatal, civil e militar. Fazemos a diferenciação devido à importância relativa que assumiu esta forma de consumo e inversão nos últimos anos da ditadura. Haveria que perguntar como poderia crescer o consumo estatal se se implantava uma política de equilíbrio orçamentário? É possível entender os mecanismos utilizados para tal fim se considerarmos, primeiro, que houve um remanejamento do gasto público para servir mais diretamente os objetivos propostos. Deve-se considerar, em seguida, o aumento da arrecadação fiscal alcançado através de uma política de aperfeiçoamento dos órgãos de arrecadação e do estabelecimento de medidas de defesa do valor real das dívidas do Estado. Por fim, ao conseguir uma relativa estabilização (que chegou a 20% de inflação anual)⁴, o governo lançou papéis da dívida pública para financiar seus investimentos e aumentou as tarifas das empresas estatais, que passaram a funcionar em condições de melhor taxa de lucros e a produzir seus próprios excedentes. Todos estes mecanismos permitiram ao Estado realizar uma série de investimentos e aumentar o consumo de muitos produtos-chave para o novo esquema de desenvolvimento.

O Estado manteve a taxa de inversão nos difíceis momentos depressivos de 1964 a 1966, garantindo os investimentos em infra-estrutura, particularmente em energia elétrica, transportes e obras públicas. Além do mais, as empresas estatais de aço, mineração, ferro, petróleo, eletricidade, telefones e comunicações, estradas de ferro, etc., continuaram operando num

4. Em 1973 se calculou que a inflação chegou a baixar a 19% anual, para em seguida voltar a disparar, alcançando 40% em 1976.

nível relativamente alto. A partir de 1967, o Estado fará, juntamente com o capital estrangeiro, uma importante inversão na petroquímica pesada e posteriormente investirá na indústria aeronaval.

Como comprador, o Estado desempenhou um papel muito importante. O consumo estatal assegurou o desenvolvimento de setores fundamentais como os já mencionados da petroquímica pesada e da indústria naval e aeronáutica, nos quais participou como inversionista também, mas especialmente como importante comprador, através de contratos a longo prazo. A isto se soma a abertura de novas estradas que, além da demanda direta que representavam, permitiram manter um alto estímulo à indústria automobilística, que se deprimira fortemente entre 1963 e 1966.

Mas ao mesmo tempo foram de especial importância para a manutenção e expansão da indústria mecânica e química pesada, o aumento significativo dos gastos militares. Em 1966 foi assinado um pacto entre os industriais e as forças armadas com o objetivo de criar um complexo industrial-militar que permitisse ao país sair da depressão e abrir um importante caminho de crescimento. Nesse momento esperava-se aproveitar das possíveis exportações para a guerra do Vietnam. Navios, aviões, armas, munições, armas químicas, veículos especializados, alimentos industrializados, tecidos formaram uma ampla gama de produtos para um exército e uma polícia militar em constante crescimento, e que chegaram a dispor de aproximadamente 300 mil homens em armas e 300 mil policiais militares em 1968⁵.

Os investimentos militares passaram a ser o núcleo de um conjunto de iniciativas que exerceram e ainda exercem um papel decisivo no processo de acumulação de capital. Para que isto aconteça num país que não está em guerra nem se vê ameaçado por nenhum inimigo visível, só poderia ser através de uma fortíssima ditadura e uma justificativa anti-subversiva

5. Ver dados em *Frente Brasileira de Informações*, boletim de novembro de 1971, Santiago do Chile.

interna. De fato, o caráter antipopular do “modelo econômico” exigia um forte aparelho repressivo para poder implantá-lo plenamente. Mas ao mesmo tempo é necessário considerar que o próprio aparelho repressivo passa a ser parte do modelo econômico. Os homens em armas passam a ser um elemento fundamental para combater o desemprego e é necessário ampliar cada vez mais as inversões militares e o clima militarista para poder estimular o sistema e, ao mesmo tempo, para garantir a aplicação do “modelo” de desenvolvimento capitalista dependente. Os aspectos militares e econômicos se complementam assim.

Tais medidas exigem, de uma forma ou de outra, uma ampliação da participação estatal, seja no consumo, seja na inversão. Mas esta participação crescente não poderia ser do agrado do capital, que só pode aceitá-la na ausência de outra alternativa. Por isso, na década de 70 o capital internacional e os novos dirigentes da tecnocracia civil da ditadura, numa forte reunião com os grandes financistas e industriais paulistas⁶, buscam novos mecanismos de expansão do consumo que não concentrem tão perigosamente o poder nas mãos dos militares. Dessa forma busca-se expandir o sistema de crédito, particularmente para as camadas de salário mais elevado. Ao mesmo tempo o sistema salarial em seu conjunto passa a fortalecer os salários de técnicos e gerentes, provocando um impressionante aumento no salário médio no país. Com isso se alcançavam dois objetivos: um, econômico, de provocar um aumento de consumo de produtos de alta qualidade técnica, que impulsiona o crescimento dos setores mais modernos da indústria. O outro objetivo é mais político. Tratava-se de ganhar os setores mais ativos da pequena e média burguesia e uma camada de operários especializados, que pudessem garantir uma base social para o sistema.

Com esta política consegue-se ampliar o mercado interno, com repercussão sobre os setores das indústrias tecnologica-

6. São Paulo é o centro industrial e capitalista do país. Produz aproximadamente um terço do ingresso nacional, apesar de que a sua população seja aproximadamente 20%. Pelo menos dois quintos das indústrias se concentram neste Estado.

mente mais dinâmicas, ainda que isto signifique abandonar à sua própria sorte a maioria do país. Tavares e Serra estudaram detalhadamente este aspecto do “modelo” brasileiro (1971). Pode-se apreciar o caráter deste “modelo” ao ver o tipo de desenvolvimento industrial que se operou no país durante esses anos⁷. Enquanto os setores compostos de indústrias tecnologicamente dinâmicas cresceram a taxas relativamente altas, particularmente nos anos de “boom”, as indústrias tradicionais, como a têxtil, de alimentos, roupas, calçado, madeira, bebidas, etc., cresceram menos de 1% ao ano entre 1962 e 1968, e não revelaram um dinamismo apreciável no período de recuperação entre 1969 e 1974.

Daí se pode explicar a célebre frase do chefe de Estado em 1972, senhor Garrastazu Médici, ao dizer que “a economia brasileira vai bem, mas o povo vai mal”. Todo o crescimento econômico foi feito às custas do consumo popular e dos problemas das grandes massas, aumentando ainda mais as diferenças sociais, a produção e o consumo de produtos de luxo e a produção militar, favorecendo a expansão do grande capital nacional e estrangeiro, exacerbando as dificuldades cambiais, aumentando a extração dos excedentes gerados no país para os centros dominantes do sistema. Esse esquema era, contudo, insuficiente para manter um ritmo de crescimento razoável. As razões podem ser resumidas em três:

- a) O aumento do consumo estatal civil e militar se choça com a incapacidade de ampliar a arrecadação do Estado, além dos limites já alcançados, e conduz à criação de recursos novos através da emissão de dinheiro ou de títulos da dívida pública, ou do chamado endividamento externo, o que abriu uma nova etapa inflacionária. Posteriormente, tentou-se também um aumento de impostos sobre os lucros e setores de altos ingressos, e que entrou em contradição com o modelo vigente.
- b) A ampliação da fronteira agrícola se enfrenta com o limite da criação de uma economia agrícola altamente tecnificada,

7. Escrito em 1972.

com pouco aproveitamento de mão-de-obra e a diminuição de seus efeitos expansivos.

- c) A redistribuição de renda em favor dos setores médios e altos chega a um ponto estável que obriga a favorecer a camadas muito mais amplas da população para obter novos efeitos importantes na demanda. Para continuar alimentando este consumo tem-se que injetar no sistema econômico grandes doses de crédito que começam a ter efeitos inflacionários. Ao mesmo tempo, é difícil conter a pressão consumista, dado o efeito de imitação que este consumo ostentoso tem sobre as camadas de renda mais baixas.

Se somarmos a estes fatores, todos fortemente inflacionários, a forma especulativa em que se desenvolveu o mercado de valores e o limite necessário à sua expansão, é possível entender o perigo que a situação apresenta para o sistema: a possibilidade de uma forte crise econômica como consequência do excessivo “aquecimento” da economia⁸.

4. A procura de mercado externo e o imperialismo

Pelas razões expostas, os mecanismos internos que mantinham aquecida a economia tendiam a gerar uma nova e violenta crise. Se considerarmos as relações externas, condensavam-se também fatores críticos: de um lado estava o vertiginoso aumento das remessas de lucros, pagamentos de serviços técnicos, “royalties”, etc. ao capital estrangeiro; como também estava o aumento da dívida externa e a ampliação dos pagamentos de serviços, como os fretes; de outro lado estava a necessidade de aumentar as importações de matérias-primas e máquinas para sustentar uma política de “boom” econômico. Devido às assinaladas limitações para a exportação de produtos primários cujos preços tendiam, como ainda tendem, a decrescer (este é o caso do café), o país só poderia manter-se dentro

8. Esta proposição foi feita em 1972. Em 1977 o governo brasileiro reconheceu o “aquecimento” como o principal problema econômico a enfrentar. Em 1980, até 1983, veio a recessão como forma de desaquecer a economia, e no seu conjunto a década de 1980 foi um período recessivo com alguns momentos de aquecimento.

do esquema de relações internacionais capitalistas na medida em que conseguisse abrir um novo campo de exportação de produtos semimanufaturados e com a entrega ao domínio internacional de seus vastos recursos minerais.

Abre-se assim o capítulo das exportações manufatureiras, que procuram resolver dois problemas ao mesmo tempo. De um lado criar valores em divisas para poder pagar a dívida externa e as remessas de lucro do capital estrangeiro. De outro lado procurar um mercado que substitua a ausência do mercado interno deprimido pela impossibilidade de seguir uma política reformista sem que ela desencadeie um movimento revolucionário.

Assim vivíamos, já em 1972, uma situação de alta irracionalidade. Um país que conseguira montar uma importante base industrial via-se impossibilitado de colocá-la a serviço da melhoria das condições de vida de seu povo. Em consequência das duras leis do desenvolvimento capitalista dependente, via-se obrigado (ao ser derrotado o caminho revolucionário) a aumentar sua capacidade produtiva somente para o benefício do grande capital internacional, com o qual a burguesia dependente, que domina o país, teve que ligar a sua própria sorte.

E o mais paradoxal é que, tendo criado uma base industrial própria, seu crescimento nas condições dependentes obriga a um grande esforço nacional para colocar essa capacidade produtiva a serviço do grande capital internacional, criando, entretanto, uma ilusão de importantes avanços econômicos. Assim como a modernização da economia exportadora, na segunda metade do século passado, criou uma ilusão de desenvolvimento porque ampliou a base produtiva e técnica do país, melhorou os níveis de consumo de uma minoria privilegiada e permitiu coexistir a miséria do povo produtor com a enorme riqueza das classes dominantes e um determinado acomodamento dos setores médios, assim também a reorientação do setor industrial brasileiro para o mercado internacional cria uma ilusão de progresso e de grande perspectiva de desenvolvimento. A realidade demonstrou que o desenvolvimento voltado para o exterior no século passado era, antes de mais nada, um caminho de atraso, e não de progresso, o qual impediu o país de resolver seus grandes problemas e submeteu as suas

grandes massas ao atraso e à ignorância. Se analisarmos com um pouco de atenção o novo modelo de desenvolvimento que a burguesia desesperadamente procura implantar, para salvar o capitalismo no Brasil, veremos que levará a resultados similares.

Em que consiste a questão? Que o Brasil assuma a vanguarda na implantação de uma nova divisão internacional de trabalho dentro do mundo capitalista. Vimos que no período da Colônia produzíamos minerais preciosos ou produtos tropicais em troca de artesanais, manufaturas e mão-de-obra escrava. Depois, no século XIX, implantaram-se novos produtos agrícolas e matérias-primas em troca das modernas manufaturas européias.

No século XX, apesar do processo de industrialização, continuamos exportando produtos primários, mas trocamos as importações de produtos de consumo pela de maquinarias e matérias-primas industrializadas. Com isso criamos uma base industrial de consumo tradicional na qual ainda se absorve uma quantidade importante de mão-de-obra em relação aos novos setores industriais básicos e de tecnologia mais avançada que se instalaram recentemente, cada vez mais automatizados. Nos países centrais, particularmente nos Estados Unidos, onde a mão-de-obra é muito cara, é cada vez menos interessante e competitivo produzir estas manufaturas tradicionais.

Neste ponto abriremos um parêntese para chamar a atenção sobre a gravidade do problema. As chamadas indústrias tradicionais incluem em grande parte a industrialização dos produtos agrícolas e minerais – antes exportados na sua forma natural – e algumas indústrias mais elaboradas como têxtil, calçados, roupas, madeiras, etc. No seu conjunto elas representam um importante setor da renda nacional e sobretudo do emprego industrial norte-americano.

Os países subdesenvolvidos em geral reivindicam, sobretudo através da UNCTAD, que o governo norte-americano retire as altas tarifas protecionistas que impõe sobre as importações de tais produtos. As empresas multinacionais se interessam em dedicar-se a este negócio nos países dependentes, porque poderiam obter uma taxa de lucro muito mais elevada

do que nos Estados Unidos (onde, por outro lado, não controlam muito diretamente este setor tradicional que é dominado por capitais mais locais) e ao mesmo tempo poderiam abrir novas fontes de investimento em nível mundial. Por esta razão a UNCTAD é apoiada por estas empresas, que chegam às vezes a estimular este tipo de "nacionalismo", mesmo quando assume um aparente conteúdo revolucionário ou progressista.

Entretanto, tais pretensões têm grandes barreiras a vencer. De um lado, tem-se que considerar que a competição por grande parte desses produtos não se realiza somente pelos países dependentes: outros países como o Japão entram em forma muito mais massiva nela. Este é, por exemplo, o caso do setor têxtil, no qual a competição japonesa liquidou grande parte dos seus similares norte-americanos, com a agravante de que o grande capital norte-americano não dispõe de controle sobre a indústria têxtil japonesa, que por sinal se destaca para países vizinhos. Neste caso, e em muitos outros, a abertura do mercado desses produtos por parte dos Estados Unidos pode provocar a quebra de importantes setores no seu país, sem a compensação de que seja aproveitado pelas empresas norte-americanas multinacionais⁹ com filiais nos países vendedores. Isto provoca dois tipos de contradição: uma violenta oposição dos capitalistas ligados ao setor tradicional, que conseguem mobilizar inclusive seus operários e as classes médias das regiões dependentes destas indústrias para impor um clima protecionista aos Estados Unidos; outra oposição mais branda de certos setores dos capitalistas internacionais, que vêm a necessidade de caminhar com cuidado na direção desta abertura do mercado norte-americano ao exterior. Somente um setor radicalmente mais internacional vê a necessidade de impulsivar o caminho da abertura total que facilitaria a sua penetração em outras partes, e inclusive permitiria romper o bloqueio japonês e europeu à penetração do capital norte-americano em alguns setores. Este setor avança todos os dias

9. A aparente contradição entre empresas, ao mesmo tempo norte-americanas e multinacionais, é uma consequência do caráter contraditório da realidade destas empresas e do capitalismo contemporâneo. Ver Dos Santos, 1978-B.

levando os Estados Unidos ao “déficit” comercial cada vez mais abissal.

Por outro lado tem-se que considerar que nas condições geradas pela atual etapa da revolução científico-técnica (Dos Santos, 1987, 1991, 1993), uma série de setores antes muito avançados começam a se converter em tradicionais ou semi-tradicionais. Neste caso está a indústria automobilística, a siderurgia, a eletrônica leve, as máquinas-ferramentas, isto é, as indústrias onde predomina a grande revolução tayloriana dos anos 20, sobretudo aquelas onde existem importantes linhas de montagem que empregam grandes grupos de operários para montar o produto final. Nestas indústrias, os Estados Unidos se vêem deslocados a dois níveis.

Em primeiro lugar, porque não podem modernizar importantíssimas plantas industriais criadas antes dos últimos avanços na automação e cuja modernização vem criando enormes problemas de desemprego numa economia já em dificuldade para absorver trabalhadores.

Em segundo lugar, porque sua mão-de-obra, além de cara, não está preparada para uma produção de qualidade, perdendo inevitavelmente a competição para os japoneses e europeus. Países como o Brasil podem aspirar competir neste setor com alguns produtos mais especializados. E de fato está exportando aos Estados Unidos e Europa partes de carros, máquinas, partes de produtos eletrônicos, etc. É fora de dúvida que o Brasil e outros países de nível similar podem competir com a indústria norte-americana e também européia nos mercados dos países subdesenvolvidos mais próximos¹⁰, como o demonstraram os “tigres asiáticos”.

As empresas multinacionais já tomaram importantes decisões neste sentido. Uma grande parte delas está disposta a transferir suas filiais para os países dependentes, e o Brasil fez um enorme esforço para ser a sede destas transferências transformando-se na plataforma para as exportações aos mercados regionais e inclusive aos Estados Unidos e Europa.

10. Estas palavras foram escritas em 1972. Hoje são lugar comum apoiado nos fatos.

Que vantagens tem que oferecer um país subdesenvolvido para que seja o escolhido nessa decisão?

Em primeiro lugar tem que dispor de uma sólida base industrial já montada, como é o caso do centro industrial do Brasil, e conseqüentemente tem que dispor de um mercado interno capaz de justificar a instalação das empresas. Se considerarmos a população do país no início da década de 1970, constatamos que, apesar das ínfimas rendas de 50 milhões de habitantes, sobravam no Brasil mais 42 milhões para consumir, com uma renda razoável.

Em segundo lugar é necessário que o Estado apóie firmemente uma política de exportação. Desde o governo Castelo Branco criaram-se mecanismos de proteção aos exportadores nacionais ou estrangeiros, com isenções fiscais sobre os produtos exportados, facilidades de trâmites burocráticos e apoio a uma mentalidade exportadora. Na realidade, compreendendo os limites do mercado interno, a ditadura se lançou com corpo e alma no caminho de abrir o mercado externo a todo custo.

Em terceiro lugar é necessário permitir a livre remessa dos lucros obtidos para atrair o capital internacional. De fato, depois de 1964 foram criados muitos mecanismos que facilitam a remessa de lucros, apesar de manterem-se algumas restrições diante dos volumes gigantescos dessas remessas nos momentos em que se permitiu o livre movimento de capitais.

Em quarto lugar é necessário contar com um governo suficientemente forte para controlar um povo que vê a sua capacidade produtiva escapar-lhe pelos dedos, enquanto aumenta sua miséria.

Todas essas condições reuniu o Brasil desde 1964 até 1980. Através delas avançou o grande "boom" exportador que representou o fator dinâmico da economia nacional. A partir de 1967, o país conseguiu elevar a sua exportação de manufaturados e semimanufaturados de uns inexpressivos 270 milhões para aproximadamente 1 bilhão de dólares em 1971. A exportação de minerais e novos produtos agrícolas e pecuários também foi estimulada. Desta maneira, grande parte do crescimento do Produto Interno Bruto se deve a um aumento geral das exportações.

A possibilidade de que continuasse este ritmo de crescimento da exportação dependia sobretudo da capacidade do grupo tecnocrático-militar e do empresariado nacional e internacional instalado no país de convencer o grande capital internacional da necessidade de apoiar uma política agressiva de exportação para os Estados Unidos, a Europa, a África e a América Latina. Essa decisão não vem sendo fácil, pois é necessário levar em consideração que ela se choça com importantes interesses em todas estas partes. Os casos do café solúvel, dos têxteis, posteriormente da siderúrgica e dos sapatos e também de outros produtos mostram que a luta vem sendo dura. Restam ainda os países da Europa Oriental, a ex-URSS e a China, para os quais havia boas perspectivas de exportação, que dependiam contudo de um longo processo de negociação.

É fora de dúvidas que o Brasil vem enfrentando grandes problemas neste campo, sobretudo na medida em que aumenta o seu poder de negociação num mundo cada vez mais dividido, vivendo um processo de desintegração de um sólido esquema de forças vigente desde 1945 até 1967. Na verdade, depois de 1967, o comércio mundial vem diminuindo seu ritmo de crescimento, chegando mesmo a apresentar anos de recessão (1981-1982, por exemplo).

Os altos chefes militares quando controlaram o poder central entre 1968 e 1973 conceberam, entretanto, um modelo econômico que procurou pôr em prática essas metas a ferro e fogo. Não somente no plano interno, como também no internacional. Tratava-se da proposta subimperialista que se articulava, logicamente, com o fascismo no plano político e um modelo de crescimento interno concentrador monopolista e marginalizador e que formavam uma unidade socioeconômica e política. O conceito de subimperialismo foi elaborado por Marini (1970) e analisado por outros autores, como Trias (1967). O melhor enunciado do conceito de subimperialismo do ponto de vista militar foi estabelecido pelo seu principal teórico, Golberi do Couto e Silva (1966), no seu livro *Geopolítica do Brasil*. Para ele, o Brasil, por suas condições continentais e sua posição de domínio marítimo do Atlântico Sul, deve cumprir um papel essencial. Em troca da sua fidelidade à defesa do mundo ocidental, da entrega do usufruto de parte de

seu território (a base de Fernando de Noronha no Maranhão, que assegura estrategicamente o controle do Atlântico Sul) e da política de aliança estreita com os Estados Unidos, este país deveria reconhecer a hegemonia do Brasil sobre o Atlântico Sul, incluindo a América do Sul e a África.

Esta teoria foi reformulada no período do terceiro governo da ditadura. Incluiu-se como meta principal do plano de governo de 1970-1971 a transformação do Brasil numa potência econômica antes do fim do século. Tratava-se de impor as bases de um grande poder econômico através do crescimento do setor exportador e das estruturas militares, policiais e culturais que realizariam esta aproximação com a América Latina e a África, onde o Brasil buscou apoiar e até mesmo implantar governos coirmãos, fazendo alianças com todas as ditaduras então existentes (Império português, África do Sul, Paraguai, Bolívia e Haiti)¹¹.

Completando medidas iniciadas no período Castelo Branco, as administrações posteriores conservaram uma firme intenção política de criar uma indústria nuclear. Tais pretensões seriam possíveis de lograr-se na medida em que o Brasil utilizasse como instrumentos de negociação suas reservas de urânio e outros materiais estratégicos. De fato, esta foi a base do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que contou com a férrea oposição norte-americana¹². Na busca de apoio tecnológico, a ditadura de Garrastazu Médici tentou acordos com a África do Sul e Israel, cujos conhecimentos científicos e técnicos e capitais seriam de grande ajuda para dotar os militares brasileiros desta capacidade de pressão sobre os seus vizinhos e de

11. Esta lista se ampliou posteriormente incluindo Bolívia (1971), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1975), em cujos golpes de Estado a ditadura brasileira participou.

12. Esta oposição parecia ter sido debilitada em 1972 com a instalação de uma usina de industrialização de urânio no Brasil pela Westinghouse e com a reunião de Garrastazu Médici com Nixon. Depois que o Brasil assinou um acordo nuclear com a Siemens alemã, Nixon reconheceu o Brasil como potência e como o principal aliado latino-americano. Em 1975, Brasil e Alemanha assinaram um acordo nuclear que permitia instalar 12 centrais atômicas no país. Tal decisão, apoiada por Nixon, encontrou forte oposição do governo de Carter e foi uma das principais motivações do apoio norte-americano à liberalização política do país.

prestígio internacional. Mas a oposição norte-americana terminou desmobilizando todas estas veleidades do subimperialismo brasileiro.

Vemos assim que o conjunto de fatores que descrevemos forma uma unidade sistemática:

Desenvolvimento econômico dependente, monopólio, concentrador e excludente, baseado numa alta taxa de exploração dos trabalhadores (aumento da taxa de lucros na base da diminuição dos salários, do aumento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho).

Resultado: grande disponibilidade de capitais e de recursos para investir, mas com um mercado interno restrito.

Soluções provisórias: aumento de consumo civil, sobretudo militar, do governo; aumento dos ingressos da pequena burguesia acomodada; colonização de novas terras e audaz política de exportação.

Conseqüências: governo nitidamente impopular; uso da força; centralização do poder; estímulo às políticas externas com aspirações hegemônicas; sustentação militar para a expansão do mercado externo; ambições subimperialistas; abertura total ao capital estrangeiro que se dispunha a apoiar este esquema; reforço da concentração econômica, do monopólio e da exclusão das amplas massas do desenvolvimento econômico; reforço do modelo de crescimento dependente, monopólico, concentrador, excludente, etc.

É evidente a inestabilidade deste modelo. Ela nasce do fato de que o crescimento se consegue não pela superação das contradições básicas do sistema, e sim por sua acentuação. Não por atender às aspirações de consumo e melhorias no nível de vida das grandes massas e sim afastando-as ainda mais da produção e do consumo. Não através da realização das reformas de estrutura que permitiriam criar um mercado interno e uma produção realmente significativa para seu povo, e sim escapando-se das reformas estruturais e buscando a criação de um mercado artificial restrito a uma minoria consumidora de produtos sofisticados. Ao não libertar o país da dependência e ao não dirigir o crescimento econômico para atender às necessidades de seu povo e garantir que os excedentes criados pelo

trabalho de seus operários fiquem no país, ao entregar estes excedentes criados internamente, através de um enorme esforço do trabalhador brasileiro, ao capital estrangeiro, que leva esses enormes lucros para o exterior, e ao reorientar a pequena mas significativa base produtiva instalada para atender ao mercado externo, enquanto sua população morre de fome, este modelo econômico se converte no algoz do povo brasileiro. E é contra ele e seus efeitos que termina se mobilizando a maioria da população, tornando instável todo regime político ou governo que o sustente.

5. O modelo político-ideológico e a busca de consolidação do regime

Para consolidar tal modelo econômico fazia-se necessário um modelo político e ideológico capaz de suprir pela força e pela manipulação ideológica a ausência de consenso em torno de seus objetivos e resultados. Foi necessário garantir pela força que os trabalhadores aceitassem a rebaixa dos seus níveis salariais, ao mesmo tempo que se montava uma gigantesca propaganda sobre o “milagre brasileiro” como perspectiva para um futuro de glória. Neste clima de euforia, enquanto cresce o número de analfabetos¹³, realiza-se um enorme esforço educacional para formar operários especializados, técnicos e mesmo universitários, sem abrir-lhe possibilidades de trabalho e provocando violentas frustrações.

Tratou-se, entre 1970 e 1973, de ganhar o apoio da juventude, estimulada a um consumo incontrolado pelo mundo publicitário que procurava, ao mesmo tempo, canalizar seus apetites e aspirações para o apoio a um regime sem líderes de massa e sem ideais – que lhe prometia, contudo, saciar sua

13. O governo tentou planos de alfabetização, mas nunca suficientes, para diminuir a população analfabeta. Como o demonstraram os países socialistas, o analfabetismo só se elimina rapidamente nos países subdesenvolvidos quando se conta com a possibilidade de planificar a economia e a vida pública com o apoio da população para grandes campanhas nacionais. A ditadura brasileira quis mobilizar os estudantes nesta tarefa, mas só conseguiu motivar minorias insignificantes diante da dimensão do problema.

ânsia consumista. Tratou-se de convencer um povo, que não percebia nenhuma ameaça exterior, da necessidade de criar enormes projetos de conteúdo militar e de glorificação nacional. Era pois evidente o fracasso desse enorme esforço publicitário.

O governo ditatorial afogou-se nesta contradição entre sua impopularidade (determinada por uma política restritiva aos salários, ao mesmo tempo em que apelava para o estímulo à sociedade de consumo) que levava à necessidade de apoiar-se numa política de força, e a necessidade de alcançar legitimidade para levar adiante uma política de crescimento econômico. Mas este crescimento se fazia contra os interesses fundamentais das massas do país. Daí a incapacidade da ditadura de alcançar uma estabilidade institucional em consequência do seu conteúdo de classe: Era este o destino de um regime e governo de uma burguesia dependente que, incapaz de resolver os problemas mais imediatos de seu povo, entregou à iniciativa insana dos tecnocratas militares e civis a tarefa de salvar de qualquer maneira a propriedade privada.

E para realizar esta tarefa não existia outro caminho político senão o fascismo, adaptado às condições de uma nação dependente, caminho que terminou por assustar a própria classe dominante nacional e seus poderosos apoios internacionais.

No primeiro momento coube aos militares ocupar o centro da nova ordem ainda não consolidada. A razão era simples: organizados nacionalmente na luta contra a "subversão", cuja origem se encontrava, segundo eles, na incapacidade dos "políticos profissionais" de administrarem corretamente e realizarem as reformas que permitissem o desenvolvimento, eram eles os mais preparados ideologicamente e administrativamente para encaminhar a nação na direção da disciplina e do moral coletivo, capaz de retirá-la da "lama" em que se afogava.

Por outro lado, o fato de que tinham diretamente a tarefa de repressão num momento em que a força era o principal instrumento de sobrevivência da classe dominante deu-lhes um papel estratégico no esquema político da classe dominante.

Os militares se encontraram no poder diante de uma situação de crise muito aguda, cujas características fundamentais já

descrevemos. Desconfiados dos políticos, buscaram aos melhores técnicos e intelectuais da classe dominante, ao mesmo tempo que liquidavam a ferro e fogo toda oposição aos seus planos. Esta tarefa aparentemente técnica encontrava seus limites na tentativa de tentar garantir a sobrevivência de um sistema socioeconômico falido. A aliança da tecnocracia militar e civil se fez com um enorme desprezo pela oposição tanto popular como burguesa. Cabia a estes homens interpretar os interesses da classe dominante, mesmo quando algum de seus membros protestassem. Os políticos tradicionais, que eram os representantes das diversas classes e camadas da população, passavam a ser entendidos como forças às quais cabia utilizar eventualmente, sem que pudessem tomar nenhuma iniciativa capaz de afetar a marcha das decisões do grupo no poder.

É evidente que este esquema levaria a várias crises. O grupo era, no primeiro momento, altamente unificado ideológica e politicamente. Tratava-se do grupo da Escola Superior de Guerra, mas os principais técnicos do grande capital, entre os quais se destacava o economista Roberto Campos. Sua política de estabilização monetária de entrega ao capital estrangeiro buscava, ao mesmo tempo, lançar as bases para a exportação de produtos industriais e para a afirmação do país como potência ocidental. Não lhe faltou flexibilidade tática, que sempre esteve de acordo com seus objetivos estratégicos. No primeiro momento a classe dominante aceitou tranquilamente e de boa vontade as restrições que lhe impuseram, porque se recordava ainda das massas nas ruas e sentia a força da oposição e da insatisfação popular, cujo caráter explosivo não podia ignorar.

Portanto, o grupo no poder tinha do seu lado esta grande vantagem: o desejo de estabilidade das classes dominantes sobrepassava qualquer consideração. As tentativas de conspiração no período, lideradas pelos setores que participaram do golpe de 1964 e que foram ignorados, terminaram sempre bloqueadas pelo medo da confrontação. A resposta violenta do grupo no poder paralisava os adversários, que não se dispunham a usar a força que tinham acumulado, pelo medo de suas consequências.

O primeiro triunfo dos opositores internos ao grupo dominante somente ocorreu quando conseguiram reunir a maioria dos dirigentes militares contra o grupo Castelo Branco, em 1966. O então Ministro da Guerra, Costa e Silva, foi a expressão dessa unidade de forças de um grande setor da classe dominante, temerosa da excessiva rigidez do sistema castelista (que aliava a visão estratégico-tática do IPES à capacidade operativa da Escola Superior de Guerra ou grupo "Sorbonne"). Castelo Branco exigiu, entretanto, a institucionalização do regime através de uma Constituição, como condição para entregar o poder a seu ministro da Guerra, pelo qual sentia grande desprezo. Costa e Silva no poder significava a volta a uma certa liberdade para os políticos profissionais e um compromisso com as forças tradicionais que o esquema castelista- udenista pretendia liquidar.

Os setores radicais da classe dominante tinham, contudo, razão: o regime não podia suportar a mais mínima e controlada oposição. Nas eleições realizadas em 1965 e 1967 começou-se a sentir a debilidade do governo. Em seguida, no enfrentamento com o movimento estudantil, nas eleições sindicais, na vida intelectual e artística: tudo que era vivo no país mostrava um ódio violento à "Revolução Gloriosa" de 1º de abril de 1964. Na defesa do governo somente estavam as organizações fascistas financiadas pelos latifundiários decadentes e pelos empresários de direita. Em pouco tempo foi possível constatar que somente a força poderia garantir o regime. Foi esta constatação que deu origem à nova onda repressiva iniciada a partir de dezembro de 1968.

Como se estruturou este regime de força? O executivo era a única autoridade no país. Os legisladores eram completamente impotentes e não tinham nenhuma iniciativa. No máximo, cumpriam uma função consultiva. A autoridade executiva, o presidente, foi escolhida em 1964 por uma assembléia cercada pelas tropas vitoriosas; em 1966, por um consenso entre os parlamentares que sobraram após a extinção dos direitos políticos dos que resistiam gerou-se o segundo governo ditatorial. Depois de 1968 a escolha partiu de uma votação dentro das Forças Armadas. Mas o candidato que venceu na primeira votação (General Albuquerque Lima) foi desclassificado sob a

alegação de não possuir o mais alto grau militar, isto é, as 4 estrelas. Apresentaram-se em seguida três candidatos indicados pelos altos comandos, terminando a escolha e fixando em Garrastazu Médici. Os governadores dos Estados passaram a ser nomeados pelo presidente, depois das derrotas do governo nas eleições estaduais de 1966. As autoridades municipais eram fruto de situações mais complexas, mantendo-se as eleições, excluindo-se os municípios considerados de segurança nacional e as capitais dos Estados.

O comando do Estado maior foi a principal força deliberativa do país até o fim do regime, e num plano ampliado, o Conselho de Segurança do Estado, onde participavam também os ministros militares e algumas autoridades civis. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi o principal mecanismo de controle sobre o pessoal do serviço público. Mais abaixo, os serviços secretos das três armas e as organizações policiais dedicadas à repressão da “subversão” conformavam um poder que se encontrava em geral acima dos ministros. Muitos deles “confessavam” à oposição sua incapacidade de intervir em questões de segurança¹⁴.

As câmaras legislativas municipais, estaduais e federal tiveram um funcionamento muito irregular, sob constante pressão, pois foi somente nestes níveis que a “oposição” consentida, reunida no Movimento Democrático Brasileiro, pôde dispor de tribuna, ainda que restrita. Os jornais, as revistas e editoriais foram submetidos à censura, mas sobretudo à auto-

14. Um dos exemplos mais notórios foi o caso do ex-deputado Rubens Paiva, engenheiro e empresário, homem ligado à oposição legal e à classe dominante brasileira. Ele foi preso na sua casa por motivos ignorados e morto na mesa de tortura à qual não resistiu pela sua idade. Sua família não conseguiu jamais recuperar o corpo. O exército e a polícia negaram a morte dizendo que foi seqüestrado por seus “companheiros” das mãos da polícia. Nem a intervenção do Cardeal de São Paulo e das altas autoridades conseguiu alterar a decisão policial de manter esta versão de não entregar o corpo. Casos como este se reproduziam todos os dias. Ver folheto *A ditadura matou Rubens Paiva*, da Frente Brasileira de Informações, e os *Cadernos Brasileiros*, n. 1: Pena de morte no Brasil: dos fatos à legalidade fascista. Editados em Santiago do Chile, em 1970. Uma visão global das torturas no período encontra-se em *Brasil: repressão e tortura*, Santiago do Chile, Ed. Orbe, 1970. Depois da abertura política surgiu dentro do Brasil uma vasta literatura sobre a repressão, que teve sua principal expressão no livro *Tortura nunca-mais*, Ed. Vozes, 1984.

censura, segundo normas gerais expedidas pelo governo, por militares e policiais. Se ultrapassavam os níveis permitidos, sofriam várias punições, chegando ao próprio fechamento, com sanções econômicas, apreensões de edições, etc. A “oposição” consentida, em tais condições, não pôde dispor de nenhum órgão sistemático de expressão e teve de contar com apoios circunstanciais e eventuais na imprensa.

As forças revolucionárias que se levantaram em armas contra o regime militar não contavam com nenhuma cobertura na imprensa, nem mesmo para publicar suas declarações, as notícias sobre militares presos ou mortos. Sobre esta matéria somente se publicavam os comunicados policiais em forma aberta ou de “reportagens” que davam a versão das forças da repressão.

Este regime de terror nunca foi grato nem às classes dominantes nacionais, sobretudo quando se considerava que alguns de seus filhos foram submetidos a ele, nem tampouco à grande burguesia norte-americana e européia. Isto não significava contudo que não apoavam esta política, desde que não se comprometessem publicamente com ela. De fato, não só apoavam politicamente como também financiavam o armamento e sustento de seus executores. É significativo o caso do Esquadrão da Morte, grupo de policiais que se dedicavam a matar criminosos que não se submetiam a seus esquemas de contrabando de drogas e outras atividades. O promotor público Hélio Bicudo revelou claramente (com o apoio de alguns órgãos de imprensa assustados com tais “excessos”) grande parte das atividades ilegais deste bando de policiais, culpando claramente o chefe da repressão política em São Paulo, Sérgio Fleury, e demonstrando inclusive a responsabilidade direta do Esquadrão da Morte no contrabando de drogas¹⁵. No auge do processo, o promotor Hélio Bicudo foi afastado e sua continuação entregue aos órgãos policiais.

15. Os marginais mortos eram, em geral, ou membros de quadrilhas rivais de contrabandistas ou elementos independentes que não se submetiam ao Esquadrão.

É fácil ver a cumplicidade de toda a classe dominante em relação a esta política quando se publicava na imprensa internacional uma campanha sistemática sobre o “milagre brasileiro”. Nela se ressaltavam os índices de crescimento sem mostrar suas consequências altamente daninhas aos interesses do povo. Não se fazia referência à rebaixa dos salários, à miséria crescente, ao analfabetismo irredutível, etc. Todavia, o que era pior: procurava-se justificar com os índices de crescimento o que essa imprensa chamava de “excessos policiais”. Quais eram esses excessos? Segundo dados da Frente Brasileira de Informações, órgão dos exilados brasileiros do período, somente no ano de 1971 houve aproximadamente 400 presos políticos e se matou 100 cidadãos nas ruas e dentro das prisões brasileiras. Atos deste tipo foram revelados em uma comissão do Senado norte-americano, pela Cruz Vermelha, pela Anistia International, pela Comissão de Direitos Humanos da OEA, etc. Eles não provocaram a mínima reação de nenhum governo naquele período. Pelo contrário, além das formas normais de colaboração, o presidente Garrastazu Médici foi convidado por Richard Nixon a discutir os objetivos de sua viagem à China e URSS, e o presidente norte-americano reconheceu no Brasil uma potência com o direito de representar os interesses dos povos latino-americanos.

O esquema político que levou os militares brasileiros ao poder demonstrava assim seu forte respaldo nos interesses econômicos, políticos e ideológicos das classes dominantes em nível mundial. Não há dúvida de que existiam, nesta época, tentativas de moderar este regime através de uma relativa institucionalização do mesmo através do restabelecimento da Constituição de 1966, implantada por Castelo Branco e considerada suspensa pelo Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968, assinado por Costa e Silva sob forte pressão dos militares duros. O ex-ministro Roberto Campos, então diretor de um importante banco de inversões, formado por fortes grupos internacionais, e homem de liderança do grupo castelista, escreveu nessa oportunidade um importante artigo no jornal *O Globo*, onde reafirmava a superioridade do modelo econômico brasileiro baseado numa “esplêndida disciplina salarial”, em comparação com o fracasso dos militares argentinos, que não conseguiram rebaixar os salários de seus operários. Mas ao

mesmo tempo considerava uma debilidade definitiva a incapacidade de criar um modelo político capaz de consolidar esta “vitória” econômica. Campos reconhecia a dificuldade de conciliar qualquer forma de democracia com esta “maravilhosa disciplina salarial”, mas assinalava a necessidade de correr o risco menor da consolidação institucional com crise do que correr o risco bem maior de não deixar nenhum caminho legal para a oposição no país.

As formas intrincadas que assumiam estas argumentações demonstravam a debilidade intrínseca do regime. Ele não podia sequer aproveitar de maneira significativa as vantagens políticas criadas pelo crescimento econômico, cujos índices muito elevados não ocultavam a instabilidade em que se baseavam, seja no plano interno, ao concentrar tão fortemente a renda e ao marginalizar setores crescentes da população, seja no plano internacional, ao depender de um mercado sobre o qual o país não tem nenhum grau de controle. As classes dominantes podiam propor, mas dificilmente poderiam ultrapassar os marcos de uma liberação muito restrita, que não conseguiria satisfazer às massas do país.

6. A oposição: do golpe militar até o “milagre econômico”

O golpe militar de 1964 desorganizou o movimento popular brasileiro, particularmente na sua capacidade de articulação nacional. A esquerda brasileira compunha-se, nesse momento, de um conjunto de forças políticas ideologicamente muito dispersas.

A mais importante, do ponto de vista histórico e orgânico era o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922. Sua história tem uma dimensão heróica, já que esteve a maior parte dela na clandestinidade. Só em 1945 foi legalizado, mas em 1947 foi ilegalizado outra vez. Em 1958, seu dirigente, Luís Carlos Prestes, foi despronunciado na justiça e pôde voltar à vida legal, o que deu uma fisionomia semipública ao PCB. Sua influência na classe operária cresceu muito, e em 1961 ganhou a direção do movimento sindical brasileiro em aliança com uma nova geração de líderes sindicais do Partido Trabalhista Brasileiro. Criou-se nesse ano um Conselho Geral de Traba-

lhadores, que começou a funcionar semi-oficialmente como uma Central de Trabalhadores e que daria origem posteriormente à Central Geral dos Trabalhadores. No movimento estudantil sua influência era menor, já que a Ação Popular, organização esquerdista de base cristã, ganhou o controle do movimento no plano nacional a partir de 1960. No movimento camponês, as Ligas Camponesas, dirigidas por Francisco Julião, o Movimento Radical Tiradentes e outras forças de esquerda formavam uma facção dominante, enquanto que a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, de menor expressão, tinha a hegemonia do PCB (havia no campo muitos movimentos de orientação ideológica indefinida e inclusive direitista, particularmente os dirigidos pelos padres e organizações financiadas pela AID, a CIA, etc.). Entre os militares, o PCB tinha influência nos setores da oficialidade nacionalista, mas entre os sargentos e soldados prevalecia a influência de Leonel Brizola e dos "grupos de Onze" (organizações de onze pessoas distribuídas em núcleos com o objetivo de defesa da democracia, sob a liderança de Brizola e dentro de uma orientação nacionalista de esquerda).

Ao lado destas forças, a Política Operária (POLOP) dispunha de posições no movimento estudantil e conseguira influência nos movimentos camponeses, de favelados, entre os sargentos, marinheiros e setores da classe operária. Sua influência era, contudo, relativamente pequena e restrita aos setores de vanguarda. Assim também o Partido Comunista do Brasil, facção pró-chinesa que rompeu com o PCB, conseguira estabelecer influências no movimento de massas, sem hegemonizar contudo nenhum setor ou organização.

Estas forças se dividiam em uma orientação nacionalista-democrática liderada ideologicamente pelo PCB, que reunia a maioria do Partido Trabalhista e outros partidos que compunham a Frente Parlamentar Nacionalista. O presidente João Goulart detinha a liderança desta corrente junto às massas. Estrategicamente, a corrente nacionalista-democrática acreditava na necessidade de formar uma ampla frente de classes que incluía os operários, os camponeses e a burguesia nacional, contra o inimigo externo: o imperialismo. Segundo o PCB, o principal elaborador desta linha, a classe operária deveria lutar

para obter a hegemonia desta frente, que era uma condição para alcançá-la. O objetivo de alcançar o desenvolvimento nacional eliminando as forças retrógradas pró-feudais e pró-imperialistas se sobrepuja a qualquer outro naquele momento histórico.

Do outro lado, a orientação que previa o fracasso da política nacionalista, devido à integração entre a burguesia nacional e o imperialismo, colocava a necessidade de formar uma frente de trabalhadores que incluísse operários, assalariados agrícolas e a pequena burguesia rural e urbana. A liderança ideológica desta posição era representada pela Política Operária (POLOP), apesar de sua debilidade orgânica. Alertando sobre o perigo de mobilizar as massas sob o domínio ideológico (nacionalismo) e político (João Goulart) da burguesia, mostrava a necessidade da direita de recorrer ao golpe e ao fascismo, como única solução para defender o capital diante do inevitável fracasso da liderança reformista em controlar as massas que ainda inconscientemente procuravam um caminho socialista.

Esta posição atraía setores mais radicais do Partido Trabalhista, inclusive parte da juventude do PCB, como os acontecimentos posteriores vão demonstrar. Também atraía setores do Movimento Radical Tiradentes (que se dividiu em 1962-1963) e setores do PC do B. A POLOP chamava à formação de uma frente de esquerda, incluindo o PCB, procurando afastá-lo da aliança sob a hegemonia de Goulart e dos setores da burguesia que se apresentavam como nacionalistas antes do golpe de 1964.

A correção teórica da análise da POLOP ficou patente no golpe de 1964, e a partir de então suas concepções começam a ter um papel determinante na evolução da esquerda brasileira, mas isto não foi acompanhado de uma base orgânica e política capaz de tirar consequências práticas desta evolução. Entre 1964 e 1966 a esquerda brasileira procurará um caminho de ajuste às novas condições. Muitas iniciativas dispersas surgiram em várias partes, configurando um conjunto de elementos que vão se apresentar posteriormente de forma mais desenvolvida. Entre 1967 e 1968 desenha-se uma ofensiva popular, que é reprimida entre 1969 e 1970. Durante esse período o conjunto do movimento de oposição ao governo pode se dividir em três grandes vertentes:

a) Oposição legal, de conteúdo predominantemente liberal, que já em 1964 mostrava suas limitações. Procurou utilizar as posições de poder que ainda desfrutava para pressionar o governo para que se autoliberalizasse. As críticas muito moderadas à repressão dos poderes judicial e legislativo, dos poderes executivos e regionais, dos intelectuais e da universidade, das organizações sindicais e de massa em geral levaram algumas vezes a pequenas tentativas de rebeldia que foram em geral respondidas com medidas drásticas da ditadura.

Para poder sobreviver legalmente a oposição liberal teve que recorrer a uma constante autocensura e a uma redução de seu programa a questões muito gerais. Depois do pronunciamento do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, a oposição liberal conseguiu sobreviver em função de um longo trabalho de acordos de todo tipo, limitando seu programa liberal à revogação do Ato Institucional n. 5 e à volta da Constituição de 1968. O surgimento, em sua Conferência de 1971, de uma tendência que pedia a formação de uma Constituinte no país foi considerada como "infantilismo" político e desprezada pela direção do partido (MDB).

Entretanto, isto não significa que a oposição liberal pudesse ser liquidada. Ela contava com respaldos internacionais e sobretudo na opinião pública que se expressava através das aspirações da classe média e dos setores do movimento de massas que procuravam impedir a implantação total do fascismo no país. Entretanto, seus limites eram evidentes, quando analisamos a lógica do regime, movida pelo esquema econômico em que se fundamentava. A oposição liberal só conseguia, durante um longo período, aproveitar-se de circunstâncias de abertura política impulsionadas pelo próprio sistema, que também necessitava de aliviar suas pressões internas e externas. Ela não podia aspirar à retomada do poder sem enfrentar uma situação de crise muito aguda. Mas, pior ainda, ela não tinha (e não terá nunca) um programa para oferecer no caso de chegar ao poder. Um caminho de reformas estruturais leva inevitavelmente ao socialismo, nas condições brasileiras. Se defendesse consequentemente as reformas estruturais que deverão suceder à queda da ditadura, a oposição liberal se negaria a si mesma e teria de se tornar socialista.

b) O outro setor da oposição então existente, com uma certa independência política com relação ao anterior, procurava se constituir em bases mais sólidas. Tratava-se do movimento de resistência clandestino, organizado basicamente em torno do movimento sindical, camponês, estudantil e de bairros populares. Dada a intervenção nos sindicatos e a falta de garantias, os operários, camponeses e estudantes procuravam se organizar de forma clandestina com ou sem o apoio ou controle de organizações políticas. Já em 1964 surgiram os germes destas formas de organização com a formação de grupos de cinco pessoas com o objetivo de resistência. Entre 1966 e 1968 os centros de alunos atuavam semiclandestinamente e inclusive a União Nacional dos Estudantes fez quatro congressos na clandestinidade; assim também comissões operárias nas empresas operavam clandestinamente em aliança ou não com os sindicatos, conduzindo grandes greves como a dos bancários e das cidades industriais de Contagem e Osasco, em 1966.

Além do movimento estudantil não existia até então nenhuma tentativa de articular regional e nacionalmente o movimento de resistência, motivo pelo qual este se viu muito debilitado. As organizações políticas de esquerda, divididas em vários grupos, se mostravam mais interessadas seja em organizar suas próprias células, seja em recrutar quadros para as ações armadas, de acordo com a orientação que as presidia, do que formar um forte e unido movimento de massas clandestino.

Estas circunstâncias permitiram que este vazio político fosse preenchido posteriormente sobretudo pelas organizações e movimentos hegemonizados pela Igreja católica. Esta assumiu primeiro uma posição de resistência às violências que afetavam seus próprios militantes. Pouco a pouco foi se envolvendo em movimentos ativos de questionamento da ditadura para a qual havia contribuído notavelmente em 1964. Depois de 1970, passou a assumir um papel protagônico na luta pela redemocratização do país e de apoio aos movimentos populares de conteúdo social e democrático. Algumas de suas organizações laicas de base, como as CEBs, chegaram a ter um papel extremamente ativo na reorganização do movimento popular.

c) A terceira vertente de oposição fez seus primeiros passos também em 1964. Tratava-se do movimento guerilheiro, considerado até então como gérmen de um futuro exército revolucionário. Não é o caso de discutir aqui os detalhes da concepção que orientou tais movimentos (sobre a esquerda brasileira no período de 1964 a 1971, ver Marini, 1971 A e Gorender (1988); há também uma abundante literatura de depoimentos e edições de documentos sobre o movimento armado e as organizações de esquerda que se opuseram à ditadura). Deve-se frisar somente que predominou neste período a concepção do “foco armado”, cuja expressão mais desenvolvida se encontra em Debray (1967). Tão poderosa era esta concepção que chegou a influir fortemente no conjunto da esquerda no período, mesmo naqueles setores que se opunham explicitamente à mesma.

Em 1964 foi preso um grupo de marinheiros, estudantes, operários e intelectuais da Política Operária (POLOP) no Rio de Janeiro às vésperas de se encaminharem para o campo. As preparações guerrilheiras continuaram entre 1965 e 1967, sobretudo em torno do comando militar localizado no Uruguai em torno de Leonel Brizola. Nesse período houve uma tentativa de ação de propaganda armada no Sul, iniciativa isolada do coronel Jefferson Cardin, que se somou a outras iniciativas similares. Em 1977, uma vasta operação militar prendeu um grupo de ex-sargentos que preparavam um foco guerrilheiro em Caparaó. Com o fracasso deste grupo e outras prisões encerrou-se o comando militar que se formara no Uruguai.

A guerrilha aparecia, para a maioria das forças de esquerda, como única forma possível de desafio armado ao sistema, mas era cada vez mais difícil chegar até o campo. Daí apareceram as experiências de ações armadas na cidade com o objetivo de juntar recursos e meios materiais para transladar-se ao campo. As várias organizações político-militares que surgiram nesse período vão iniciar este processo de luta sem uma mínima preparação anterior, divididas em vários pequenos grupos, sem um programa unificador e sem um comando nacional.

No primeiro momento configurava-se uma situação favorável. As primeiras ações armadas surgem numa situação de ascenso geral do movimento de massas entre 1967-1968. Há fácil contato com as massas, existem muitos quadros jovens

com disposição de luta, a repressão se encontra pouco preparada para responder a um movimento de tal magnitude. Mas em vez de se aproveitar destas circunstâncias favoráveis para conseguir uma forte organização partidária, clandestina e armada, os movimentos, sob a inspiração do “foquismo”, desprezavam e se opunham mesmo à organização partidária, à organização clandestina e à luta legal.

A organização partidária era para eles uma expressão de burocratismo. Carlos Mariguella, líder da Aliança de Libertação Nacional (ALN), uma forte facção que abandonou o PCB, negava-se a unir-se com seus camaradas Mário Alves e Goren-der, que vão dar origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), com o argumento de que não deveria formar-se um novo partido burocrático. O próprio PCBR se reduz a um grupo armado em pouco tempo¹⁶.

O setor que abandonou a Política Operária (POLOP) se recusou a formar um partido e deu origem às duas organizações armadas de maior expressão nacional (a VPR e a Colina, que se juntariam em 1969 para formar a VAR Palmares, cuja autocrítica da concepção foquista levou a uma nova ruptura que reorganizou a VPR). Não há que entrar no complexo mundo das siglas, organizações e grupos cuja estabilidade política era muito relativa. Tem-se que assinalar, entretanto, que todas as organizações de esquerda sofreram cisões “foquistas” ou militaristas entre 1967 e 1969 (o PCB, o PC do B, a AP e a POLOP) que levaram a maioria dos seus quadros.

O que explica este movimento de desagregação de forças? De um lado estava a explosão da orientação reformista que o PCB imprimiu ao movimento popular entre 1956 e 1964. Ao não fazer uma severa autocrítica dessa posição e sim, ao contrário, fazer uma autocrítica pela direita, atribuindo-se escandalosamente inexistentes desvios de esquerda durante 1961-1964, o PCB se condenava definitivamente diante da

16. Sobre esse período Jacob Gorender publicou recentemente um livro bastante honesto e sério que confirma as análises que farfamos em 1970, cujas linhas gerais mantemos no presente texto, atualizado. Veja-se Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

conjuntura do país. Do outro lado, a POLOP e as outras organizações de esquerda que defendiam um caminho revolucionário, ao se mostrar orgânica e taticamente incapazes de abrir um canal para as energias revolucionárias do país, lançavam as bases de sua desagregação.

A separação mecânica entre a luta legal, a luta clandestina, a das massas e as ações armadas e a subdivisão das forças de esquerda em grupos inexpressivos foram os fatos que causaram a perda do grande ascenso de massas que se produziu entre 1967 e 1968. O grande movimento que se desenvolveu no período viu-se sem destino e sem saída. Debilitado e vacilante, foi presa fácil da repressão militar nacional depois de vencer as polícias militares nas ruas.

Arrasado o movimento de massas, instaurada a censura, fechadas as organizações de massas legais e reprimidas as clandestinas (a ditadura prendeu os 800 participantes do Congresso Nacional de Estudantes de Ibiúna em 1969), a repressão se dirigiu sistematicamente ao movimento guerrilheiro, que foi isolado de qualquer base orgânica na população.

Daí em diante, os revolucionários se viram acurralados nas ruas do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, ou cercados em campos de treinamento rural como no Vale da Ribeira ou no interior do Rio Grande do Sul, etc. Com heroísmo e decisão, eles conseguiram várias vitórias táticas – numa situação estratégica absolutamente desfavorável – como os seqüestros dos embaixadores norte-americano e suíço; atos de propaganda importantes romperam com o cerco do Vale da Ribeira, etc. Mas centenas de revolucionários morreram nas ruas ou em câmaras de torturas sem que a opinião pública conseguisse saber o que se passava. As organizações foram violentamente golpeadas nas suas direções e seus quadros de base. A polícia e os serviços secretos militares se coordenaram e criaram mecanismos maciços de repressão e terror que afugentavam os possíveis aliados dos revolucionários.

Os anos de 1969 até 1973 foram de duras derrotas para a esquerda, cercada por todos os lados e diante de uma enorme ofensiva publicitária do governo, que buscava ganhar a opinião pública, oferecendo-lhe como compensação ao regime de força as vantagens que o crescimento econômico em curso parecia

entregar a todos. A confusão ideológica dos operários era evidente. De um lado viam o regime se recuperar economicamente em torno de um "milagre" do qual não participavam. De outro lado viam as forças de esquerda numa luta direta com as forças de repressão da ditadura sem lhes oferecer nenhum caminho de luta própria.

A situação era desesperadora para as forças populares. Contudo, o crescimento econômico sustentado durante 4 anos, começou a demonstrar seus limites e deu origem a perguntas não tão novas. Poderá o mercado externo e o das classes médias garantir o consumo necessário para as indústrias tradicionais que são as que mais gente empregam? Quem consumirá os produtos das indústrias criadas pelos novos investimentos? O problema do mercado interno voltava a inquietar o capitalismo brasileiro. Os velhos fantasmas reapareciam.

Era evidente que somente reformas profundas poderiam resolver tais problemas, e já vimos as dificuldades que a burguesia brasileira revela em assumi-las corajosamente. Portanto, existiam dilemas reais que se apresentavam inclusive às forças aliadas ao governo.

Em segundo lugar, justifica o crescimento econômico uma repressão tão forte sobre o povo em seu conjunto? Esta é outra pergunta que devia preocupar pelo menos um setor liberal importante. Sobretudo na medida em que o desenvolvimento econômico necessitava de uma efetiva colaboração e entusiasmo popular, o qual se encontrava limitado pelos poucos benefícios materiais oferecidos às massas pelo "milagre econômico". A repressão procurava assim obrigar os operários a submeter-se à autoridade patronal. Mas é evidente que este sistema criava profundas tensões. A repressão restringia também o apoio dos intelectuais e cientistas, tão necessária a um desenvolvimento sustentado e a uma nova etapa de acumulação capitalista, baseada cada vez mais na revolução científico-técnica.

Em terceiro lugar, os movimentos de massa começavam a renascer em pequenas greves, reorganizações sindicais e estudantis, abria-se uma conjuntura eleitoral e a oposição liberal tentava romper o bloqueio da censura à imprensa. As massas rurais demonstravam violentas disposições de rebeldia ao to-

mar cidades, trens e terras no nordeste, nas zonas de nova colonização do centro-oeste e da Amazônia, e ainda em outras regiões.

Já em 1972, em pleno “milagre econômico”, o movimento de massas tendia a ressurgir, depois de muito pouco tempo de retrocesso, o que indicava sua disposição de luta. No Brasil não houve uma guerra civil que liquidasse enormes setores das massas como na Espanha ou massivos enfrentamentos de milícia como na Itália e na Alemanha fascistas. Por esta razão, entre outras, o regime militar brasileiro não pôde consolidar seu caráter fascista. Talvez isso se pudesse fazer através de uma nova onda repressiva. Daí o grave perigo que a situação apresentava e ainda apresenta. Se o novo ascenso de massas que começava a se esboçar não encontrasse um canal revolucionário que soubesse articular as três vertentes do movimento de oposição, dificilmente haveria vitórias definitivas. A ausência de uma saída revolucionária e os compromissos para os quais o conjunto da oposição brasileira foi empurrado deixam intactas as forças obscurantistas que governaram a nação de 1964 até pelo menos 1986. Em tal caso, o período de transição iniciado em 1986 pode ser o começo de uma era ainda mais obscura para o Brasil, se não conseguir alterar radicalmente a realidade político-ideológica do país.

Em 1962 advertíamos que o golpe de Estado era inevitável diante da política capitulacionista de Goulart¹⁷; em 1964 chamávamos a atenção sobre o implacável desenvolvimento fas-

17. Entre outros, recolhemos os seguintes textos de nossos trabalhos: “Torna-se cada vez mais apertada a faixa de conciliação e as possibilidades de jogo próprio da burguesia progressista. Tudo indica que ela durará algum tempo mas terminará por aderir, na sua maioria, às forças reacionárias. Em segundo lugar, ficou claro que o golpismo continuará sendo uma força viva no país e reaparecerá proximamente. Não somente porque a solução conciliatória permitiu que seus líderes continuassem ilesos, e sim porque é a única solução para o caminho capitalista no Brasil, como vimos” (*Revista Brasiliense*, n. 38, nov/dez de 1961).

“O recrudescimento dos setores mais reacionários do país, representados pelo fascismo de Lacerda e de certos grupos militares, exigirá uma definição da burguesia progressista que tenta manter-se no centro, como bem o demonstram seus documentos populares. Tudo isso leva a uma radicalização de todas as camadas populares contra o golpismo brasileiro” (O movimento operário no Brasil. Em: *Revista Brasiliense*, n. 39, jan/fev de 1962).

cista da ditadura¹⁸; em 1966 o reafirmamos em outro trabalho mais elaborado, com uma análise da política econômica e dos resultados favoráveis para as classes dominantes que ela trazia¹⁹. Portanto, cada vez mais temos confiança no esquema

"No Brasil parece que estamos próximos da solução ditatorial e militar (para a burguesia), porque a ditadura escondida do governo de unidade nacional está cada vez mais incapaz de governar. Este parece ser o destino do Brasil para os próximos meses e anos" (*Quais são os inimigos do povo?* Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1962).

18. "De tudo isso podemos concluir então que existem objetivamente as condições sociais para desenvolver-se um movimento fascista no Brasil. Outra questão é a possibilidade ou não de que chegue ao poder."

Depois de analisar os limites do movimento fascista no Brasil, continuamos: "O fascismo, em consequência destes limites, transformou-se num apêndice da contrarrevolução pró-imperialista e latifundista, constituindo-se no seu setor mais radical. A característica fundamental do governo atual reside em que ele é um regime de compromisso entre estas forças e o setor liberal da burguesia, que se viu obrigada a se aliar a elas por sua impossibilidade de continuar as transformações progressistas, devido a seus limites econômicos e políticos. (...) A missão do fascismo no Brasil é submeter totalmente este setor, minar totalmente suas bases liberais, limitar sua influência sobre o Estado de maneira a permitir uma política de repressão total ao movimento popular" "A ideologia fascista no Brasil". Em: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, julho de 1965.

"O fascismo representa uma ameaça crescente originada pelo fracasso do atual bonapartismo de cúpula desmoronizado diante do povo. É inegável que tal movimento crescerá no país na medida em que o atual governo (Castelo Branco) se mostra incapaz de reprimir efetivamente o movimento popular e de organizar um setor ativo da população para apoiá-lo e difundir a repressão. Os fascistas terão um papel importante na articulação de novos golpes que se anunciam no país (ver Ato Institucional n. 5, a queda de Costa e Silva, etc., nota de 1972) e através desses se farão absolutamente necessários a um novo esquema de poder" (*Socialismo o Fascismo: dilema latinoamericano*. Santiago, PLA, 1970).

19. Nesta mesma época (1966) assinalávamos contra todas as correntes da oposição brasileira de então, no mesmo livro:

"A política de estabilização monetária tem um nítido conteúdo de classe: Trata-se de deter o processo inflacionário sem afetar os lucros da classe dominante, ou pelo menos afetá-los o mínimo possível. Cabe aos assalariados e pequenos proprietários pagar o preço da crise do sistema de produção que os explora. Neste momento esta exploração se revela em toda a sua plenitude e se desnuda ante o povo. É muito natural, portanto, que certos setores da classe dominante e seus aliados tratem de mistificar esta circunstância, procurando fazer crer ao povo que a política de estabilização não é uma necessidade do sistema capitalista e que poderia haver outra opção para o povo... através do aumento de mercados, dos salários e do desenvolvimento. Apesar de sua aparência 'esquerdistas', essas formulações não passam de cortina de fumaça para ocultar a essência do regime capitalista: a exploração do homem pelo homem" (p. 177).

"É evidente que haveria outra saída para a inflação. Seria a contenção de preços, a restrição dos lucros, e controle dos estoques de produtos essenciais para a economia popular e a eliminação das subvenções estatais às empresas privadas. Esta política de tipo popular seria contudo tão depressiva como a outra, se não se completasse com medidas de nacionalização das empresas e com a planificação da economia.

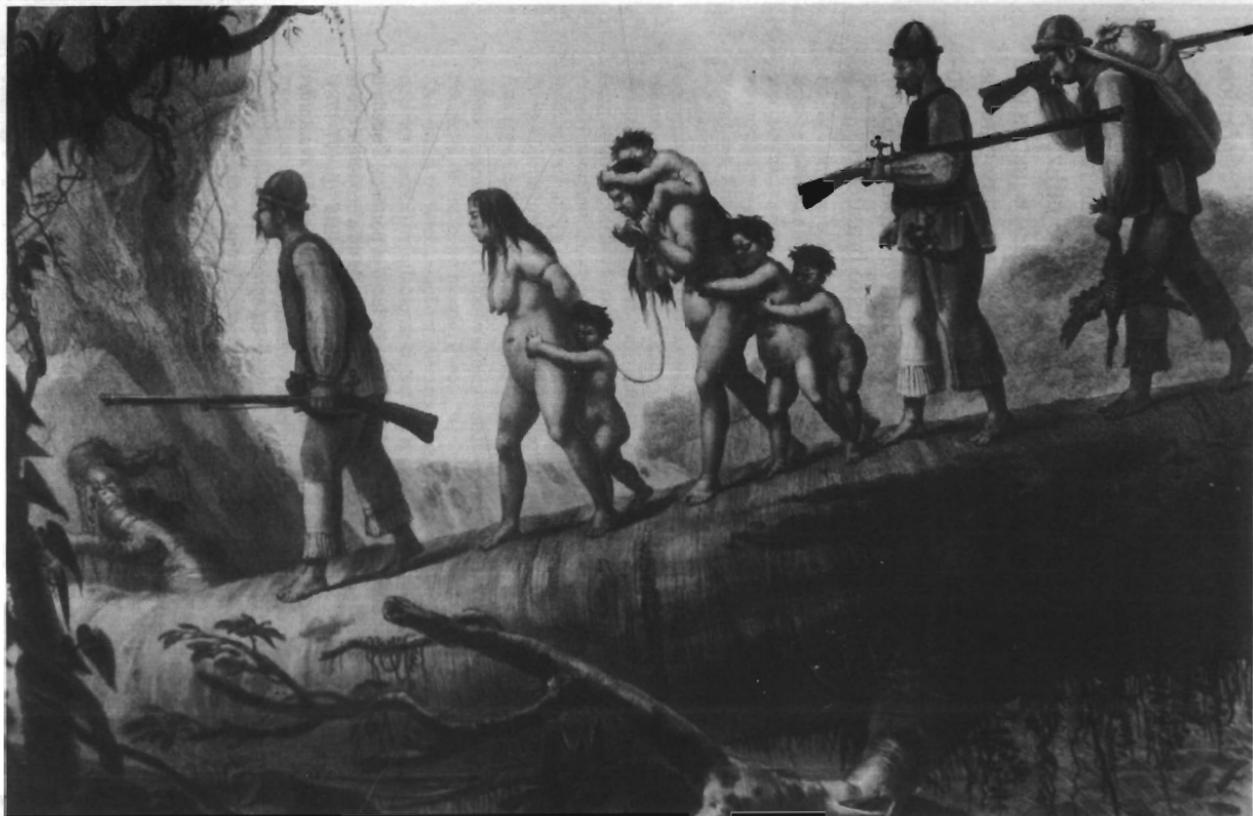
interpretativo da crise brasileira que manejamos e cremos poder, na base dele, chamar a atenção sobre os duros momentos de confronto que sucederão a uma tentativa de consolidar uma solução econômica que preserve o atual modelo econômico, tal como vem se realizando na Nova República, que analisaremos posteriormente.

O inflexível dilema continua por trás dos momentos em que predominam os aspectos conciliadores. O que não devemos deixar de compreender é a importância de utilizar esses momentos para acumular forças. Nem tampouco é justa a tese de que não se possa produzir importantes vitórias parciais, absolutamente necessárias para o avanço do conjunto do movimento. A luta entre o socialismo, como última alternativa popular, e o fascismo, como única alternativa capitalista, continua, entretanto, sendo a chave do processo brasileiro.

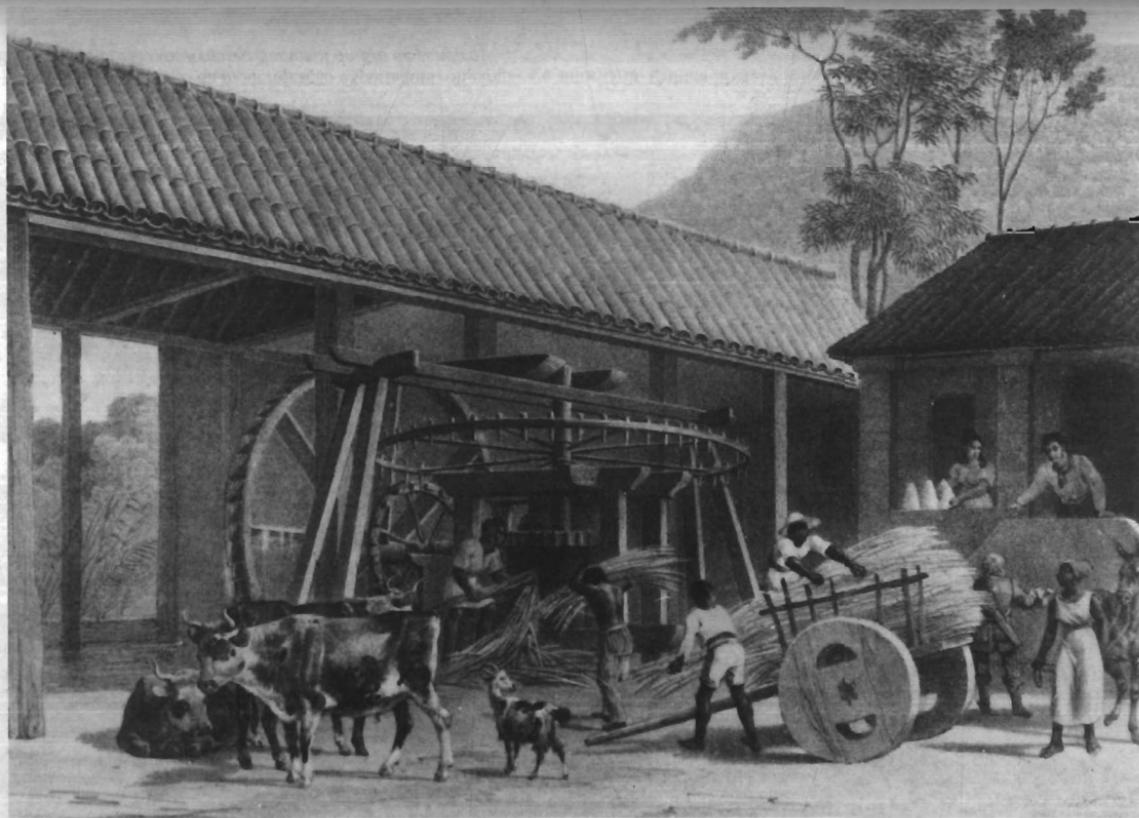
Pois esta política popular levaria à baixa da taxa de lucro e, portanto, à queda das inversões, o que só se poderia evitar com a implantação de uma economia que não estivesse baseada no lucro, portanto, de uma economia socialista" (p. 177-178). Tais palavras podem ser consideradas uma crítica "ex-ante" (1966) às aventuras do Plano Cruzado e dos "heterodoxos" de várias orientações e escolas.

Assim, afirmávamos contra os "estagnacionistas" da época: "...esta depressão não passa de um fenômeno cíclico. Traz consigo os gérmenes de uma recuperação, cujas principais coordenadas já esboçamos. São os próprios fatores da depressão, o desemprego, as quebras, a queda nos negócios, do movimento financeiro, a miséria enfim, que criam os fatores de um novo ciclo de desenvolvimento" (p. 186).

É muito importante ver como posteriormente estes ignorantes do ciclo econômico nos acusaram de "teóricos da estagnação" quando deram meia volta e aderiram, durante o "milagre econômico", às "maravilhas" do capitalismo brasileiro e da "modernização" do Brasil. Mais uma vez erraram ao não prever a recessão de 1980 até o presente, que nós sim previmos, outra vez contra eles.



A busca desesperada de mão-de-obra levou à caça dos índios para convertê-los em escravos nas famosas bandeiras. Os bandeirantes foram ocupando o interior e forjando o quadro territorial do país na busca dos índios, das pedras preciosas e de outras riquezas. (Acervo Debret - Chácara do Céu)



Os engenhos de açúcar eram agroindústrias onde a cana era processada e convertida em melaço antes de ser exportada para o mercado mundial. Articulação com o capital mercantil internacional, altos padrões de comercialização, desenvolvimento tecnológico agroindustrial se combinaram com as relações escravistas de produção e o poder de uma oligarquia local ociosa. (Acervo *Rugendas*)



A família real é símbolo da modernização exportadora, oligárquica e autoritária. Cultura liberal e relações escravistas formam a essência do Brasil moderno. (Foto: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)



O Teatro Municipal do Rio de Janeiro é a expressão mais refinada da modernização do final do século. Europeização, nova urbanização, novos hábitos, novas tecnologias, novos gostos...



A foto dos componentes da Coluna Prestes mostra sua força política. Grande parte dos seus membros se converterão nos líderes políticos do Brasil após a revolução de 30. (Foto: CPDOC/FGV. Arq. Italo Landucci)



Luís Carlos Prestes, feito prisioneiro em 1935, mantinha, ainda nesse momento, o mito do "cavaleiro da esperança" da gloriosa Coluna Prestes, forma culminante da luta do movimento tenentista nos anos 20. O Tenentismo, que alcançou seu auge nos anos 20, divide-se na década de 30 entre aqueles que assumiram posições de liderança na revolução de 30 e uma esquerda revolucionária insatisfeita com os rumos pouco radicais da revolução. (Foto: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)



Depois de uma ampla luta interna no seu governo entre pró-alemannas e pró-americanos, Vargas pende a posição brasileira para a participação com os Aliados contra o Eixo. A presença do presidente Roosevelt no Brasil vem selar essa aliança. (Foto: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)



Eleito pela aliança PSD-PTB, que em parte sustentava Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek apresentou um programa “desenvolvimentista” baseado no crescimento industrial, com a participação cada vez mais hegemônica do capital internacional. Este é o caso da indústria automobilística que se implantou durante o seu governo e que alcançou um alto grau de nacionalização da produção (superior aos 90%), mas conservou o domínio total do capital internacional. (Foto: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)



Sucedendo a Juscelino, Jânio Quadros foi uma presença inusitada na vida política brasileira. Temperamental, abusava das atitudes teatrais e convertia, tudo, até o corte de seu cabelo, num ato público e controverso. (Foto: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)



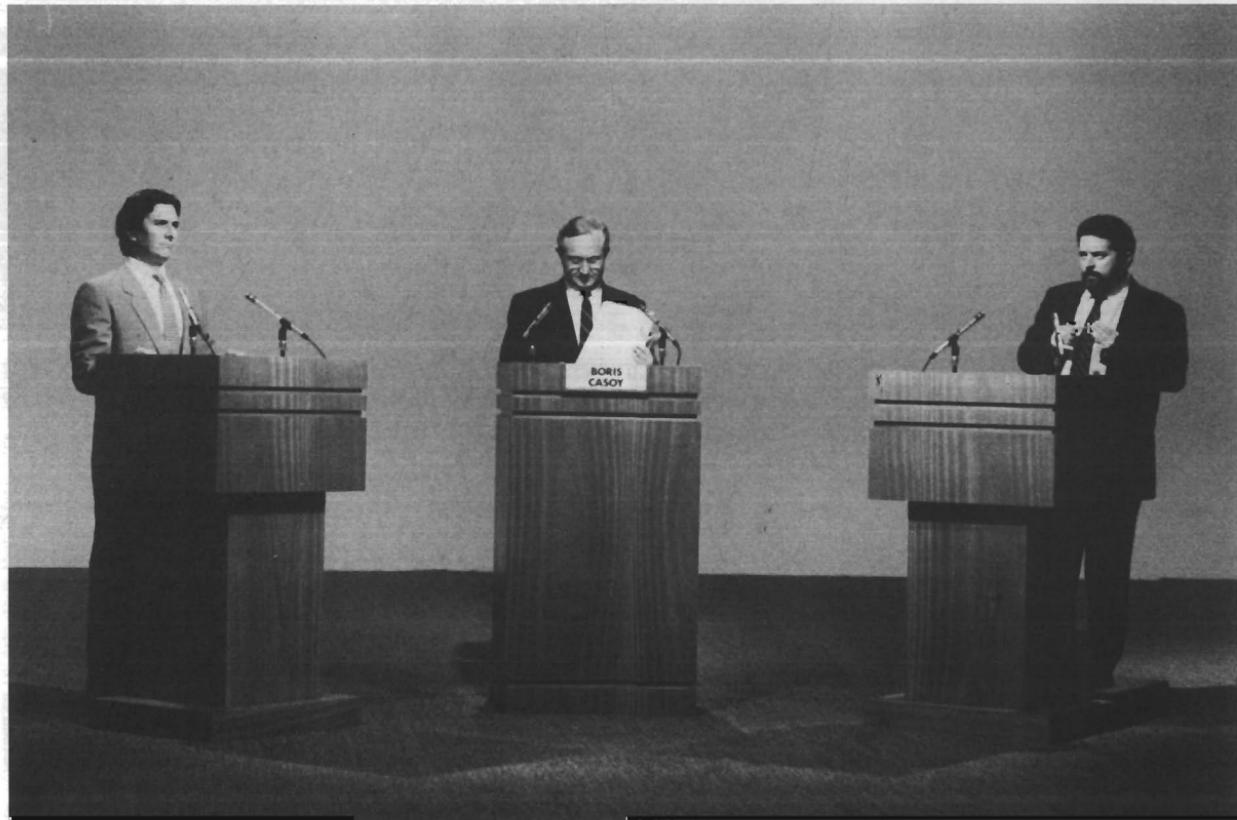
A usina de Itaipu é um símbolo dos grandes projetos da década de 70. Esses projetos eram muitas vezes propostas mal elaboradas para obter recursos internacionais. Casos como a Transamazônica revelaram-se não somente inviáveis, como violentas agressões ao meio ambiente e insustentáveis improvisações que demonstraram a verdadeira cara da decantada “eficiência” da tecnocracia civil e militar.



O terror estatal e a tortura marcaram os anos de ditadura militar e conduziram a juventude a uma oposição militante e até armada contra essa situação. Desesperados diante do avanço das forças democráticas, setores da direita tentaram uma ação terrorista contra uma grande concentração de jovens no Riocentro, no Rio de Janeiro. Os terroristas deixaram, contudo, explodir a bomba que portavam no interior de um carro Puma. Esta ação marcou um dos momentos cruciais na condenação moral e no desarmamento dos grupos terroristas no país. (Agência O Globo)



A queda da ditadura foi um processo bastante lento, devido em parte à falta de combatividade da oposição. A campanha pelas "Diretas já" foi uma manifestação clara das massas urbanas de todo o país que não tolerariam mais as restrições ditatoriais aos seus direitos de cidadãos. Ela permitiu a eleição de Tancredo Neves para presidente pelo colégio eleitoral preparado pela ditadura e obrigou a um avanço na definição das elites brasileiras a favor de uma constituinte que revisse profundamente a organização institucional do país. (Agência O Globo)



As forças populares chegaram duas vezes a desafiar o poder central e pareciam poder alcançar a presidência. Coube a Lula chegar ao segundo turno em 1989 para enfrentar Fernando Collor, apoiado pelas forças da direita e por enormes setores de baixa renda dominados pela mídia televisiva. A versão condensada do debate final entre ambos na televisão foi fundamental para a definição dos eletores. (Agência O Globo)

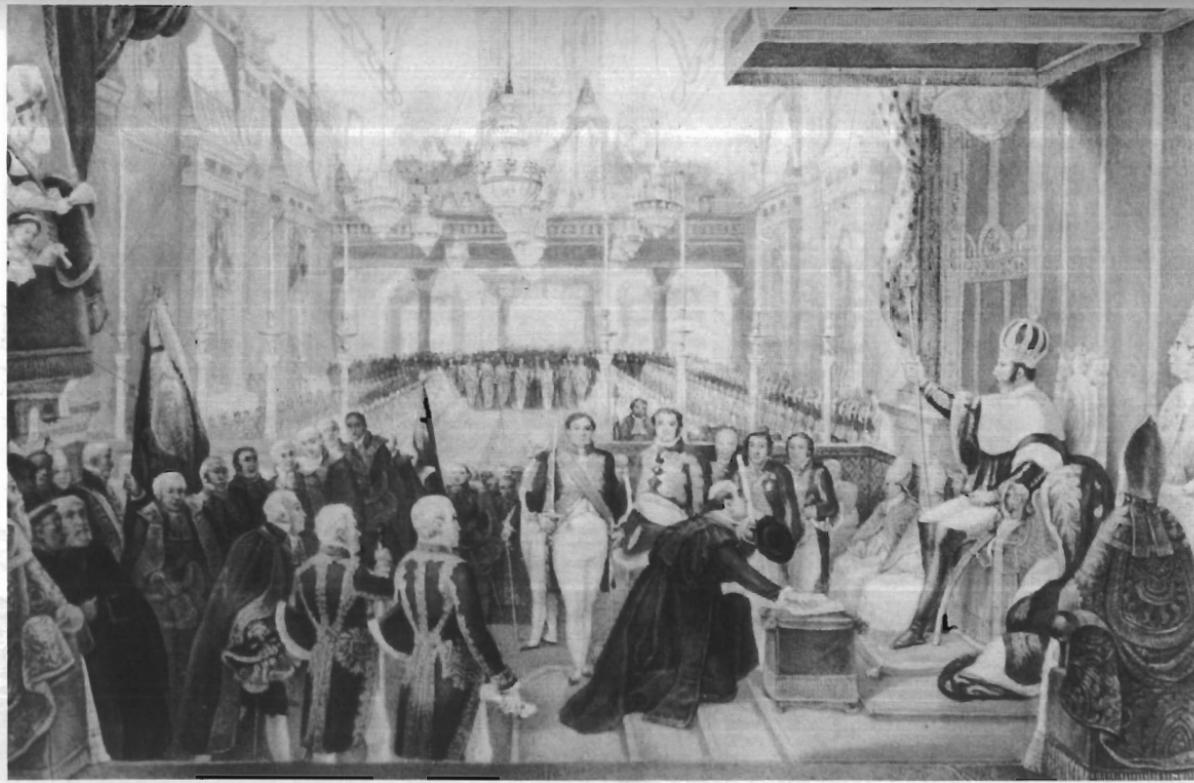


Lula voltará a ser o principal candidato popular em 1994. Agora contra Fernando Henrique Cardoso, que se apresentou aliado aos partidos conservadores na política congregando, em 1979, as forças populares de São Paulo em torno de sua candidatura à senador. A foto dos dois companheiros da década de 70 talvez explique muitos dos acontecimentos durante os quatro anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. (Agência O Globo)



Foto: Reprodução / Acervo das Artes Visuais

A fome de mão-de-obra levou os portugueses a deslocar massivamente a mão-de-obra africana para o Brasil, submetendo-a à escravidão mais feroz. O tráfico de escravos fez-se nas condições mais miseráveis e enriqueceu os portugueses e posteriormente os ingleses. Para garantir a submissão da mão-de-obra escrava, o colonizador recorreu à violência organizada que persiste até os nossos dias na sociedade racista brasileira. (*Acervo Rugendas*)



A independência do Brasil foi um trabalho de joalheria de suas oligarquias agrário-exportadoras com o apoio da Inglaterra. A coroação de D. Pedro como imperador do Brasil representa a consagração do regime econômico agrário-exportador baseado no trabalho escravo que substituiu a dominação portuguesa pela dependência da Inglaterra. (Acervo Debret - Chácara do Céu)

SEGUNDA PARTE

A CRISE DA DITADURA: DESCOMPRESSÃO CONTROLADA, ABERTURA POLÍTICA, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E CRISE DA NOVA REPÚBLICA

A CRISE DO “MILAGRE BRASILEIRO”

1. A importância do tema

A estratégia de crescimento econômico implantada no Brasil depois do golpe de Estado de 1964 se converteu, através das declarações de importantes setores ligados às companhias multinacionais, num modelo de desenvolvimento econômico baseado na “livre empresa”, que deveria ser seguido por todos os países subdesenvolvidos.

A experiência brasileira, ao representar um modelo “puro” de desenvolvimento capitalista dependente, num estágio relativamente avançado de industrialização, tinha uma importância teórica que ultrapassava as fronteiras do país, o que explica o enorme aparelho publicitário que se moveu ao seu redor. O reconhecimento pelo então secretário de Estado, Henry Kissinger, da condição excepcional do Brasil, como potência emergente, à qual se deveria dar um tratamento preferencial na América Latina e com a qual se estabeleceu inclusive um regime de “consulta mínima”, era uma prova de que neste país se passavam coisas muito importantes para os interesses e a estratégia norte-americana.

Este reconhecimento do papel hegemônico do Brasil no subcontinente e no Atlântico Sul atendia a um velho sonho dos militares e tecnocratas brasileiros, sonho ao qual foram aderindo progressivamente os grandes capitalistas nacionais e internacionais. O preço desta hegemonia tão desejada seria, em primeiro lugar, o comprometimento total com a política externa norte-americana, particularmente no que se refere aos países do Terceiro Mundo. O Brasil se oporia às consignas e aos esquemas de ação unitária do Terceiro Mundo, se compromete-

teria a servir de cabeça-de-ponte do imperialismo, não somente nas reuniões Norte-Sul, mas também nos organismos internacionais. Em troca de um papel tão importante, o Brasil teria uma certa margem de independência para desenvolver uma política de pragmatismo em relação ao mundo árabe (caso dos votos nas Nações Unidas condenando o sionismo, que se explica pela importância de suas importações de petróleo do mundo árabe), na África (caso do reconhecimento do governo popular em Angola e que se explica pelas aspirações brasileiras de conquistar mercados na África Negra, que obrigou inclusive a esfriar suas relações preferenciais com a África do Sul, parceiro contemplado originalmente para um pacto do Atlântico Sul), até certo ponto na Europa (acordo nuclear com a Alemanha e aumento do intercâmbio com a França e talvez Inglaterra) e Japão (acordos comerciais obtidos com a viagem de Geisel ao Japão).¹

Mas o reconhecimento pelos Estados Unidos da pretendida “potência emergente” se apoiava também em outras razões muito mais sólidas. Em primeiro lugar, na necessidade de socorrer um país que abriu totalmente as portas ao capital internacional e que se encontrava diante da iminência de uma grave crise econômica, cujos efeitos poderiam destruir sua imagem de paraíso dos investimentos que tanto custou ao imperialismo criar. Tratava-se de um “modelo” ideológico e uma vitrine econômica que era necessário preservar.

Em segundo lugar há que assinalar o aumento da importância estratégica do Brasil, cujas costas dominam a maior parte do Atlântico Sul. Até o momento da queda de Angola nas mãos de forças antiimperialistas, o Atlântico Sul era considerado uma zona de total domínio ocidental, com poucas bases militares, porque não representava um perigo estratégico para os Estados Unidos. A partir de então inicia-se uma escalada

1. No governo de Carter muda a situação. Diante de certos objetivos autônomos da ditadura, aumentam as pressões do governo norte-americano pelos “direitos humanos” e contra o acordo nuclear com a Alemanha, que provocaram o rompimento com a ajuda militar norte-americana por parte do governo brasileiro. Até o momento não se chegou a um acordo político suficientemente sólido entre as classes dominantes e as elites dirigentes dos dois países que pudesse repetir a condição de primeira potência latino-americana que alcançou em 1972.

militar na zona e os Estados Unidos chegaram a pedir ao governo brasileiro a opção de instalar bases militares nas suas costas para neutralizar a perda de Angola.

Por todas estas razões é de vital importância o estudo do chamado “milagre brasileiro”. Como vimos, este estudo tem implicações teóricas no que se refere à viabilidade e às formas que tende a assumir o desenvolvimento econômico dos países dependentes na etapa atual do imperialismo. E tem também implicações estratégicas e geopolíticas, ao incidir sobre a importância internacional de um país excepcionalmente extenso, dominando uma ampla zona continental, metade de um oceano e possuindo uma população já significativa, com altas taxas de crescimento.

2. A localização histórica do “milagre econômico”

O que se conhece como “milagre econômico” brasileiro define-se fundamentalmente por um período de crescimento sustentado do Produto Nacional Bruto próximo aos 10%, durante os anos de 1968 a 1973. Nestes anos, aumentaram significativamente o produto industrial e as exportações de produtos manufaturados, o crédito internacional destinado ao país e suas reservas financeiras; os projetos de investimentos diretos assumiram, em muitos casos, proporções gigantescas; ampliou-se a ação do Brasil sobre seus vizinhos do continente e em outras partes da América Latina: suas exportações industriais e até de capitais pareciam anunciar o surgimento de uma potência média no cenário internacional. Em consequência desses êxitos, as soluções de política econômica do governo brasileiro foram transformadas em “receitas” de desenvolvimento.

Quais são os antecedentes deste milagre? Desde o final do século passado vinha-se instalando no Brasil uma base industrial significativa, passando por ciclos de crescimento e depressão que não nos cabe analisar aqui². O antecedente mais direto

2. A análise factual mais completa sobre a industrialização brasileira encontra-se no livro de Werner Baer, traduzido para o português sob o título: *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, 2^a edição revisada e aumentada, 1975, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, principal fonte estatística do presente trabalho.

no ciclo de 1968-1973, considerado na sua época um “milagre”, foi o de 1954 a 1961, que correspondeu basicamente à gestão presidencial de Juscelino Kubitschek. Nesse período, o Produto Interno Bruto teve um crescimento real de aproximadamente 7% ao ano (a média foi rebaixada pela performance de 1956, quando o crescimento diminuiu para 1,9%), sobrepondo-se a uma média de 5%, própria dos anos de 1948 a 1952. Nos anos assinalados (1954 a 1961) instalou-se no Brasil a indústria automobilística com alto grau de integração nacional (próximo dos 99%), ampliou-se a indústria siderúrgica, iniciada por Vargas nos anos 40, a infra-estrutura energética (aumento de energia elétrica e começo das operações da Petrobrás) e rodoviária, implantou-se a indústria eletrônica e a de máquinas-ferramentas.

Os principais instrumentos deste “boom” econômico foram a inflação interna gerada por um forte investimento estatal sem cobertura financeira e a inversão estrangeira, que se elevou de uma entrada direta próxima a 10 ou 20 milhões de dólares anuais até 1955 a 99 milhões em 1956, 144 em 1957, para fixar-se próxima aos 100 milhões de dólares anuais em 1961.

As conseqüências desse tipo de crescimento não se fizeram esperar, e em 1962 desenha-se uma depressão econômica que se prolongará até 1967. A inflação, no plano interno e uma forte crise financeira, no externo, eram as manifestações mais claras da crise do modelo implantado. Tratava-se essencialmente de uma impossibilidade imediata de ampliar o mercado e os investimentos. A partir desse momento a impossibilidade de continuar o processo de acumulação de capital sem reformas profundas da economia passou a ser reconhecida amplamente. Mas existia diferentes maneiras de encarar esta situação.

De um lado, um setor das classes dominantes, sob a pressão de um movimento popular em ascenso, via a solução da crise na ampliação do mercado interno e na diversificação do externo. As conseqüências de tal ponto de vista seriam: a reforma agrária que permitisse melhorar a renda dos camponeses, a distribuição de renda em favor dos trabalhadores de menores recursos, o apoio ao capital nacional e a limitação da entrada de capital internacional, a intensificação da intervenção do Estado nos setores básicos da economia e, por fim, desenvolver

uma política externa independente, procurando abrir mercados na América Latina, na África e nos países socialistas. Tal projeto econômico tinha que se apoiar politicamente nos trabalhadores da cidade e do campo, na pequena burguesia e expressar-se numa democracia política com ampla participação de massas. À frente desse esquema encontrava-se um político progressista, apoiado no esquema sindical criado por Getúlio Vargas, e ao mesmo tempo um grande proprietário de terras: João Goulart.

São evidentes as contradições que encerravam tal programa político, e que o levou ao fracasso. O aumento do mercado interno, pela via do crescimento da renda dos assalariados entrava em contradição com a manutenção da taxa de lucros média e com a centralização de uma forte massa de lucros que permitisse realizar os investimentos cada vez mais gigantescos que exigia a nova etapa de acumulação. Desta forma, contrariamente, a ampliação do mercado pela via do consumo dos trabalhadores impedia o fortalecimento do capital nacional a não ser que houvesse uma distribuição de renda muito profunda. Isto o levava a se opor ao modelo proposto.

Por outro lado, a exclusão ou limitação do controle do capital estrangeiro para fortalecer um desenvolvimento nacional mobilizava outro forte inimigo contra o programa nacionalista. Inimigo que não era somente internacional, pois o capital internacional já se havia constituído num poderoso setor do capital industrial interno.

Os trabalhadores e os pequeno-burgueses progressistas terminaram se transformando na única base social desta alternativa nacionalista e tendiam naturalmente a radicalizar seus objetivos. Eles tendiam a apoiar uma forte intervenção estatal, uma reforma agrária muito profunda e uma democracia social e política de massas. Sob a inspiração da Revolução Cubana este radicalismo tornava-se socializante. Isso explica o retrocesso de Goulart diante de um processo histórico que se sobreponha progressivamente às suas origens de classe, e sua aceitação pacífica do golpe militar de 1964, que afirmou no poder a hegemonia absoluta da corrente majoritária da grande burguesia, aliada ao capital internacional.

Esta hegemonia pôde se consolidar ao arrastar o apoio de amplos setores da pequena burguesia, assustados diante da radicalidade social em curso.

O “milagre econômico” foi portanto o resultado deste processo histórico. Devemos analisá-lo, portanto, no contexto do golpe militar de 1964, como expressão da vitória do grande capital internacional como fator hegemônico do desenvolvimento econômico brasileiro.

3. A proposta programática do “milagre econômico”

O golpe militar de 1964 não foi um simples golpe militar. Seus ideólogos o qualificaram muito certamente como uma “contra-revolução preventiva”. Os militares, ou pelo menos uma ala dos mesmos, chegaram ao poder com um programa de governo definido que representava a resposta do grande capital nacional e internacional à grande “aventura econômica e política populista” encabeçada por Goulart.

Esse programa também partia do reconhecimento da crise econômica de mercado e de investimento, mas procurava resolvê-la de maneira totalmente oposta.

Vistas as dificuldades políticas de ampliar o mercado interno pela via de reformas, propunha-se aumentá-lo através da concentração da renda nas mãos de um setor minoritário de alto poder aquisitivo, reunido nas grandes cidades e capaz de adquirir os produtos de tecnologia sofisticada produzidos basicamente pelas corporações multinacionais. Confiava-se assim no seu dinamismo e estimulava-se os lucros elevados que propiciavam novos investimentos e o crescimento acelerado. Por outro lado, uma diminuição significativa dos salários mais baixos, sobretudo das massas não qualificadas que formam um setor importante da mão-de-obra, permitiria aumentar a taxa média de lucros, concentrar os investimentos e centralizar os capitais, dinamizando a economia.

Por outro lado, confiava-se na ampliação dos mercados externos, através de uma política de claro comprometimento com os Estados Unidos e de aceitação aberta do papel fundamental do capital estrangeiro. Isto permitiria atraí-lo maciça-

mente, com sua tecnologia e “know-how”, aos quais não se estabeleceria nenhum obstáculo “nacionalista sectário”. Em compensação, as empresas multinacionais abririam à exportação brasileira mercados para os produtos industrializados que controlavam e participariam do processo de ampliação dos mercados externos do país.

Entretanto, para alcançar tais objetivos era necessário passar por uma etapa de “altos custos sociais”. Era necessário adotar essencialmente o programa de “estabilização econômica” exigido pelo Fundo Monetário Internacional e terminar com a inflação herdada do período anterior, particularmente a corrida dos salários para alcançar os preços; a crise da balança de pagamentos, o chamado “desequilíbrio cambial”; enxugar o aparelho produtivo do país eliminando as empresas pequenas e médias de baixa produtividade; limpar o aparelho estatal de sua ineficácia herdada da política “clientelística” estimulada pelo populismo, expressa no “déficit” público. Em troca da preservação da grande propriedade agrária, os latifundiários teriam que mudar seu comportamento econômico, modernizar-se e aumentar a produtividade de suas terras. Para tal se ditou um estatuto da terra no primeiro momento contra-revolucionário.

O núcleo desta política era evidente: necessitava-se de um Estado forte, autoritário, moderno e eficaz, livre das pressões internas dos setores da burguesia que seriam afetados por estas políticas “modernizadoras” e, sobretudo, das pressões dos setores populares que seguramente não “compreenderiam” a necessidade destes “custos sociais”. Depois de alguns anos de política de restrições ao consumo e contenção inflacionária retornariam os anos de crescimento econômico e se buscaria então uma base política mais ampla para o regime.

Esse cálculos frios – econômicos, sociais e políticos – tinham um fundamento aparentemente sólido. Ao contrário da oposição burguesa e nacionalista democrática, que procurou demonstrar a inviabilidade a médio prazo desses cálculos, nós – os que mantemos uma oposição de princípio ao desenvolvimento capitalista do Brasil – procuramos demonstrar que aquela era a única saída capitalista da crise brasileira, que ela abriria uma perspectiva de projeções internacionais ao grande

capital, por corresponder a uma nova etapa de acumulação de capitais em escala internacional, que não havia outra alternativa capitalista de desenvolvimento senão a subordinada, dependente, excludente e politicamente impopular e autoritária que os militares brasileiros propunham. A essa alternativa não se podia opor um desenvolvimento autônomo e nacional do capitalismo – cuja viabilidade já se encontrava esgotada – e sim um desenvolvimento socialista para o qual era necessário atrair as forças populares que antes tinham se unido equivocadamente sob o controle do populismo³.

Era claro para nós que as contradições da nova etapa de acumulação se manifestariam ao final do seu primeiro período de crescimento sustentado, sob a forma de uma nova e violenta crise de mercado interno e da balança de pagamentos junto com uma nova onda inflacionária. Só então ficaria patente que as soluções adotadas somente contornavam de imediato os problemas fundamentais de um desenvolvimento capitalista que não conseguia integrar as grandes massas nacionais ao mercado interno e deixava o capital internacional extrair todas as vantagens de sua debilidade intrínseca. Se os trabalhadores brasileiros aspiraram melhorar suas condições de vida, a dignidade e a liberdade política, não será sob o capitalismo nacional e autônomo que o conseguirão, nem muito menos como consequência de um desenvolvimento econômico dependente, cuja promessa fundamental aos trabalhadores sempre não será cumprida: “Não se preocupem em aumentar seus salários e sua participação num produto nacional pequeno que não vale a pena dividir. É necessário primeiro aumentar o bolo para depois reparti-lo”. Este argumento, tantas vezes usado na história, foi a única arma ideológica dos tecnocratas civis e militares e dos políticos burgueses que levaram a batuta da pobre vida pública brasileira nos anos da ditadura.

3. Essas teses foram sintetizadas num livro cuja primeira edição restrita foi feita em 1966 – muito antes do “milagre econômico” – e que publiquei em 1969, e posteriormente, numa edição revisada e ampliada, em 1971, sob o título de *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Ed. PLA (Chile), 1971; Ed. Jaca Book (Itália), 1972 e Ed. Periferia (Argentina), 1973. Publicou-se no México, em 1978, pela Edicol, uma nova edição revista e ampliada.

Examinemos portanto qual foi o “milagre econômico” que resultou das proposições programáticas que assinalamos, e a crise que trazia oculta no seu interior, como um veneno que consumia as entranhas de um animal cuja aparência externa era, entretanto, bastante saudável.

4. Os anos do “milagre”

Como vimos, entre 1962 e 1967 o país tinha se consumido numa depressão. O produto nacional cresceu somente 1,5% em 1963 e continuou crescendo em baixas taxas: 1964, 2%; em 1965, 2,7%; 1966, 5%; 1967, 4,8%. Entre 1962 e 1967 o crescimento médio do produto foi de 3,7% sobre um crescimento médio anual da população de 2,4%, o que representava um crescimento anual do produto per capita de 1,3%. Para comparação, lembremo-nos que entre 1956 e 1962 o crescimento do PIB foi de 7,8% anual e do PIB real per capita de 4%. A indústria cresceu anualmente neste período 10,3%, e a agricultura 5,7%. Entre os anos de 1962 e 1967 os mesmos setores aumentaram respectivamente 3,9% e 4% anualmente.

Este preço foi aceito explicitamente ao adotar-se a política de estabilização do FMI. O salário mínimo baixou seu poder aquisitivo aproximadamente 55%⁴. Segundo estudos do próprio Ministério do Planejamento, o salário do trabalhador industrial brasileiro caiu entre 1963 e 1966 de 131 para 119 pontos, num índice que tomava 1955 como base igual a 100. A produtividade do trabalhador industrial cresceu no mesmo período de 170 a 178⁵.

A renda nacional concentrou-se maciçamente nas mãos dos 5% de ingresso superior. Sobre a base dos censos demográficos de 1960 e 1970, constatou-se que 5% da população que recebiam as rendas mais altas possuíam, em 1960, 27,4%

4. Ver Raimundo Arroyo. *A pauperização relativa e absoluta do proletariado brasileiro na última década*. Escola Nacional de Economia, UNAM, 1975.

5. IPEA. Estudos Especiais. *A industrialização brasileira: diagnósticos e perspectivas*. Rio de Janeiro, 1969, p. 146.

da renda total do país, e em 1970 recebiam 36,3% da mesma⁶. Isso significava que, de uma renda per capita que se elevou de 300 a 400 dólares anuais, estes 5% recebiam 1645 dólares em 1960 e 2940 dólares em 1970. Cinco milhões de brasileiros viviam assim com uma renda per capita de nível europeu. Além disso, os 15% seguintes da população de alta renda mantiveram sua participação no ingresso total em 27% (renda per capita de 540 e 720 dólares em 1960 e 1970). Os 40% seguintes reduziram sua participação de 34,3% para 27,8% no mesmo período (renda per capita: 257 e 278 dólares em 1960 e 1970), e finalmente os 40% de renda mais baixa da população diminuíram sua participação na renda total de 11,2% para 9% (renda per capita: 84 dólares em 1960, 90 dólares em 1970). Desta forma, 80% da população (segundo um censo demográfico que tende a sub-representar as altas rendas dos ricaços) não alcançavam níveis mínimos de sobrevivência e diminuíam sua já baixa participação no produto nacional de 45,5% para 36,8%. É necessário acrescentar que estas tendências continuaram a apresentar-se no censo de 1980 e nos estudos posteriores sobre o orçamento familiar.

A tragédia social em que vivia – e vive – o país era evidente, mas os resultados financeiros também eram claros. A inflação, que subiu a 82% em 1963 e aos 93,3 em 1964, baixou a uma taxa anual de 22,5% em 1967⁷, e o déficit fiscal, que representava aproximadamente 4,8% do Produto Nacional Bruto em 1963, caiu a 0,3% em 1971, em plena etapa de crescimento. O déficit da balança de pagamentos diminuiu como consequência da queda das importações, devido à depressão do consumo e dos investimentos. O Estado transformou-se num importante consumidor e investidor, para compensar, em parte, a baixa de consumo e dos investimentos dos capitalistas, tanto nacionais como estrangeiros.

6. Werner Baer, *op. cit.*, p. 239.

7. Mario Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos. *A nova economia brasileira*, Rio de Janeiro, 1974, p. 80.

Ao contrário do que se podia supor, o capital estrangeiro não entrou no país entre 1964 e 1967. Os investimentos privados diretos, que tinham baixado de 90 a 30 milhões de dólares anuais na época de Goulart (1962 e 1963), continuaram baixos em 1964 (28 milhões), subiram só um pouco em 1965 (70 milhões), em 1966 (74 milhões), em 1967 (76 milhões) e 1968 (61 milhões).

A explicação é simples: se existe depressão não existe investimento. O pouco capital que entrou e as inversões que se fizeram no período dedicaram-se a comprar as empresas nacionais em quebra, devido à política de contenção de crédito, um dos pilares da estabilização monetária imposta pelo FMI.

Chegamos assim a 1968, quando se inicia o auge econômico tantas vezes chamado de "milagre brasileiro". Por que demoramos tanto para chegar a este ponto crucial? A razão é óbvia: tratamos de analisar o fenômeno e reduzi-lo às suas verdadeiras proporções. Muitos tentaram associar o crescimento econômico brasileiro à ditadura militar, estabelecendo uma relação direta entre segurança e desenvolvimento. Pelo que vimos, isto é falso. Em primeiro lugar, auges de desenvolvimento econômico muito significativos foram conseguidos em situações amplamente democráticas como no período Kubitschek e outros que não analisamos aqui. Em segundo lugar, a ditadura militar é responsável pela depressão econômica mais séria da história econômica do pós-guerra no Brasil (1964-1967).

Vejamos agora em que se constituiu o auge de 1968 a 1974. Em primeiro lugar, a taxa de crescimento média anual do Produto Nacional Bruto aumentou de maneira sustentada entre 1968 e 1974 em cerca de 10% anuais. A indústria, principalmente, cresceu aproximadamente em 11% ao ano. Ao mesmo tempo, a taxa de inflação se manteve estável e baixou em 1972 a 17,5%. E em 1973 esta tendência já se revertia. O governo manipulou os índices estatísticos. "O aumento global do custo de vida do Rio de Janeiro, em 1973, teria sido de 26,6%, e não 13,7% registrados oficialmente" naquele ano⁸.

8. Ver capítulo sobre índice de preços em *Estatísticas históricas do Brasil*. IBGE, vol. 3, p. 131.

Isto parecia um milagre: o Brasil, depois de apresentar altas taxas inflacionárias durante anos, podia mostrar um altíssimo índice de crescimento com uma baixa taxa de inflação, ainda que fosse com dados manipulados, só corrigidos em 1974.

Mas existiam outros indicadores da nova fase que causavam espanto e euforia. Cresciam principalmente as indústrias de "alta tecnologia", que anunciam, segundo se acreditava, uma próxima libertação da dependência tecnológica.

Procurava-se ocultar o fato de que não cresceram em quase nada (+ 1% entre 1969 e 1972) a indústria do vestuário, calçados, etc., que baixara em 4% a produção têxtil no mesmo período, que a construção cresceu só 26% sobre um crescimento total dos manufaturados de 56%, que a produção de maquinarias cresceu também abaixo da média total (42%), etc. O povo brasileiro (uns 20%) passava a consumir equipamentos de transporte (144% de aumento no período considerado: 1964-1972), equipamentos de eletricidade (1133% de aumento), minerais não metálicos (62%), produtos de metal (66%), produtos de borracha (89%), químicos (69%), papel e papelão (58%). É compreensível que estivesse se gestando tal estrutura industrial. Ela atendia à demanda criada pelas inversões em curso que se destinavam a atender o consumo sofisticado dos 20% da população que aumentaram significativamente seus ingressos. O auge industrial do período se deveu particularmente aos investimentos para a ampliação da indústria automobilística (oh! O automóvel, este deus do capitalismo e do consumo de massas!) com seus efeitos secundários para trás (autopeças, aço, vidro, etc.) e para frente (rodovias, construções, centros de comercialização, etc.), e para a criação da petroquímica pesada que obteve investimentos novos muito significativos. Também a infra-estrutura de energia elétrica e o petróleo, a produção de aço, mineral de ferro, cimento, estradas e outros gastos clássicos de infra-estrutura "moderna" apresentam índices altíssimos de crescimento.

Mas o milagre quis se completar com medidas no plano social: propagandearam-se fortes inversões nos planos habitacionais, que pareciam abrir um caminho de solução para a casa própria para amplas camadas da população. Posteriormente pôde-se constatar a debilidade deste plano e o fracasso de uma

política habitacional autofinanciada num país de tão baixo poder aquisitivo. O MOBRAL pretendeu ser um movimento de educação cívica de estudantes para alfabetizar adultos. E alguns jovens estudantes foram mobilizados como educadores para zonas afastadas do país. Depois de uma grande e cara campanha publicitária em torno dos resultados, em 1974-1975 surgiu um escândalo na direção do MOBRAL que anulava os seus golpes publicitários e punha em dúvida a qualidade de seu ensino. A tal ponto que o Censo de 1980 teve que exigir uma prova de alfabetização escrita dos alfabetizados pelo MOBRAL.

Nestes anos produziu-se também um grande fluxo de estudantes às escolas primárias, secundárias e às universidades. Criaram-se novas universidades e centros de ensino superior, sobretudo privados, e o país parecia ingressar em um "boom" educacional, que se completava com a criação em massa de cursos de pós-graduação e a pretensão anunciada de criar uma "ciência nacional". O que ocorreu na verdade foi uma violenta crise devido ao baixo nível geral do ensino, dominado por "escolas" privadas de muito baixo nível. A situação foi tão grave que o próprio governo se negou a reconhecer os títulos entregues por estas universidades particulares, e ao mesmo tempo constatou-se a ausência de oportunidades profissionais para os egressados do "boom" educacional, aumentando assim o número de frustrados com títulos universitários.

O fracasso da política social estendeu-se ao campo da saúde, onde a "privatização" foi uma nova negociação. O Estado, em vez de assumir as responsabilidades de saúde, repassava seus recursos para o setor privado, que montou verdadeiras "sinecuras" para captar os recursos. Tudo isto se expressava no orçamento público, no qual os gastos de bem-estar social caíram para 2%⁹.

9. O melhor balanço do gasto público nesse período encontra-se em Carlos A. Affonso e Herbert de Souza. *O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1977. Segundo sua metodologia (que parte de O'Connor), os gastos públicos se concentram, entre 1970 e 1973, em: de 30% para 50% em gastos do governo e administração; infra-estrutura física, mantém em 18%; bem-estar social cai de 4% para 2%; capital humano (educação) reduz-se a 6%; defesa e segurança continua em 23%.

O outro campo do milagre que teve especial divulgação foi o comércio exterior. As exportações brasileiras cresceram de modo impressionante no período assinalado. Em 1964 o Brasil exportava 8670 bilhões de dólares. Um aumento de aproximadamente seis vezes em 11 anos! Além do mais, mudou o conteúdo dessas exportações. O café, que representava em 1965-1969, 53% das exportações do país, baixava aos 23% em 1971. Os outros produtos primários subiam dos 50% ao 57,1% no mesmo período. O ferro aumentava sua participação, de 6,1% para 8,2%. A carne subia de 1,9% a 5,2%. Finalmente, os produtos manufaturados subiam de 7,3% para 14,6% sobre um volume de exportações cujo rápido crescimento assinalamos.

Mas os dados divulgados pelos propagandistas do milagre se esqueciam de uma coisa: se é verdade que cresceram as exportações, também é verdade que as importações cresceram muito mais. Estas, que representavam 1250 bilhões anuais no período de 1960-1964 e eram inferiores às exportações do mesmo período (1340 bilhões), subiram para 4224 bilhões em 1972 e 13592 bilhões em 1975. Isso significa que um balanço comercial com superávit antes do milagre se converteu em violentamente deficitário no seu ponto final: o déficit da balança comercial de 1975 foi de 4922 bilhões de dólares, quando em 1964 ela apresentou um superávit de 167 milhões de dólares.

Estaremos exagerando em nossa crítica ao “milagre” econômico?

Acontece que o famoso milagre brasileiro se reduz a 7 anos de crescimento econômico sustentado, depois de seis anos de depressão... Resulta que o famoso aumento das exportações gerou um aumento muito maior das importações e uma degradação geral da balança comercial. Resulta que o “enorme” crescimento industrial se reduziu a alguns setores e representou uma deterioração das indústrias que atendem ao consumo majoritário. Resulta que os planos educacionais e habitacionais foram um fracasso reconhecido pelos governos da ditadura... Finalmente – o que fica do milagre econômico brasileiro – como pôde gerar tanta publicidade e provocado tantas esperanças?

A resposta é simples, apesar de que ainda não iniciamos o estudo da crise do “milagre” (os pontos que destacamos até agora são relativos aos aspectos considerados positivos do milagre). Grande parte das discussões sobre o “milagre” se deram no momento do seu auge, quando ainda não se tinha uma visão correta dos seus resultados. Assustados com os dados sobre o crescimento do produto, das exportações, das reservas financeiras, das matrículas escolares, da baixa da inflação e com aparente eliminação de muitos obstáculos que pareciam intransponíveis como o déficit do tesouro, muitos cientistas sociais de oposição ao regime caíram na defensiva, procurando mostrar que esse crescimento era um fato, mas escondia a miséria real do povo brasileiro. Isso era verdade, e os dados sobre a alimentação, condições de vida e salubridade demonstram que o milagre econômico estava diretamente associado ao aumento da taxa de exploração do trabalhador brasileiro, ao aumento de sua jornada de trabalho, à diminuição da sua alimentação e de outros consumos essenciais, e sobretudo ao aumento da mortalidade infantil (como exemplo: a mortalidade infantil no ABC – cidades vizinhas de São Paulo, considerado o maior centro industrial do hemisfério sul, coração do “milagre” econômico brasileiro – aumentou de 69 crianças mortas para cada 100 nascidas vivas em 1960 para 101 crianças mortas em 1972)¹⁰. Portanto, era correto que se demonstrasse que a consequência desse crescimento econômico irracional, baseado na mais bárbara exploração do trabalho humano, era um falso desenvolvimento¹¹.

Entretanto, poucos foram os que se atreveram a demonstrar as contradições internas que fariam explodir sobre um muro de problemas esse modelo de desenvolvimento. Já em 1976 o modelo encontrava-se em plena crise: baixou significativamente a taxa de crescimento do PNB a 4%, o déficit da balança

10. Estes dados foram publicados no órgão conservador *O Estado de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1976. O trabalho citado de Raymundo Arroyo faz um balanço detalhado da superexploração no Brasil de 1964 a 1975.

11. O livro de Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento* (São Paulo, Paz e Terra) está nesta linha de argumentação.

de pagamentos e o endividamento chegaram a cifras próximas à quebra financeira, as famosas reservas financeiras internacionais baixaram à metade, os investimentos diretos programados começaram a se retirar. O governo se viu obrigado a tomar medidas de restrição à importação e a alertar o país sobre a gravidade da crise. A inflação aumentou e saltou para os 29,5% em 1975 e 40% em 1976, enquanto baixava a taxa de crescimento da produção. O milagre se invertia: converteu-se em pesadelo econômico. O que foi que aconteceu? Como se explica que um modelo econômico muito prestigiado e propagandeado se encontrasse rapidamente numa situação tão desvantajosa? Como se pode explicar que além dos enormes sacrifícios que se impuseram ao povo brasileiro em nome do crescimento do PNB, do saneamento das finanças, da contenção dos mecanismos inflacionários, da consolidação de um setor exportador, de melhoria educacional, de um futuro de grande potência, tenha-se que dizer a este povo logo em seguida que o sacrifício foi inútil, que é necessário aceitar a queda na taxa de crescimento e que se aproxima a depressão, o desequilíbrio financeiro e a inflação, um setor externo deficitário e em quebra, uma situação educacional deteriorada, um futuro duvidoso. (Entretanto, no que se deve confiar? Será possível superar este mau *momento*?)

Mas o que dizer da entrega do país ao capital internacional? Se examinarmos os dados disponíveis veremos que a empresa multinacional foi a grande beneficiada por este "milagre" econômico, assim como se beneficiou no auge econômico no período de Kubitschek de 1955 a 1960, e também comprou as empresas nacionais em quebra na depressão de 1962 a 1967.

Como resultado, já na década de 1970, os setores mais dinâmicos da economia brasileira estavam controlados pelo capital internacional ou pelas empresas estatais que apoiaram esse crescimento. As empresas nacionais viam-se restritas aos campos econômicos tecnicamente obsoletos e sem perspectivas. Os grupos econômicos nacionais procuravam reagrupar-se, concentrar-se e centralizar seus capitais para poder sobreviver a esse avassalador processo de desnacionalização da propriedade industrial, comercial, financeira e agrícola. Formou-se, em consequência, uma estrutura econômica alta-

mente concentrada e monopolizada, estimulada por medidas de favorecimento a um mercado de capitais centralizado, que levou os pequenos poupadões a uma aventura especulativa entre 1968 e 1971, que terminou num "crash" financeiro que somente favoreceu os grandes capitalistas e especuladores. Soma-se a isto as políticas de isenções fiscais para os exportadores, para investirem em certas regiões, para desenvolver o turismo, etc. Estas intervenções generosas formavam um anárquico Keynesianismo tupiniquim que favorecia um mercado financeiro apoiado sobre umas bases produtivas mínimas. Tudo isso vai estourar na década de 80¹².

Já naquela época era possível apreciar estes resultados. Pelos dados da revista *Visão* analisados por Werner Baer¹³ sobre a distribuição dos ativos das 10 maiores empresas em cada setor econômico em 1972, a predominância das empresas multinacionais era já clara nos setores mais dinâmicos.

Em 1972 as empresas multinacionais controlavam a maior parte do capital dos seguintes setores:

- Materiais de transporte: 8 multinacionais controlavam 89,7%.
- Produtos de borracha: 3 multinacionais controlavam 81%.
- Maquinaria: 7 multinacionais controlavam 72%.
- Equipamento elétrico e material de comunicação: 7 multinacionais controlavam 61,3%.
- Produtos para alimentação: 6 multinacionais controlavam 58,9%.
- Têxteis: 5 multinacionais controlavam 55,4%.
- Minerais não metálicos: 5 multinacionais controlavam 52,4%.

A empresa pública possuía uma parte importante dos ativos dos setores básicos, como: minério (uma empresa detinha 59,3% deste setor), aço e metalúrgica (4 empresas controlavam

12. Ver nosso estudo sobre *Grupos econômicos e déficit público*. São Paulo, Ildes, 1990.

13. *Op. cit.*, p. 256. Baseado em dados da revista *Visão*, segundo uma mostra das principais empresas do país.

70,3%), serviços públicos (9 empresas detinham 86,9%), refinação e distribuição de petróleo (2 empresas detinham 80%).

Os dados globais dessa mesma mostra revelavam assim que as empresas multinacionais controlavam 40,4% do patrimônio líquido das principais empresas industriais e minerais do país e 55,3% do faturamento das mesmas. Às empresas públicas cabia 35,39% e 20,72% respectivamente. Finalmente, as empresas nacionais ficavam com 24,21% e 24,0% respectivamente.

Podia-se notar, ainda, que os dados sobre o controle das vendas, assim como o montante dos lucros obtidos, eram mais favoráveis ao capital internacional.

Em resumo: os grandes beneficiários do “milagre”, que se esgotou rapidamente, foram os 5% da população que recebem rendas superiores e as empresas multinacionais. O aparelho estatal também se fortalece, mas coloca-se cada vez mais a serviço do grande capital internacional. Se tivesse continuado o milagre econômico, a situação não se reverteria e sim se aprofundaria o conteúdo deste processo.

5. A crise do “milagre econômico”

Cabe-nos agora fazer algumas considerações sobre a crise do “milagre brasileiro” cujos elementos centrais já analisamos. Que extensão e profundidade teve essa crise? O que a explica? Como afetou o regime militar e como se desdobrou no período posterior, com o estabelecimento da Nova República?

Em 1974 apresentaram-se os primeiros sinais incontestáveis da crise. O consumo dos produtos-chave, como os aparelhos eletrônicos, começou a cair. Os índices de produção não baixaram tanto no primeiro momento. Na verdade, somente acumulavam-se os seus estoques. O governo ampliou os créditos para facilitar as vendas. Em consequência, a inflação disparou. E por mais que se quisesse ocultar a desesperada situação que se anunciava, começou a difícil convergência da inflação com a estagnação.

No plano exterior apresentava-se com toda a sua violência o déficit da balança comercial e o de serviços, e os empréstimos

obtidos não conseguiram cobri-los. O governo teve que recorrer às reservas financeiras acumuladas.

Em 1975 os acontecimentos foram mais violentos.

A taxa de crescimento da produção nacional caiu para 4%, a taxa de inflação subiu para 20,5% e o custo de vida elevou-se para 31,2%.

As esperanças de melhoria no setor externo não ocorreram.

As exportações foram de 8,700 bilhões de dólares e as importações de 12,600 bilhões. O déficit comercial foi de 3,500 bilhões de dólares refletindo em grande parte o "choque do petróleo".

A balança de serviços apresentou um déficit de 3,200 bilhões de dólares, refletindo os juros crescentes da dívida externa e os enormes juros e lucros retirados do país ao primeiro sinal de crise.

Produziu-se um déficit de conta corrente de 6,700 bilhões de dólares, semelhante ao de 1974. A entrada de empréstimos internacionais, ajudas e capitais estrangeiros somou aproximadamente 5,200 bilhões de dólares. Em consequência se produziu um déficit da balança de pagamentos de 1,500 bilhões pagos pelas reservas financeiras do país.

Essas reservas caíram para 3,800 bilhões de dólares, aproximadamente a metade dos 6,417 bilhões que chegaram dois anos antes.

Por outro lado a dívida externa se elevara para 22 bilhões de dólares. A dívida externa bruta era considerada um dado sem importância pelos tecnocratas do governo brasileiro. Dela dever-se-ia descontar as reservas existentes, o que dava origem à dívida líquida.

Mas os dados voltavam-se contra estas sutis acrobacias estatísticas. Com o aumento artificial das reservas, a relação entre a dívida líquida e o montante total das exportações caíra em 1,62 em 1969 a 0,99 em 1973. Esta era uma das vitórias do chamado milagre. Mas o que aconteceu quando as reservas diminuíram tão drasticamente?

A relação aumentou em 2 anos para 1,93, isto é, uma dívida líquida (dívida total menos as reservas) quase duas vezes maior

que o total das exportações. Resultado final do milagre: em vez de diminuir o coeficiente dívida-exportação, o aumentou!

Não queremos saturar os leitores com os dados manipulados sutilmente pelos financistas do milagre, que comprovavam a “excepcional” situação financeira do Brasil em 1973, quando tinha uma dívida “líquida” igual às suas reservas. O cômico é que a dívida “líquida” era produto da subtração das reservas artificialmente criadas pela dívida global. Jogavam-se assim com os dados de maneira muito engenhosa para se conseguir mais empréstimos. A conta é simples. Em 1973, o Brasil quase dobrou sua dívida externa de 2 anos antes (de 6,424 bilhões que devia em 1972 passou a dever 12,571 bilhões em 1973). Mas calem-se vocês, maus economistas, que podem assustar-se com isto: a situação do Brasil tinha... melhorado! Por quê? Era simples: em 1971 o Brasil tinha somente 1,723 bilhões de dólares de reservas. Sua dívida líquida era portanto de 4,898 bilhões. Em 1973 o Brasil tinha, por passe de mágica financeira, 6,471 bilhões de reserva e sua dívida líquida era de somente 6,155 bilhões de dólares. Isto é, tinha a dívida líquida igual às suas reservas financeiras.

Tentava-se, através desse passe de mágica, convencer-nos e aos interessados banqueiros internacionais que éramos o país mais estável financeiramente em todo o mundo subdesenvolvido!

Poucas vezes, desde a época de Schacht na Alemanha nazista, se viu uma prestidigitação financeira tão audaz: devo 12 bilhões, mas tenho 6 bilhões, portanto devo de fato 6 bilhões; então se devo de fato 6 bilhões e tenho 6 bilhões, tenho total solvência.

Que cruel lição de economia nos deram os fatos. Sem o alimento de novos empréstimos numa proporção superior à dívida, esta mágica desaparece. E os fatos batem violentamente à porta. Ao continuar aquelas tendências de balança de pagamentos, o Brasil esgotaria as famosas reservas em poucos anos e acumularia uma dívida bruta (e líquida...) de mais alguns bilhões de dólares. Uma situação de falência, como de fato ocorreu em 1981, quando o país esgotou seu caixa.

Que fazer? Conseguir empréstimos mais altos? Poderão os amigos financistas do Brasil (o FMI, o Exibank, os banqueiros

particulares) entregar-lhe anualmente mais de 3 bilhões de dólares claramente impossíveis de pagar? Entrarão mais de 2 bilhões de capital anuais em investimentos num país em quebra? Os dados revelavam já uma queda dos investimentos diretos em favor de investimentos de curto prazo, o famoso "hot money", que substituía o investimento produtivo, entregando o país a uma escandalosa onda especulativa que iria levá-lo aos impasses brutais da década de 80.

Mas poder-se-iam aumentar as exportações. Esta perspectiva mostrava-se viável no final de 1976, quando se sentiram os efeitos da recuperação da economia mundial, que se reabilitaria na década de 80 sob o impacto do desequilíbrio da "reagonomics". Mas o aumento das exportações só teria um efeito favorável se pudesse ser acompanhado de uma queda das importações. Existe uma estreita relação entre a importação e a exportação de produtos manufaturados. São as máquinas e matérias-primas importadas pelas empresas multinacionais que permitem instalar no país os investimentos que aumentam as exportações. Os dados da balança comercial demonstravam que o aumento das exportações produzia um aumento superior das importações de matérias-primas e maquinaria. Logo, como se verá posteriormente, na década de 80, só seria possível alcançar um aumento das exportações, e ainda obter, ao mesmo tempo, uma queda das importações, sacrificando drasticamente as inversões básicas no país.

Além do mais, o grosso das exportações mineiras e manufatureiras realizadas pelo Brasil (como nos países dependentes em geral) está nas mãos das corporações multinacionais. Segundo dados recolhidos por Carlos Von Dolinger, as empresas multinacionais participavam em 51,4% das exportações brasileiras de minério e manufaturas. As empresas governamentais participavam com 38,8% e as privadas nacionais com somente 9,8%.

Pode-se apreciar o efeito que tem o aumento das exportações na formação de lucros das empresas multinacionais, que são imediatamente remetidos ao exterior, aumentanto o déficit da conta de capitais.

Poderia o governo controlar essa saída de capitais? Isso significaria um conflito com as multinacionais, que eram con-

sideradas a chave do “milagre econômico” e continuam a ser concebidas como núcleo de qualquer política de desenvolvimento.

Finalmente era necessário considerar que o aumento do volume físico das exportações representava a necessidade de pagar quantidades muito maiores de fretes e seguros. Estes estão em mãos de companhias internacionais e significam outra saída importante de divisas. A conta de fretes e seguros apresenta índices negativos crescentes na medida em que aumenta o volume do comércio exterior. Que possibilidade haveria para que uma marinha mercante nacional pudesse realizar esses transportes para os portos norte-americanos, europeus e japoneses, altamente monopolizados por grandes grupos internacionais do setor?

Então, que poderiam propor os financistas e economistas do regime militar?

Não foram poucos os setores do “establishment” que começaram a sentir a necessidade e revisar todo o modelo de desenvolvimento. As medidas paliativas adotadas em 1975 propunham uma diminuição das importações das empresas do governo, a limitação das importações de produtos secundários e a restrição à saída de dólares a título de turismo. Tratava-se uma vez mais de tentar empurrar para o futuro o enfrentamento dos problemas reais que têm suas raízes nas relações do país com o mercado e o sistema financeiro mundiais e com as multinacionais, o que implicava toda uma estrutura de desenvolvimento econômico dependente.

As alternativas que se manejavam eram contraditórias: reorientar a produção para o mercado interno, onde milhões de famintos não têm poder de compra? Como? Seria necessário fazer com que estes milhões ingressassem na vida econômica e política do país, e isto supunha e supõe profundas reformas sociais. Poderia fazê-las um regime que surgiu e se definiu politicamente como repressor dessas mesmas massas?

Proteger a indústria nacional, fortalecer o Estado e enfrentar as multinacionais, este era outro caminho, complementar do primeiro. Com que apoio social? Com que apoio internacional? Poderia fazê-lo um regime que se associou abertamente

aos 5% mais ricos, às corporações multinacionais e à política externa norte-americana?

O programa de reconstrução econômica do Brasil não poderia vir, portanto, do regime militar. Mas era também efêmero acreditar que os capitalistas nacionais, que capitularam diante do capital internacional, os tecnocratas que se colocaram a serviço do entreguismo e da superexploração do seu povo, os militares que asseguraram com suas armas a repressão, a censura e a tortura nesses anos de fome do povo pudessem constituir uma alternativa de política econômica de sinal oposto ao dominante.

Desde 1974 até o presente estamos vivendo desdobramentos desta crise. O regime militar esgotou seu papel histórico com a crise do "milagre econômico". Era preciso encontrar novos caminhos econômicos, mas sobretudo políticos, para recolocar nos eixos o capitalismo brasileiro. A crise econômica se transformava em crise política, e ambas se desdobravam até os nossos dias, através das dificuldades de consolidação da Nova República, que surgiu do bojo desse processo.

A CRISE DA DITADURA

1. A importância do tema

A ditadura militar que se implantou no Brasil em 1964, em consequência do golpe militar contra João Goulart, iniciou um ciclo de golpes militares de conteúdo similar em toda América Latina. Este ciclo começou como um confronto entre nacionalistas e liberais de direita no Brasil; no seu processo de radicalização passou por uma tentativa de corporativismo direitista e parafascista na Argentina em 1966, com Ogania, e culminou 9 anos depois de seu ínicio, na concentração pinochetista do poder repressivo do Estado, ao derrubar um governo socialista. A crise que passou a viver o regime brasileiro a partir de 1973-1974 é, ao mesmo tempo, da ditadura em geral, que entrava em aberta contradição com a maioria do povo brasileiro e a de sua versão inicial, não explicitamente fascista, que se revelou insustentável devido as suas debilidades para reprimir a crescente oposição popular.

Depois de ser a criadora do movimento golpista latino-americano de novo tipo, a ditadura brasileira caiu numa posição defensiva e decadente e passou a ser superada pelos novos modelos fascistas mais consequentes, como o chileno. Ao mesmo tempo desenvolveram-se em seu seio aqueles setores radicais de direita que buscavam explicar a sua crise pelo fato de não ter se completado o ciclo de terror e totalitarismo. Portanto, a crise da ditadura brasileira foi um momento decisivo no processo de direitização que se iniciou na América Latina e na Ásia (com a Indonésia em 1965), na década de 60, e que serviu de laboratório para uma radicalização direitista internacional que se acelerou em 1967. A ditadura chegou ao

seu momento mais baixo no Brasil no fim da década de 70: fracassado o seu modelo econômico, cujos resultados negativos se tornaram patentes para as grandes massas; encerradas as razões invocadas para a repressão política generalizada com o silêncio do movimento de massas e a derrota posterior da luta armada; esgotados todos os argumentos que punham a culpa no passado pelos problemas não resolvidos; aberta a luta entre as facções da classe dominante, parte delas também vítima de um movimento econômico concentrador e excludente, não somente das massas, mas também de amplas camadas da burguesia; postas às claras as confrontações dentro das forças armadas, que se mostraram permeáveis às divergências políticas nacionais; acumulando portanto este conjunto de fatores desagregadores, a ditadura entrou em crise numa conjuntura internacional marcada pela reorientação da política externa norte-americana e a superação do auge golpista na América Latina.

Por todas estas circunstâncias, a análise da crise da ditadura no Brasil ajuda a estabelecer uma visão de conjunto da conjuntura latino-americana desse período e ilumina as formas de atuação das forças populares e os profundos debates ideológicos que se ampliaram a partir de então.

2. Um balanço necessário do regime ditatorial

O golpe militar realizado contra João Goulart em 31 de março de 1964 obteve sua vitória no dia seguinte. Como foi possível derrotar tão rapidamente um governo que saíra vitorioso poucos meses antes em um plebiscito nacional para recuperar os poderes presidenciais e realizar reformas de base, com aproximadamente 70% dos votos depositados nas urnas a seu favor, em um momento de grande mobilização nacional? O fato parecia ainda mais insólito se considerarmos que Goulart contava com o apoio de uma parte importante da oficialidade reunida em torno do movimento de oficiais nacionalistas, dos sargentos, agrupados na Associação de Sargentos, de uma maioria parlamentar agrupada na Frente Parlamentar Nacionalista, contava ainda com o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores, das associações estudantis, etc. Esses movi-

mentos sociais seriam um fantasma político, um conjunto de ilusões sem conteúdo?

Não. Não era assim. Na realidade, entre 1961 e 1964, período em que Goulart governou substituindo Jânio Quadros, cuja inesperada demissão produziu uma grande comoção no país, desenvolveu-se um forte e poderoso movimento popular que impregnou todo o aparelho institucional brasileiro. Mas por que esse movimento não podia parar o golpe de Estado? As revelações posteriores sobre os acontecimentos de 1964 mostram que a relação de forças militares não era favorável aos golpistas. Por esta razão, a marinha norte-americana aguardava o desenvolvimento dos acontecimentos nas costas do Brasil, pronta para intervir, como o sabemos atualmente pelas revelações contidas na correspondência do então embaixador do Brasil, Lincoln Gordon, para o presidente Lindon Johnson. Um movimento social não é mais ou menos forte como resultado de sua organização. Pelo contrário, o maior ou menor desenvolvimento desta depende do avanço de sua consciência política e da correção de suas posições táticas, resultantes de seu amadurecimento.

O movimento popular brasileiro de 1961-1964 carecia de uma visão política capaz de enfrentar o desafio golpista. Esse movimento se formara dentro da perspectiva nacionalista democrática que Goulart expressava como herdeiro de Vargas¹. E entre 1961 e 1964 o programa nacionalista e democrático não estava em condições de oferecer uma saída para o capitalismo brasileiro. Esta era a questão essencial que impedia a vitória do movimento popular sobre os golpistas. Na realidade, as massas já percebiam empiricamente as limitações deste programa e por isso radicalizaram, consciente ou inconscientemente, as demandas econômicas e políticas apontando para um capitalismo de Estado e um Estado de bem-estar que ultrapassava os limites aceitáveis para a sobrevivência do capitalismo num país dependente.

1. Uma visão histórica do governo Goulart dentro de uma perspectiva política mais sólida encontra-se no livro de Muniz Bandeira (1978).

Goulart e as forças políticas que o apoiavam seriam os dirigentes adequados para captar e sintetizar este novo programa revolucionário, de caráter socializante, que nascia a partir das bases e que não adquiria a coerência suficiente? Poderiam eles unificar um movimento popular capaz de resistir ao desafio golpista? Era evidente que não.

Goulart não estava disposto a acompanhar a radicalização que surgia da própria situação revolucionária que não encontrava ainda uma forma de expressão conseqüente. Esta debilidade interna do movimento popular era portanto seu defeito básico. Quando se levanta o movimento golpista não existe uma resposta integrada e coerente. Goulart procurou até o último momento utilizar o poder de negociação que lhe dava seu apoio de massas e suas bases militares. Mas esse poder de negociação era inútil diante de um inimigo que não queria negociar e que tinha como objetivo impedir esse processo de radicalização política em andamento, mesmo utilizando os métodos mais violentos e radicais que a situação exigisse. Por isso alguns dirigentes do golpe o qualificaram muito bem como uma “contra-revolução preventiva”.

Em que consistia essa contra-revolução? São demasiadamente conhecidos os objetivos e os procedimentos da ditadura brasileira². Por isso os resumiremos em poucas linhas. No plano político, tratava-se de quebrar a ampla aliança entre as associações de massa e o aparelho político nacionalista e popular, através da expulsão dos parlamentares mais radicais, da intervenção nos sindicatos e associações camponesas, da ilegalização da União Nacional dos Estudantes. Militarmente realizou-se uma “limpeza” do aparelho repressivo, expulsando e julgando milhares de militares progressistas e transformando as Forças Armadas no partido que garantia a institucionalidade do regime e lhe entregava seus quadros mais importantes. No campo ideológico atuou-se radicalmente fechando jornais de esquerda, impondo a censura sobre toda a imprensa e estabe-

2. O livro de René Dreifuss (1981) mostra não só os detalhes da conspiração golpista, como também os seus objetivos programáticos que se ampliam no governo Castelo Branco.

lecendo a ideologia de segurança nacional como princípio orientador da vida do cidadão. Constitucionalmente estabeleceu-se o regime dos Atos Institucionais que se sobrepuham ao funcionamento constitucional e anulavam os mecanismos jurídicos de defesa cidadã e pessoal, institucionalizando o arbítrio presidencial (de origem militar) como sistema jurídico. A tentativa de estabelecer uma constituição autoritária em 1967 foi imediatamente suplantada pela emissão do Ato Institucional n. 5, que restabeleceu de forma mais radical o princípio do arbítrio presidencial.

Os passos assinalados anteriormente serviam de apoio e condição de viabilização de uma política econômica que rompia o equilíbrio de força estabelecido anteriormente entre o capital nacional e o internacional, entre a grande, a média e a pequena empresas e radicalizava, ao mesmo tempo, as contradições entre o capital e o trabalho. Desenvolveu-se uma política econômica abertamente favorável ao grande capital internacional, considerado o único tecnicamente eficiente para desenvolver o país. Para atraí-lo tinha-se que assegurar as condições de uma concentração econômica e uma centralização de capitais capazes de apoiar os grandes saltos qualitativos em tecnologia, métodos de gestão, investimento e especulação que significavam a abertura total do país ao capital internacional.

A rebaixa dos salários, a quebra das empresas médias e pequenas de tecnologia obsoleta e não associadas ao grande capital, a restrição do crédito a este setor e sua canalização aos grandes investimentos e a intervenção maciça do Estado, para assegurar essas condições extremadas de acumulação baseada na concentração e centralização, formaram um conjunto articulado de medidas econômicas que assimilavam e aperfeiçoavam as exigências que desde os anos 50 vinha fazendo o Fundo Monetário Internacional na América Latina e em outras regiões.

O reino do grande capital internacional não resultou entretanto em nenhum paraíso liberal. Pelo contrário, aumentaram as tensões sociais, o que obrigava o regime a recorrer a uma dose crescente de medidas de força para garantir as condições de seu funcionamento.

Esse fato marcou os diferentes períodos presidenciais. O primeiro presidente, o marechal Castelo Branco (1964-1966), era um liberal conservador que acreditava no estabelecimento de um regime constitucional autoritário, que excluísse os comunistas e esquerdistas da vida política nacional. De 1964 a 1966 tentou criar as condições políticas para restabelecer a legalidade, mas teve que aceitar uma grande derrota eleitoral diante das forças progressistas no Rio de Janeiro, recém-reprimidas pela ditadura. Deixou ao final de seu governo uma constituição profundamente autoritária que criava dois partidos políticos, um do governo e outro de oposição consentida. Parecia que o país poderia retomar em parte os princípios liberais ainda recentemente pisoteados.

Seu sucessor, o general Costa e Silva (1966-1969) representava uma tentativa de restabelecer no poder parte das forças civis deslocadas pelo golpe de Estado, assim como setores golpistas afastados pelo grupo de Castelo Branco. Em consequência, prometia um restabelecimento democrático ainda que dentro dos moldes autoritários estabelecidos por Castelo. Seu governo foi caracterizado por violentas manifestações de massa e uma confrontação crescente destas com a ditadura, e terminou com a decretação do Ato Institucional n. 5, que suspendia a vigência da constituição outorgada pelos mesmos militares, o que foi considerado "um golpe dentro do golpe".

Depois de um triunvirato que substituiu Costa e Silva, impôs-se no poder o novo ditador Garrastazu Médici (1969-1973) que se beneficiou do auge econômico conhecido como "milagre brasileiro" e que prometeu, no início de seu governo, restabelecer as condições de funcionamento institucional democráticas. Entretanto, seu governo se caracterizou pela mais violenta repressão sobre o movimento popular e particularmente sobre o movimento de guerrilha urbana. Apoiado no Ato Institucional n. 5, anulou as mínimas condições de vida política e de difusão de idéias, fechou universidades e despediu professores, expulsou parlamentares e anulou a ação do parlamento e dos partidos criados pelo próprio governo militar em 1966. Outra vez, a radicalização direitista repressiva coroava a obra do presidente militar de Turno, apesar de suas promessas liberalizantes. A gestão de Garrastazu Médici inclusive deu

origem a uma tentativa de continuísmo em torno de sua figura, que tentou explorar os aparentes êxitos econômicos do “milagre brasileiro” para criar o mito do chefe que conseguira materializar a consigna de “segurança e desenvolvimento”.

Bloqueadas essas aspirações continuistas, sobe ao poder o general Ernesto Geisel, homem do esquema Castelo Branco, através de uma ampla aliança de forças militares e civis e com um programa de abertura política, que prometia estabelecer as condições de funcionamento liberal autoritário que imaginara Castelo Branco. Sua experiência de governo foi marcada pela mesma contradição de seus antecessores mas, ao contrário deles, conseguiu avançar na implantação de seu projeto que iria desembocar na abertura política. Ao iniciar seu período presidencial, permitiu um processo eleitoral relativamente liberal, que teve como consequência a derrota enorme do partido oficialista, em 1974.

Surpreendido pela extensão da repulsa popular aos autores do “milagre brasileiro”, que começava a manifestar sua crise com a queda das taxas de crescimento do produto nacional de 10% para 4% e um aumento de inflação de 16% para 40% Geisel inicia um novo ciclo repressivo que começou com a expulsão dos deputados de oposição mais progressistas e a liquidação da direção clandestina do Partido Comunista Brasileiro, e que continuou, posteriormente, nas eleições de 1976, com novas prisões e expulsões de parlamentares progressistas, chegando à suspensão do parlamento, em abril de 1977, e à promulgação autoritária de um conjunto de reformas políticas que visavam impedir o acesso do partido de oposição ao governo diante da maioria eleitoral crescente, manifestada nas eleições de 1974 e 1976.

Iniciado como governo aberturista, o mandato de Geisel termina no contexto de um retrocesso político.

Como se explica esta dialética de ferro que destruiu as ilusões propostas no princípio dos sucessivos períodos presidenciais? Todos começavam por declarações liberais e terminavam com um reforçamento das medidas de força e com o estabelecimento de uma institucionalização crescente dos procedimentos totalitários, entendidos como excepcionais.

Tratava-se de uma tática demagógica que procurava aliviar as pressões democráticas para esmagá-las em seguida? Não. Não se tratava de uma tática consciente, e sim de uma dinâmica objetiva da luta de classes. A ditadura foi criada para impor um tipo de acumulação do capital que exclui setores majoritários da população e acentua a contradição entre o capital e o trabalho, assim como entre o grande capital monopólico internacional e o local e setores do pequeno e médio capital.

Ao mesmo tempo este modelo de crescimento gera grandes massas de subempregados e desempregados urbanos. Ele aprofunda as condições de exploração sobre as massas campesinas de pequenos e médios agricultores, parceiros, meeiros, etc., enquanto amplia a empresa capitalista no campo e cria grandes massas de assalariados agrícolas temporários (bóias-frihas). Ao mesmo tempo essa "modernização" expulsa enormes massas para os centros urbanos. As condições sociais geradas por tal modelo de acumulação são, portanto, explosivas e não são compatíveis com uma gestão democrática do Estado.

Por outro lado, a necessidade crescente da intervenção do Estado, para assegurar o funcionamento deste modelo econômico, obriga a restringir os mecanismos de funcionamento democrático, para assegurar a hegemonia do grande capital internacional não somente sobre as ações legislativas, como também sobre a gestão cotidiana da economia.

O Estado brasileiro, como em muitos países latino-americanos, é uma força econômica demasiado poderosa. Ele é o proprietário das principais empresas do país – que ocupam posições-chave no processo de desenvolvimento econômico; ele possui mecanismos de forte intervenção no comércio exterior (monopólio das divisas, entre outros); ele determina o mercado financeiro que existe à sombra da dívida pública; ele determina grande parte da inversão, através de isenções fiscais, crédito, etc. Seu controle é pois fundamental para os interesses econômicos das classes sociais e não somente para suas necessidades mais globais de dominação e legitimação.

Um pequeno deslocamento da correlação de forças dentro do Estado pode ter consequências econômicas muito importantes para os grupos econômicos e grandes empresas que

utilizam o aparelho estatal como condição essencial para seus negócios. Seja pelas condições gerais da luta de classes assinaladas, seja pela necessidade mais direta de controle do aparelho estatal, as possibilidades democráticas encontram-se constantemente restringidas.

Entretanto, por uma questão de sobrevivência do regime, mil vezes assinalada pelos seus políticos, é necessário garantir um mínimo de legitimidade ao Estado, sob pena de não assegurar sua sobrevivência como instituição. Daí vêm as tentativas constantes de procurar esta legitimidade pela via liberal.

Entretanto, não se deve menosprezar o fato de que a doutrina política da ditadura se tornou cada vez mais e claramente totalitária. No primeiro momento, a intervenção pela força se colocava como legítima para restaurar o império da ordem, que teria sido quebrado pelo ascenso de massas de 1961-1964. Colocou-se, em seguida, que sua legitimidade estava dada por uma doutrina de segurança nacional, que estabelecia de maneira *permanente* o princípio da suplantação dos direitos cidadãos pelas exigências da segurança nacional, as quais se sobrepõem a todo corpo social. Imediatamente se procurou demonstrar a necessidade da manutenção permanente desta segurança para assegurar o desenvolvimento. Na década de 70 o conceito de segurança nacional começou a perder a sua legitimidade, diante da evidência do descontentamento popular com a ditadura, derrotada nas eleições de 1974, 1976 e 1978. Para sustentá-la seria necessário um passo ideológico ainda mais claramente totalitário e fascista. Seria necessário exigir um princípio ordenador do Estado, que justificasse o exercício do terror estatal de forma permanente. Mas não se pode esquecer que durante seu auge tinham-se colocado sob o peso deste terror amplos setores da burguesia e da oficialidade.

A geração de militares conservadores liberais que dirigiu as primeiras etapas do regime militar se opunha a dar o salto definitivo para uma tentativa de legitimar o regime de força como um sistema permanente de poder totalitário, isto é, uma versão acabada e constitucional do fascismo na América Latina, sob sua nova cara militarista e sem expressões organizadas

de massa. O Ato Institucional n. 5, de 1968, anunciava este regime, mas seu caráter excepcional mostrava que ainda faltavam alguns passos no processo de fascistização³.

Soava pois a hora do regime militar. Ao impor-se a tendência de romper com o seu caráter excepcional e buscar sua consolidação permanente, aumentavam as resistências do capital internacional e nacional que jamais pensaram em aceitá-lo como fórmula definitiva. Na medida em que trilhava esse caminho, sobretudo no governo Médici, era necessário substituí-lo e, se possível, a partir de dentro, com decisão e determinação. O general Geisel e seu estrategista Golbery do Couto e Silva assumiram essa tarefa e escolheram seu comando e ajudante-de-ordem, general João Figueiredo, para completá-la, entregando-lhe a presidência em 1979.

3. Características da crise do regime ditatorial

Depois de 10 anos de ditadura, o povo brasileiro encontrava-se cansado e desesperado. Seu único desejo era tirar esse peso dos ombros. Os mesmos militares já se sentiam cansados de vigiar policialmente e torturar um povo que todos os dias mostrava o seu ódio a estes “defensores da ordem”.

Mas a situação era difícil. O povo temia exasperar os militares e assistia perplexo ao fracasso dos grupos armados com os quais nunca teve relação. Por isso, a população em geral e as lideranças políticas, em seguida, aceitaram com bons olhos as regras do jogo que os militares impuseram para um programa gradual de abertura política. Estes, por sua vez, temiam exasperar o sentimento popular e provocar uma situação revolucionária que poderia originar ações violentas de vinganças e justiçamentos. Eles temiam sobremaneira esta hipótese, como revelaram pesquisas realizadas com significativos setores da oficialidade em 1976.

3. Característico dessa luta entre uma mentalidade liberal e a pressão nascida da necessidade de recorrer ao terror foi o pronunciamento do então ministro da Educação Jarbas Passarinho: “É preciso romper com os escrúpulos de Sua Exceléncia”, teria ele dito para defender a edição do Ato n. 5.

Isso significa que a situação de 1964 tinha sido superada? Que o povo brasileiro abandonara suas aspirações de reformas de base, cujo conteúdo socializante desdobrou-se num confuso mas enriquecedor processo de massas, de 1961 a 1964? Não. As massas têm instintos políticos pouco conhecidos. Elas estão sempre procurando os caminhos práticos que as situações oferecem. Cada problema tem o seu momento. E é evidente que a luta social no Brasil estava em segundo plano em 1974. Mas ninguém deve duvidar que são essas aspirações que moveram o povo no seu ódio à ditadura.

O povo brasileiro não se moveu para derrotar o regime militar somente por ser uma ditadura, e sim por ser a ditadura de seus inimigos. Ela significou para ele baixos salários, fome, falta de escolas e de perspectivas para milhões de brasileiros condenados à mais violenta exploração. Por isso deve-se esperar grandes acontecimentos na medida em que as massas vão conquistando um espaço político que em parte obtiveram de 1945 a 1964 e que perderam a partir de então. Já naquela época se podia perceber que a luta democrática era o ponto de partida de uma luta muito mais profunda que culminará numa grande confrontação pelo poder e pelas reformas sociais.

Um dos mais importantes representantes civis do regime militar brasileiro, Luiz Vianna filho, ex-chefe da Casa Civil do Presidente Castelo Branco e homem profundamente ligado ao chefe da Casa Civil de Geisel, general Golbery do Couto e Silva, e ao próprio presidente, fez em 1976 uma declaração política espetacular. Nela se desnudava a situação política do país e particularmente o caráter artificial do seu sistema partidário. Segundo ele, o partido do governo representava uma minoria social e não tinha nenhuma capacidade de influir na ação do executivo, e o partido da oposição representava uma maioria social que tinha “proibido o acesso ao poder”.

Este pronunciamento de um homem tão ligado a Geisel vinha coroar um conjunto de declarações que tentavam deter uma ofensiva liberalizadora da Igreja, de setores empresariais, intelectuais, políticos e militares, que se articularam aberta ou taticamente com os pronunciamentos do governo norte-americano em favor dos Direitos Humanos no Brasil e que conduzi-

ram a um deterioramento das relações entre o governo militar brasileiro e seu aliado norte-americano.

A situação difícil que viveu a partir deste momento o regime militar brasileiro não era, entretanto, um fenômeno superficial, surgido do nada. Tinha profundas raízes, que poderíamos resumir nos seguintes pontos:

Em primeiro lugar, era um reflexo da crise do modelo econômico brasileiro que, como vimos, já se anunciava no final de 1973. A aventura do expansionismo econômico sobre a base de um clima artificial de oportunismo financeiro, da entrada em massa de capitais internacionais, de um aumento das exportações subvencionadas pelo Estado, de um estímulo desproporcional às altas taxas de lucros e à concentração e centralização do capital já começava a mostrar seus limites naquele ano.

O aumento da taxa inflacionária, o déficit crescente da balança de pagamento, o endividamento internacional, a crise social provocada pelos baixos níveis salariais, a desnacionalização da economia, a forte pressão do Estado para intervir mais e mais em favor da manutenção artificial dos negócios e das altas taxas de lucros, a enorme e brutal corrupção administrativa, todos estes fenômenos eram já perceptíveis para uma elite política, empresarial e militar que reconhecia os limites de um poder autoritário que não conseguira legitimar-se socialmente e que deveria enfrentar uma crise econômica, política e social a médio prazo.

Em 1974, 1975 e 1976 esta crise se faz patente e se agravou ainda mais devido às importações de petróleo a preços mais elevados e devido à crise capitalista internacional de 1974-1975, que dramatizou a inevitável crise econômica que discutimos anteriormente⁴.

Em segundo lugar, a crise iniciada de fato em 1973 refletiu também uma crise social muito aguda, que se originara, em

4. Nossos estudos sobre a crise internacional – no contexto dos ciclos longos de Kondratiev – estão publicados em vários trabalhos, entre os quais destacamos: *Imperialismo y dependencia*. México, 1978 e *La crisis internacional del capitalismo y los nuevos modelos de desarrollo*. Buenos Aires, Ed. Contrapunto, 1987.

grande parte, de um modelo econômico que favorece os interesses do grande capital, em detrimento de todos os demais setores da sociedade.

A única possibilidade de atenuar os efeitos desse modelo era manter um crescimento econômico acelerado que permitisse "aumentar o bolo" numa tal magnitude que sempre pudesse implicar um aumento absoluto do consumo dos setores sociais majoritários, que se viam relativamente cada vez mais desfavorecidos. Na medida em que se perdia a ilusão de manter indefinidamente o crescimento acelerado, manifestavam-se os efeitos absolutos da pauperização relativa daqueles setores sociais majoritários, marginalizados pelo processo econômico de expansão e hegemonia do grande capital nacional e, sobretudo, internacional.

Depois das promessas de se converter em potência econômica, o Brasil encontrava-se com sua realidade: analfabetismo massivo, altas taxas de mortalidade infantil, fome crônica, instituições atrasadas, relações sociais arcaicas, frustrações e ódio social. Qualquer militar inteligente sabe que milhares de soldados são impotentes diante de um povo de milhões, por mais bem armados que estejam. O protesto social passou a assumir proporções gigantescas no Brasil. Os mínimos incidentes transformam-se em fenômenos de protesto social, as massas famintas do nordeste invadiam cidades para procurar alimentos, os camponeses enfrentavam policiais e militares para garantir suas terras, os usuários das linhas de trens urbanos as destruíam diante de manifestações graves de descaso administrativo. Os operários se negavam, desde 1974, a seguir, cansando-se com a prática generalizada de horas-extras de trabalho para assegurar um salário mais substancial, o povo começava a protestar em todas as oportunidades, a insatisfação era geral e crescente.

Em terceiro lugar, estava a crise ideológica. Depois de uma tentativa desesperada e cara de criar um clima de otimismo nacional ("Brasil Grande"; "Brasil, ame-o ou deixe-o") através de uma publicidade enorme nos meios de comunicação, politicamente mudos pela censura, descobria-se a falta de profundidade destas consignas, diante da dura realidade nacional. A

ditadura se via atacada por todos os lados: pelas frases simbólicas dos compositores de protesto, pelas publicações do tipo "underground" e clandestinas, pelo desenvolvimento de um cáustico humor de crítica social e política, através do cinema e do teatro de protesto e denúncia. Por todas as partes do corpo social, por todos os seus poros, escapava-se o cheiro vivo e forte da insatisfação social, do protesto e da denúncia.

A convergência da crise econômica com esta falta de legitimidade levou os políticos, encarregados pelo próprio governo de representar a farsa de uma oposição consentida, a tomar a sério seu papel de oposição e a alimentar sonhos de chegar ao poder pela via de representar este imenso protesto social. As organizações de esquerda, golpeadas por uma repressão violenta, começavam a encontrar outra vez um espaço de ação, ainda que restrito. A ditadura via-se enfrentada por uma divisão interna de seus quadros militares, empresariais e políticos, amedrontados pelas consequências de uma repressão constante sobre uma massa cada vez menos controlável, política e ideologicamente. Começam as divisões dentro do grupo mais seletivo do poder. Começam as manobras pela descompressão política, pelas reformas liberais controladas. O regime deseja, muito sabiamente, assumir ele mesmo a direção do processo de liberalização, sempre procurando, entretanto, conter este processo dentro dos limites autoritários. O governo Geisel é uma expressão desta manobra tática anunciada quando tomou posse na presidência.

Mas, como vimos, entre o desejo de legitimidade do regime e a dura realidade existia uma barreira intransponível. As eleições de 1974 começaram a quebrar este esquema aberturista⁵. A crise posterior, iniciada pelas eleições de 1976, ilustrava claramente os limites desta abertura e a crise em que se encontrava a ditadura.

5. Um exaustivo balanço das eleições de 1974 foi realizado pela *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 43, julho de 1976.

4. A profundidade da crise

A 15 de novembro de 1976 realizaram-se eleições em quase todos os municípios brasileiros. Apesar do forte conteúdo regionalista de que elas se revestiam, o partido do governo as apresentou como um plebiscito sobre a "revolução brasileira", isto é, sobre o regime militar criado pelo golpe de 1964. O partido do governo tinha muita razão ao propor essa fórmula. Depois de sua flagrante derrota em 1974, as eleições municipais lhe ofereciam um bom campo para restabelecer sua imagem diante do país. Nos 3968 municípios brasileiros envolvidos, o partido de oposição "consentida" tinha organizações e candidatos em aproximadamente 1600 deles. Por outro lado, o ministro da justiça proibiu o uso dos meios de comunicação de massa para a campanha eleitoral. Os candidatos somente podiam publicar seu nome ou apresentar sua foto e o número eleitoral na televisão. Ao mesmo tempo o presidente Geisel e seus ministros desenvolveram uma enorme campanha eleitoral por todo o país, apoiando o partido do governo, e os governadores dos Estados puderam utilizar amplamente os meios de comunicação para apoiar o partido oficial.

Ademais, o governo deu um aumento salarial superior ao recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, e para garantir o apoio eleitoral guardou na pasta várias medidas econômicas impopulares.

Inclusive não faltaram ameaças de que uma vitória esmagadora do MDB (partido de oposição "consentida") significaria o fim dos processos eleitorais no país. Ameaça particularmente significativa pelo fato de que em 1978 se renovariam as assembleias legislativas e os governos estaduais. O MDB viu-se assim na difícil situação de que uma vitória eleitoral em nível municipal significaria uma ameaça às eleições estaduais, de maior importância. Dentro de tal clima eleitoral, tudo indicava que a ARENA (partido do governo) teria a possibilidade de alcançar a margem para uma vitória bastante ampla sobre o MDB, que não poderia superar sua debilidade organizativa em nível municipal, a força dos interesses locais dependentes do aparelho de governo e a tendência natural de grande parte dos eleitores mais radicalizados ou

descontentes com o regime de votar em branco ou anular seu voto.

Entretanto, o resultado das eleições de 1976 mostraram que o desprestígio do governo militar era suficientemente amplo para permitir, ao mesmo tempo, uma elevada votação para o MDB e uma ampla margem de votos em branco ou anulados, ao que se somava a um grande número de municípios sem participação eleitoral do MDB (aproximadamente 40%) e a ausência da oposição nos meios de comunicação.

É necessário assinalar a verdadeira natureza do partido de oposição "consentida". O MDB foi, em geral, dirigido por velhos políticos, aceitos pela ditadura, já que os fundadores mais oposicionistas foram eliminados através de cassações. Esses políticos formavam uma ampla facção conhecida por "adesistas", isto é, os que apoiavam de fato o governo militar pretendendo realizar uma oposição "construtiva".

Entretanto, a partir de 1970 este partido conseguiu canalizar setores jovens que renovaram sua atitude política passiva e puseram em primeiro plano um programa de democratização do país, com uma crítica ao modelo econômico concentrador e pró-imperialista, e assumindo a defesa da intervenção estatal, da empresa nacional e da redistribuição dos ingressos. A partir de então, o MDB conseguiu canalizar, sobretudo nas eleições de 1974, uma boa parte dos votos em branco e nulos que manifestavam o protesto da população politicamente consciente do país. Ao não saber usar a grande vitória eleitoral de 1974, ao se intimidar diante das pressões do partido oficial e do próprio governo que passou a reprimir seus militantes, destruir seções inteiras do partido, anular o mandato de vários deputados, vincular a seus dirigentes mais avançados com o clandestino Partido Comunista Brasileiro, sobre a qual caiu uma violenta onda repressiva, ao se ver portanto em uma posição defensiva e baixar suas bandeiras democráticas, o MDB viu diminuir inevitavelmente seu apoio eleitoral nas eleições seguintes de 1976.

Apesar de todos estes fatores desfavoráveis, os resultados foram indicadores de um profundo descontentamento popular. Foi assim que a ditadura se viu outra vez diante de uma clara

repulsa popular e não poderia aceitar a iminência de uma derrota eleitoral nas eleições estaduais de 1978. Em consequência, iniciou-se uma etapa de golpes “brancos” que procuravam reformar o quadro partidário, por parte de um governo que se via obrigado a manter uma fachada eleitoral devido às pressões internacionais que se exerciam sobre um país que já ostentava a maior dívida externa do mundo. A situação fez-se ainda mais grave porque a ditadura teve que iniciar uma série de medidas de contenção do crescimento econômico, que suspendeu antes das eleições para tentar ganhar este “plebiscito”. Depois de 13 anos no poder, os militares encontravam-se num beco sem saída: ou reforçar ainda mais a ditadura ou aceitar a repulsa popular eleitoral.

Depois de tentar as mais diferentes manobras políticas para obrigar a oposição consentida, o MDB, a realizar seu próprio suicídio político, o presidente Geisel assume a responsabilidade de impedir o acesso da oposição ao poder estatal e nacional. O presidente do partido do governo, a ARENA, propôs ao MDB um acordo nacional pelo qual este partido aceitaria votar favoravelmente a criação de uma assembleia eleitoral que terminaria com as eleições diretas para governador de Estado, e em troca criar-se-ia um Conselho de Segurança que colocaria “em repouso” o Ato Institucional n. 5, e poderia eventualmente substituí-lo. Como o MDB estava cheio de homens do governo desfarcados de opositores, tais propostas foram manipuladas e defendidas dentro deste partido até que a maioria dos congressistas democráticos e uma forte pressão das bases do partido e da opinião pública rompeu em pedaços essas tentativas de acordo, que liquidavam a possibilidade de uma estratégia oposicionista coerente no Brasil.

O ponto de partida da nova crise foi a reforma judicial que consagrava a dependência do judiciário ao executivo e a falta de garantias constitucionais para os presos políticos. Utilizando o grande peso obtido no parlamento nas eleições de 1974, quando pode-se respirar um mínimo de ambiente eleitoral no país, o MDB recusou a reforma judicial proposta pelo executivo, impedindo a sua aprovação, que necessitaria de dois terços do parlamento. A resposta de Geisel era inevitável para uma ditadura que sabia ser uma minoria eleitoral. Utilizando

os poderes entregues pelo Ato Institucional n. 5, estabeleceu o recesso do Congresso e assumiu os poderes legislativos para decretar não somente esta reforma judicial, mas também as reformas políticas que a oposição se negara a apoiar.

O que pode fazer uma ditadura quando permite a existência de um partido de oposição e este demonstra, em duas eleições, que tem a maioria do eleitorado? Tirar a máscara... Mas as condições políticas internacionais eram desfavoráveis à existência de uma ditadura aberta. Em consequência é necessário manter uma certa fachada. Como resolver este quebra-cabeças? O general Ernesto Geisel, seu chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e seu ministro do Interior, Armando Falcão, retiraram-se para sua granja para poder resolvê-lo. E quais foram os resultados?

Como o partido de oposição saiu do controle dos homens do governo, tinha-se que impedir a todo custo que pudesse chegar ao governo nos principais Estados da federação nas eleições de 1978. Em consequência, estabeleceram-se as eleições indiretas para governador, nas quais participariam não somente os deputados das câmaras estaduais, mas também os prefeitos e conselheiros municipais, entre os quais havia maioria a favor do governo, devido à importância das pequenas cidades neste colégio eleitoral.

Mas em nível nacional poder-se-ia criar uma maioria parlamentar no senado contrária ao governo, como indicavam os resultados eleitorais. Em consequência, o executivo se reservava o direito de designar senadores numa quantidade suficientemente decisiva, um terço para cada Estado da Federação, para serem eleitos indiretamente pelo mesmo colégio eleitoral assinalado. Foi a origem dos chamados senadores "biônicos", que mantiveram a maioria governista no Congresso Nacional até 1986.

Mas isso poderia ser ainda insuficiente e não assegurar a maioria governamental. Em consequência, anteciparam a eleição presidencial, votada por um colégio eleitoral composto por deputados e senadores, governadores e deputados estaduais para antes das eleições estaduais de 1978, e prolongaram o período de governo do próximo presidente. Isto assegurou que este fora eleito pela maioria estabelecida nas eleições de 1974.

E para coroar esse minigolpe impediram a propaganda eleitoral sem proibir evidentemente que o governo fizesse a sua propaganda nos meios de comunicação. E se fora pouco, reforçaram os dispositivos de censura e a Lei de Imprensa, assim como a Lei de Segurança Nacional, que entregavam ao governo as mais amplas prerrogativas para perseguir seus opositores políticos em nome da segurança do Estado. E além de tudo isso o governo conservava os dispositivos do Ato Institucional n. 5, os quais lhe permitiam retirar do Parlamento e do serviço público quem ele quisesse, além de suspender o funcionamento do Congresso e do poder judicial quando considerasse necessário. Foi o Ato Institucional n. 5 que deu os poderes a Geisel para alterar tão substancialmente o quadro político-institucional.

Desta maneira chegávamos a uma estranha “democracia”, na qual o único partido de oposição, criado pelo governo, era impedido de exercer o poder, quando era mais que reconhecido seu caráter majoritário.

Como era possível uma farsa tão grande? Como era possível que o povo brasileiro aceitasse tais humilhações? Quanto tempo poderia durar uma situação desse tipo? Por quanto tempo a opinião pública mundial permitiria que um governo tão sujo representasse diante dos demais governos um país tão importante? Para responder a essa pergunta tomemos uma citação do jornal mais conservador do país. Trata-se de um editorial de *O Estado de S. Paulo*, órgão da oligarquia do café, a qual participou ativamente no golpe de 1964 e se rebelou em seguida contra os militares que tomaram o poder que ela sempre acreditou que deveria ser devolvido aos civis. Dizia o editorial de 1º de abril de 1977, que comentava o recesso do parlamento e a imposição, depois de 13 anos de poder, de uma situação de exceção para resolver uma crise política que, de fato, era permanente:

“Não pense o senhor Presidente da República, nem tampouco o poder revolucionário que volta à cena, ter resolvido os problemas nacionais ao impor o Ato Institucional n. 5 sobre a Constituição. Como dissemos em 1968 (quando se ditou o Ato Institucional n. 5), governar uma nação de mais de 100 milhões

de habitantes é algo muito diferente do que comandar uma divisão ou um exército".

"São forças sociais imprevisíveis em seu comportamento, muitas vezes inconscientes, que se chocam, coligam ou se separam dirigidas por leis diferentes das manobras. E não podemos deixar de dizer, como já o fizemos nas vésperas de sofrer a violência do arbítrio, o que resultará de um estado de coisas que se assemelha ao desmantelamento total do regime que o senhor Presidente da República julgava ser o mais conveniente para aquele delicadíssimo e frágil arquipélago de grupos sociais, cuja integridade é necessário manter? A resposta errada de 1968 conduziu a 1977. O ano 14 da revolução se inicia dominado pelas decisões que vêm de um passado mal compreendido e governa um futuro incerto".

E isto é o que doía na oligarquia, quatro vezes centenária de São Paulo: os militares que chegaram e os novos burgueses aliados aos empresários internacionais prepotentes estavam conduzindo "seu" país ao desconhecido, à incerteza...

As eleições de 1978 confirmaram estas apreensões. A oposição avançava ainda mais e novos fatos sociais e políticos alertavam para a gravidade da situação. Vejamos ainda como a situação se colocava, antes destas eleições.

5. As perspectivas da crise e o início da abertura política

Muitos leitores poderiam se perguntar: Por que teria que recorrer a subterfúgios tão complicados uma ditadura que se manteve 13 anos no poder sem encontrar uma resistência suficientemente forte para questionar sua sobrevivência? Esta é uma aparência da realidade. Na verdade, a ditadura militar brasileira sempre foi instável e sua sobrevivência foi sempre difícil e custosa. E as razões são evidentes:

Em primeiro lugar, a ditadura militar nunca conseguiu um apoio político majoritário no país – particularmente nos principais centros urbanos. Todas as vezes que recorreu às eleições para consolidar seu poder recebeu uma resposta negativa das urnas. E isto é verdade ainda nos favoráveis anos de 1970 e 1972, quando estava no seu auge o "milagre brasileiro" e a

oposição do MDB completamente desacreditada. Inclusive nestes anos os votos nulos e brancos representaram uma percentagem suficientemente alta para expressar uma significativa repulsa popular à ditadura.

Em consequência, a ditadura se via obrigada a recorrer a novas fórmulas de força para apagar os resultados das pequenas aberturas eleitorais por ela realizadas. Depois das eleições de 1966 teve que dissolver os partidos políticos, depois da abertura de 1967-1968 teve que recorrer ao Ato Institucional n. 5 para recuperar sua força. Depois da abertura de 1974-1976 teve que recorrer à suspensão de funções do congresso e às reformas políticas que impediam a ascensão eminente da oposição ao poder, se se tivessem mantido as regras do jogo eleitoral. Estes momentos-limite foram sempre precedidos por tentativas de uma liberalização controlada, que eram sucedidas por novas e violentas ondas repressivas. O regime via-se assim obrigado a se fechar progressivamente e impunha-se a sua ala ultradireita, como resultado da sua falta de legitimidade popular. A dialética abertura-repressão crescente conduzia o regime a um beco sem saída que seus líderes mais lúcidos tentavam evitar, sem conseguir.

Em segundo lugar, a falta de legitimidade não era consequência de nenhum fenômeno passageiro e controlável pela ditadura. Ela se explicava pelo caráter da classe do regime militar que sempre realizou a política do grande capital, cujo caráter impopular e opressivo não pode ter outra correspondência política senão o apelo à ditadura crescente. Não existe compatibilidade entre as altas taxas de exploração a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros, assim como a expropriação a que está submetida a maioria da pequena burguesia urbana e rural, e um regime democrático. Inversamente, o avanço democrático coloca em questão o modelo econômico que originou a ditadura.

Em terceiro lugar, como consequência dessa ilegitimidade e das contradições econômicas que a geraram, o regime se deixou consumir pelas dissensões internas entre as forças que o sustentavam. E, ao mesmo tempo, sempre estava ameaçado pela possível rebelião das amplas forças sociais que oprimia. Era esta ameaça, e somente ela, que unificava as forças que o

compunham. Neste marco de insegurança, somente a força e o voluntarismo de certas facções militares e empresariais permitiam restabelecer a segurança perdida. Mas o custo de tais atos de força seria o isolamento progressivo do regime da sociedade, sua conversão paulatina em um Vietnam do Sul de Diem, em uma Cuba de Batista, em uma Rússia de Nicolau III.

Os fatos demonstravam, assim, os limites da "abertura" controlada. A cada concessão política, Geisel tinha como resposta uma demonstração de protesto e irritação popular (a vitória do partido de oposição em 1974, as exigências salariais operárias de 1975-1976, a consolidação da oposição nas eleições de 1976), e em consequência tinha que dar novas demonstrações de força pela única via que dispunha, isto é, a repressão (prisão e morte de quase toda a direção do clandestino, mas eleitoralmente atuante, Partido Comunista Brasileiro, depois das eleições de 1974; expulsão do Congresso dos deputados mais combativos da oposição; novas prisões de militares de esquerda e assassinato de outros; fechamento do Congresso e estabelecimento dos senadores biônicos, etc.).

A dialética entre a abertura e a repressão continuava sendo, portanto, a lógica necessária de um sistema político com uma mínima base social, imerso em uma crise econômica, social e ideológica que prejudicava sua eficácia e começava a preocupar as mesmas forças que lhe deram origem. Nascido da união da grande burguesia internacional e local, com o apoio de importantes setores da classe média, assustada com a ascensão dos trabalhadores e a sempre utilizada "ameaça comunista", apoiado pela igreja e montado em um forte dispositivo militar nacional e internacional (como já vimos as revelações dos papéis do embaixador norte-americano no Brasil em 1968 puseram a limpo a participação norte-americana no golpe, inclusive com a sua marinha de guerra nas costas brasileiras, preparada para um desembarque em apoio aos rebeldes contra Goulart), o regime militar passava a encontrar a oposição aberta da igreja, de amplos setores dos empresários e do próprio governo norte-americano. Inclusive os banqueiros norte-americanos mostravam sua disposição de diminuir os créditos a um país cuja economia não garantia os meios de lhe pagar. Tais atitudes refletiam uma preocupação crescente dos criado-

res com sua própria criatura. Mas eles possuíam os elementos para gerar uma alternativa?

Os exemplos da Grécia, Portugal e Espanha tiveram um papel importante para a proposta de uma saída da ditadura. Nestes países, a crise social e política demonstrou a debilidade do esquema ditatorial. O imperialismo e as forças dominantes locais procuraram criar instrumentos de substituição da ditadura dentro do regime econômico capitalista, e através deles conseguiram controlar as ondas democráticas que sucederam à queda do velho regime. O susto com a experiência portuguesa demonstrava contudo que era necessário armar essas alternativas o quanto antes, e não deixar-se surpreender pelos acontecimentos.

Mas a resistência dos aparelhos de poder é um fenômeno importante e os obstáculos às mudanças que estabelecem os grupos mais identificados com o aparelho repressivo não podiam ser esquecidos. Essas hesitações sobre a liquidação do aparelho repressivo podiam contudo ser decisivas para a sobrevivência das classes dominantes. No bojo de um processo democrático, tentar preservar estas ilhas de repressão poderia ser um dos fatos decisivos para a radicalização do processo democrático, pondo em risco a conservação do sistema econômico social capitalista. Por isso, é natural que estes esquemas liberalizadores se limitassem a tímidas manifestações de pressão e somente assumissem um caráter efetivo quando questionados pelos movimentos de massas. Somente nas circunstâncias de uma capacidade de iniciativa popular significativa e controlável é que a oposição liberal se-anima a participar em uma pressão mais decisiva sobre as forças mais reacionárias, cuja cegueira política impede abrir caminho para a reforma no interior do sistema econômico-social existente.

A ausência de um movimento de massas politicamente autônomo no Brasil era, portanto, o fator que mais favorecia a conservação do regime repressivo e incitava a oposição liberal à negociação com o regime, aceitando uma “abertura controlada”, dirigida pelo próprio Geisel, enquanto, do outro lado, as forças abertamente fascistas se reagrupavam e pressionavam contra as concessões liberais. Esses fatos indicavam que a

ofensiva liberal de Geisel e Golbery não tinha fôlego suficiente para produzir uma abertura política profunda e imediata.

O quadro político gerado pelas medidas de força do executivo suspendendo o Congresso e estabelecendo reformas políticas casuísticas, isto é, procurando conservar a ditadura através de remendos pouco convincentes, só poderia realmente ser mudado com a introdução de um novo personagem na cena política nacional: o movimento de massas.

Este papel veio a ser preenchido em primeiro lugar pelo movimento operário do ABC paulista. Filho da industrialização, particularmente do auge do milagre econômico, este setor social sofria diretamente com o seu esgotamento. A ele caberia o papel detonador da nova fase do quadro político brasileiro, que analisaremos a seguir.

Contudo, é impossível compreender as novas oportunidades de mobilização popular abertas em 1977 sem entender a mudança substancial que vinha ocorrendo na correlação de forças internacionais e na posição do regime militar brasileiro dentro da evolução da economia mundial, temas que trataremos no próximo capítulo.

DA DESCOMPRESSÃO CONTROLADA À ABERTURA POLÍTICA

1. As condições internacionais

Como vimos no capítulo anterior, em 1974 a economia brasileira se encontrava numa situação bastante difícil. No plano internacional, o pensamento e a ação política do país que exercia o poder hegemônico sobre o sistema econômico mundial político e ideológico, os Estados Unidos, buscavam uma nova política que colocava em xeque a ditadura militar brasileira. Já em 1973, diante do fenômeno da revisão dos preços do petróleo e da emergência dos países árabes como o principal fator político internacional, começava a refazer-se profundamente a concepção estratégica daquelas forças ideológicas e políticas que assumiram a hegemonia dentro dos Estados Unidos.

O Conselho das Relações Externas (*Council of Foreign Relations*), que agrupava a elite política e empresarial norte-americana, sob a liderança do grupo econômico naquele momento mais forte no país, em torno da família Rockefeller, concebia os limites de uma política de hegemonia norte-americana tal como se desenvolvera depois da II Guerra Mundial. Percebia-se que a recuperação da Europa e do Japão como poderes econômicos internacionais diminuía a possibilidade de os Estados Unidos atuarem isoladamente como único poder mundial.

Ao mesmo tempo, esta revisão estratégica tomava em consideração:

1) o crescimento do poder militar da União Soviética e a emergência dos países do Terceiro Mundo como forças substantivas no sistema econômico, político e ideológico mundial; 2) o particular avanço da China que consolidava seu rompimento com a URSS e se convertia num agente político internacional cada vez mais decisivo; 3) a importância crescente dos países árabes e o peso da OPEP como força negociadora na economia mundial; 4) o surgimento da UNCTAD como tentativa de organizar as demandas econômicas do Terceiro Mundo; 5) o crescimento do movimento dos Não-Alinhados para o qual passavam a confluir política e ideologicamente os interesses do Terceiro Mundo.

Era evidente que combater todas essas frentes ao mesmo tempo era extremamente difícil para os Estados Unidos. Daí a idéia de formar uma organização *trilateral* que reunisse as elites econômicas, políticas e empresariais dos Estados Unidos, do Japão e da Europa para enfrentar, unidas, as dificuldades deste novo contexto mundial. Era o caminho certo, o caminho possível para a conjuntura¹.

A Comissão Trilateral passou a ser um elemento aglutinador das forças já destacadas. Na interpretação da Trilateral, contudo, chamava-se a atenção para o fato de que os interesses econômicos norte-americanos, europeus e japoneses se mostravam confluentes pela importância do processo de formação de uma economia mundial cada vez mais global. O elemento motor que vinha processando esta integração, eram as empresas multinacionais, agora percebidas como empresas transnacionais que posteriormente, nas décadas de 80 e 90, serão concebidas como empresas globais. Esta mudança do multina-

1. A história da formação destas instituições de ação internacional se encontra em René Dreiffus. *A internacional capitalista – estratégias e táticas do empresariado transnacional – 1918-1986*. Espaço e Tempo, 1987. Dreiffus distingue três linhas estratégicas em disputa nos EUA nas décadas de 70 e 80: a Realpolitik de Kissinger, ou equilíbrio de poder pentagonal; o “trilateralismo”, que se impôe durante o governo Carter; e a “nova direita”, que enfatizava a supremacia norte-americana e que se impôrará durante os dois governos Reagan e o governo Bush. Veja-se também sobre a trilateral: Hugo Assman, Theotonio dos Santos e Noam Chomsky. *A trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Vozes, Petrópolis, 1986 (textos retirados do livro *Carter y la lógica del imperialismo*. Educa, Costa Rica, 1978). Sobre Carter, veja-se meu livro: *La crisis imperialista y la política norte-americana. Como entender a Jimmy Carter*. Ediciones de Cultura Popular, México, 1977.

cional para o transnacional e deste para o global é o processo que se realiza entre as décadas de 60 e 80, indicando as transformações extremamente significativas que vinham ocorrendo no sistema produtivo em nível mundial, e em seguida nos setores de serviço, financeiro, político e ideológico.

Ao analisar a importância do processo de transnacionalização e a formação de uma economia mundial única em torno dos interesses das multinacionais, Samuel Huntington, um dos principais teóricos da Trilateral, chamava a atenção para os limites que enfrentava este processo de transformação, fundado em tecnologia cada vez mais avançada. Expressando as tendências históricas da humanidade, este processo de globalização encontrava limitações sérias através de certas instituições do passado entre as quais se destacava o Estado-Nação, de tipo tradicional. Ao reivindicar o controle dos mercados nacionais, passavam a ser um dos bloqueios mais importantes para essa evolução.

Dentro dos Estados-Nações, expressando em grande parte os seus interesses, encontrava-se este fenômeno fundamental da década de 1970: a emergência da liderança e da hegemonia militar nos países do Terceiro Mundo. Esta liderança e hegemonia militares haviam sido estimuladas pelo próprio governo norte-americano e pelas forças que vieram depois a compor a Trilateral². Na década de 60, prevaleceu a concepção defendida por J. Johnson de que o desenvolvimento econômico necessitava de uma nova liderança nos países do Terceiro Mundo que substituisse o papel histórico que representou o empresariado europeu e norte-americano³.

-
2. Samuel Huntington teve especial participação na formulação de uma estratégia de abertura política no Brasil, ao ser convidado várias vezes pelo chefe da Casa Civil de Médici (Leitão de Abreu) e pelo chefe da Casa Civil de Geisel, General Golbery do Couto e Silva para discutir os termos dessa abertura. Detalhes sobre esta participação, omitindo-se a relação de Huntington com a comissão trilateral, estão em Thomas Skidmore (1988), p. 323 a 327.
 3. Johnson, J.J., *The Military and Society in Latin America*. Stanford University Press. Stanford, 1964; *The Role of Military in Underdeveloped Countries*. Princeton University Press, Princeton, 1962. Johnson formou toda uma geração de estudiosos e de ativistas na América Latina, com apoio da CIA (posteriormente revelado) a partir de Stanford, Califórnia. Sua influência foi fundamental tanto na justificação teórica dos golpes militares do período, como na concepção e execução da estratégia de contra-insurreição.

Esta nova liderança, em países onde as oligarquias eram extremamente poderosas, seriam exatamente as elites surgidas muitas vezes das próprias classes médias. Passou-se então a estudar o papel das elites modernizadoras, particularmente os intelectuais, os estudantes, as lideranças operárias, profissionais e religiosas. Constatava-se, sobretudo, que os militares representavam os setores mais modernos destas elites, já que o sistema militar tinha seus compromissos com uma organização racional das forças armadas baseada em sistemas de administração avançados e, portanto, com uma modernização econômica e política que dariam a esta elite militar um papel superior e até mesmo hegemônico no processo de desenvolvimento.

Esta concepção prevaleceu na década de 60 e foi a base ideológica e estratégica para a realização dos golpes de Estado do período, entre os quais o golpe brasileiro de 1964 ocupou um papel protagônico, seguido pelo golpe militar na Indonésia. Ao lado desta concepção sobre o papel das elites havia também uma concepção a respeito da contra-insurreição, na medida em que estas elites tinham como principal objetivo atuar como forças modernizadoras, para deter o movimento rebelde que nascia das insatisfações das massas urbanas com as contradições de um desenvolvimento econômico que se revelava cada vez mais concentrador, excludente e marginalizador. Confluiu-se então numa mesma concepção os objetivos da contra-insurreição e o papel modernizador das elites, ressaltando-se particularmente o papel da elite militar. No caso brasileiro, e depois, no caso da Indonésia e da Argentina (e outros ainda que vão se suceder até a década de 70, quando este ciclo macabro de golpes militares termina com o golpe militar chileno de 1973 e o aparecimento da figura do general Augusto Pinochet como expressão máxima da política de contra-insurreição levada às suas últimas consequências) esta concepção começou a entrar em crise logo em seguida, no fim da década de 60.

Essa crise começa em 1968 quando o regime militar peruano estabeleceu uma “revolução militar” cuja interpretação da doutrina de segurança nacional era completamente contraditória aos interesses das corporações multinacionais. Os generais peruanos assumiram como sua tarefa garantir a

segurança nacional. Mas o comando militar peruano concluiu que as verdadeiras causas e origens do atraso econômico de seu país estavam no domínio das corporações multinacionais sobre a riqueza peruana e das oligarquias tradicionais sobre o latifúndio ou a propriedade da terra no país. Associaram, então, a sua política de contra-insurreição a uma política de reformas estruturais na direção de uma sociedade comunitária e auto-regulada, que eles conceberam, numa engenharia ideológica e política bastante improvisada, como as metas desta nova sociedade. É assim que o fenômeno da revolução peruana de 1968 põe em crise a doutrina das elites militares⁴.

Esta crise se agrava no Brasil em 1969. O governo norte-americano concebia uma volta a uma certa constitucionalidade no Brasil em torno da Constituição de 1967, outorgada pelo sistema militar e particularmente pelo grupo militar da "Sorbonne" que girava em torno do general Golbery do Couto e Silva – que havia sido também o grande articulador do golpe de Estado de 1964. Este grupo, que gozava da absoluta confiança das lideranças políticas e empresariais norte-americanas que apoiaram e articularam o golpe de 1964 havia, contudo, perdido o controle da sucessão presidencial de 1967, já que teve de entregar o poder ao general Costa e Silva.

Esta candidatura representava uma complexa aliança entre os setores duros das forças armadas e forças que tinham sido prejudicadas pela ação política do presidente Castelo Branco, o primeiro ditador de turno do golpe de Estado de 1964. A Constituição de 1967 visava levar o país a uma situação de certa regularidade, sob a inspiração de uma doutrina liberal-conservadora, que excluía os partidos comunistas e as forças de esquerda tradicionais e estabelecia um certo marco de vida democrática, ainda que restrita.

4. Luigi Einaudi estudará para a Rand Corporation (consultora do Pentágono) os militares peruanos, enquanto seu amigo Alfred Stephan estudava os militares brasileiros que pareciam escapar também do controle do Pentágono, como veremos. Veja-se Luigi Einaudi. *The Peruvian Military: a summary political analysis*. Santa Mônica, Califórnia, The Rand Corporation, 1969; e Alfred Stepan, *The Military in Politics, Changing Patterns in Brazil*. Princeton University Press, Princeton, 1971.

Mas esta “democracia” excluía mais do que incluía, razão pela qual se formou a Frente Amplia das forças prejudicadas pelo governo Castelo Branco, que pretendiam restabelecer eleições presidenciais e uma vida política mais liberal no país. Essa Frente Amplia reuniu figuras totalmente contraditórias entre si. Seu articulador em grande parte foi o Sr. Carlos Lacerda que contava, como sabemos, sempre com um apoio muito grande da política norte-americana. Carlos Lacerda conseguiu reunir nesta frente ampla João Goulart, Ademar de Barros, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, formando assim uma aliança política extremamente importante da sociedade civil brasileira pelo restabelecimento do jogo político-democrático do qual tinham sido excluídas todas essas personalidades políticas. O próprio grupo da “Sorbonne”, do qual fazia parte Golbery do Couto e Silva, não se opunha tão drasticamente à frente ampla, e dentro do quadro político norte-americano havia em geral também uma simpatia pela frente ampla. Isso levou a uma revitalização dos movimentos populares no país e à tentativa de recuperação da influência política dessas forças democráticas.

O choque mais sério produzido por esse novo quadro político se deu em torno da solicitação dos militares ao Congresso Nacional para processar o deputado Márcio Moreira Alves em função dos ataques realizados por ele ao governo durante as comemorações da Independência Nacional. A mobilização em torno da defesa do mandato de Márcio Moreira Alves contou com a simpatia de forças políticas muito amplas, inclusive da própria embaixada norte-americana, e isso seguramente deu aos deputados o alento político para votar maciçamente contra a exigência dos militares. A resposta dos militares considerados da ala dura foi extremamente violenta com a decretação, em novembro de 1968, do Ato Institucional n. 5, que punha a Constituição de 1967 sob a égide do Presidente da República, que passava a ter poderes absolutos. Essa nova realidade afetou gravemente aquele movimento de massas que vinha se desenvolvendo no país e a própria capacidade da Frente Amplia de resistir a esta ofensiva da direita militar, e provocou nos Estados Unidos uma reação de perplexidade diante do fato de um setor de militares brasileiros ter consegui-

do dar um golpe de Estado com êxito, autonomamente e até contra a diplomacia norte-americana.

Criou-se uma situação de grande instabilidade, que tornou-se ainda mais grave depois do Ato Institucional n. 5. O presidente Costa e Silva adoeceu logo depois, gerando seu impedimento para governar o país. Esta situação nunca foi devidamente esclarecida e deu origem à formação de uma comissão militar que assumiu o controle político do país. Após a morte de Costa e Silva essa comissão nega a posse ao vice-presidente, um civil originário politicamente da UDN, Sr. Pedro Aleixo, e chama a uma consulta dentro das forças armadas para indicar o próximo Presidente da República.

Estranhamente para esses militares e para grande apreensão do governo norte-americano, ganha esta consulta dentro das forças armadas um militar de posição nacionalista, considerado inclusive “pró-peruano”, o general Albuquerque Lima. Este foi, contudo, preterido pela comissão militar em nome do fato de possuir somente três estrelas, e indicou-se, em seguida, o general Garrastazu Médici, com suas quatro estrelas, para ocupar a Presidência da República. Tratava-se de uma composição política entre os generais duros que dirigiram o “golpe no golpe”, que gerou o Ato Institucional n. 5 e o grupo do antigo IPES que liderava o governo Castelo Branco. Essa composição política incluía, de alguma forma, uma volta progressiva à participação no poder das forças políticas que giravam em torno de Golbery do Couto e Silva e que voltará ao governo após o mandato do general Garrastazu Médici.

2. Nacionalismo militar versus globalização

Portanto, o governo Médici vai ser marcado profundamente pelo quadro de uma ditadura militar que ganha um certo grau de autonomia e que começa a definir uma linha política própria através do milagre econômico. Este foi o resultado, em grande parte, das medidas tomadas no período anterior, de 1966 a 1968, que através da estabilização monetária tinha conseguido abrir caminho para uma nova fase de crescimento econômico. Mas, evidentemente, o aproveitamento dos resultados posi-

vos em termos de crescimento econômico iriam trazer um grande prestígio ao governo de Médici.

Ao lado disso deram-se as condições para considerar o Brasil como uma potência econômica em gestação, o que se traduziu na idéia do “Brasil Grande Potência”, que por sua vez se desdobrou na idéia de ganhar também um grau relativo de autonomia, sobretudo no Atlântico Sul. Autonomia exercida inclusive através do apoio a regimes militares e a golpes militares na América do Sul; da tentativa de formar uma aliança do Atlântico Sul com a Argentina, Brasil, África do Sul e Portugal. Tratava-se de uma tentativa de transformar o Brasil no herdeiro do império português na África.

Essa situação se deu durante a passagem do governo Johnson para o governo-Nixon, que reexaminará a situação e enviará uma comissão, presidida por Nelson Rockefeller, para estudar a situação latino-americana, preocupado não somente com a situação venezuelana e particularmente a brasileira, mas também com a situação peruana. A posição de Nelson Rockefeller foi a de que a ameaça comunista era mais perigosa do que esta relativa autonomia ganha pelos militares em 1968 no Brasil, na chamada revolução peruana e nas outras situações que estavam se criando no continente – no Equador, Panamá e Venezuela – não tanto propriamente militar, mas de conteúdo político mais global⁵.

Diante disto o governo norte-americano volta a recompor-se com o quadro político brasileiro e chegou inclusive a assinar um pacto de consulta mútua com o Brasil, mas não escondia seu desconforto com as pretensões hegemônicas dos militares brasileiros sobre o Atlântico Sul. Os Estados Unidos se recusavam radicalmente a apoiar a criação de uma forte marinha brasileira capaz de controlar este oceano.

Nesse contexto, havia poucas opções para a diplomacia norte-americana. Ela se enfrentava à necessidade de atender seu interesse na repressão do movimento insurreccional que naquele momento alcançava um auge de ações armadas. O

5. USA. *The Rockefeller Report on the Americas*. Quadrangle, Chicago, 1969.

avanço das guerrilhas era em grande parte facilitado pelo isolamento político e militar dos Estados Unidos, que o levaria à derrota no Vietnam. Seu desconforto aumentava com as vitórias políticas das forças democráticas na América Latina, particularmente no Chile através da vitória de Salvador Allende, e na Argentina com a volta de Perón. Isto se somava às dificuldades criadas pela emergência de governos nacionalistas, desenvolvimentistas e progressistas de origem militar (Velasco Alvarado, no Peru, Torres, na Bolívia; Torrijos, no Panamá; e militares progressistas, no Equador). Todo este quadro configurava realmente um avanço das forças antiimperialistas da região, forças que colocavam a idéia de romper com o imperialismo norte-americano e criar condições para um desenvolvimento regional próprio, a maior parte das vezes no contexto de um capitalismo mais nacional e democrático ou, como no caso do Chile, no contexto inclusive de uma transformação socialista bastante avançada.

Neste quadro geral o governo norte-americano, apesar de suas apreensões em relação ao governo brasileiro, tinha nele ainda um aliado necessário para deter esta onda de transformações reformistas e revolucionárias na região. Isso permitiu ao regime brasileiro e ao grupo chamado "nacionalista de direita" no Brasil preservar-se no poder sem represálias norte-americanas.

Esse quadro se faz ainda mais complexo quando se anota o fato de que a situação da América Latina era somente parte de um processo de relativo isolamento da hegemonia norte-americana em nível internacional. Ao lado desta evolução latino-americana tínhamos também a derrota norte-americana no Vietnam e a ofensiva política da OPEP e dos países petroleiros, particularmente os países árabes, por uma Nova Ordem Econômica Mundial. Em seguida surge a ofensiva africana de libertação contra o fim do império português na região e o ascenso de forças antinorte-americanas em outras partes da África, com uma aproximação muito forte à União Soviética. Como vimos, tudo isto tinha levado a liderança política e estratégica norte-americana a buscar uma nova recomposição de forças em nível mundial, em torno da Comissão Trilateral, buscando uma maior coesão entre Estados Unidos, Europa e

Japão para estabelecer as bases de uma contra-ofensiva em nível mundial. Esta perspectiva da Trilateral incluía, portanto, a necessidade de reforçar uma visão globalizadora do mundo contemporâneo.

Voltemos então ao trabalho de Huntington. Diante deste quadro ele é bastante preciso em identificar que a elite militar representava não mais um fator de modernização, mas, pelo contrário, um fator de reforçamento dos Estados Nacionais e particularmente da intervenção estatal nos países do Terceiro Mundo. Ele tomava em consideração a onda estatizante que vinha se desenvolvendo não somente na região latino-americana, mas também em outras partes do mundo os governos militares estavam se instaurando na década de 70. Huntington identifica claramente a necessidade de opor-se a essas pretensões hegemônicas desta elite militar, o que vai influenciar fortemente a política norte-americana. Era preciso opor-se ao militarismo (que foi o ponto básico da política norte-americana) durante o novo período na América Latina e instaurar uma política de restauração do poder civil na região e uma defesa intransigente dos direitos humanos como fonte de mobilização política desde os Estados Unidos.

A vitória de Jimmy Carter nas eleições norte-americanas veio consolidar essa tendência na sua expressão mais avançada. Essas mudanças produziram um novo tipo de relação entre o governo norte-americano, os regimes militares e as oposições políticas na América Latina.

Para explicar esse novo quadro diplomático-político e ideológico devemos considerar também o avanço da socialdemocracia na Europa a partir da segunda metade da década de 60. A chegada dos socialdemocratas e socialistas a vários governos levou a uma revitalização da Internacional Socialista, que começou a propor uma política global que permitisse ao Terceiro Mundo ocupar um novo papel dentro da economia mundial. Através de Willy Brandt e seus relatórios, bem como de outras figuras da socialdemocracia, a Europa começava a colocar-se numa posição de liderança dentro do mundo contemporâneo. Essa posição não foi contestada pela Trilateral, que viu-se obrigada a buscar uma liderança neste processo, assumindo a campanha pelos direitos humanos e aceitando a

necessidade de negociar e discutir com as forças do Terceiro Mundo em emergência.

As novas relações de força internacionais se manifestaram claramente com o aparecimento do governo revolucionário islâmico do Irã no fim da década de 70. Esta revolução era um fenômeno novo porque pela primeira vez surgia um movimento revolucionário e antititatorial inspirado no islamismo. E ele se voltara contra uma ditadura que tinha tido todo o apoio dos Estados Unidos, a ditadura de Reza Pahlevi no Irã. Uma ditadura que negava as origens islâmicas do Irã e que propunha uma modernização no país tentando colocá-lo muito próximo ao mundo desenvolvido.

Contudo, na prática, como ocorria no Brasil neste mesmo período, os grandes milagres econômicos (como o brasileiro e o iraniano) estavam provocando uma concentração de riquezas extrema e uma miséria crescente nas massas marginalizadas destes países que não conseguiam incorporar-se nesse processo de modernização. Na verdade, esta nova etapa do crescimento econômico em países da periferia mundial não gerava empregos suficientes para incorporar as massas que eram liberadas das formas de produção mais antigas, como os sistemas agrários tradicionais, e que vinham para os grandes centros urbanos sem encontrar aí possibilidade de trabalho e sem lograr sua incorporação dentro do sistema moderno que tanto se anuncava como o destino para esses povos.

O importante na revolução iraniana era o aparecimento de uma força espiritual e política capaz de congregar essas massas despossuídas e marginalizadas com pequenos e médios proprietários locais e com uma tecnocracia civil e militar, sob a hegemonia de uma liderança religiosa. Mas, ainda mais importante era perceber o crescimento de um capitalismo de Estado, apoiado na exploração estatal do petróleo e numa luta pela utilização das rendas derivadas do monopólio estatal sobre esta riqueza básica do país.

Este não era um fato isolado. Durante a década de 70 as empresas minerais internacionais – particularmente as norte-americanas – vinham entregando voluntariamente ou sob pressão política a propriedade das minas (cobre no Chile,

nacionalizações do petróleo no Peru, no Equador, na Venezuela e em todos os países árabes) que estavam sob sua gestão. A razão imediata era a queda das taxas de lucros nestes setores. Era mais interessante para essas empresas concentrar-se no controle da comercialização dos mesmos, que se mostrava muito mais lucrativa.

Desde os anos 60 as corporações multinacionais vinham transferindo também seus capitais dos setores de serviço público entregues aos Estados Nacionais ou locais e regionais (como ocorreu com a nacionalização da Light no Brasil durante o regime militar, regiamente paga). Tudo isso era acompanhado de um processo de intervenção dos Estados no setor financeiro (nacionalização dos bancos no México e em Portugal; nacionalização parcial dos bancos na Espanha e na França e em tantos outros países). Isto levava a um fortalecimento dos Estados Nacionais e na criação de uma tecnocracia civil e militar cada vez mais seduzida pela idéia de uma autonomia que lhe permitisse formular e executar políticas independentes. Estes foram os casos dos vários regimes militares surgidos na África e no Oriente Médio, ao lado das experiências latino-americanas já assinaladas. Em 1979, no Irã, eram os líderes religiosos, apoiados numa ampla mobilização de massas e numa ideologia religiosa integrista, que apareceriam em cena sustentados em grande parte por estas mesmas forças.

O caso do Irã se revelava assim extremamente complexo e mostrava que a perda da hegemonia norte-americana começava a abrir caminho inclusive para algum tipo de nacionalismo que questionava o sistema norte-americano e – o sistema Ocidental no seu conjunto – e, ao mesmo tempo, a influência soviética, e tentava abrir um terceiro caminho dentro deste contexto mundial tão complexo.

Era, portanto, muito claro que uma política de direitos humanos seria o caminho ideológico para poder enfrentar esta nova situação. Tratava-se de questionar a intervenção estatal, não por ser um fator antiprivatista e anticapitalista, mas por estar aliada a regimes de força, a regimes que desrespeitavam as liberdades humanas. O regime Carter, neste novo contexto, vai buscar também aproximar-se das oposições dos regimes militares, inclusive as oposições de esquerda e até mesmo a

comunista. Era necessário enfrentar-se prioritariamente com esta nova forma nacionalista de resistência à globalização que estava em processo, para preservar os interesses mais globais das empresas multinacionais.

É dentro deste contexto, portanto, que assistimos a um quadro novo na política internacional (que tem seus desdobramentos até a década de 90), que levava à necessidade de novas frentes políticas que começavam a se estabelecer em nível mundial.

Essas novas frentes políticas refletiam-se sobre o Brasil de uma maneira muito especial: uma direita nacionalista estava concentrada em torno do regime militar, acreditando na possibilidade desta política nacionalista, e começava a utilizar os militares como linha de frente, imaginando a aliança de um complexo industrial-militar que permitiria ao governo brasileiro criar um regime de capitalismo monopolista de Estado, onde uma estreita aliança entre o capital monopólico e o Estado garantiriam um crescimento econômico voltado para os setores básicos da economia e para a criação de tecnologias de ponta. Tratava-se de se apropriar da energia nuclear, da tecnologia do jato e espacial, da informática e das telecomunicações, de tecnologias de ponta como a química fina e de novas tecnologias alternativas, particularmente nos setores de energia da biomassa, aplicada às indústrias básicas, como no caso das usinas de aço movidas a carvão vegetal. Criava-se, portanto, um contexto apropriado para a idéia de que a ditadura militar poderia dar origem a uma situação social, política e econômica que resultaria na transformação do Brasil numa potência extremamente importante.

A presença de Rockefeller e sua aceitação da prioridade imediata da questão antiinsurreccional levou, como vimos, o governo Nixon a chamar o Brasil, em 1971, a um acordo especial de consulta mútua que, por sinal, nunca foi exercido. Ao mesmo tempo o Brasil esperava entrar na OECD e converter-se então numa das potências industriais do mundo.

Os fatos, porém, indicavam os limites de toda esta pretensão. Já assinalamos anteriormente a inviabilidade de transformar em grande potência um país cuja metade da população é

analfabeta e no qual a distribuição de renda é extremamente negativa, numa fase histórica em que cada vez mais vai se acelerar o papel do conhecimento, o papel do elemento humano como chave do desenvolvimento econômico, que se desloca cada vez mais para os setores terciários, os setores de serviços ligados à educação, ao conhecimento, à diversão, ao lazer, às atividades econômicas de direção que supõem, todas elas, um alto grau de conhecimento, de treinamento e de educação.

Na verdade, era fácil destruir o castelo de cartas criado pelo regime militar no seu auge repressivo, fascista e de pretensões desenvolvimentistas mas excludentes da população. Também era fácil destruir outros grandes poderes estabelecidos nesta base como o Império Iraniano. Era possível, como vimos, que regimes que tinham tido uma capacidade de sobrevivência muito grande, como o Império Português, ruísssem sem nenhuma capacidade de resistência. Era portanto também possível, como vimos em seqüência, que regimes como o fascismo espanhol também começassem a ruir.

Todos estes espaços políticos que buscavam criar novas burguesias monopólicas, apoiadas em Estados Nacionais fortemente intervencionistas, entravam num choque definitivo com os interesses que comandavam a globalização da economia mundial. E o preço desta confrontação, como mostrava o Irã, era o fechamento nacional em torno de grandes sectarismos étnicos, religiosos ou ideológicos (Lembremo-nos que nos anos 1965-1973 a Revolução Cultural tentou este caminho na China, e em 1974-1976 Pol Pot propôs um caminho similar no Cambodja. Todas essas experiências, às quais devemos acrescentar a Albânia de Henver Hojda, tiveram resultados extremamente desastrosos).

3. Direitos humanos, democracia e globalização

Neste contexto é claro que a questão democrática exigia uma nova interpretação. A democracia passava a ser um instrumento de unificação de forças, de formação de grandes frentes contra as ditaduras em nível mundial. Havia, evidentemente, dentro desta frente democrática grandes diferenças de concepção: de um lado, da parte das empresas multinacionais

e do grupo da Trilateral, a idéia de democracia estava muito matizada, como se podia apreciar nos seus vários documentos sobre a questão da governabilidade num mundo em globalização.

Era evidente que num mundo globalizado onde as empresas multinacionais e transnacionais começavam a criar uma economia e sociedade global, os Estados Nacionais perderiam o seu poder e sua função. Neste contexto, a representação do cidadão no interior de cada Estado Nacional também perdia a sua função. Diante deste impasse colocava-se a dificuldade de manter a governabilidade. Era necessário gerar novos mecanismos para garantir esta governabilidade. Calculava-se que talvez o caminho fosse um deslocamento do governo para os poderes municipais, para os poderes locais, como realmente ocorre nas décadas de 80 e 90, onde vão se acentuar cada vez mais os processos de descentralização dos Estados Nacionais, na busca de uma maior força da representatividade local, de maneira que as empresas globais possam negociar mais diretamente com os poderes locais e representar os poderes globalizadores, substituindo em grande parte o papel dos Estados Nacionais.

Na proposta de globalização das empresas transnacionais, a idéia democrática estava muito matizada. Tratava-se de negar as ditaduras militares, não no sentido de reforçar o papel do Estado como fator de unidade nacional e de força democrática, e sim com o objetivo de diminuir o papel do Estado. Era uma espécie de novo liberalismo que começava a nascer, não no sentido de que o Estado abandonasse certas atividades econômicas, que se sabia que ele não poderia abandonar, mas no sentido de que o Estado perdesse o seu papel aglutinador central e fosse permitido que essas forças globalizadoras o substituíssem pouco a pouco na orientação do cidadão comum, na formação de opinião e no direcionamento do mundo contemporâneo.

Essa posição se reforçava paradoxalmente através da política de direitos humanos que colocava em questão a ação dos Estados submetidos a um ideal mais importante da humanidade, que deveria ser gerido, em nível mundial, pelas instituições daqueles países que tinham tradição e respeito aos direitos

humanos. Nesse caso, a democracia norte-americana era elevada à condição de modelo jurídico e consciência crítica da humanidade, o que lhe permitia intervir cada vez mais em todos os países em nome de um direito universal: os direitos humanos.

Essa visão foi a base ideológica do governo Carter, que levou a choques importantes com os regimes militares existentes, particularmente com o regime militar brasileiro. No caso do Brasil a situação se agravava mais devido às pretensões de grande potência nascidas no país. O Pentágono – Ministério da Guerra norte-americano (que neste processo não perdeu força em nenhum momento, pelo contrário, ele reforçava-se como força capaz de aglutinar os interesses da indústria e do capital multinacional global norte-americano, capaz de orientar o desenvolvimento tecnológico, concentrando grandes recursos na pesquisa e desenvolvimento de caráter militar e sua aplicação posterior ao setor civil – não admite a existência de uma potência militar no hemisfério ocidental, e portanto, o Brasil não poderia, de forma alguma, seguir o caminho de se transformar numa grande potência com o grau de autonomia a que aspiravam os militares da direita nacionalista que tentavam pôr em prática a sua visão de “Brasil Grande Potência”. Formava-se assim um contencioso norte-americano brasileiro, que supunha várias “interdições” à política de grande potência. Era evidente, antes de tudo, que o Brasil não poderia consolidar o acordo nuclear com a Alemanha. Isso sobretudo porque este acordo, ao entregar urânio à Alemanha, poderia aumentar muito a sua autonomia de ação militar e energética. Em seguida, buscava-se também restringir a possibilidade de o Brasil dispor de caça a jato, que se tentou implantar industrialmente durante todo o regime militar, e limitava-se a indústria aeronaval brasileira ao setor de turbo-hélices e se cortava qualquer perspectiva de o Brasil converter-se num parceiro importante da disputa espacial.

Animados pela política de aproximação feita por Nixon, inspirada por Nelson Rockefeller e apoiada pela Trilateral, os militares brasileiros reivindicaram o direito de que o Brasil dispusesse de uma grande marinha militar que lhe permitisse o controle do Atlântico Sul. Essa posição foi rejeitada peremptoriamente pelo governo norte-americano através do então

Secretário de Estado, o Sr. Kissinger, e expressava a posição do Pentágono de paralisar essas pretensões brasileiras.

O então responsável para a América Latina no Conselho de Segurança Norte-americano definiu para os asilados brasileiros, com muita clareza, que para os Estados Unidos era impossível aceitar o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha, bem como as pretensões brasileiras de uma indústria militar autônoma e de uma liderança tecnológica. O caminho certo para deter essas pretensões seria inviabilizar o alto grau de concentração estatal da economia brasileira. Nesse sentido, uma liberalização das demandas sociais terminaria por inviabilizar esta concentração de poder do Estado brasileiro e derubarria estas pretensões de grande potência. Desta forma, a estratégia de liberalização política coincidia amplamente com os interesses geopolíticos do governo norte-americano.

Assim, o quadro geral estava dado. A reflexão sobre a questão democrática no Brasil foi feita do ponto de vista filosófico, global, como se ela não tivesse que ver com as mudanças no sistema econômico e político mundial; como se ela não tivesse nenhuma relação com a evolução desse sistema mundial, com as implicações geopolíticas dessa evolução e, portanto, com um quadro real de interesses em jogo, em nível mundial. Pensar a democracia com quadros teóricos do século XVIII era uma coisa muito primária, e na verdade o debate foi sendo levado a impasses por toda parte.

Consolidou-se, contudo, uma interpretação da questão democrática que se fez hegemônica, porque era a interpretação que melhor servia às classes dominantes em nível mundial. Segundo ela, o Estado corporativo-burocrático seria o principal limite e bloqueio ao avanço democrático da América Latina. Essa tese colocava a responsabilidade do atraso democrático da região no corporativismo histórico, tanto das classes dominantes como das forças populares. O principal exemplo apresentado era o movimento sindical corporativista ou “pelego” e especificamente o chamado “populismo”, que seria a expressão política deste corporativismo, limitador da democratização dos Estados latino-americanos.

Essa tese não se sustenta historicamente, pois quase todos os golpes de Estado e os regimes de direita instalados na região

tinham sido feitos com o apoio, e mais que apoio, com a intervenção e a orientação mesmo dos interesses das empresas multinacionais e do governo norte-americano. Não eram só forças internas que comandavam o processo de implantação de Estados fortes e de exceção na região.

O caso brasileiro era bastante definitivo: nunca foi possível demonstrar qualquer pretensão ditatorial do governo João Goulart, que foi derrubado pela revolução militar de 1964. Não havia qualquer tendência ditatorial visível nas forças que se agrupavam em torno da redemocratização da Bolívia e que formaram os sucessivos governos que foram derrocados por ditaduras militares. Não era possível demonstrar qualquer tendência ditatorial na Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, que conduziu, no entanto, ao golpe de Estado de Pinochet que, este sim, instalou o regime ditatorial.

Que conclusão podemos retirar desses fatos e tantos outros similares? Tentar explicar a tendência aos regimes autoritários na região como resultado natural das tendências corporativas das formações sociais latino-americanas é um caminho que entra em evidente choque com a realidade.

A prova disso é que no momento em que o centro do sistema mundial, e particularmente o centro de influência e determinação mais direta sobre a realidade latino-americana que é os Estados Unidos, muda de posição e passa a defender uma postura democrática, a democracia se enraizou na região, apesar de todas as suas dificuldades e problemas. E ela tende a se manter, na medida em que não exista este fator de desequilíbrio tão grande, que é a conspiração de órgãos tão poderosos como a CIA, a DIA e o Departamento de Estado norte-americano em favor de regimes militares.

Apesar do forte contra-senso que encerra, impõe-se nos anos 80 a tendência da ciência social latino-americana a colocar sua ênfase analítica nos problemas oriundos de uma tendência corporativa na América Latina, que aparece como explicação dos regimes autoritários⁶. Ao fazer esta crítica eu não quero dizer que não existam elementos corporativos e

6. Ver O'Donnell, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Paz e Terra, S. Paulo, 1990.

autoritários nas sociedades latino-americanas. Claro que sim. Não somente o corporativismo, mas sobretudo o patrimonialismo das oligarquias com a sua confusão entre os interesses dos setores latifundiários, e depois de outros setores econômicos urbanos também, com os recursos do Estado e o patrimônio estatal. Esse patrimonialismo existe como categoria econômica e política. Também não quero negar, de maneira alguma, a importância de regimes oligárquicos, escravistas, servis, semi-servis que excluíram de maneira consistente a participação dos camponeses e trabalhadores rurais, e depois urbanos, na constituição de uma sociedade civil baseada em indivíduos livres. Claro que todos estes fenômenos representam limites importantes ao avanço democrático e ao desenvolvimento da democracia, e prejudicaram seriamente a criação de uma consciência cidadã.

Devemos incluir neste marco quase todos os países latino-americanos, exceto aqueles que se constituíram por último, no fim do século XIX, como as sociedades do cone sul (sul do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile), ou como a Costa Rica que tiveram seu auge econômico através de uma imigração recente basicamente européia, que já incorporava, em parte, um espírito capitalista, mais vinculado a uma noção moderna de cidadania.

No Brasil este fenômeno migratório moderno é típico da região sul. São Paulo passa por um processo de grande desenvolvimento econômico no século XIX, mas sobretudo no século XX, e os outros Estados do sul do Brasil seguem muito de perto a economia paulista como fornecedores de carne e outros produtos.

Desde os anos 30 passamos por um acentuado processo de urbanização. Apesar disso, os elementos autoritários continuaram funcionando e levaram inclusive a transferir para as relações industriais fenômenos do tipo paternalista, como aqueles estudados por Juarez Brandão Lopes e outros autores nos anos 50⁷. Esta urbanização rompeu, muito drasticamente, vínculos

7. Ver Juarez Brandão Lopes (1971).

históricos e relações sociais tradicionais, integrando essas novas massas urbanas dentro de uma perspectiva moderna, mais próxima da realidade do século XX do que da realidade colonial. Isso não quer dizer, contudo, que este processo de modernização tenha se consolidado. Ele se expressava sobretudo através da afirmação de uma democracia de massas. E por quê? Porque essa forma de democratização se desenvolvia durante o século XX, quando o processo democrático não tinha mais relação com a constituição das democracias burguesas dos séculos XVIII e XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Nestes países, os médios e pequenos proprietários foram as forças determinantes no processo de democratização. Em nossos países, as massas assalariadas urbanas passavam a ser a força definitiva de construção do processo democrático. Uma democracia que se constituía através de massas enormes de proletários e subproletários assumiria formas mais próximas à evolução política do fim do século XIX, quando começaram a se constituir os partidos socialistas na Europa e nos Estados Unidos e depois se estendem para outras regiões do mundo.

Contudo, no caso latino-americano, particularmente no caso do Brasil, o momento socialista começa muito mais tarde, mais claramente nos anos 20, sob o impacto da Revolução Russa. Anteriormente prevalecera o anarquismo na formação ideológica de nosso sindicalismo. Foi restrito, assim, o impacto dos partidos socialdemocratas europeus na constituição ideológica de nosso proletariado.

Nos anos 30 e 40 o pensamento nacional democrático vai se converter no fator ideológico fundamental na organização do movimento operário e das forças urbanas em ascensão. Este pensamento nacional-democrático é essencialmente liberal na sua visão filosófica, mas modifica este liberalismo para incorporar no seu conceito de política a presença das massas modernas, dos partidos modernos, de formas coletivas de organização, substituindo a idéia do indivíduo possessivo como base da democracia e da cidadania moderna. Por isso, inclusive, ele se aproxima algumas vezes do fascismo, produto que era da crise do liberalismo europeu.

4. Democracia, industrialização e tecnocracia

Portanto, era natural que o processo de formação e desenvolvimento dos partidos democráticos da nossa região estivesse polarizado entre, de um lado, a visão stalinista da formação e organização partidária, que influenciou os partidos comunistas e outras correntes de esquerda, e, de outro, a visão de um partido de massas de conteúdo populista onde uma militância dispersa se combinava com lideranças vindas da pequena burguesia e com formas autoritárias de organização. Grande parte do pensamento desse movimento populista era de origem pequeno-burguesa, daí seu caráter nacional-democrático.

Seu conteúdo nacionalista, sua preocupação social eram compatíveis com o pensamento de figuras que vinham da própria oligarquia, como o caso de Getúlio Vargas, no Brasil, originário de uma oligarquia rural sensibilizada com a problemática social nova, comprometida em parte com os interesses dos industriais que geriam essa nova realidade, mas sobretudo com o processo de industrialização e o progresso social e econômico no seu conjunto. Assumiam assim uma perspectiva positivista que permitia conciliar suas origens conservadoras com esses novos fenômenos de massa associados ao processo de industrialização.

Contudo, era muito difícil separar a luta por esse processo de industrialização da remoção dos obstáculos a ela impostos por interesses econômicos nacionais e internacionais que pretendiam manter uma divisão internacional do trabalho na qual os nossos países ocupavam uma função fundamentalmente de países agrícolas.

No caso brasileiro, a idéia da industrialização é o grande motor aglutinador das forças progressistas em torno de uma concepção positivista do progresso, que influenciará muito o próprio Partido Comunista Brasileiro. Não devemos nos esquecer que Luís Carlos Prestes veio desta formação positivista e integrou-se ao Partido Comunista Brasileiro dentro do contexto do auge do stalinismo em 1935, quando a questão do desenvolvimento industrial e da transformação da Rússia numa

grande potência eram fatores muito determinantes na visão histórica do que era o comunismo naquele momento.

Portanto, neste contexto, o Partido Comunista Brasileiro não vai representar uma opção ideológica muito diferente na sua visão do progresso e da modernização do país. Isso permitiu que a colaboração da intelectualidade comunista fosse assimilada facilmente pelo Estado Novo quando, em 1941, getulistas e comunistas se uniram na frente antinazista.

Por outro lado, as outras forças democráticas também eram influenciadas, seja pelo desenvolvimentismo norte-americano, seja por uma idéia de progresso que dominará o pensamento do pós-guerra, como uma busca de recuperação econômica, para sair da grande crise do século XX, que se iniciara na I Guerra Mundial e que assumira uma forma dramática depois da crise de 1929. Foi dentro deste contexto ideológico de busca do progresso econômico em geral que se fortaleceu o movimento operário, a ele incorporando-se e buscando dar um conteúdo social à idéia de progresso. Mas o movimento operário assumia também as bandeiras do nacionalismo, da industrialização, da defesa das riquezas nacionais como uma postura absolutamente necessária para assegurar o processo de industrialização do país.

Já discutimos como esses processos se deram historicamente e vimos as contradições que se geraram no interior desse movimento. Porém, o que queremos assinalar aqui é que os aspectos autoritários, que por acaso existissem dentro deste grande movimento social e político, não foram elementos antidemocráticos em si. O autoritarismo estatal, por exemplo, foi usado muitas vezes contra o autoritarismo do latifúndio, muito mais violento, brutal e vertical. O autoritarismo das organizações corporativas de trabalhadores foi também usado para proteger-se do autoritarismo, tanto latifundiário como industrial.

Afinal, o processo de industrialização estava baseado numa visão extremamente vertical da empresa, na qual o taylorismo, o fordismo (ou o nome que se dê a este sistema industrial que se desenvolveu nos anos 20) estava profunda-

mente marcado por uma estrutura vertical e autoritária dentro da empresa moderna. No contexto de afirmação desta economia industrial, a disciplina e a verticalidade eram elementos essenciais a qualquer organização que buscasse efetividade.

Era normal, portanto, que dentro do movimento operário também se refletisse o autoritarismo que ele retira da sua experiência na fábrica. O autoritarismo que o organizou dentro da fábrica converteu-se em substrato para sua organização sindical e política independente e para a definição de um projeto próprio dentro do contexto político global. Ao lado dessas tendências corporativas há forças extremamente anárquicas que com elas convivem. Subsiste uma pequena burguesia com muito pouca experiência de vida coletiva e disciplinada e que tem muito peso na vida intelectual brasileira. Subsiste também uma massa crescente de marginais, de subproletários ou trabalhadores das chamadas economias informais, onde a idéia de uma sociedade anárquica, sem autoridade, sem disciplina é muito forte. Apesar de que o processo de industrialização atinge, no seu conjunto, a sociedade no sentido de discipliná-la em relação a horários, a métodos de vida, etc.

Neste contexto global, onde fica a idéia do autoritarismo ligado ao corporativismo como explicação fundamental para o atraso do desenvolvimento democrático e para a tendência de formação dos regimes militares na região? Devemos incluir em nossa análise o papel de uma burocracia em ascensão que também aprende normas de disciplina, seja ela militar ou civil, e que pensa o Estado, através de uma concepção extremamente vertical do processo de decisão e do processo de ação administrativa e política. Mas também não se pode atribuir somente a esta burocracia os aspectos fundamentais dessas tendências corporativas e autoritárias do Estado. A essência dessa tendência autoritária do Estado se encontra no processo de industrialização, na disciplina imposta dentro das fábricas, e do processo de produção no seu conjunto, que se expande para o conjunto da sociedade.

Autoritarismo, portanto, não é necessariamente uma expressão de atraso. É, ao contrário, um dos elementos da modernida-

de, um dos elementos do processo de industrialização, um dos elementos do processo de afirmação de uma economia moderna. Pelo menos até a nova fase caracterizada pela terceira revolução industrial, na qual os métodos autoritários do taylorismo e do fordismo estão em superação por um novo sistema produtivo mais flexível.

Não há muito espaço para aprofundarmos o debate sobre as tentativas de explicar o processo de democratização como uma oposição entre a modernidade e o atraso. Elas representam a retomada de visões dualistas sobre a realidade dos nossos países ao tentar consagrar esta oposição entre modernidade – que seria democrática e liberal – de um lado, e um mundo pré-capitalista – este sim autoritário – de outro lado.

Esta visão é extremamente equívocada e vimos seus limites ao analisarmos o fenômeno global do processo de desenvolvimento moderno. Por fim, é muito mais importante para explicar a tendência aos regimes autoritários o fato de que o capitalismo se constitui não somente numa etapa de produção de massas e, portanto, de uma disciplina de fábrica autoritária, mas também na fase do capital monopólico que desenvolve muito mais fortemente os elementos burocráticos na gestão da empresa e que refletem essa metodologia de trabalho na gestão da sociedade no seu conjunto. Portanto, muitos elementos do autoritarismo da região são expressão desse processo de modernização.

Esta questão se colocou muito claramente depois do golpe de 1964, em que muitos setores da esquerda viam na imposição do regime militar um processo de atraso no sentido de voltar a concepções latifundiárias, pré-capitalistas, etc. No entanto, a realidade mostrava que o regime militar adotava uma metodologia tecnocrática avançada. Ele representava, através da burocracia militar, a incorporação das idéias e dos métodos de ação do grande capital internacional no nível do Estado e da sociedade no seu conjunto. Este autoritarismo do sistema militar imposto ao país era muito mais expressão, portanto, de uma modernidade capitalista do que de um atraso pré-capitalista. Já vimos, inclusive, como esse regime entrou em choque

com o setor latifundiário, conservando-o em parte, mas modernizando-o por outro lado⁸.

Por tecnocratismo entendemos a importância crescente dos especialistas e técnicos na formulação dos objetivos sociais, na gestão e na decisão. Esta importância crescente decorre do peso da inovação tecnológica no mundo moderno. Ele faz parte do sistema autoritário de poder que se gerou a partir de 1964 no Brasil e que tentou se impor em outras partes da América Latina, tendo tido seu maior êxito no Chile. Lá, Pinochet encontrou o país com uma reforma agrária feita, com a nacionalização do cobre e com uma grande modernização do Estado promovida pela Unidade Popular, pelas forças de esquerda e pelas forças democráticas do país. Isso permitiu que se constituísse um autoritarismo extremamente eficaz na gestão do Estado e na realização de suas metas de repressão, extremamente "modernas".

Ninguém pode apresentar os processos de tortura e repressão que se desenvolveram na América Latina da década de 70 como expressão do atraso da região. Todos esses métodos de tortura foram inspirados nos últimos conhecimentos psicológicos desenvolvidos pelo pensamento militar antiinsurreccional, a partir das experiências francesas na Argélia, no Vietnam, na antiga Indochina e através das experiências inglesas na Grécia, e norte-americanas nas Filipinas e na Indonésia.

Novas experiências foram sendo acumuladas nas décadas de 60 e 70 para formar a base da doutrina da contra-insurreição, na qual o terror sobre os revolucionários e sobre as massas era um elemento psicológico desenvolvido com as técnicas mais avançadas possíveis. Portanto, identificar o terrorismo de Estado com um sistema arcaico e com a preservação de forças pré-capitalistas é uma visão totalmente deformada e insustentável do processo político que ocorreu em nosso país e em outras regiões do mundo nesta mesma fase.

8. Ver meu livro *Socialismo o Facismo*, 1978.

5. Direitos humanos, democracia e neoliberalismo

Vimos, contudo, como os acontecimentos do início da década de 1970 provocaram uma mudança importante que se condensou no movimento pelos Direitos Humanos desencadeado pelo governo Carter. A partir de então estamos diante de um capitalismo que muda de lado. Depois de conseguir suas metas fundamentais antiinsurrecionais, passa a defender o outro lado, passa a assumir o ponto de vista dos direitos humanos, dos que foram reprimidos por suas criaturas. As resistências às ditaduras, os reprimidos em todos esses anos, são chamados pelo governo Carter para ajudar a fazer o movimento dos direitos humanos contra as ditaduras militares.

Este aspecto deve ser, contudo, mais matizado. A idéia de enfrentamento com as ditaduras militares teve, como vimos, um papel importante para o pensamento da Comissão Trilateral que representa os interesses do grande capital internacional, ao pensar sistematicamente o mundo do ponto de vista das empresas multinacionais.

Mas a luta contra as ditaduras militares teve também uma outra fonte importante de inspiração nos países centrais. Ela representava uma reação do movimento sindical contra a internacionalização do capital. Essa reação se deu na medida em que foi possível mostrar ao movimento sindical norte-americano e europeu que os investimentos estrangeiros realizados pelas empresas de seus países no Terceiro Mundo estavam baseados na mão-de-obra barata local, que substituía a mão-de-obra norte-americana, européia e também japonesa, pois o movimento antiimperialista no Japão foi muito forte no fim da década de 60 e durante grande parte da década de 70. Era a compreensão de que os salários baixos no Terceiro Mundo produziam um movimento de capital para esses países, o que os norte-americanos chamavam uma “exportação de empregos” que os desempregava dentro dos seus países. Tornava-se visível para as lideranças sindicais destes países a expressão do processo de produção em direção ao exterior, para competir com a produção dentro dos centros econômicos centrais.

Tratava-se de uma nova fase da divisão internacional do trabalho que a década de 80 vai consagrar definitivamente e

que a década de 90 verá como um fato consumado. A desindustrialização dos países centrais é hoje um dado e continua a se processar com o avanço da industrialização dos países do Terceiro Mundo e sobretudo nos países de desenvolvimento médio, fenômeno que previ, particularmente na década de 60, ao fazer meus primeiros estudos sobre o novo caráter da dependência⁹.

Entre parêntesis, aliás, é muito interessante que sejamos apresentados por vários autores (o último deles foi Francis Fukuyama, que vem defendendo a tese do “fim da história”) como uma corrente de pensamento fracassada e ultrapassada, exatamente pela ocorrência dessa industrialização dos países dependentes que nós previmos e que foi um dos pontos centrais de nossa visão, ao demonstrarmos que um novo tipo de capitalismo de caráter dependente estava se desenvolvendo nestas regiões do mundo, onde surgiria e estava se desenvolvendo uma industrialização voltada para a exportação, uma industrialização subsidiária do grande capital internacional, feita diretamente por este capital ou indiretamente por empresas ou setores colaboradores ou que passavam a ser dependentes desse capital internacional. Então anunciamos a constituição dos novos países industriais que se formaram na década de 70 e 80. Portanto, se algo confirma a teoria da dependência é exatamente o surgimento desses novos países industriais.

E assim, na década de 60 e 70 mostrávamos ao movimento operário europeu, norte-americano e japonês que eles tinham que lutar para impedir as ditaduras militares no Terceiro Mundo, porque essas ditaduras se estabeleciam para consagrar os salários baixos, a entrada do capital internacional e a orientação dessas economias para essa nova industrialização dependente voltada para os mercados dos países centrais e desindustrializadores desses países centrais.

Portanto, havia (e há) um interesse comum entre o movimento operário desses países centrais e o dos países dependentes

9. Veja-se meu livro *O novo caráter da dependência*, cuadernos del Ceso, Santiago, 1967, e reintegrado em Dos Santos (1971).

tes de impedir que essas ditaduras militares assegurassem o salário baixo e a mão-de-obra barata como bomba de canhão dessa nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial. A presença desses movimentos sindicais junto aos governos socialdemocratas e junto ao governo democrata norte-americano foi um fator muito importante no sentido de obrigar as classes dominantes desses países a restringirem as ditaduras militares.

Formou-se assim uma grande convergência de forças em favor da liberalização e democratização dos países subdesenvolvidos e dependentes. Temos que incluir nesse processo a força crescente do movimento religioso, cristão sobretudo, na direção de uma visão crítica do modelo de evolução da economia mundial.

Essa realidade deu origem a uma situação histórica nova na década de 70. A mudança de posição a partir do centro hegemônico na direção de uma política de direitos humanos e de democratização obrigava também a uma redefinição dos movimentos sociais, de todas as forças políticas em nível mundial. Essa nova realidade ideológica, consagrada em 1974-1975, persiste até os nossos dias. É muito importante assinalar que mesmo com a derrota de Carter pelo conservador, Ronald Reagan não houve mudança nessa concepção global. O pensamento conservador norte-americano abandona a idéia de apoiar os regimes de força do Terceiro Mundo¹⁰ pelas razões já vistas e que podemos resumir nos seguintes pontos:

Primeiro: porque estes regimes de força estão identificados com posturas nacionalistas que vão contra o interesse do grande capital internacional e, portanto, há um conflito crescente entre este e os regimes militares. Para o grande capital internacional é preciso estabelecer uma governabilidade vertical que sirva aos seus interesses globais que são altamente concentra-

10. A Declaração de Santa Fé foi publicada, entre outras partes, no livro da ALDHU, *La guerra total*, Ed. El Conejo, Quito, 1983, é talvez o mais completo documento conservador sobre a região. Ele propunha, em 1980, a substituição da política de direitos humanos de Carter por "uma política não intervencionista de realismo político e ético".

dos em nível mundial. Esta verticalidade, contudo, entra em choque com as veleidades e aspirações nacionalistas dos militares, o que leva o capital internacional a abandonar o modelo de ditaduras por eles hegemonizadas.

Segundo: porque na medida em que estas ditaduras militares foram impostas, entre outras razões, para garantir salários baixos, eles colaboravam com os interesses do grande capital, mas a pressão dos movimentos operários nos países centrais passa a gerar um conflito com as corporações multinacionais no que diz respeito ao papel do trabalho barato nesses países. Essa problemática vai se desenvolver na década de 80. A desindustrialização acentuada muito fortemente durante esta década nos países centrais levou a um confronto entre o movimento operário destes países e os governos conservadores, que tende a desembocar na derrota dos mesmos nos próximos anos.

Os governos conservadores conseguiam, durante um certo período, concentrar sua luta contra os sindicatos mais tradicionais, ao mesmo tempo que logravam o apoio das faixas do movimento operário que se sentiam, de alguma forma, pressionadas pelos movimentos sindicais tradicionais que restringiam sua evolução e sua adaptação às transformações sociais que vinham ocorrendo como resultado da revolução científico-técnica.

Entre elas destaca-se, sobretudo, o grande crescimento do setor terciário e de um novo tipo de assalariado deste setor, um proletariado de “colarinho branco”, estudado por Mills já nos anos 50¹¹. Mills constatara que estes assalariados tinham um comportamento e um enfoque dos problemas sociais e das próprias relações de trabalho, etc., muito diferente do movimento operário tradicional. O aparecimento das indústrias de informação criou formas empresariais novas, cada vez mais flexíveis e articuladas em forma de redes e conglomerados.

O papel crescente da automação no processo de produção substitui também o caráter de massa na organização da força

11. Ver White Mills. *White Collar*. Oxford University Press, New York, 1951.

de trabalho pelas equipes de técnicos encarregados pelo controle das cabines de comando. Caem assim os rígidos sistemas autoritários à maneira do taylorismo ou do fordismo e abre-se o caminho para uma nova concepção da organização na fábrica, na qual a disciplina tradicional é substituída pela auto-organização dos pequenos grupos de trabalho e por uma autodisciplina global. A automação, a robotização da fábrica e o crescimento das atividades de serviço diminuem cada vez mais a necessidade do condicionamento do trabalhador ao ritmo de produção da fábrica.

Em resumo: começa a se gerar um novo tipo de proletariado e novos tipos de relações industriais e sociais em nível internacional e nacional.

Em nível internacional essas mudanças se refletiam na abertura para uma nova concepção das relações sociais e econômicas, que foi muito explorada pelo pensamento neoliberal, o qual procurou identificar essas mudanças no processo de produção, no processo de conhecimento e nas relações sociais de trabalho com uma volta ao mercado como fator fundamental de alocação de recursos e de organização do processo produtivo. Essa idéia tinha um certo fundamento. Na verdade o sistema monopólico que havia imperado até a década de 70 agora estava questionado em nível mundial por novos monopólios estatais (ou grupos econômicos novos) que vinham desafiar as estruturas existentes, buscar novas alocações de recursos e uma nova divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, destruíam sistemas econômicos e setores de produção antigos para substituí-los por setores de produção modernos baseados em novas tecnologias.

A luta contra esse sistema monopólico era feita, muitas vezes, em nome da volta ao mercado: o mercado purificaria as economias, daria lugar à imposição das tecnologias mais avançadas, das produtividades mais altas, dos sistemas econômicos mais modernos. Esta idéia era compartilhada por setores do capital internacional, que estavam buscando essa nova organização da economia mundial, e por novos setores do proletariado, que também estavam buscando afirmar estas novas relações sociais fundadas sobre o proletariado terciário, e das novas atividades industriais.

Neste contexto, as novas questões, como a do meio ambiente, passavam a ter um papel-chave, na medida em que a regulamentação contra a poluição dava origem a novas indústrias, em condições de produzir em ambientes muito mais preservados, com qualidade de vida superior. Essas mudanças se expressaram confusamente a partir de pontos de vista completamente opostos. Dentro de uma visão global, apoiava-se na idéia de uma crescente intervenção na organização da convivência social nacional e internacional.

De outro lado, o pensamento neoliberal afirmava-se no sentido de favorecer o livre mercado e debilitar o Estado. Estas teses se mesclavam confusamente com a busca de relações sociais não autoritárias, formas de poder não verticais, formas de organizações informais. Curiosamente, as “conquistas” neoliberais na área da desregulamentação se articulavam com um amplo processo internacional de democratização. Tudo isso se juntava numa mesma realidade, apesar de servir a forças sociais completamente diferentes e de servir a interpretações opostas. Era natural, contudo, que a hegemonia desse processo ficasse na mão do grande capital internacional que domina ainda os meios de comunicação e as formas de pensamento mundiais.

6. Da abertura à transição democrática: razões de uma mudança estratégica

No Brasil, tudo isso se reflete na segunda metade da década de 70 e na década de 80, onde vemos sofrendo os efeitos dessas transformações sem conseguir, contudo, associá-las completamente a programas políticos, concepções organizativas e a uma visão realmente nova da realidade internacional.

O processo de abertura política e de democratização dentro do nosso país se inscreve nesses fenômenos globais, e vamos assistir aqui a uma luta muito complexa entre forças econômicas voltadas para as economias tradicionais do país, outras para a integração nesse processo de mudança em nível mundial, e aquelas preocupadas com os impactos e os efeitos sociais destes fenômenos. Também eram enormes as forças econômicas que foram e estão sendo excluídas do processo produtivo

e da dinâmica central do processo produtivo e que se vêem, de repente, lançadas numa perspectiva de bloqueio significativo das suas aspirações.

Forma-se assim um contexto complexo em que, de um lado, transformações econômicas, sociais e tecnológicas globais incidem fortemente dentro da realidade brasileira sob a forma de transformações internas e de rearticulação da economia brasileira na economia mundial. Por outro lado, este processo de abertura política é controlado e pensado pela burocracia estatal, apoiado pela burguesia industrial (e por outros setores da burguesia do país) e pelo capital internacional.

Mas essa concepção tende a enfrentar-se com uma realidade muito mais complexa. As forças de oposição que combinavam os interesses desses setores da burguesia, da classe média e até da própria burocracia estatal viam o processo de abertura política como um caminho natural da década de 70. Já em 1977 a ditadura começa a compreender que se ela realmente permite que se expressem as tendências da população, a oposição será majoritária e a ditadura estará condenada a ruir-se, em vez de ser objeto de correções liberais.

Dá-se, como vimos, uma intervenção forte da ditadura para garantir sua maioria dentro do Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República; sua maioria nos parlamentos, obtida através de indicação de senadores, de intervenção no processo eleitoral e de restrição da propaganda política (tal como ocorreu com o pacote de 1977 estabelecido por Geisel) e ainda por medida de novas cassações e novas depurações dos parlamentos para assegurar a maioria da ditadura e evitar uma passagem do poder à oposição.

É preciso ver também que dentro da própria oposição, pelo caráter de oposição consentida que marcou o seu início (caráter que começa a romper-se somente em 1974, quando ela parte para uma eleição sem aspirações a ser majoritária e se torna involuntariamente majoritária) o MDB começa a sentir o peso da responsabilidade de ser uma força majoritária e, portanto, uma alternativa à ditadura, e não somente um colaborador no processo de abertura. Essa nova responsabilidade do MDB

atrai para esse partido um novo grupo social, uma nova geração de políticos que vêem a possibilidade da democratização política do país.

É preciso também indicar que esta nova realidade refletia o aparecimento de novos setores sociais gerados pelo grande crescimento industrial e econômico do país que ocorreu entre 1968 e 1974 e que continuou artificialmente até 1980, apesar da crise econômica que já se tinha iniciado em 1974. As forças que se beneficiaram do crescimento econômico pressionavam o Estado para que ele continuasse com medidas de crescimento econômico. Para isso teve de aceitar os compromissos mais diversos, entre os quais o mais importante foi o endividamento externo. Mas, ao manter o crescimento, geravam-se e se recriavam forças econômicas que não dispunham dos meios para sua continuidade e cuja decepção será enorme na década de 80, quando elas percebem que não podem continuar crescendo dentro das bases geradas no começo da década de 70.

Entre essas novas forças o proletariado industrial de São Paulo, o da indústria mecânica e particularmente da indústria automobilística, que é uma das forças mais fortemente orientadas para um processo de democratização. Democratização esta que chega às relações sociais, ao processo de trabalho e à capacidade de negociação dos trabalhadores para alcançar melhores salários, e que inclui uma luta contra o sistema político autoritário que impede a organização sindical e a organização dos trabalhadores.

A ditadura passa a ser, portanto, o inimigo fundamental desses trabalhadores, que começaram a atuar politicamente em formas semiclandestinas até chegarem às greves gerais de São Paulo de 1978 e 1980. Essas greves foram decisivas para destruir o esquema limitado de abertura política. Elas começam a colocar novas questões que não cabiam numa simples abertura política. A partir das ações dos trabalhadores de São Paulo vai-se entendendo que a sociedade brasileira quer mais: quer a total democratização do país.

Esta constatação torna-se mais evidente ao se verificar que, ao lado desse movimento operário, há uma força emergente: uma pequena e uma média burguesias nas pequenas e médias

cidades do país, que crescem enormemente neste período e que continuarão a fazê-lo, particularmente na década de 80. Este novo setor social vai desenvolver um conceito de cidadania muito mais ligado à idéia de propriedade: um conceito pequeno-burguês, formulado segundo o interesse de médios proprietários que já não aceitam subordinar-se a uma burocracia central que para eles representava uma restrição ao seu enriquecimento, o qual eles confundem com o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. O MDB e a oposição passam a ser alimentados por uma nova concepção econômica em ascenso internacional na década de 80, que retira alguns elementos do neoliberalismo mas que não aceita as suas consequências econômicas mais globais, na medida em que ele está associado a políticas econômicas e financeiras restritivas, apoiadas pelo Fundo Monetário Internacional, as quais se chocam com os interesses dessa população emergente de pequenos e médios proprietários completamente comprometidos com o crescimento econômico.

Esta visão política e estas aspirações econômico-sociais vão se expressar em dois grandes movimentos políticos nacionais. Primeiramente, no movimento pelas eleições “Diretas Já” para Presidente da República, que alcança sua maior repercussão no interior do país, particularmente nas médias e grandes cidades. Esta grande mobilização perdeu as “Diretas Já”, mas conseguiu criar o clima para a vitória de Tancredo Neves e da oposição no Colégio Eleitoral que escolheu, dentro das regras impostas pela ditadura, o presidente da república, em 1984. Este movimento vai gerar, posteriormente, o Plano Cruzado durante o governo de José Sarney, que ocupou a presidência em substituição ao presidente eleito, Tancredo Neves, muito antes de tomar posse. Este foi talvez o momento de maior veleidade desse pequeno e médio capital, associado a setores do grande capital nacional. No auge do apoio nacional ao Plano Cruzado tentou-se recuperar a idéia do “Brasil Grande Potência”, através do Sistema Globo de Televisão, que assumiu mais uma vez o papel de força aglutinadora da opinião pública em nível nacional. Estas forças buscavam uma política econômica não-ortodoxa, que assegurasse o crescimento econômico e o combate à inflação. Nos próximos capítulos estudaremos as razões do fracasso desta política.

Podemos concluir, portanto, que esse processo de democratização em nível mundial reestruturou e redefiniu a visão política, econômica e social das classes dominantes no Brasil. Mas estas redefinições incluíam teses que refletiam interesses imediatos e não percebiam a profundidade das mudanças em curso.

Nós vivemos ainda num primeiro momento desse processo, no qual a idéia de democratização, como parte de um grande movimento global, fica restrita às políticas liberais, extremamente limitadas, onde se tenta manter ao máximo o verticalismo da antiga ordem social fundada na indústria e na produção em massa. Enquanto isso, forças emergentes da nova sociedade começam a empurrar numa nova direção. Pouco a pouco a abertura política proposta pela ditadura, com seu conteúdo neoliberal, e a democratização real do país começam a conflituar-se.

Do governo Figueiredo, que se inicia em 1979, até a eleição do Colégio Eleitoral de Tancredo Neves; da formação do governo José Sarney (diante da morte de Tancredo Neves) à proposta e instalação da Constituinte, até as eleições de 1989 para Presidente da República, dá-se um processo contínuo de confrontação entre o sistema que se organizou em torno da ditadura (e que buscou perpetuar-se através de concessões liberais, da abertura política, da recriação de antigas e novas lideranças associadas ao velho regime para comprometê-las, aparentemente, com as mudanças democráticas e reciclá-las para adaptar-se às novas circunstâncias) e uma proposta de real democratização que emergiu do movimento popular e foi ganhando corpo no país.

A história do Brasil de 1979, desde a posse do general Figueiredo até a queda do Sr. Fernando Collor e seu *impeachment* representa a história dessa dinâmica, e é dentro dessa visão que buscaremos, nos próximos capítulos, apresentar a passagem da descompressão controlada à abertura política, através do governo Figueiredo; da abertura política ao aparecimento da transição democrática com a escolha de Tancredo Neves para presidente. A partir desse momento coloca-se a crise da Nova República com o aparecimento da Constituinte e a implantação de uma nova realidade política para o país. As

eleições de 1989, ainda estabelecidas em grande parte dentro do enfrentamento entre estas forças, levou-nos ao governo Collor, cujas contradições internas levaram à sua deposição ou “impedimento”.

Em seguida, a instauração do governo Itamar coloca no governo o primeiro presidente originado dos quadros da oposição ao regime militar, que chega ao poder por vias inortodoxas e pouco consistentes.

DA ABERTURA POLÍTICA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

1. Os primeiros passos da abertura política

Vimos no capítulo anterior como o processo de mudança democrática em nível internacional impulsionava a novas mudanças no sentido de uma abertura política dentro do Brasil. Vimos também como os próprios representantes do regime militar se prepararam para abrir o caminho a essas mudanças através do conceito da descompressão controlada. A candidatura de Figueiredo se afirmou¹ num momento particular do regime militar. O fracasso da tentativa da direita militar de armar um pronunciamento político-militar, dirigido pelo general Frota Aguiar, contra o general Geisel para garantir a sua candidatura à Presidência da República se deveu, em grande parte, à ação do SNI. Foi ele que deteve a conspiração e abriu caminho para a demissão do general Frota Aguiar. Apesar da discussão existente sobre a verdadeira dimensão da conspiração elaborada e organizada pelo general Frota Aguiar, não há dúvida de que existiu algum grau de conspiração para garantir sua candidatura. O General Hugo de Abreu publicou um livro, *O outro lado do poder*², tentando defender o general Frota da acusação de haver tentado um pronunciamento militar, atri-

1. Para o General Hugo de Abreu, a candidatura Figueiredo já estava definida desde o acordo que levou o General Geisel ao poder. Esta versão parece ter certo fundamento. Mas é inegável que ela se viabilizou a partir da desmobilização da candidatura Frota Aguiar, tal como assinalamos no texto.

2. Ver Hugo de Abreu. *O outro lado do poder*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.

buindo esta acusação a um trabalho organizado pelo grupo liderado por Golbery do Couto e Silva, que preparava a queda do general Frota Aguiar para garantir a candidatura do general Figueiredo. A verdade é que havia uma divergência entre o grupo de Golbery, no qual, de certa forma, se incluía o general Figueiredo, e o grupo de militares sem maiores compromissos com uma ordem política e econômica que conciliava o grande capital internacional e nacional e as elites do país. Esses militares tinham conseguido derrotar o grupo Golbery, também conhecido por grupo da Sorbonne militar, ou da Escola Superior de Guerra de Altos Estudos Militares, em 1968, mas as circunstâncias históricas mudaram. O grande capital internacional superava sua crise e voltava a apresentar um projeto político internacional em torno da globalização e dos direitos humanos.

O choque entre esses dois grupos era um fato. Já tinha se revelado no caso de Costa e Silva. Havia continuado quando o poder passou ao triunvirato militar, em 1968, e depois a Médici. Mas o grupo da Sorbonne vai voltar ao poder através de Geisel que trouxe Golbery de volta ao poder. O general Figueiredo era o chefe do gabinete militar de Médici e havia sido designado por Médici para suceder a Geisel. Mas ele estava comprometido muito fortemente com o grupo Sorbonne. O general Golbery, que viria a ser o seu chefe de gabinete, permitiu a ele assumir o comando do processo sucessório, mas ele enfrentou muita resistência. A queda do general Frota Aguiar foi a sua manifestação mais evidente e levou à demissão do chefe de gabinete do general Geisel, o general Hugo de Abreu. Este processo se desdobrou até chegar à candidatura do general Euler Bentes para Presidente da República, lançada pelo partido da oposição, o MDB.

Dessa forma, Figueiredo chega ao governo com as forças armadas divididas: primeiramente, entre o grupo Sorbonne de um lado e o resto das forças armadas de outro. O grupo Sorbonne atraía vários apoios, entre os quais se poderia considerar o próprio general Figueiredo que não era totalmente do grupo. Segundo, a chamada ala dura das forças armadas, que havia sofrido um desgaste muito forte com a derrota do pronunciamento de Frota Aguiar. Terceiro, uma ala mais liberal e

democrática que se opunha ao grupo Sorbonne, entre outras coisas pelas suas vinculações aos grupos internacionais, e que tendia inclusive a uma postura mais nacionalista, no sentido de apoiar as pretensões do “Brasil Grande Potência”, de um exército mais forte, de uma indústria militar mais importante, de um avanço tecnológico do país associado aos interesses das forças armadas, assumindo, portanto, grande parte do contencioso entre Brasil e os Estados Unidos, tão discutido posteriormente no livro de Moniz Bandeira (1989)³, contencioso este que nós, em trabalhos anteriores⁴ já havíamos anunciado. Foi esta última ala que apoiou a candidatura Euler Bentes.

Esta situação colocará o governo Figueiredo diante de um impasse sério. Primeiro, do ponto de vista dos processos eleitorais e das consultas à população, estava claro que a oposição representava a maioria no país e seria muito difícil reverter essa maioria. Só mesmo através de intervenções que, de alguma forma, deformassem a vontade popular e o sistema representativo (tal como o pacote de abril, que o presidente Geisel havia baixado para garantir a maioria do Colégio Eleitoral para Presidência da República e o controle do Senado e do Congresso) seria possível assegurar maioria para a ditadura.

Este era o primeiro dilema que enfrentava o governo Figueiredo: colocar-se contra ou a favor da vontade popular. O segundo dilema: essa vontade popular tendia a radicalizar-se na medida em que o movimento operário começava a ser um fator muito importante e determinante, mesmo nas forças de oposição. As greves do ABC aumentavam. Em Minas Gerais, uma greve dos trabalhadores na construção civil havia assumido uma radicalidade fora do comum. Havia uma tensão crescente no país, que poderia levar à hegemonia da oposição por forças mais radicais.

A tática do governo Figueiredo para essa situação respondia aos seguintes princípios: primeiro, fazer avançar progres-

3. Moniz Bandeira, *Brasil-Estados Unidos: rivalidade emergente (1950-1988)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1989.

4. Sobre o contencioso Brasil-EEUU ver Theotonio dos Santos, *Socialismo o Fascismo*, (1971 e 1978).

sivamente a representatividade do processo eleitoral, segundo, manter os controles já alcançados pelo pacote de abril que levavam ou garantiam a maioria do governo no Colégio Eleitoral de 1984; terceiro, estimular as diferenças internas dentro da oposição, criar condições para que estas amadurecessem e se expressassem, com o objetivo de diminuir confronto entre governo e oposição; permitir a formação de partidos de centro, tanto de centro-direita quanto de centro-esquerda e, portanto, diferenciar o processo político suficientemente para que uma possível eleição, dez anos depois, para Presidente da República, já não refletisse mais o confronto oposição-ditadura, e sim os vários matizes e diferenciações dentro da oposição e dentro do governo.

Tratava-se, portanto, da necessidade de uma reforma partidária cuja viabilização dependia muito claramente de um processo de democratização crescente.

Havia, no entanto, um outro dilema mais complexo e mais difícil que o governo Figueiredo teria que enfrentar: dentro das forças armadas abria-se claramente a divisão entre o grupo Sorbonne e o resto das forças armadas, no qual a tendência que se opunha à Sorbonne parecia ganhar força e até uma certa hegemonia. Desenhava-se mais nitidamente uma tendência nacionalista e ao mesmo tempo um abandono, por parte destes nacionalistas, das posturas autoritárias, enquanto aceitavam cada vez mais a idéia de uma saída democrática. O livro de Hugo de Abreu, *O outro lado do poder*, reflete muito claramente este processo pelo qual o grupo de oposição à Sorbonne começa a identificar o autoritarismo do Estado com o autoritarismo do grupo Sorbonne, que controlava o governo. A única saída para as correntes que não aceitavam a subordinação à linha política deste grupo era reforçar uma saída democrática no país. Foi isso que levou o general Euler Bentes a aceitar sua candidatura pelo MDB, contra a candidatura de Figueiredo a presidente da República.

Vemos assim que as margens de ação do governo Figueiredo estavam bastante reduzidas. Era quase impossível tentar deter o processo de democratização. O único caminho seria moderá-lo, ajustá-lo a certos controles, modelá-lo e ganhar

tempo para que o grupo no poder não fosse totalmente excluído do mesmo por um processo de democratização radical.

Com essas características, o governo Figueiredo inicia o processo de “abertura política” que sucedia ao processo de “descompressão controlada” realizado pelo governo Geisel. Não bastava agora somente descomprimir o sistema, era necessário iniciar uma autêntica abertura política. Nesse sentido vemos os atos principais nesta direção. Talvez o primeiro ato, por sinal bastante definitivo, deu-se ainda no governo Geisel com a revogação do Ato Institucional n. 5, o qual inviabilizava o Estado de direito.

Em seguida, no governo Figueiredo, decreta-se a anistia, em 1979. Episódio complexo e confuso porque o próprio partido de oposição, o MDB, havia apresentado um projeto de anistia que restringia a volta ao país das lideranças políticas anteriores a 1964, que ainda gozavam de um grande apoio político, particularmente Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes. Era evidente que uma anistia desse tipo não interessava ao governo Figueiredo porque deixaria a liderança da oposição nas mãos do mesmo grupo, e isso poderia dificultar o processo de representatividade democrática no país e conduzir a uma abertura muito questionável.

Era preferível que a oposição se dividisse e que as tendências políticas se abrissem claramente dentro dela para seguir aquele caminho de diferenciação que o general Golbery havia concebido.

É assim que a anistia do general Figueiredo é bem mais ampla, bem mais radical que aquela proposta pela oposição e permite realmente a volta ao país de todos os líderes políticos importantes, com exceção daqueles que haviam cometido crimes de sangue, mas que posteriormente serão incluídos na anistia. Não se concedia também a revisão das situações injustas criadas pela ação autoritária da ditadura, que também com o tempo foi sendo corrigido sem chegar a ter ainda uma solução final. O governo Figueiredo estabeleceu ainda uma anistia mútua entre as partes, garantindo assim às forças armadas e àqueles que participaram do processo de repressão uma proteção que consideravam essencial para continuar o processo de abertura política.

O segundo ponto bastante significativo da abertura política era a liberação para formação de partidos políticos. Esta nova situação se iniciou pela dissolução dos dois partidos criados pela ditadura, MDB e ARENA, e a facilidade para o retorno e a criação de vários partidos políticos no país.

O terceiro ponto importante era a convocação de eleições diretas para governadores em 1982, que foram prejudicadas pela ação do Sr. Leitão de Abreu (as quais iniciaram uma grave divergência dentro do governo Figueiredo) no sentido de limitar a ação dos partidos políticos no processo eleitoral, obrigando-os a se fundirem ou a adotarem procedimentos extremamente artificiais para poder sobreviver ao processo eleitoral de 1982, de acordo com as imposições estabelecidas pelo governo que inviabilizavam os pequenos partidos políticos em geral.

Este processo de abertura deveria ter sua continuidade, mas começa a fugir do controle do grupo no poder. Inicia-se uma forte campanha pela convocatória de eleições diretas para Presidente da República. O sistema vai resistir muito fortemente a esta demanda que representou a primeira iniciativa política da oposição. O governo Figueiredo tinha a aspiração de fazer ainda o Presidente da República em 1984, através do Colégio Eleitoral. Antes de entrarmos no processo de 1984, que está marcado pela campanha pelas "Diretas Já" e depois pela eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, vejamos os efeitos das primeiras medidas de abertura política sobre o contexto partidário global.

2. As marchas e contramarchas da reforma partidária

O primeiro aspecto que se colocava imediatamente diante deste processo de abertura política, de reforma partidária e de anistia era a relação entre a liderança do MDB e as outras lideranças políticas que não estavam diretamente associadas ao processo de oposição consentida dos anos 70. Aí começavam as diferenciações internas dentro da própria oposição. De fato, vamos assistir a uma diferenciação da oposição basicamente em cinco partidos. De um lado Tancredo Neves questiona uma radicalização do MDB para a esquerda e postula uma

diferenciação entre o setor liberal do MDB e seus setores mais radicais. É assim que Tancredo chama à formação do Partido Popular, o PP, que vai atrair a ala mais liberal-conservadora do MDB e os setores mais liberais da ARENA para criar uma formação política de centro-direita.

Pela esquerda, o MDB tem duas pressões: de um lado as forças ligadas ao movimento operário de São Paulo, às Comunidades Eclesiais de Base e à oposição sindical, que haviam desenvolvido um processo político a partir dos movimentos sociais e através da ação direta dentro dos sindicatos, nas greves e ações políticas de massa, e que não se sentiam representados pelo MDB, nem mesmo por sua ala esquerda. Esse setor vai iniciar o processo de formação de um partido socialista e operário, que leva à formação do Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de seu grupo mais dinâmico e de base política mais efervescente, que era a liderança sindical de São Paulo. Esta contava com o apoio da Igreja de São Paulo e, portanto, tinha a capacidade de atrair os movimentos eclesiás de base.

Por fim arrastavam também a chamada oposição sindical e as forças da esquerda revolucionária e trotskista com penetração no movimento estudantil, setores da intelectualidade e na oposição sindical. Estas correntes tiveram que optar entre um partido ideológico sem expressão partidária, ou a sua integração nesse partido mais amplo, sob a hegemonia da liderança sindical de São Paulo (os sindicalistas do ABC) e da Igreja.

Forma-se assim o PT, que tem na figura de Lula a síntese dessa união da liderança sindical com a Igreja. Ele tem sua origem no movimento cristão, de onde se destaca como líder do movimento sindical do ABC de São Paulo, um novo sindicalismo com contatos importantes com a base sindical e com uma nova intelectualidade que vai dar grande apoio ao PT. Havia para isto razões ideológicas, na medida em que Lula expressava uma nova postura política, não comprometida nem com os partidos comunistas nem com a socialdemocracia, nem com nenhuma das correntes dominantes no período pré-1964, as quais estavam extremamente questionadas. E sobretudo se encontravam reprimidas pela ditadura.

Ademais, crescia a influência da militância dos intelectuais sobre o sindicalismo da classe média, o sindicalismo de professores universitários e secundários, de profissionais e técnicos, em plena ascensão nas décadas de 60 e 70, que não havia encontrado ainda uma liderança política. Ele estava sob a influência muito forte dos ideais de 1968, do questionamento da revolução industrial e do sistema capitalista mundial, e encontrava um caminho muito interessante através da proposta do Partido dos Trabalhadores, uma formação política nova, relativamente original.

Pela esquerda também o MDB enfrentava o reagrupamento das forças trabalhistas que haviam sido majoritárias até 1964 e que expressavam as correntes nacional-democráticas que conduziram os processos democráticos de 1945 e 1964 e chegaram inclusive ao governo do país durante a presidência de João Goulart, estando, em parte, no poder durante o governo Vargas, de 1950 a 1954, e durante o governo Kubitschek, de 1955 a 1960.

Esse agrupamento de forças tinha no trabalhismo a sua referência fundamental. Mas dentro do Partido Trabalhista a sua liderança mais forte havia se deslocado dos seus setores mais conservadores, que estavam em torno de João Goulart, para a sua Ala mais radical de esquerda, que estava em torno de Leonel Brizola, cuja aparição no cenário político nacional, no fim da década de 50 e na década de 60, foi marcado por tomadas de posição de caráter radical, democrático, nacionalista e antiimperialista, e que evoluíra mesmo para posturas socializantes. Essa posição de Leonel Brizola o havia convertido no inimigo principal do golpe de Estado de 1964, que se orientou fundamentalmente contra a sua figura apresentada como a ameaça “comunista” para o Brasil.

Durante o exílio e com a morte de João Goulart, a liderança do trabalhismo se deslocou definitivamente para a figura de Leonel Brizola, mesmo quando alguns setores pudessem discordar de suas idéias dentro da Ala mais conservadora do trabalhismo. Ele mesmo, como liderança política, faz uma reestruturação de suas posições com o objetivo de assumir essa função de liderança mais global.

Suas posições no exílio sofrem as seguintes mudanças: ela se inicia com a organização do Comando Militar Revolucionário que emanava diretamente das forças que participaram do movimento de resistência revolucionária em 1964. Esse comando chefiado por Brizola resolve apoiar um movimento guerrilheiro entre 64 e 67 e depois, com a queda da preparação da Guerrilha de Caparaó e a morte de Che Guevara, abandona a tese da luta armada para derrubar a ditadura.

A partir desse momento Brizola aceita um processo de aproximação lento com o MDB (particularmente o MDB do Rio Grande do Sul, que foi a sua Ala mais combativa e organizada). Assim, sua liderança política vai se ajustando a uma nova forma de oposição política institucional que prevalecerá sobretudo a partir de 1974, o que vai levá-lo, inclusive, a uma reaproximação com João Goulart.

Esta reaproximação foi bastante difícil porque as discordâncias haviam sido muito fortes desde 1961, quando Brizola garantiu a posse de Goulart através do Movimento da Legalidade. Brizola foi surpreendido com o acordo de João Goulart em aceitar o parlamentarismo, que restringia seus poderes, para retomar a Presidência da República. Através do Movimento da Legalidade e do apoio do 3º Exército, Brizola criaria todas as condições para colocar João Goulart com todos os poderes na presidência, e ele preferiu o conchavo com seus adversários. As divergências se reforçaram entre 61 e 64, com a luta aberta por Brizola pelas reformas de base que Goulart acolhe muito timidamente e só em alguns aspectos. E elas se ampliaram ainda mais durante o golpe de 64, quando Goulart não resiste ao golpe em nome do não-derramamento de sangue e desmobiliza o movimento de resistência que Brizola liderava no Rio Grande do Sul com o apoio do 3º Exército.

Entre 1966 e 1967 Goulart entra na Frente Ampla junto com Lacerda, Kubitschek, Jânio Quadros e Ademar de Barros. Esta Frente foi apoiada pelo Partido Comunista para enfrentar a ditadura e contava com a simpatia norte-americana. Tratava-se, portanto, de uma frente profundamente indiferenciada na qual Brizola não aceita participar. Até então, as divergências entre ambos haviam sido muito profundas, mas a partir de 1974 vão aparecendo os mecanismos de uma recomposição do Par-

tido Trabalhista e de uma associação natural da liderança de Goulart e da liderança de Leonel Brizola, na medida em que este aceita a participação no MDB, que se transformava numa frente das oposições, menos indiferenciada e confusa que a chamada "Frente Ampla" de 1966 a 1968. A súbita morte de Goulart, que sucede à suspeita morte de Juscelino Kubitschek deixa Brizola como sucessor natural do trabalhismo.

Esta evolução para uma postura mais moderada de Brizola se faz ainda mais marcante quando é expulso do Uruguai em 1977, em grande parte pela projeção que alcançava, nesse momento, sua liderança política dentro da oposição. Ele decide ir para os Estados Unidos para testar o movimento pelos direitos humanos de Jimmy Carter, do qual se faz inclusive grande amigo.

Abrem-se, ao mesmo tempo, as portas da Internacional Socialista para a participação do partido Trabalhista, então em recomposição. Isto se dava num momento em que a Internacional Socialista começava a aceitar a idéia de que os partidos socialistas compostos de intelectuais e pequenos grupos no Terceiro Mundo não representavam o movimento da Internacional Socialista, fundamentalmente ligado aos grandes movimentos sociais. É assim que a Internacional Socialista começa a reconhecer os movimentos de caráter nacional-democrático como o APRA no Peru, o PRI no México, a Ação Democrática na Venezuela e outras forças similares, que são aceitas como expressões da socialdemocracia nas condições de luta política do Terceiro Mundo. Assim também, o Partido Trabalhista começa a ser uma das expressões da nova concepção da Internacional Socialista sobre os movimentos políticos do Terceiro Mundo⁵.

Contudo, a própria liderança da ditadura e a ala direita do antigo PTB não se deixam levar por essa situação e querem estabelecer sua influência dentro do trabalhismo. Golbery trabalha a figura de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas,

5. Sobre a carreira de Brizola e suas posições políticas no exílio e sobre a Internacional Socialista ver particularmente o livro de Moniz Bandeira (1979B).

para criar uma liderança alternativa a Brizola dentro do trabalhismo. Claro que Ivete Vargas não tinha credenciais para isso, como o próprio processo o revelou posteriormente, mas com apoio do governo ela vai conseguir algo muito definitivo: o direito de usar a sigla histórica do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que vai se decidir em 1980 pela Justiça Eleitoral.

Este fato provoca uma restrição da recomposição das forças trabalhistas no país. Parte delas voltam ao MDB, já agora transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), reforçando essa fórmula de centro-esquerda, herdeira do combate à ditadura. Leonel Brizola é obrigado a radicalizar suas posições políticas e a formar um partido quase que totalmente vinculado à sua liderança pessoal, ao brizolismo, como ala radical do antigo trabalhismo.

Forma-se assim o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que vai dar origem a uma formação política inesperada, que vai representar uma aliança entre as alas radicais do movimento nacionalista democrático e setores da esquerda revolucionária que, em processo de autocrítica, se alinham ao PDT ao lado de políticos das mais diversas origens que procuravam se associar à liderança de Leonel Brizola como potencialidade política nacional. Essa combinação de forças vai produzir uma fórmula mais de esquerda do que de centro-esquerda e vai ter seu assento político nas zonas onde o brizolismo foi historicamente uma força dominante, isto é, os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde se enraíza o PDT como força política, com expressões modestas no resto do país.

A ação do grupo Golbery restringiu a viabilização do PDT e reduziu Brizola e sua articulação ao brizolismo, restringindo, portanto, seu impacto e sua força eleitoral e levou a um fortalecimento do PMDB, ao qual se somavam as forças que abandonaram o projeto do PTB e não aceitaram a idéia de um Partido Democrático Trabalhista mais reduzido.

O mesmo vai acontecer em seguida com a direita. As medidas restritivas do processo eleitoral de 1982, estabelecidas pelo ministro Leitão de Abreu, visavam restabelecer uma situação de plebiscito entre o regime e as forças de oposição, levando a uma divisão dentro do próprio governo (na medida

em que o grupo Golbery não tinha interesse nesse plebiscito). Mas também teve um efeito bastante sério do ponto de vista eleitoral: o grupo Tancredo Neves, com seu Partido Popular, viu a inviabilidade eleitoral de uma formação de centro-direita dentro desse quadro tão restritivo e fundiu-se com o PMDB, que se transformou num partido muito mais amplo, mais próximo do que originalmente era o MDB, mas bem mais à direita.

Dessa forma, o processo de diferenciação ideológica e de mais clareza na representatividade política que vinha se desenvolvendo desde 1979 vai ser restringido às vésperas da eleição de 1982, levado a um fortalecimento da posição plebiscitária entre o PDS, como expressão da ditadura, e o PMDB, como expressão da oposição. Assim se restringia o processo de diferenciação de forças políticas que teria permitido ao país avançar muito mais na direção de uma democracia política. Tudo isso vai se refletir sobre a evolução posterior do processo de abertura política.

3. As eleições de 1982 e a crise do modelo econômico

As eleições de 1982, são analisadas detalhadamente por uma vasta literatura, entre as quais se ressalta o livro dirigido por David Flescher, *Da distenção à abertura – as eleições de 1982*⁶ onde se pode ver com clareza como, do ponto de vista plebiscitário, 1982 expressou uma derrota muito crucial do regime ditatorial. O PDS obteve vitórias eleitorais somente em alguns Estados onde as oligarquias rurais ainda dispunham de controle sobre as populações locais, enquanto que o PMDB ganhou nos Estados mais importantes. Para o cúmulo de decepção da ditadura, o PDT, através de Leonel Brizola, ganhou também as eleições no Rio de Janeiro, além de apresentar uma candidatura forte no Rio Grande do Sul. O PT formou também uma importante bancada e demonstrou forte presença não só no ABC paulista, mas também em vários Estados. Estava assim configurada uma situação política onde os principais Estados

6. Ver David Flescher, organizador (1988).

se encontravam nas mãos da oposição e onde as principais forças políticas estavam definidas em termos de oposição à ditadura.

Pode-se ter uma expressão desse quadro quando analisamos o resultado global das eleições de 1982. O PMDB foi claramente o partido majoritário com 43% dos votos para a Câmara dos Deputados, 43,7% para o Senado, 44% para os governos estaduais e 39,5% para o Colégio Eleitoral para presidente, o que era uma consequência das limitações impostas à formação deste Conselho. Em segundo lugar, o PDS havia alcançado 43,2% para a Câmara dos Deputados, 42,1% para o Senado, 41,5% para os governos estaduais e tinha 52,8% de controle do Colégio Eleitoral para presidente. Como já disse, isto se devia ao caráter casuístico da formação do Colégio Eleitoral. Entre as forças novas, emergentes, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores e o PDT disputaram os votos restantes. Vamos ver que o PDT será o segundo partido da oposição com 5,8% para a Câmara dos Deputados, 5,9% para o Senado, 6,1% para os governos estaduais, mas terá somente 2% de representação no Colégio Eleitoral para presidente. O mesmo vemos para o PTB, cuja condição de oposição é bastante discutível (apesar de eleitoralmente se apresentar como oposição, todos os seus candidatos vão compor com o sistema de poder existente, tratando-se claramente de um partido armado muito mais com objetivos de dividir a oposição do que propriamente de representar forças políticas e lideranças políticas reais). Vemos assim que o PTB teve 4,4% para a Câmara dos Deputados, 4,6% para o Senado, 4,7% para os governos estaduais e 4,3% para o Colégio Eleitoral para presidente. Enquanto isso, o PT teve 3,6% para a Câmara dos Deputados, 3,7% para o Senado, 3,7% para os governos estaduais e 1,3% para o Colégio Eleitoral para presidente. Dessa forma, o PDS conseguia assegurar o seu controle do Colégio Eleitoral para presidente, mesmo não obtendo a maioria dos votos na eleição de 1982.

Contudo, devemos incluir em nossa análise outros elementos que viriam a precipitar a crise do controle do PDS sobre o Colégio Eleitoral. O grupo Golbery havia estabelecido como meta garantir uma possível vitória da oposição na Presidência

da República para o ano de 1991 e, na verdade, se controlassem o resultado do Colégio Eleitoral, poderiam garantir sua dominação por um período ainda bastante longo, pelo menos até 1989. Os fatos vão permitir que esse controle continue existindo, mas através de fórmulas inesperadas. De fato, o que vamos viver depois da eleição de 1982 é um processo de dinamização das forças oposicionistas que, de uma situação de defensiva total, sempre reagindo às iniciativas do sistema dominante desde 1964, começam a se transformar em forças ofensivas capazes de obrigar o sistema a responder aos seus avanços assumindo pouco a pouco a iniciativa política.

Para compreender essa nova fase que se anuncia depois das eleições de 1982 temos que considerar a situação econômica. O desgaste da ditadura se acentuava com o desgaste de seu modelo econômico. Entre 1980 e 1982 ocorrerá um processo bastante complexo e difícil de desgarramento, desarticulação e desestruturação do modelo exportador voltado cada vez mais para o setor industrial, o qual se implantou no país depois de 1964 e se consolidou durante o milagre econômico de 1968 a 1973. Como vimos, este modelo econômico já entrara em crise desde 1974.

O modelo demonstrava, do ponto de vista de suas relações internacionais, a necessidade de um apoio crescente no endividamento e uma dificuldade de deter as remessas de lucros, os pagamentos de juros, os pagamentos de royalties e outros serviços; portanto, mostrava-se incapaz de estabelecer uma situação de equilíbrio na balança de pagamentos. Os sucessivos *déficits* na balança de pagamentos levavam à necessidade de mais endividamento para cobri-los, e assim sucessivamente.

Por outro lado, o caráter concentrador desse modelo exportador, baseado em tecnologias de ponta e empresas altamente monopólicas, gerava uma limitação da expansão do mercado interno, na medida em que criava uma quantidade de emprego relativamente reduzida e concentrava a renda a um setor extremamente limitado da população. Portanto, o impacto desse tipo de crescimento sobre a formação e expansão do mercado interno se revelava muito mais lenta do que as necessidades de novos investimentos, reforçando-se assim a necessidade de buscar o mercado externo como saída para a

debilidade do avanço do mercado interno. Isto provocava historicamente, como já vimos, uma situação de *superavit* comercial, baixas importações, fortes exportações, e a diferença gerada por este superavit ia sempre financiar os serviços, seja da dívida externa, seja do capital estrangeiro, seja dos serviços técnicos ou outras formas de serviços como os fretes e o turismo, bem como a saída de capitais do país, inclusive nacionais, para investir no exterior diante da debilidade da expansão do mercado interno. Em 1973, com o aumento do preço do petróleo, a própria balança comercial tornou-se deficitária, aumentando drasticamente a fragilidade do modelo exportador industrial.

Essa situação representava, e ainda representa, um limite muito sério para o pleno desenvolvimento do setor industrial, sobretudo das indústrias de base, porque elas são a última etapa no processo de importações. O modelo de crescimento econômico baseado na substituição de importações tendeu a substituir primeiro os produtos importados de luxo, consumidos pela elite e, portanto, de alta sofisticação. Em seguida, se substituíram os produtos intermediários, de consumo durável, o que vai se dar nas décadas de 50 e 60. Nas décadas de 60 e 70 começou-se a substituir as importações do próprio setor da indústria de base e dentro da indústria de base, as máquinas de fazer máquinas, as estruturas fundamentais de produção que terminariam com a instalação de um sistema industrial completo dentro da economia brasileira. Caminhávamos para isso na década de 60, quando chegamos a atender cerca de 60% de nossas maquinarias através da indústria nacional (porcentagem que baixará na década de 70 para cerca de 40%). Mas, de alguma forma, sob a pressão do crescimento econômico da década de 70, voltado em grande parte para a exportação, mas também complementado com investimentos internos e de infra-estrutura e outros, com a expansão inclusive das novas fronteiras do país que de alguma forma representavam a expansão do mercado interno, se configurava a possibilidade e a necessidade mesmo, diante inclusive das limitações para as importações de maquinarias, de que o próprio país produzisse essa base de máquinas de fazer máquinas que lhe dariam uma certa independência tecnológica em nível internacional.

Isso obrigava a um projeto de crescimento econômico e de desenvolvimento distinto que de fato se esboça durante o período Geisel. Através do Plano Trienal, este se propõe a implantar as indústrias de base que ainda faltavam ao país⁷. Entre elas destacavam-se a petroquímica fina, a indústria espacial e militar e o setor energético, que apresentava uma grave crise internacional a partir da elevação do preço do petróleo. É nesse período que se implanta o controvertido projeto de construção das usinas nucleares que visava transferir a sua construção e a sua tecnologia para as empresas brasileiras. Inicia-se o processo da utilização da biomassa e a criação de uma energia fundada na nossa condição de país tropical e de grandes extensões territoriais com o pró-alcool e com as perspectivas de transformar a mamona e a mandioca em fontes de combustível.

Em seguida, estuda-se o maior aproveitamento dos subprodutos da cana para outros fins. Inicia-se uma siderurgia baseada no carvão vegetal. Buscam-se ainda outros caminhos, através do avanço da pesquisa e desenvolvimento, que permitiram ao Brasil assumir uma posição de muito destaque como opção tecnológica em nível internacional. Além das indústrias tradicionais de base, como a espacial (especialmente a tentativa de entrar na era do jato, que já vinha se fazendo desde a década de 60), há a perspectiva de iniciar a produção de uma indústria petroquímica fina, que daria ao país uma posição nova em todo o campo químico, de grande importância para a sua posição internacional na área da pesquisa e desenvolvimento. Além desses, vários outros setores que, sob a direção de Severo Gomes no Ministério da Indústria, apontavam para uma nova fase do desenvolvimento, que só poderia se consolidar realmente na medida em que se completasse a infra-estrutura industrial do país e ele iniciasse um salto para novas tecnologias, entre as quais a mais importante a que se destacava

7. Antônio Barros de Castro (1985) foi um dos primeiros economistas da oposição a reconhecer e valorizar abertamente o projeto do Plano Trienal. Ver também Becker, Berta K. e Egler, Claudio A.G. (1992). *Brasil: uma nova potência regional na economia mundo*, Brasiliense, São Paulo.

era a informática, elemento-chave para a Marinha, ligando-se com a Aeronáutica também pela preocupação das telecomunicações e ligando-se também a indústrias mais tradicionais como a naval, automobilística e siderúrgica que poderiam, em um grande país produtor de ferro, consolidar-se como uma potência importante entre estas indústrias de base⁸.

Esse projeto sofria, contudo, dos limites que já assinalamos. Em primeiro lugar, um mercado reduzido, que significava dificuldade de expansão da produção de bens de consumo final e duráveis. Seria a expansão desses mercados que criariam a demanda de maquinarias e das indústrias de produção mais estratégicas. Em segundo lugar, por esta mesma razão de concentração da renda e da produção, vemos o impacto negativo determinado pela ausência de investimentos sociais e, portanto, de desenvolvimento dos recursos humanos ou da população no seu conjunto. Sem uma base educacional, alimentação, saúde, sem uma infra-estrutura de transportes que dariam às massas de trabalhadores a capacidade de incorporar-se a esta nova fase de desenvolvimento industrial, era impossível fundar uma potência econômica, ainda que média. Num país com mais de 50% de analfabetos era simplesmente inviável criar uma nação moderna em pleno final do século XX.

Ao lado disso, a dinâmica desse processo de crescimento econômico estava dissolvendo e desarticulando totalmente a velha economia agrária do país e levando a uma expulsão de mão-de-obra maciça do campo para a cidade (cerca de 30 milhões de pessoas teriam saído do campo para a cidade nestes 20 anos) sem encontrar empregos e atividades econômicas que pudessem absorvê-la. Dessa forma, a capacidade destrutiva do sistema se revelava muito grande, mas a sua capacidade de investimento, de integração dessa mão-de-obra, de sua incorporação numa infra-estrutura de investimento estatal, no setor social sobretudo, se revelavam extremamente deficitárias gerando um processo de marginalização econômica de grandes

8. Uma defesa apaixonada desta proposta de independência tecnológica se encontra em Vidal (1987).

massas da população. Esta marginalização vai degradar cada vez mais o ambiente social e cultural do país e a capacidade da população de se incorporar a um projeto produtivo e político nacional.

O projeto Geisel teria que fracassar. A primeira manifestação do limite dessa estratégia estava no próprio comércio exterior e nas próprias relações financeiras internacionais. A crise do modelo vai obrigando a aumentar a dependência do financiamento externo, durante todo o período, até que em 1980 vai estourar a crise do setor externo, tomando a sua forma mais aguda em 1982, quando o governo brasileiro chega à situação de falta total de liquidez e necessita de empréstimo de última hora para poder operar e pagar custos elementares de suas atividades no exterior. Zerar, portanto, a liquidez de um país que sempre teve *superavit* comercial era o resultado paradoxal das dificuldades, dos exageros e dos absurdos desse processo de endividamento.

Em segundo lugar, a economia norte-americana se vê diante da contradição crescente entre as dificuldades do seu governo conter o seu *déficit* fiscal e as pressões políticas no sentido de aumentar os gastos, sobretudo militares. Essas pressões advinham do *establishment* industrial-militar (cada vez mais dedicado à pesquisa e desenvolvimento militar) que se formou nos Estados Unidos durante os anos 50, 60 e 70. Depois de tentá-lo com Nixon, este setor militar, de origem californiano e texano, consegue impor-se definitivamente e a hegemonizar o Estado nos anos 80, com a vitória do californiano Ronald Reagan.

Este estabelece uma política de gastos militares extremamente irresponsável, que eleva o *déficit* fiscal norte-americano a níveis incontroláveis saltando de 50 milhões para 270 milhões de dólares durante a década de 80. Porém, esse déficit tinha que ser financiado. O único mecanismo de financiamento de que se dispunha era a atração de capitais do resto do mundo para os Estados Unidos, e o único mecanismo para atrair estes capitais eram taxas de juros extremamente elevadas. Vemos assim saltar as taxas de juros de 5% para 20%, levando os países devedores, como o Brasil, que não dispõem de capacidade para pagar os seus juros através de emissão de moedas

nacionais, a uma crise brutal do seu endividamento internacional.

O Brasil, sendo o maior país devedor do mundo (posição que perderá logo para os Estados Unidos em 1985), é profundamente afetado pelo aumento das taxas de juros e pela imposição dos bancos internacionais para que se inicie o seu pagamento. É necessário levar em consideração ainda que se cobrava sobre os juros normais internacionais um *spread* em nome da falta de condições de pagamento dos nossos países.

Neste contexto, o governo Figueiredo se inicia sob o impacto destas circunstâncias: do fracasso da proposta de Geisel e do acerto de contas com o capital internacional que já não mais entregava recursos ao país, mas agora queria receber, e em grande escala, os juros dos recursos aqui postos⁹. Isso inviabilizava os êxitos econômicos que permitiram a sobrevivência da ditadura militar. Esse período de êxito dependeu em grande parte da ajuda internacional ao seu modelo econômico, na medida em que ele atraía os capitais internacionais que se encontravam excedentes, sobretudo a partir da plethora de petrodólares. A partir de 1980 o Brasil começava a perder essa capacidade de atração e tinha que arrumar a casa para entregar recursos ao sistema financeiro internacional em vez de recebê-los. O governo Figueiredo vai ser marcado por essa nova realidade, que era a evolução natural do modelo adotado anteriormente. Os financiadores do milagre econômico cobravam – com excessos evidentes – a sua “ajuda”.

Vimos em parte o efeito político desse processo. Desde 1974 começa o questionamento da ditadura. A oposição, que ainda é uma força passiva sob a ação da ditadura, começa a romper essa passividade pouco a pouco. As greves operárias de 1978 começam a dar uma nova natureza à oposição. Em 1982, a vitória dos governadores de Estado do PMDB e o

9. Sobre o endividamento externo, a importância da elevação das taxas de juros e outros problemas advindos destas mudanças para a economia brasileira, veja-se o número 1 da revista, *Política e Administração*, FESP, 1985. Um balanço do tema está em Luís Bresser Pereira, organizador (1989). *Dívida externa: crise e soluções*, Brasiliense, São Paulo.

aparecimento de uma postura política mais radical, através da eleição de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro, convertem a oposição em força majoritária e ativa dentro do parlamento. Estamos diante de um quadro político em que o movimento da oposição começa a ser o fator dinâmico e ofensivo. A ditadura entra na defensiva, e seu processo de desagregação se acentua ao ponto de chegarmos à desarticulação quase total do seu esquema político. Com as dificuldades econômicas geradas pela paralisação dos financiamentos internacionais e o crescente pagamento de juros da dívida externa, desde 1988, foi-se desgastando cada vez mais a capacidade deste modelo, da elite política e dos interesses econômicos a ele associados de conduzir politicamente e de gerir economicamente o país.

4. O movimento das “Diretas Já” e a escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral

Essa erosão do controle político das forças pró-ditadura vai se revelar no movimento das “Diretas Já”. Este movimento, iniciado modestamente, vai crescer pouco a pouco até se constituir em colossais manifestações de massas. Estas ocorreram não só nas capitais, onde chegaram a produzir comícios de 1 milhão de pessoas como no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também nas médias e pequenas cidades. Estes comícios gigantes levavam a mensagem de eleições diretas para Presidente da República para todo o país. Eles mostraram que a vontade política da nação era radicalmente favorável a eleições diretas para Presidente da República.

Apesar disso, a ditadura jogou suas cartas fortemente e o PDS conseguiu manter uma minoria suficientemente grande para superar a um terço, ou seja, capaz de deter e obstruir a revisão da Constituição de 1967, a qual havia criado o Colégio Eleitoral que elegia o Presidente da República. Esse limite estabelecido na votação mostrou-se muito estreito. Foram poucos 28 votos que faltaram para formar uma maioria de dois terços para a oposição, mas do ponto de vista de maioria simples, a oposição se mostrava já com mais de 60%, quase 70% do Congresso Nacional que votou contra as eleições

indiretas para presidente e, portanto, contra um ponto-chave na conservação do sistema político criado pela ditadura de 1964.

Após o movimento das “Diretas Já” vamos assistir a um desdobramento inevitável dessa situação. Consagrado o princípio de que o PDS agora é uma força minoritária, trata-se de ver se ele pode obter maioria no Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República. Ora, o PDS, que jogou até o último momento as cartas da conservação do Colégio Eleitoral, havia conseguido manter somente 35% dos votos no Congresso Nacional. Era muito difícil que as representações estaduais, onde havia uma forte presença dos governadores da oposição, pudessem neutralizar essa situação negativa dentro do Colégio Eleitoral para Presidente da República.

É assim que assistimos a uma mudança muito significativa do processo político. Até a campanha das “Diretas Já” o candidato mais forte do Colégio Eleitoral seria aquele designado pelo PDS. Entre esses candidatos o primeiro deles era o vice-presidente Aureliano Chaves, que tinha várias vantagens: a primeira delas de ser parte do velho grupo Geisel e da velha UDN e contar com o apoio desse setor. Contudo, Golbery do Couto e Silva já havia rompido com Figueiredo, como resultado da atuação de seu chefe de gabinete civil, Leitão de Abreu, por ocasião das eleições de 1982. Portanto, o grupo Sorbonne já não tinha condições de que o presidente Figueiredo indicasse Aureliano Chaves como seu sucessor.

Colocado nessa situação, Aureliano começa a debilitar-se. Ele já havia feito um acordo com Tancredo Neves, que tinha controle dos setores mais conservadores da oposição, para que esta o apoiasse como candidato do PDS: Tancredo Neves, logo depois da sua eleição como governador de Minas Gerais, lançou a tese de um candidato de consenso para Presidência da República, isto é, um candidato do PDS que fosse aceitável para a oposição. Traçando assim o perfil de Aureliano Chaves que, dentro dos candidatos do PDS, era inegavelmente aquele que tinha mais trânsito com a oposição e que defendia com mais clareza teses favoráveis à liberalização política do país e ao processo de abertura política. Porém, com a luta interna dentro do poder e o afastamento de Golbery, Aureliano perde as possibilidades de ser o candidato natural do Presidente da

República, apesar dos apoios internacionais com que contava manifestados na sua viagem aos Estados Unidos em 1979, e que analisamos naquela época¹⁰.

Na medida em que Aureliano começava a perder força, crescia o candidato por excelência do grupo militar que havia sempre disputado o poder com o grupo Castelista (ou Sorbonne, ou Geisel, ou Golbery). Esse grupo triunfou com a imposição de Costa e Silva, conseguiu manter-se no poder com o Ato Institucional n. 5, impôs a presidência de Médici e tentou se impor outra vez com o general Frota, iniciando sua decadência ao ser derrotado. Ele renasceu em torno de Andreazza, uma figura militar com grande trânsito nos setores econômicos ligados à construção civil, os quais eram os principais beneficiários dos enormes recursos que ele mobilizava no Ministério de Obras e Transporte.

Esses grandes investimentos, no entanto, começavam a diminuir nos anos 80, quando os empréstimos internacionais iniciam sua queda. No início do governo do general Figueiredo, entre 1979 e 1980, vai ocupar o Ministério da Fazenda o Sr. Mário Henrique Simonsen, com a perspectiva de iniciar o reajuste fiscal e financeiro da economia. Mas este reajuste tinha consequências recessivas, o que causava oposição nas forças econômicas de base nacional, que pretendiam continuar o processo de crescimento e de investimento sem ver que as torneiras internacionais paravam de jorrar. A oposição desses setores foi vitoriosa e levou à volta de Delfim Neto ao Ministério da Fazenda e à tentativa de retomar uma política de “crescimento com controle da inflação”, com resultados bastante negativos, já que adiou-se mais uma vez as medidas de controle e de estabilização monetária.

Dentro deste quadro, o Sr. Andreazza continuou contando com recursos extremamente importantes, mesmo nas eleições de 1982. Esses recursos não foram bem aproveitados, pois ele

10. Veja-se nosso artigo com Hebert de Souza (1979). Las relaciones Estados Unidos – Brasil bajo la administración Carter. *Cuadernos Semestrales – Estados Unidos; Perspectiva Latinoamericana*, n. 5, CIDE, México.

foi derrotado, inclusive no Rio de Janeiro, onde despejou recursos colossais para opor-se ao candidato extremamente difícil para o sistema assimilar, que era o futuro governador Leonel Brizola.

O resultado dessa política de gastos irresponsáveis foi a criação de uma situação econômica extremamente difícil. A longo prazo, essa política econômica aventureira debilitou enormemente as perspectivas do grupo no poder. Depois das eleições de 1982, as dificuldades econômicas vão se ampliar ainda mais até chegar-se à vergonhosa escassez de divisas e liquidez internacional em 1982. O país se viu engolfado também pela crise mexicana do pagamento da dívida, que criou uma situação internacional na qual a abertura de créditos se fazia cada vez mais limitada e inviável.

Internamente, fazia-se cada vez mais necessário controlar os gastos estatais. A presença do Fundo Monetário Internacional como um elemento de pressão crescente comprometia cada vez mais a soberania do país, aumentava as dificuldades para conduzir uma política autônoma e demonstrava a irracionalidade da política econômica de Delfim Neto. Tudo isso foi levando a um aumento da pressão do FMI, com visitas permanentes até descobrir por onde estava havendo um furo no seu controle da política financeira do Brasil. Ele buscava a origem do enigma de como se conseguia controlar as emissões de dinheiro sem com isso controlar a inflação. Descobriu-se que o Sr. Delfim Neto restringia realmente as emissões de dinheiro mas aumentava a dívida pública interna maciçamente.

Ao receber recursos através do endividamento interno, o governo mantinha um campo de investimento para o capital financeiro nacional, e entrava no período chamado de da "ciranda financeira", no qual as taxas de juros internas vão se elevar enormemente atraindo os capitais para investir na poupança pública. Mas esta não era de fato uma poupança, pois esses enormes recursos que o Estado estava retirando da capacidade de investimento do país se destinavam a pagar a dívida externa e raramente a manter uma política de investimento interno. Estes, quando existiam, tinham um conteúdo fundamentalmente político, de atendimento aos interesses da candidatura de Andreazza.

Dessa forma, o controle do Brasil por esse grupo começava a se converter numa tragédia nacional extremamente grave, porque seus membros eram já decadentes, indispostos totalmente com a população, sem capacidade de apoio internacional e sem meios de mobilização interna. Este grupo continuava sugando o Estado brasileiro em favor de um capital financeiro emergente e de um grupo de investidores e especuladores. De sentido clientelístico, ele reduzia toda sua estratégia à conservação e sobrevivência do próprio grupo, já extremamente desgastado.

Era natural que a população brasileira e a própria maioria da classe dominante aumentasse sua insatisfação e aprofundasse a sua percepção de que esse sistema político era inviável e tinha que ser derrubado. Não foi possível derrubá-lo pela via do voto direto para presidente. Isso em parte pela capacidade de mobilização que ainda restava ao grupo político no poder, mas também pela dificuldade das nossas elites aceitarem uma confrontação maior com o regime e o medo de uma resposta militar desfavorável. Apesar de que, nesse momento, os militares já estavam profundamente divididos e dificilmente se arriscariam a confrontar-se com uma vontade nacional tão claramente manifestada como aquela a favor das eleições diretas.

O resultado, portanto, será inevitável. O Sr. Andreazza, como candidato da conservação do sistema, se via numa situação extremamente difícil e sem contar com os meios suficientes para a sua sobrevivência. A saída do grupo Golbery do governo começava a inviabilizar também a candidatura Aureliano, mas restava ao grupo Golbery a necessidade de derrotar Andreazza dentro do PDS. Para derrotar Andreazza a candidatura Aureliano não servia. Esta era uma candidatura que deveria ser preservada para um apoio político mais amplo, para abrir-se à oposição.

Era necessário dividir o próprio setor mais conservador e mais reacionário. A candidatura ideal para isso era a terceira candidatura do PDS, Paulo Maluf, que vai ser apoiado por Golbery e todo o seu esquema de influência sobre a imprensa. Esta converterá Maluf numa das figuras mais discutidas do país, permitindo então o seu crescimento. Não pelos seus

méritos para alcançar a presidência, mas pela sua capacidade de corrupção que é destacada como uma forma de atrair votos de corruptos dentro do próprio PDS com o objetivo de derrotar Andreazza. Tratava-se de mostrar que quem tinha dinheiro não era Andreazza, e sim Maluf, e que as possibilidades de Andreazza eram extremamente limitadas. Golbery foi muito claro nesse sentido ao dizer que a candidatura Aureliano era “muito ética” e não podia enfrentar uma campanha desse tipo.

Durante este período Golbery foi nomeado por Tancredo Neves para ser um dos curadores da restauração do Colégio Caraça em Belo Horizonte, razão pela qual se viram freqüentemente nesse período, não em função do Caraça, mas para preparar o desgaste político de Maluf logo que triunfasse dentro do PDS e se inviabilizasse a candidatura Andreazza. Isso foi feito imediatamente depois que Maluf derrotou Andreazza. Se como competidor de Andreazza Maluf não podia ser derrotado, pelas mesmas razões não poderia enfrentar a candidatura da oposição. Não se tratava mais de uma luta contra o corrupto. Maluf se enfrentava agora a um candidato legitimado pela sua lisura na vida pública.

Como estava previsto, no dia seguinte à sua vitória, Golbery já havia abandonado a sua candidatura aos cães e já havia, de fato, passado para a candidatura de Tancredo Neves. Ao mesmo tempo, todo o seu grupo de liberais rompia com o PDS, principalmente o seu chefe Aureliano Chaves, para vir a constituir um novo Partido da Frente Liberal, que estabelecerá a Aliança Democrática que apoiará a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, Aureliano Chaves indicará para vice-presidente de Tancredo o presidente do Partido Democrático Social, o Sr. José Sarney. Como para ser vice-presidente de Tancredo este não poderia filiar-se ao PFL, o novo partido liberal, ele teve que se inscrever no PMDB, partido que derrotara dramaticamente na campanha das “Diretas Já”, derrota recente e de gosto amargo para o PMDB e para toda a população brasileira. Contudo, o acordo se deu e o Sr. Sarney será então vice-presidente de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e por ações do destino será de fato o Presidente da República, já que Tancredo Neves não pôde assumir a presidência depois de haver triunfado de maneira acachapante no Colégio Eleitoral, reduzindo o Sr. Maluf a 180 votos num colégio de 660.

5. A morte de Tancredo Neves, o governo Sarney, o Plano Cruzado e a Constituinte de 1986

Assistimos assim a uma estranha manipulação da história. Manipulação tão trágica que grande parte do povo brasileiro nunca acreditou nela, atribuindo a morte de Tancredo Neves a um ato conspirativo. Mas, verdadeira ou não essa conspiração, o fato é que o grupo que comandou a ditadura militar vai conseguir mais 4 anos no poder, que se prorrogam em 5, pois o agora presidente Sarney vai conquistar no Congresso um ano a mais de governo.

Essa situação foi extremamente desafortunada. Se as medidas do Ministro Leitão da Cunha, tomadas em 1982, haviam dificultado o processo de clarificação ideológica e política do país e a sua diversificação partidária; se a derrota no Congresso da proposta das "Diretas Já" havia causado uma deceção profunda no povo brasileiro e uma demonstração da falta de combatividade das elites oposicionistas e políticas e de falta de sensibilidade das classes dominantes para com as aspirações da população, a indicação de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral parecia resgatar em parte estes fracassos anteriores. Mesmo que ela representasse uma conciliação política extremamente confusa, ela era manejada por Tancredo com uma maestria excepcional, que permitia conciliar interesses inconciliáveis dentro de uma clara retomada de um caminho liberal e democrático. Com a ascensão de seu vice, José Sarney, cria-se uma situação completamente nova.

Sarney não tinha apoio popular, não tinha apoio na elite política também, já que ela percebia o rumo das mudanças que estavam ocorrendo no país, não tinha apoio no partido majoritário, que era o PMDB, do qual era membro por circunstâncias muito especiais e tinha dificuldade inclusive de manter a aliança liberal que Tancredo havia constituído.

Contudo, Sarney vai trabalhar no sentido de resolver esses problemas. Qual seria a melhor maneira de resolvê-los? Apelar para um apoio popular mais forte que pudesse lhe assegurar capacidade de negociação. É assim que vimos posta em questão, mais uma vez, o estabelecimento de uma política econômica mais moderada. Tancredo Neves havia designado como

seu Ministro da Fazendo o seu sobrinho Francisco Dornelles, homem do PFL, de posição moderada e capaz de atender, em grande parte, aos desígnios do FMI numa política de estabilização monetária, controle de gastos estatais, etc. Já para Sarney era difícil manter essa política que exigia mão forte sobre a própria classe dominante e também sobre as aspirações populares que viam nele um inimigo a ser acatado a todo momento. Ele não gozava da confiança popular e das elites que tinha Tancredo. Este podia realizar "concessões" a uma política econômica mais conservadora. Sarney, ao confirmar uma política de estabilidade monetária, estaria confirmando sua origem como presidente do partido da ditadura.

Assim vemos uma rebelião das forças econômicas do país, sobretudo daquelas ligadas ao capital nacional, mas inclusive certos setores do capital multinacional, interessados em manter o crescimento econômico. Vemos também aquela massa de pequenos proprietários do interior do país que terminou adeirando ao PMDB, sentindo-se extremamente insatisfeita com este partido ao seguir uma política econômica do FMI. Vemos esse conjunto de fatores levando à queda do Ministro da Fazenda de Tancredo Neves e à abertura de uma nova fase em que a política econômica do país tentará, de maneira atabalhoadas e aventureira, opor-se às tendências naturais de contenção de gastos, que visavam arrumar a casa sob fortes pressões internacionais do FMI.

Há uma rebelião dentro da classe dominante brasileira, sobretudo desses setores intermediários que ganhavam força com a vitória do PMDB e que buscaram então em torno do Plano Cruzado de Dilson Funaro, industrial muito expressivo dessa corrente, uma alternativa política do FMI. Esta visava mais uma vez colocar o país no caminho do crescimento econômico e criar as condições para pôr em prática transformações que estavam paralisadas desde a década de 70 e que pareciam inevitáveis agora, em que o PMDB, a oposição, chegava ao poder.

Pois bem, aqui estamos diante do período do Plano Cruzado, que vai provocar uma situação nova, uma tentativa de acelerar as transformações econômicas e políticas, que não vai, contudo, às bases, aos pontos nevrálgicos que tinham que ser

tocados para que essas transformações se dessem. Vemos uma política de crescimento econômico sem reformas de base, de transformações financeiras e busca de moeda forte, sem aumento de capacidade de negociação internacional, com o desperdício e o descaso mesmo das reservas em divisas do país. Vemos uma política antiinflacionária fundada na idéia da inflação inercial que foi a chave do pensamento econômico heterodoxo. E esta política se dá num momento em que o processo político brasileiro começava a ganhar uma dinâmica especial que realiza a passagem da proposta de simples abertura política para uma proposta mais radical, mais profunda: a proposta de redemocratização política do país e do estabelecimento de uma Nova República tal como Tancredo anunciou nos seus discursos de campanha.

Essa política tinha um fundamento mais moderado na sua concepção original, que se refletia no ministério já escolhido por Tancredo Neves, o qual foi imposto a José Sarney no primeiro momento. Mas este ministério será deslocado mais para a esquerda com a queda do seu Ministro da Fazenda e a introdução de um ministro do PMDB, o Sr. Dilson Funaro, expressando as correntes mais radicais do PMDB. Logo em seguida esta radicalização se acentuou no plano político, no sentido de romper definitivamente com o regime da ditadura, convocando uma Constituinte. Tancredo não pensava em convocar uma Constituinte e sim em transformar o Congresso existente em Congresso Constituinte, com a atribuição de *rever* a Constituição de 1967, ainda em vigor. Terminou-se convocando um Congresso Constituinte que seria formado pelos deputados e senadores eleitos em 1986. Estranha situação, na qual uma Assembléia Constituinte continuava existindo após a votação da nova Constituição. Uma situação extremamente antiética, pois a mesma Assembléia que votou uma nova Constituição para o país beneficiou-se da mesma com mais dois anos no poder, sem consulta popular. Essas dificuldades que analisaremos no próximo capítulo revelam, ao mesmo tempo, a força e a debilidade da proposta de uma redemocratização através da Nova República.

DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA À CRISE DA NOVA REPÚBLICA: DE TANCREDO A FERNANDO HENRIQUE

1. Auge e fracasso do Plano Cruzado

Vimos que a evolução da Nova República gerada pelo compromisso de Tancredo Neves entre as forças conservadoras, reacionárias e progressistas vai ser questionada pela precipitação da crise econômica do país. A economia já tinha alcançado o seu momento mais crítico no governo Figueiredo: desde 1979 o país não conseguia crescer, o Produto Interno Bruto havia caído de 14% para 9% em 1974 e 5,2% em 1975; voltou a crescer a 9,8% em 1976; caiu a 4,8% em 1977-1978; subiu outra vez a 7,2%, 9,1% entre 1979 e 1980; caiu novamente a -3,1% em 1981; 1,1% em 1982 e -2,8% em 1983, para outra vez crescer em 1984 a 5,7%.

Em seguida, novamente sob a inspiração das forças pemedebistas que concentraram-se em torno do Plano Cruzado e reergueram as energias do capital nacional e do Estado brasileiro, volta a apresentar-se em 1985-1986 um crescimento de 8,4%, para cair em 1987 a 2,9%. Desta maneira, as esperanças de crescimento econômico não abandonaram a classe dominante, sempre com a idéia de um crescimento econômico que não exigisse reformas estruturais, não tocassem na concentração da renda e não exigisse uma reforma agrária. Ou seja: um projeto histórico que não exigisse nenhuma transformação política e econômica importante no Brasil.

O Plano Cruzado é uma expressão disto. Ele refletiu a capacidade de sempre colocar de lado essas questões básicas, que a classe dominante brasileira vem curtindo e cultivando há anos. Em vez de propor reformas, em vez de explicar a relação entre a inflação, a luta de classes e os interesses em jogo, elaborou-se uma teoria da inflação “inercial”. Ela tenta explicar a inflação pelos mecanismos de expectativa inflacionária de tal forma que, como num campo de futebol em que todos estão em pé nas arquibancadas e não se pode ver o campo, se se conseguisse que todos se sentassem ao mesmo tempo se voltaria a vê-lo. Tudo é uma questão de sincronizar comportamentos. Esta idéia de neutralidade chegou a um tal ponto que no Plano Cruzado se tentou inclusive estabelecer uma média salarial para justificar um não-reajuste salarial que permitisse aos trabalhadores recuperar as rendas que perderam devido à inflação do período anterior. Não se deu o reajuste completo em nome da existência de uma suposta média salarial, que corresponderia não ao salário reposto no ponto mais alto de seu valor, mas sim uma média entre este ponto mais alto e o ponto mais baixo da perda inflacionária. Seria esta média que se asseguraria através da estabilização dos preços.

Por qual razão se considerava como o salário legítimo dos trabalhadores a média e não os picos? Como sabemos, mesmo os picos são salários ainda extremamente baixos e, portanto, ainda extremamente punitivos para a classe trabalhadora. Surgia então a estranha teoria de que esta média arbitrária equivalia à inflação zero. Reajustar os salários em todo seu valor seria “inflacionário”... Tratava-se, pois, de encontrar este ponto neutro igual à “inflação zero”, que se conseguiu impor à economia através do controle radical de preços e através do mecanismo da criação da expectativa generalizada de que a idéia tinha que dar certo¹.

1. A literatura sobre o Plano Cruzado foi uma das mais extensas do país. Talvez um dos balanços mais em profundidade do grupo que mais se identificou com o ministro Dilson Funaro, responsável pelo plano, esteja na obra coletiva organizada por Belluzzo e Batista Júnior (1992) e publicada como ensaios em homenagem a Dilson Funaro. O leitor encontrará neste trabalho ampla bibliografia sobre o tema.

O controle de preços foi apoiado imediatamente pela população. Criaram-se então os famosos “fiscais do Sarney”, que buscaram transformar em realidade a política de contenção de preços. Nós vamos assistir, então, entre março de 1985 e as eleições de novembro de 1986, a uma grande farsa política neste país, que consistia nos seguintes pontos:

Em primeiro lugar, na falsa idéia de que a inflação tem origem num fenômeno *inercial* e que, portanto, ela seria controlada no momento em que toda a sociedade deixasse de ter uma expectativa inflacionária.

A segunda farsa vinha da tese de que era possível o controle de preços através dos mecanismos burocráticos de controle exercido por um Estado extremamente debilitado, como o Estado brasileiro, através de convocação de uma opinião pública inestável e pouco ativa, como a opinião pública brasileira, e da utilização dos meios de comunicação (que nunca estiveram nem nunca estariam a serviço do controle de preços, pois são um órgão do capitalismo de Estado e do Capitalismo selvagem brasileiro).

Em terceiro lugar, a farsa também consistia na idéia de que as medidas anti-recessivas, de caráter temporário e não estruturais, poderiam afastar as pressões inflacionárias. A farsa se tornava ainda mais perigosa quando se instigava a população ao consumo, para aproveitar um controle de preços que realmente conseguiu estabilizar-se por um momento. Ela passa a comprar entusiasmaticamente e a “queimar” suas poupanças, que passam a receber taxas de juros baixas. O governo e as empresas voltam a investir, não em obras de longo prazo, mas em atividades de curto prazo. Cria-se uma reativação econômica de curto prazo, que aproveita a liquidez gerada pela utilização irresponsável da poupança pela população. A farsa se faz ainda maior quando se exige dos trabalhadores que aceitem permanentemente o princípio da média salarial para garantir o fim da inflação.

De fato, a população, sob o controle de uma imprensa extremamente monopolizada, faz-se participante de uma mobilização de caráter totalitário em que qualquer discordância do Plano Cruzado provocava respostas brutais e violentas, e

gerava ações exaltadas dos que estavam no poder e das amplas maiorias que apoiam o Plano. Sob a influência dos meios de comunicação forma-se um consenso ativo e excludente.

Esta forma totalitária de ação da imprensa, que levou inclusive ao apoio de quase 97% da população ao Sr. José Sarney, se reflete no processo eleitoral. As eleições de 1986 vão assegurar ao PMDB a maioria quase que absoluta do país, só perdendo em um Estado da Federação. Inclusive através de uma aliança conservadora, o PMDB retoma o governo do Rio de Janeiro. Darcy Ribeiro, o candidato de Leonel Brizola, que tinha sido o único político no país a enfrentar e criticar abertamente o Plano Cruzado, é derrotado pela aliança das forças conservadoras, além da divisão do campo popular. Mesmo o Partido dos Trabalhadores, o PT, que sentia as limitações graves impostas pelo Plano Cruzado aos salários dos trabalhadores, teve medo de enfrentar abertamente o Plano Cruzado e mostrar o seu caráter de farsa.

Este conteúdo de farsa, que não foi muitas vezes entendido pelas pessoas que participaram desse processo, muitas delas tentando sinceramente aplicar uma política que pensavam ser progressista, empurrou o Plano Cruzado (que começava a fazer água já em agosto) até as eleições de novembro. Criaram-se inclusive episódios artificiais de confrontação com os donos de gado que permitiram o crescimento da candidatura Quécia em São Paulo.

Depois desta vitória eleitoral totalmente alicerçada na aplicação do controle de preços, 10 dias depois, de uma maneira brutal e num desrespeito total pela opinião pública, o governo revoga o controle de preços e aplica o Plano Cruzado II, que reajusta tarifas em setores cruciais da economia, algumas vezes em mais de 100%. Aceitava-se, portanto, a existência de uma situação inflacionária real, não reconhecida antes pelo Plano, e provoca-se um impacto inflacionário que fez com que o governo perdesse totalmente o controle dos preços e de toda a economia. O que levou, portanto, ao fracasso do Plano Cruzado II.

Poucas pessoas perceberam que isto provocou por parte da opinião pública um juramento definitivo: o PMDB não reele-

geria candidato para a Presidência da República nas próximas eleições. Pouca gente acreditou nisso, inclusive o próprio presidente do partido, Ulisses Guimarães, que partirá para uma campanha eleitoral em 1989 em que, representando o partido que teve quase 97% do apoio da opinião pública em 1986, vai alcançar cerca de 4% dos votos para Presidente da República em 1989, revelando que este juramento de morte era muito claro e muito definitivo.

Dessa forma, o povo brasileiro vivia mais uma frustração. Depois da campanha das “Diretas Já”, que fora derrotada no Congresso, passa a comover-se com a perspectiva da vitória de um governo de composição no Colégio Eleitoral, tendo Tancredo Neves na liderança, para depois de assistir a José Sarney, presidente do partido da ditadura, assumindo o poder na qualidade de seu vice-presidente. Esse mesmo povo vê, de repente, no Plano Cruzado a potencialidade de uma intervenção econômica a favor da classe trabalhadora, mesmo com salários recortados, na medida em que a contenção de preços favorecia uma certa estabilidade salarial. A alta liquidez criada havia permitido uma recuperação da economia e fazia voltar outra vez o crescimento econômico. Mas novamente a decepção: o Plano Cruzado II e a volta da inflação, a perda de controle dos preços, a queda do crescimento econômico, a volta do desemprego e a perda do controle político e econômico do país.

2. O avanço popular e a resposta da direita: Fernando Collor

O que é que nós podemos concluir desse processo? A classe trabalhadora, sobretudo os setores populares mas também importantes setores da pequena e média burguesia, da classe média assalariada e dos profissionais orientam-se fundamentalmente para uma perspectiva de oposição, de crítica ao sistema, de desencanto com todo tipo de *establishment*. Essa primeira reação vai se manifestar logo nas eleições municipais de 1987, que se fizeram devido à volta das eleições nas capitais onde cresceram novamente o PT, o PDT e as forças não-comprometidas com o processo político do Plano Cruzado. É assim que o PT elege o prefeito de São Paulo, o PDT elege o prefeito

do Rio de Janeiro, e o PSDB, que havia se desprendido do PMDB, elege o de Belo Horizonte.

As forças de oposição não comprometidas com o PMDB parecem agora despontar como uma grande perspectiva política no país. Era necessário para a classe dominante pensar profundamente como responder à ameaça de que a Presidência da República caísse nas mãos dos candidatos destes movimentos. Os estudos de opinião davam a Leonel Brizola e a Lula uma posição majoritária no país, indicando inclusive a possibilidade de que fossem para o segundo turno essas duas candidaturas. Era necessário criar uma capacidade de mobilização para atender a este novo quadro político.

Ademais, o funcionamento da Constituinte, já em plena ação, mostrava que as forças de esquerda, apesar de minoritárias dentro da Constituinte, formavam um núcleo muito mais consequente que a direita e com condições de atuar a partir do respaldo de uma forte mobilização popular. Os movimentos sociais de todos os setores (desde os antigos movimentos sindicais e camponeses e favelados até os novos movimentos de mulheres, das associações de bairro, dos índios, dos consumidores, etc.) vinham à Constituinte pressionar por uma Constituição, que refletisse as aspirações desses setores excluídos politicamente durante a ditadura militar. Nesse novo clima eles se expressavam para definir uma carta magna que atendesse às aspirações das maiorias. Projetavam, portanto, suas aspirações num documento constitutivo de uma nova república que deveria fundar uma nova fase da história política do país².

A direita sente-se ameaçada sobretudo no direito de propriedade quando a questão da reforma agrária é retomada. Como sempre ocorre nessas circunstâncias, produziu-se o agrupamento do núcleo das forças de direita em torno dos proprietários de enormes áreas rurais. Agora já não se tratava dos velhos latifúndios improdutivos, mas de propriedades rurais modernas, exploradas por empresários capitalistas. Con-

2. Sobre a Constituinte de 1988 veja-se nosso livro (1991): *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Vozes, Petrópolis.

tudo, nesta economia, a propriedade da terra é ainda uma das fontes essenciais do poder econômico. A possibilidade da reforma agrária vai levar à mobilização das forças de centro-direita dentro do parlamento para garantir as medidas de interesse das forças conservadoras. Forma-se assim o *centrão* dentro do parlamento e se esclarece aquilo que já estava bastante claro: uma grande parte do PMDB vai constituir o núcleo do *centrão* e não só o PDS e o PFL. O agrupamento das forças conservadoras mostrava assim que o seu leque chegava até (e bastante fortemente) dentro do PMDB, levando a esquerda e as forças de centro-esquerda a um isolamento dentro do parlamento, extremamente perigoso para as conquistas sociais dos trabalhadores, que o *centrão* só não conseguiu desfazer devido ao momento já tardio da mobilização da direita.

O estabelecimento de uma Constituição bastante progressista e moderna que conseguiu resistir inclusive às fortes ofensivas da direita, mostrava que o núcleo de forças de centro-esquerda no país havia se reforçado entre a eleição de Tancredo Neves e o fim das atividades constituintes do Congresso eleito em 1986. Era claro que se o Congresso tivesse sido eleito em 1987 teria um conteúdo mais progressista ainda. Era claro também que a direita perdia a cada momento a possibilidade de erguer uma candidatura nacional capaz de neutralizar as potencialidades das candidaturas da esquerda. Seus nomes políticos desmoralizados indicavam a necessidade de buscar uma fórmula de centro-esquerda para o avanço e a sobrevivência do capitalismo³.

O PSDB havia sido criado às vésperas das eleições presidenciais como uma dissidência do PMDB. Este partido pretendia ser uma formação eminentemente doutrinária, um seguidor da doutrina socialdemocrata (estranhamente, colocou na sua presidência um democrata cristão notório: o Sr. Franco Montoro). É difícil definir, contudo, o que seja uma doutrina socialdemocrata. Na verdade, o programa atual da socialdemocracia foi um resultado das alianças estabelecidas pelo movimento

3. Sobre a articulação da direita para as eleições de 1989 veja-se o livro de René Dreiffus (1989), *O jogo da direita*. Vozes, Petrópolis.

operário europeu, cujas posturas programáticas e doutrinárias têm oscilado muito. É, pois, muito difícil conceber um partido socialdemocrata que não seja uma emanação do movimento operário e sim um agrupamento de políticos e intelectuais "socialdemocratas". Na prática, o PSDB tentou conciliar uma postura de oposição com compromissos com a ordem estabelecida. Ofereceu à classe dominante brasileira a candidatura do senador Mário Covas, buscando refletir os interesses de um capitalismo modernizado, e propôs "um choque capitalista" que permitisse ao capitalismo brasileiro romper suas amarras com comportamentos "pré-capitalistas", oligárquicos, estatizantes, e sobretudo com as suas formas "selvagens", para adotar um conteúdo socialdemocrata mais avançado. Vemos assim, ao contrário da experiência européia, em que os governos socialdemocratas refletiam a aceitação pelo movimento operário de um capitalismo reformado, o intento de criar uma socialdemocracia pequeno-burguesa que fizesse concessão aos trabalhadores. Esta intricada construção não foi assimilada nem pela classe dominante nem pelo movimento operário.

O PT e o PDT, partidos com efetivas raízes nas forças populares, refletem mais diretamente a experiência da socialdemocracia européia nas condições brasileiras, sem, no entanto, postulá-la⁴. Ambos propõem manter o capitalismo, porém renovando-o, sobretudo, com um forte conteúdo social. A diferença entre eles estava principalmente no que diz respeito à questão nacional: enquanto o PT colocava muito em segundo plano a questão nacional, o PDT, particularmente a candidatura de Leonel Brizola, dava especial ênfase ao que ele chama de "as perdas internacionais", que seriam uma das causas fundamentais da crise econômica do país e da sua inviabilidade como nação. Esta colocação deveria ser muito forte no contexto de um país que discutia como questão fundamental o pagamento da dívida externa e que já tinha pago durante os quatro anos anteriores juros desta dívida, quase iguais ao montante global

4. Sobre a evolução da socialdemocracia no pós-guerra, veja-se Guillaume Devin, *L'internationale socialiste (1945-1990)*, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1993.

da mesma, país que chegara a desbaratar setenta bilhões de dólares para manter a mesma dívida e se via conduzido a uma recessão brutal, sem saída visível a médio prazo.

Contudo, a classe dominante desconfia de todas essas fórmulas e não adere nem à candidatura que lhe foi oferecida de bandeja, como a de Covas, nem às candidaturas mais de esquerda, como a de Leonel Brizola e Lula, e tampouco às demais, essas sim bastante desgastadas como a de Ulisses Guimarães (que estava associado demais ao Plano Cruzado, o que também prejudicava muito Covas).

Um fator a mais colocou a direita numa situação difícil: as aspirações de Sarney de aumentar de quatro para cinco anos seu período presidencial. Ao passar de 1988 para 1989 o fim do mandato presidencial tentava-se de fato ganhar tempo e evitar a confrontação imediata pelo poder presidencial devido à ameaça de uma vitória de Leonel Brizola que naquele momento estava, em todas as pesquisas de opinião pública, bastante distante dos outros candidatos. Dessa maneira, se realiza um acordo entre o centrão e o presidente Sarney em que se distribuem cargos, concessões de televisão e vários outros bens públicos para obter a votação a favor de mais um ano para o presidente. Foi neste contexto que se gerou a expressão que se fez corrente de que a política seguiria a máxima de São Francisco: “é dando que se recebe”.

Esse acontecimento político provocou um sentimento profundo de repúdio da população ao Parlamento. Agregava-se a este escândalo vários outros e o fato de que, num certo momento, o Parlamento parecia próximo a instalar um regime parlamentar que deveria transformá-lo em poder único no país. A possibilidade de que isso ocorresse gerou por parte da população uma indignação muito grande.

Todo esse quadro acentuou enormemente a idéia de que o regime político, seus representantes e suas políticas econômicas, estavam todos numa crise definitiva e que era preciso passar o país a limpo. As eleições presidenciais de 1989 vão refletir este sentimento.

Neste contexto, surge uma candidatura criada basicamente por uma campanha televisiva. Trata-se do jovem governador

de Alagoas, filho de um senador da antiga UDN e neto de uma das grandes figuras da república (cujo nome, Collor, termina sendo sua identificação política, apesar de ser parte da sua linhagem materna), ex-prefeito de Maceió nomeado pelo regime militar, ex-deputado pelo partido da ditadura, o PDS, eleito governador pelo PMDB, sócio da Rede Globo de Televisão (proprietário de uma reproduutora da mesma em seu Estado, Alagoas). Em contraste com este perfil típico da oligarquia dominante, havia o candidato Fernando Collor, personagem de televisão: rapaz jovem, bem apessoado, agressivo, capaz de assumir qualquer posição que fosse necessária para sua chegada ao poder. Collor é apresentado ao país como um jovem governador que luta contra as oligarquias do nordeste e os aproveitadores dos cofres públicos (os "marajás" brasileiros), protetor do meio ambiente, combativo defensor dos pobres e "descamisados". No princípio, tudo indica que se tratava de um candidato não para disputar a cabeça da chapa eleitoral, mas que apoiado tão firmemente pela Rede Globo, poderia negociar, por exemplo, a posição de vice-presidente na chapa de Covas.

O *establishment* brasileiro se renovava e se dispunha a apoiar uma chapa presidida pela socialdemocracia e tendo como vice um jovem "caçador de marajás", protetor do dinheiro público.

Contudo, este acordo parecia pouco atrativo para a candidatura Mário Covas. Naquele momento a candidatura Collor era uma montagem da Rede Globo com índices de opinião pública ainda baixos e falsamente valorizados. Mas, na medida em que esta candidatura assume um conteúdo de crítica, e mais do que crítica, de questionamento radical da ordem estabelecida, ela vai acolher o sentido de contestação, de rebeldia e de ressentimento contra a situação do país e contra o papel dos políticos.

É assim que este candidato, que encarnava a luta contra os "marajás", os aproveitadores do poder público, começa a encarnar a luta contra todas as formas de autoridade e pela moralização do país, que se expressa num confrontamento muito duro com o próprio Presidente da República, José Sarney, que se encontrava então no seu ponto mais baixo de prestígio. O

fato de que Collor não trazia partido, não trazia uma máquina, e com isso se apresentava como alguém totalmente independente, capaz, portanto, de tomar as atitudes necessárias para deter a “corja” que havia controlado e que controlava o país, aparecia como outra vantagem para uma opinião pública desiludida com “os políticos”.

De maneira impressionante essa candidatura ganha força e cresce dentro do vazio político criado pelos partidos de centro-direita tradicionais: o PMDB estava condenado pela sua participação na farsa do Plano Cruzado; o PFL e o PDS como expressão da ditadura; o centrão como expressão da unidade das forças conservadoras que tinham dado mais um ano a Sarney. Tudo isso havia criado realmente um vazio político extremo para o setor mais conservador da população que queria “dar o troco” a todos esses políticos. Este candidato se apresentava como o mais radical, o mais duro na confrontação com essas forças, ao que agregava a juventude, o bom-mocismo, a boa interpretação na televisão e o apoio ostensivo e definitivo do monopólio da televisão no país, o Sistema Globo de Televisão.

Neste contexto foi possível ocultar da opinião pública dados essenciais sobre Fernando Collor de Melo que já ressaltamos, tais como: era um filho da ditadura, que havia ocupado a Prefeitura da capital de seu Estado, indicado e imposto pelo governo ditatorial; que havia votado em Paulo Maluf, contra Tancredo Neves no Colégio Eleitoral; que havia se utilizado do Plano Cruzado como candidato do PMDB para eleger-se governador do seu Estado, Alagoas; além de ser membro de uma família tradicional da UDN, das antigas forças conservadoras e de ser uma figura típica da oligarquia no país. Todas essas características combinadas revelavam uma figura mais conservadora do que rebelde. Mas era necessário ocultar, sobretudo, seu temperamento extremamente violento, seus vícios pessoais e suas truculências que vinham desde a juventude em Brasília. Fernando Collor de Melo era uma expressão perfeita do “filho de papai”: truculento filho das famílias oligarcas do Brasil.

Contudo, a campanha televisiva conseguiu ocultar todas essas questões para apresentar Collor como um super-homem

que rompia todos os obstáculos e que entregava ao povo a força de sua juventude e da sua decisão e que manteria esse espírito combativo para enfrentar todos os inimigos do povo. Era uma retomada, em muitos sentidos, da experiência Jânio Quadros. A direita se apoava sobre um candidato de conteúdo populista que se dirigia fundamentalmente às massas dos descamisados, à grande massa da classe média baixa, pobre e marginalizada do país que deu a votação de Collor (e que também havia sido a base política de Jânio Quadros).

Outra vez, a classe dominante recorria a essas figuras messiânicas com capacidade de aglutinação para dar-lhe, em seguida, o apoio do voto conservador, do voto da classe média-alta e das demais classes favorecidas do país. Esta tem sido sua maneira de assegurar uma maioria eleitoral contra a ameaça de uma vitória eleitoral da esquerda, sempre postergada por essas táticas que terminam gerando problemas maiores do que pretendem resolver.

Como ocorreu com Jânio Quadros, a vitória de Collor era uma vitória de "pirro", pois ele concentrava enormes contradições que jamais poderia resolver: falava em nome do povo e das classes mais desfavorecidas para servir às classes mais favorecidas, responsáveis diretas pela miséria dessa população. Falava em nome da independência política e da concentração da autoridade advinda do voto, quando era um típico produto de uma máquina política e do controle dos meios de comunicação pela classe dominante.

A vitória de Collor se deu, contudo, por uma porcentagem reduzida, já que a esquerda opôs a ele, não figuras conservadoras que lhe assegurassem uma base institucional (como foi a candidatura do general Lott contra Jânio Quadros) mas uma candidatura radical, que terminou se expressando no segundo turno através da figura de Lula, apoiada fortemente por Leonel Brizola (que, por uma distância muito pequena, ocupou o segundo lugar no primeiro turno e que seguramente teria tido melhores condições para enfrentar Collor no segundo turno).

A esquerda conseguiu arrastar votos de importantes setores da classe média e da pequena burguesia para um candidato que representava um questionamento radical da ordem existente.

De origem extremamente popular, Lula vinha de Pernambuco, um Estado do nordeste, para formar a massa de emigrantes proletários de São Paulo. Ele representava os setores mais explorados do país, enquanto Collor representava, na realidade, a oligarquia nordestina. Operário especializado, elevado à liderança política por sua militância sindical, se enfrentava com um empresário, representante da classe dominante. Líder sindical, Lula tinha uma carreira política identificada com as lutas populares e com uma postura socialista, e propunha transformações profundas que, mesmo não rompendo com o regime econômico capitalista, permitiria reorientar o capitalismo brasileiro na direção de transformações sociais profundas que assegurassem a participação da maioria da população no processo de desenvolvimento econômico e na sua consolidação como nação independente e moderna. Defendia a modernidade, mas a entendia, em primeiro lugar, como uma sociedade na qual prevalecesse uma distribuição de renda mais democrática, enquanto Collor chamava a uma modernização sobretudo ligada a certos padrões tecnológicos de consumo. Esta visão que identifica tecnologia com objetos de consumo sofisticados é típica de uma burguesia abastada e uma oligarquia atrasada. As verdadeiras teorias da modernidade sempre a identificaram com a ausência de grandes diferenças sociais, e com a educação de toda a população através da escola moderna. E mesmo o conceito da pós-modernidade que Collor, de certa forma, tentava manipular, supõe estas características da população.

Portanto, Lula expressava uma modernidade efetiva, enquanto Collor identificava a modernidade com elementos extremamente conservadores e arcaicos. Aliava a idéia de modernidade à imagem de uma liderança messiânica que ele representava e que iria resolver os problemas da população. Ele pedia o seu apoio com frases do tipo: “Não me deixem sozinho minha gente”. Então *ele* era a solução. Portanto, um messianismo arcaico, utilizando inclusive expressões do nordeste arcaico, como certas figuras religiosas messiânicas para atrair o voto das massas mais pobres da região. Em seguida, identificava a idéia de modernidade com tecnologias pretensamente de ponta, como Ferraris e jet-skis, que são simplesmente

aplicações exóticas de tecnologias nem sempre muito avançadas. Por fim, identificava a modernidade com a quebra do Estado, quando nós sabemos que tanto nos Estados Unidos como na Europa ou no Japão a participação do Estado é elemento fundamental da vida contemporânea, com presença permanente na vida dos indivíduos, a eles associados a um conceito de cidadania cada vez mais moderno e mais avançado. A presença do Estado é um dos elementos próprios da modernidade, pois as economias e regimes políticos pré-capitalistas se caracterizam exatamente pela ausência de poder estatal. Nelas, o Estado não tinha força, não tinha presença dentro da sociedade, particularmente nas sociedades feudais.

Dessa forma, a imagem de Collor como expressão de modernidade, como político de oposição, como exemplo de moralidade pública e como campeão dos desfavorecidos era um produto exclusivo da publicidade. Tendo votado num produto publicitário, o povo brasileiro vai viver sua nova deceção. Vitorioso, Collor acredita na sua força política e na sua independência para formar seu ministério. Entre outras demonstrações de sua prepotência, nomeia uma ministra da economia sem prestígio próprio para comandar diretamente este setor estratégico num país em grave crise econômica e financeira. Decreta um plano econômico que pretende, fundamentalmente, apossar-se da liquidez do país e restringi-la drasticamente. Nesse momento, a dívida pública havia mesmo alcançado um nível extremamente elevado. Ao conter essa liquidez se poderia, realmente, conter os mecanismos inflacionários. Mas somente por um certo tempo, pois todos sabemos que sem liquidez a economia não pode funcionar. Sabemos também que a origem do excesso de liquidez da economia era a sua relação com a economia internacional, a sua necessidade de gerar um *superavit* exportador enorme para pagar o endividamento externo. A criação deste *superavit* cria renda, ao pagar os fatores ocupados no processo exportador. Estas exportações não são compensadas por importações a preços baixos, já que este *superavit* tem sido usado para pagar os juros da dívida externa. Essas rendas do setor exportador pressionam uma produção interna bastante modesta, e o Estado, para evitar essa inflação de demanda, paga aos exportadores em títulos da

dívida pública para que não destinem esses recursos à compra de produtos ou a investimentos produtivos que pressionariam a demanda e impulsionariam gravemente a inflação. Ocorre, contudo, que estes títulos têm que ser remunerados com juros cada vez mais altos devido às dificuldades crescentes de caixa resultantes do peso acumulado dessa dívida interna. Portanto, de que adiantaria criar-se, como se criou, um período de controle artificial dessa liquidez, se as suas causas persistiam?

Porém, o mais grave foi o método pelo qual se realizou esse controle da liquidez. Estabeleceu-se uma apropriação compulsória das poupanças de toda a população, num desrespeito absoluto a um instrumento fundamental para o controle da demanda. Desrespeito sobretudo ao trabalho e esforço de grande parte da população, pois a devolução destes recursos, estabelecida e realizada dois anos depois, fez-se evidentemente num valor real inferior, além de haver bloqueado a sua utilização para as necessidades da população de classe média, cuja poupança se faz com grande sacrifício.

Junto a esta desapropriação sumária, Collor adotou ainda um conjunto de medidas de destruição do Estado, caracterizadas pela dispensa maciça e indiscriminada de funcionários, fechamento de órgãos públicos sem nenhum critério e pela privatização irresponsável e até dolosa de empresas públicas. Paralelamente, utilizava-se do medo que a classe dominante nutre pela esquerda para que ela entregasse amplos recursos privados aos seus amigos, e assim pudessem construir uma alternativa política populista de direita. Por sinal, as eleições de 1990 já começavam a mostrar uma insatisfação da população que levara ao retorno, por exemplo, de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio de Janeiro e a uma nova configuração de prefeituras com crescente influência do PT, do PSDB e do PDT. Contudo, esta insatisfação era mediatisada ainda por uma dificuldade da população de identificar exatamente o que estava acontecendo, já que a imprensa, outra vez, cumpria o mesmo papel de desinformar, de colocar a população contra a parede e de dar-lhe falsas informações todo o tempo, para que ela não pudesse desenvolver critérios claros para julgar as políticas econômicas que estavam em curso.

Todas estas irresponsabilidades e aventuras antiestatistas eram apresentadas como um grande avanço de modernidade do país, que estaria sendo corroído anteriormente por políticas estatizantes e ultrapassadas. Mas o governo Collor demonstrava-se incapaz de dar continuidade a essa política. A volta da inflação, da liquidez e do endividamento interno revela o castelo de areia criado por esses mecanismos de embuste, e tudo começa a ruir. A população começa a sentir que todo esse sacrifício foi inútil e que ela teria que esperar mais alguns anos para poder fazer uma modificação na sua situação política.

É neste contexto que Collor se vê pressionado pelas próprias forças da classe dominante que o elegeram e que começam a perceber o seu debilitamento. Ao perceber os limites de seu poder e de sua independência, começa a refazer o seu ministério estabelecendo um acordo político com o PFL e tentando ganhar também o PSDB. Para este, tratava-se de um acordo difícil, pois teria que mover-se para uma posição de centro-direita ao lado do PFL e sob o comando de Collor. Isto termina por excluir o PSDB do governo Collor, mas o acordo com o PFL voltará a seduzi-lo nas eleições de 1994.

Dessa forma, o PFL volta ao poder sozinho e parecia claro que as forças conservadoras conseguiriam garantir por mais alguns anos o seu controle político do país. Mas a população estava insatisfeita. As próprias forças conservadoras continuavam insatisfeitas com o fato de que o presidente Collor tentava manter uma reserva de apoio político direto na população e tentava manter uma independência política que lhe permitisse sobrepor-se aos setores conservadores que vieram formar o seu gabinete. É assim que continua a pressão sobre Collor para que liquide o resto dos seus amigos dentro do governo (ele tinha criado um governo de amigos na falta de aparelho político) e para que esses amigos diminuíssem a voracidade sobre os cofres públicos. Agora os velhos conservadores voltavam ao poder sem a necessidade desta voracidade (já que seus vínculos com os cofres públicos e suas maneiras de retirar grandes recursos dos mesmos são práticas tradicionais e legalizadas).

A contradição entre o novo gabinete político de Collor e as suas pretensões de manter uma hegemonia pessoal e uma capacidade de ação independente vai levar a uma agudização

das contradições intrínsecas ao seu governo. A população pressente que estas contradições podem ser utilizadas para desarticular ambos grupos no poder. O presidente Collor se vê diante de acusações crescentes e revelações permanentes que vão demonstrando os seus vínculos com o sistema de corrupção criado por ele e por seu principal homem de finanças, o Sr. P.C. Farias. Ao sentir-se ameaçado de um *impeachment*, tenta demonstrar que ainda dispunha de apoio político e de capacidade de mobilização, e conclama as massas para manifestarem-se em seu favor. Ao contrário, o que ocorre é uma grande mobilização de massas contra ele e contra a corrupção, que dá origem aos chamados "cara pintadas", os setores jovens da população que vão às ruas para demonstrar o seu repúdio total a Collor, ao seu governo conservador, ao seu gabinete e a tudo o que ele representa como conservação do sistema político e das forças da ditadura. É assim que, de uma maneira confusa e complexa, vai se encerrar o ciclo da ditadura, com o *impeachment* de Collor e a entrada na Presidência da República do seu vice-presidente, Itamar Franco, que ele havia buscado nos quadros da antiga oposição⁵.

Itamar Franco iniciou sua carreira política como candidato a vereador do antigo PTB e passou ao MDB, quando ele se tornou o único partido de oposição, onde se conservou sempre ao lado das forças de oposição à ditadura. Aí construiu o seu destino político até que, às vésperas das eleições de 1989, encontrava-se sem partido por contingências da vida política de seu Estado, Minas Gerais. Isto o levou a apoiar a candidatura Collor numa fase inicial da mesma. No transcurso da campanha e posteriormente, durante o governo Collor, demonstrou uma discordância crescente com seus métodos e com a sua política no governo que nada tinha a ver com as propostas de sua campanha. Nas vésperas do movimento pelo *impeachment*, já havia deixado o partido de Collor e encontrava-se sem partido.

5. Sobre o fenômeno Collor e a campanha para o seu impedimento (*impeachment*) veja-se meu artigo: "Brazil's Controlled Purge: The Impeachment of Fernando Collor", *NACLA, Report on the Americas*, volume XXVII, n. 3, nov-dez, 1993.

Desta forma, a oposição à ditadura chega pela primeira vez ao governo por um caminho inusitado e confuso, através de Itamar Franco. Ele assume a Presidência da República representando em grande parte o pensamento do antigo MDB e retomando as linhas fundamentais da sua ala centro-esquerda. Quando conflitou com Tancredo Neves, que o levou a abandonar a sua candidatura a governador de Minas Gerais em 1982, Itamar tentava opor-se à fusão entre o MDB e o PP (conservador) que Tancredo liderava. Há, portanto, uma diferença entre o que representaria o governo Tancredo Neves e o que expressa o governo Itamar Franco: ele representa uma fórmula mais de centro-esquerda, que não rompe, contudo, o diálogo com as forças conservadoras. Mas o seu enfoque político se volta para uma oposição ao modelo econômico da ditadura.

O seu ministério, formado em condições de poder muito complexas, foi herdeiro das forças que impulsionaram a campanha pelo *impeachment* de Collor. Elas variam entre algumas expressões dos setores liberais da ditadura, principalmente os setores que romperam com o PDS e vieram a apoiar o processo de abertura política, mas tem uma maioria bastante clara de forças situadas numa posição de centro-esquerda. O complicado é que a centro-esquerda chegou ao poder por uma via transversa, e a esquerda não se sentiu totalmente representada no governo, apesar de sentir-se responsável por ele. Ao mesmo tempo o presidente revelou sua disposição de aproximar-se da esquerda. Daí a difícil posição do PT, que se coloca, a princípio, como um partido de oposição ao governo Itamar, e para o PDT, que só o apóia de fora, dando respaldo a propostas concretas sem compromissos diretos com o governo. A situação se complica quando o governo pede a colaboração individual de membros destes partidos. Vemos assim, no primeiro ministério, um Ministro do Trabalho então ligado ao PT, um Ministro da Justiça ligado ao PDT, o Ministro do Planejamento e o das Relações Exteriores ligados ao PSDB, dando uma conotação política nova ao governo, ao lado de três ministros do Partido Socialista. A representação do PFL era pequena. Mas esta situação se tornou ainda mais complexa quando uma militante de grande expressão do PT, a ex-prefeita de São Paulo, Luísa Erundina, aceitou participar do governo, sendo em consequência “suspensa” pela direção nacional do PT por um ano.

Assim, pela primeira vez desde 1964, chegou ao poder um governo hegemonizado pelas forças de oposição à ditadura militar, ainda que por formas transversas e incorporando a ala liberal da ditadura. Em consequência, é feita a crítica da modernidade de Collor. Fica demonstrado que ele não pretendia ser um governo modernizador, como se dizia, mas era simplesmente uma continuidade da ditadura. A partir daquele momento o país se preparava para colocar em questão o modelo econômico da ditadura e para tentar erguer uma economia baseada realmente nos interesses da maioria da população. Seria possível fazê-lo? O governo Itamar não conseguiu iniciar esse processo de questionamento do modelo econômico na prática. Pelo contrário, depois de muitas tentativas de uma política econômica mais reformista, Itamar cedeu às pressões conservadoras e entregou a Fernando Henrique Cardoso e à sua equipe econômica convertida ao neoliberalismo a condução da política econômica do país. O “Plano Real” retoma as velhas teses do FMI no que diz respeito ao papel do déficit público (esquecendo o papel dos juros da dívida pública em sua criação, que corresponde a cerca de 60% dos gastos públicos) entrecruzando-as com as “teorias da inflação inercial”.

Enquanto isso o país se preparava para as eleições presidenciais em 1994. Estas não eram somente eleições presidenciais. Elas incluíam, além do cargo de presidente, as investiduras de governadores, deputados federais e estaduais e de dois terços do senado. Estas eleições realmente permitiriam passar a limpo o país e que se iniciasse um processo de retomada do desenvolvimento econômico com uma forte conotação social. Elas levavam assim à mobilização das camadas da população interessadas na retomada do crescimento econômico, mas colocavam também a necessidade de medidas que pudessem evitar que a maior parte da população brasileira fosse dizimada por um regime econômico concentrador, marginalizador e dependente. Este regime esteve no poder durante toda a história econômica do Brasil, mas de maneira muito mais criminosa depois do triunfo das forças conservadoras com o golpe de Estado de 1964 e com a imposição, pela força, dos seus interesses sobre o conjunto da população.

O plebiscito estabelecido em abril de 1993 parecia desvirtuar a população destes temas centrais, ao colocar a forma e o

sistema de governo como questões fundamentais. Porém, a maioria do país não aceitou essa temática diversionista. Ela manteve o sistema e a forma de governo atuais que conhece e que resultou de tantos anos de luta contra a ditadura e seus acólitos. Outra articulação de cúpula que também fracassou estrondosamente foi a tentativa de realizar uma reforma constitucional que “tomava carona” no dispositivo constitucional que permitia uma reforma no caso de mudança da forma de governo. A oposição das organizações sociais (OAB, Igreja, ABI, CUT, etc.) e a obstrução da esquerda no parlamento (PDT e PT) inviabilizaram este novo “golpismo parlamentar”.

O aumento da experiência democrática e eleitoral obriga também as forças de direita a definirem mais claramente seu perfil diante da população. Estimulado pela sua eleição como prefeito de São Paulo, Paulo Maluf tentou criar um partido de direita forte que se apresentasse às eleições de 1994 com sua verdadeira cara. Nada melhor para o avanço democrático do país que a direita apresentar-se abertamente no processo eleitoral. Sua derrota foi definitiva nas eleições de outubro de 1994. Ao contrário do que se tenta insidiosamente apresentar como verdade histórica oficial, a esquerda sempre lutou pela democracia e pelo respeito aos processos eleitorais no Brasil (e na maior parte do planeta). Ao contrário, a direita e até os liberais contestam permanentemente o processo eleitoral e as liberdades democráticas. Basta, para isso, rememorar a história do golpismo latino-americano e brasileiro em particular. Este livro esclarece muitos desses fatos no Brasil e os coloca numa perspectiva às vezes oposta àquela que vem se impondo ao povo brasileiro, servindo-se da censura e da desinformação criadas nos anos de ditadura.

Nos próximos anos o povo brasileiro deverá reviver, na prática, essas verdades fundamentais. A democracia é o principal instrumento com que contam as maiorias para deter o poder concentrado nas mãos de uma classe dominante e de uma elite política, intelectual e administrativa que se beneficiam de um modelo econômico centrado na exportação, dentro de uma divisão internacional do trabalho na qual ocupamos um papel subalterno e explorado. Modelo que se baseia em altos níveis de concentração econômica, exploração social, exclusão e

marginalização. Através dessa concentração e exclusão, aquelas minorias desfrutam de altos padrões de consumo, confundidos com a modernidade, a cultura e a inteligência. Portanto, se alguém se opõe à democratização do país, são estas minorias que se vêem obrigadas a investir mais e mais na ocultação de seus interesses, diante de uma cidadania cada vez mais ávida de participação. Ao bloquear a distribuição da renda e as reformas sociais que ela pressupõe, aumentam a miséria e a exclusão social e propõem uma crescente intervenção policial e assistencial do Estado para reprimir os efeitos da miséria e da insegurança social que geraram. O resto da população vacila entre o caminho da repressão à criminalidade resultante do crescente apartheid social e a realização de efetivas reformas sociais.

O quadro eleitoral que se desenhou em 1994 refletiu esta perplexidade que tomou conta de várias camadas sociais do país. Enquanto um vasto setor dos trabalhadores assalariados e dos pequenos e médios proprietários, particularmente os técnicos e profissionais (ávidos de desenvolvimento econômico e de uma importante distribuição de renda) tendiam a dar um voto de rebeldia contra o estado de coisas, apoiando uma candidatura mais à esquerda, uma outra facção extremamente importante destes mesmos setores temia sobretudo uma radicalização. Para aquietar estes setores, o principal candidato da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, anunciou sua disposição de realizar um governo de centro-esquerda com a participação das principais correntes de oposição à ditadura (O PMDB, o PSDB, o PDT). Tarde demais, pois as candidaturas de todos estes partidos já estavam na rua e a direita, diante da possibilidade de uma vitória de centro-esquerda, fecha fileiras em torno do candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que liderava neste momento a política econômica conservadora a que se conformara o governo Itamar Franco. Com o apoio do PFL, despreendimento liberal da ditadura militar, e do PTB, agrupamento amorfo de forças políticas, liderado por um influente banqueiro paranaense, Fernando Henrique Cardoso viu-se colocado numa posição politicamente delicada, mas eleitoralmente muito vantajosa do anti-Lula, capitalizando assim os votos da direita em geral e dos setores médios temerosos

de um governo liberado por um torneiro mecânico de origem extremamente humilde e sustentado basicamente no Partido dos Trabalhadores e outros setores de esquerda. Além disso, Cardoso se beneficiava do impacto das medidas antiinflacionárias que liderou como Ministro da Fazenda e cujos efeitos mais favoráveis se concentraram exatamente no período pré-eleitoral. Esta aliança de centro-direita mostrou-se assim avassaladora: ela recolhia em parte os desejos de grande parcela da população de apoiar uma nova liderança, originada nos quadros de oposição à ditadura e de tradição de esquerda, e de outro lado aparecia como a única forma de conter uma saída radical que poderia 'incendiar' o país. O êxito da política antiinflacionária, ajudada por um enorme aparato publicitário apoiado pelo governo e pelas forças conservadoras do país, terminou por consagrar esta fórmula de centro-direita.

Mas o quadro eleitoral e seu avassalador resultado a favor de Fernando Henrique Cardoso, já vitorioso no primeiro turno, com maioria absoluta contra seis outros candidatos, não deve iludir-nos. Na verdade, o país apóia majoritariamente uma fórmula de centro-esquerda que Lula era muito radical para liderar. Na verdade, Fernando Henrique Cardoso tende a expressar mais corretamente esta proposta, que detém claramente o apoio majoritário da população, já que ela representa boa parte dos votos que preferiram Cardoso, apesar de sua aliança com o PFL, e não por causa dela. Este descompasso entre o quadro eleitoral e a real preferência política da maioria da população deverá se manifestar no decorrer do governo Cardoso, podendo conduzir a reformas ministeriais e mudanças significativas de políticas.

Na verdade, o governo Fernando Henrique Cardoso se inicia sob um signo extremamente positivo. A economia do país se encontra claramente numa conjuntura de recuperação: a existência de uma grande liquidez, formada no período de estagnação e juros altos, que criou uma enorme poupança pronta para invertir, assegura um período de investimento significativo. Esta poupança é ampliada pela existência de uma enorme reserva em divisas, acumulada pelo país com a suspensão do pagamento da dívida externa, enquanto persistiam enormes *superavits* comerciais, e acrescida ainda mais pela

entrada de enormes massas de capitais voltados para a especulação com os juros altos e a conjuntura de alta. A conjuntura faz-se ainda mais favorável quando se inicia um longo período de recuperação da economia mundial, uma nova fase, do ciclo longo de Kondratiev que se inicia em 1994. Ela abrirá um período extremamente favorável para as exportações brasileiras e para o comércio internacional em geral.

O perigo reside, contudo, nesta conjuntura favorável. A nova onda de crescimento da economia mundial deverá basear-se num novo paradigma tecnológico que reduzirá (e já está reduzindo) drasticamente o emprego nos setores diretamente produtivos, particularmente na indústria e nos serviços repetitivos e não criativos. Somente a educação, a pesquisa, o lazer, a cultura, a informação, a gestão e o planejamento da produção e vendas, assim como o sistema financeiro e os serviços em geral, constituirão importantes fontes de geração de emprego. Se o Brasil continuar a desenvolver-se dentro de uma nova divisão internacional do trabalho (que reserva estas atividades criadoras aos países centrais e a produção industrial – baseada nas invenções e inovações produzidas nos países centrais – aos países dependentes e subdesenvolvidos), com o nome que queiram chamar a esta situação subordinada, não se pode esperar uma profunda transformação de sua condição atual. As massas de desempregados, analfabetos e famintos deverão ampliar-se, enquanto amplia a riqueza e a falsa modernização do país. Este mesmo fenômeno ocorreu no final do século passado quando nos tornamos grandes exportadores de café e borracha, produtos em que tínhamos o monopólio quase absoluto. Esta conjuntura favorável permitiu a ascensão de uma nova oligarquia cafeeira, mais moderna e dinâmica, mas nem por isto disposta a permitir uma distribuição da renda no país, particularmente uma reforma agrária que a viabilizasse. O resultado é esta história de frustrações, mesmo quando o país tenha crescido tão significativamente.

Na verdade, os próximos anos devem caracterizar-se por uma intensificação do debate ideológico e político, particularmente sobre o verdadeiro conteúdo do conceito de democracia, do desenvolvimento econômico e da questão social, da soberania nacional diante da globalização da economia mundial e

de nossa articulação com a mesma. Uma agenda nem sempre nova mas sempre renovada. Pois a história se faz de ciclos sucessivos. Contudo, cada ciclo inicia uma fase superior da história humana, onde a memória ocupa um papel fundamental. É ela que seleciona e articula as experiências acumuladas pelas várias classes e grupos sociais. A capacidade de acumular estas experiências e de fazer sua própria história é uma das condições fundamentais de eficácia na ação e na transformação da realidade⁶.

6. Sobre as características do governo Cardoso, veja-se meu artigo: Fernando Henrique Cardoso e a teoria da dependência. *Política e Administração*, Revista da FESP (Fundação Escola de Serviço Público, RJ), volume 2, n. 4, Rio de Janeiro, 1994.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALARCON, Rodrigo (1870). *Brasil: repressão e tortura*. Orbe, Santiago.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de (1981). *Pequena história da formação social brasileira*. Graal, Rio de Janeiro.
- AMARAL, Azevedo (1938). *O Estado autoritário e a realidade nacional*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- BASTOS Abguar (1946). *Prestes e a revolução social*. Calvino, Rio de Janeiro.
- BAER, Werner (1966). *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. (Em inglês: (1965) *Industrialization and Economic Development in Brazil*. Inc., Homewood.)
- BAMBIRRA, Vania (1973). *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Siglo XXI, México.
- BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A.G. (1993). *Brasil: uma nova potência regional na economia do mundo*. Brasiliense, São Paulo.
- BEIGUELMAN, Paula (1976). *Formação política do Brasil*, 2^a edição revista. Pioneira, São Paulo.
- BELO, José Maria (1959). *História da República (1889-1954)*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- BELLUZZO, Luiz G. de Mello e BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira (orgs.) (1992). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Paz e Terra, São Paulo.
- BOSI, Alfredo (1992). *Dialética da colonização*. Companhia das Letras, São Paulo.
- BOXER, C.R. (1962). *The Golden Age of Brasil, 1695-1750*. University of California Press. Berkeley, Los Angeles.
- BRASIL (1930-1945). *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Importante documentação empírica e teórica sobre o período do Estado Novo*. Projeto Brasil Nunca Mais (1986). *Brasil Nunca Mais, um relato para a História*. Vozes, Petrópolis.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (1936). *Raízes do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro.

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio – diretor – (1960-1971). *História geral da civilização brasileira: Época Colonial e Brasil Monárquico*, 7 volumes. Difel, São Paulo.
- CARDOSO, Fernando H. (1964). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Difel, São Paulo.
- e FALETTI, Enzo (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Siglo XXI, México.
- CARONE, Edgard (1965). *Revolução do Brasil contemporâneo*. DESA, São Paulo.
- . (1969). *A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)*. Difel, São Paulo.
- . (1970-71). *A República Velha*, vols. I e II. Difel, São Paulo.
- . (1974). *A República Nova (1930-1937)*. Difel, São Paulo.
- . (1975). *O Tenentismo*. Difel, São Paulo.
- . (1976 A). *A Terceira República (1937-1945)*. Difel, São Paulo.
- . (1976 B). *O Estado Novo*. Difel, São Paulo.
- . (1979). *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. Difel, São Paulo.
- CASTRO, Antonio Barros de e SOUZA, Francisco E. Pires de (1985). *A economia brasileira em marcha forçada*. Paz e Terra, São Paulo.
- CASTRO, Josué de (1957). *Geografia da fome*, 5^a edição revista. Brasiliense, São Paulo.
- CHILCOTE, Ronald H. (1974). *The Brazilian Communist Party: Conflict and integration, 1922-1972*. Oxford University Press. Nova Iorque.
- COHN, Gabriel (1969). *Petróleo e nacionalismo*. Difel, São Paulo.
- CRUZ COSTA, João (1956). *Contribuição ao estudo das idéias no Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- DA CUNHA, Euclides (1946). *Os sertões*, várias edições. Tradução norte-americana: *Rebellion in the Blacklands, 1944*.
- DEBRAY, Regis (1967). *Revolução na Revolução*. Ponto Final, Santiago.
- DO COUTO E SILVA, Golbery (1966). *Geopolítica do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- DOS SANTOS, Theotonio (1971) e (1978). *Socialismo o Facismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. PLA, Santiago. Edição revisada, Edicol, México. Este livro reúne dois livros anteriores publicados no Chile em 1968 e 1969.

- . (1974). *Brasil: Origins of a Crisis*, pág. 415-490. In: Ronald Chilcote e Joel C. Edelstein (editores). *Latin America: The Struggle with Dependency and Beyond*. Schenkman, Cambridge.
- e BAMBIRRA, Vânia (1977). *Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura, 50 años de crisis social*. In: Pablo González Casanova (coordenador). *América Latina: História de medio siglo, vol. 1: América del Sur*. Siglo XXI, México (Edição brasileira pela UnB, Brasília, em 1988).
- . (1978 A). *Brasil: La evolución histórica y la crisis del Milagro Económico*. Editorial Nuevo Imagem, México.
- . (1978 B). *Imperialismo y dependencia*. Era, México.
- . et alii (1979). *Brasil: crisis política y transición democrática*. Cuadernos de Coyuntura. SEPLA, México.
- . (1986). *O caminho brasileiro para o socialismo*. Vozes, Petrópolis.
- . (1987). *La crisis internacional del capitalismo y los nuevos modelos de desarrollo*. Contrapunto, Buenos Aires.
- . (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Vozes, Petrópolis.
- . (1983). *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentado*. Vozes, Petrópolis.
- DREIFUSS, René Armand (1981). *1964: A conquista do Estado*. Vozes, Petrópolis.
- . (1987). *A Internacional Capitalista: Estratégias e táticas do empresariado internacional – 1918-1986*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro.
- . (1989). *O jogo da direita*. Vozes, Petrópolis.
- EINAUDI, Luigi e STEPHAN III, Alfred (1971). *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil*, The Rand Corporation, Santa Mônica.
- FAORO, Raimundo (1958). *Os donos do poder*. Globo, Rio de Janeiro.
- FAUSTO, Boris – diretor – (1981). *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*, 3 volumes. Difel, São Paulo.
- FERNANDES, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro.
- FLEISCHER, David (org.) (1988). *Da distensão à abertura política: as eleições de 1982*. UnB, Brasília.
- FREYRE, Gilberto (1936). *Casa Grande & Senzala*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- . (1951). *Sobrados e mucambos*. José Olympio, Rio de Janeiro.

- . (1959). *Ordem e Progresso*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- FURTADO, Celso (1964). *Formação econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- GUILHERME, Wanderley (1963). *Introdução ao Estudo das contradições sociais no Brasil*. ISEB, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES PASSOS, Alberto (1968). *Quatro séculos de latifúndio. Paz e Terra*, Rio de Janeiro.
- IANNI, Octavio (1963). *Industrialização e desenvolvimento econômico*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- . (1965). *Estado e capitalismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- . et alii (1966). *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- IGLESIAS, Francisco (1993). *Trajetória política do Brasil, 1500-1964*. Companhia das Letras, São Paulo.
- JAGUARIBE, Hélio (1958). *Nacionalismo e desenvolvimento econômico*. ISEB, Rio de Janeiro.
- . (1962). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- JOHNSON, J.J. (1962). *The Military Society in Latin America*. Stanford University Press, Stanford.
- . (1964). *The Role of Military in Underdeveloped Countries*. Princeton University Press.
- LINHARES, Maria Yedda – org. – (1990). *História geral do Brasil*. Campus, Rio de Janeiro.
- LEVI-STRAUSS, Claude (1960). *Tristes Trópicos*. Anhembí, São Paulo.
- LEAL, Vitor Nunes (1948). *Coronelismo, enxada e Voto*, Revista Forense, Rio de Janeiro.
- LOPES, Juarez R. Brandão (1971). *Sociedade industrial no Brasil*. Difel, São Paulo.
- MARINI, Ruy Mauro (1970). *Subdesenvolvimento e revolução*. Síglo XXI, México.
- . (1971 A). A esquerda brasileira e as novas condições de luta de classes. In: *Dez anos de insurreição na América Latina*, organizado por Vania Bambirra, PLA, Santiago.
- . (1971 B). *A dialética da dependência*. CESO, Santiago.
- MARTINS, Luciano (1968). *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Saga, Rio de Janeiro.
- MONIZ BANDEIRA, L.A. (1973). *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

- . (1978). *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-64*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
 - . (1979). *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. Brasiliense, São Paulo.
 - . (1979 B). *Brizola e o trabalhismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
 - . (1989). *Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MOTA, Carlos Guilherme (1978). *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. Ática, São Paulo.
- NEVES, Lucília de Almeida (1981). *CET no Brasil (1961-1964)*. Vega, Belo Horizonte.
- NORMANDO, J.B. (1945). *Evolução econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- . (1935). *Brazil: A Study of Economic Types*.
- O'DONNEL, Guilhermo (1990). *Análise do autoritarismo burocrático*. Paz e Terra, São Paulo.
- OLIVEIRA VIANNA, F.J. (1949). *As instituições políticas brasileiras*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- . (1956). *Evolução do povo brasileiro*. José Olympio, Rio de Janeiro.
- PAIM, Gilberto (1957). *Industrialização e economia natural*. ISEB, Rio de Janeiro.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1945). *Formação do Brasil contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo.
- . (1961) *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Brasiliense, São Paulo.
 - . (1963). *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo.
 - . (1966). *A revolução brasileira*. Brasiliense, São Paulo.
- QUIJANO, Anibal (1971). *Redefinição da dependência*. CESO, Santiago.
- RAMOS, Guerreiro (1961 A). *A redução sociológica*. ISEB, Rio de Janeiro.
- . (1961 B). *A crise do poder no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro.
- RANGEL, Ignácio (1957). *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Livraria Progresso e Editora, Salvador.
- RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araujo (1993). *A fundação do Brasil – Testemunhos 1500-1700*, Vozes, Petrópolis.
- RIBEIRO, Berta (1992). *Amazônia urgente – cinco séculos de história e ecologia*. Itatiaia, Belo Horizonte.

- RODRIGUES, José Honório (1982). *Conciliação e reforma no Brasil*, 2^a edição. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- SANTA ROSA, Virgílio (1933). *O sentido do Tenentismo*. Schimit Editor, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton (1993). *A urbanização brasileira*. Hucitec, São Paulo.
- SILVA, Hélio. *O ciclo de Vargas: I-1922 - Sangue na areia de copacabana* (1964); *1926 - A grande marcha* (1965); *1930 - A revolução traída* (1966); *1930 B - Os tenentes no poder* (1966); *1932 - A Guerra Paulista* (1967); *1933 - A Crise do Tenentismo* (1968); *1934 - A Constituinte* (1969 A); *1935 - A revolta vermelha* (1969 B).
- SIMONSEN, Roberto (1939). *Evolução industrial do Brasil*. Escola Livre de Sociologia, São Paulo.
- . (1937). *História econômica do Brasil, 1500-1820*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- SKIDMORE, Thomas (1967). *Politics in Brazil, 1930-1964*, Oxford University Press, Oxford.
- . (1988). *Brasil: de Castelo a Tancredo* (título original: *The Politics of Military Rule in Brasil 1964-85*). Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1946). *Formação da sociedade brasileira*. José Olympio. Rio de Janeiro.
- . (1962). *Formação histórica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo.
- . (1967). *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- STEPHAN, Alfred (1971). *The Military in Politics, Changing Patterns in Brazil*. Princeton University Press.
- TAVARES, Maria da Conceição (1964). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: *Boletim Econômico da América Latina*, pág. 1-62, Santiago.
- TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José (1971). O Modelo Econômico Brasileiro. In: *Boletim da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais*, Santiago.
- TRIAS, Vivian (1967). *Imperialismo e geopolítica na América Latina*. Edições El Sol, Montevideo.
- U.S.A. (1969). *The Rockefeller Report on the Americas*. Quadrangle, Chicago.
- VIDAL, J.W. Bautista (1987). De Estado servil a nação soberana. Vozes, Petrópolis.
- VIEIRA PINTO, Alvaro (1960). *Consciência e realidade nacional*. ISEB.

democrática; a crise da Nova República: de Tancredo a Fernando Henrique. É uma obra decisiva para o leitor entender melhor o Brasil.

O autor

Theotonio dos Santos é professor titular da Universidade Federal Fluminense. Foi professor-associado (1990-1992) das universidades de Paris VIII e Ritsumeikan, Kioto, Japão. Foi professor das universidades do Chile, Nacional Autônoma do México, Federal de Minas Gerais e católicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foi professor-visitante das Universidades do Norte de Illinois e do Estado de Nova Iorque. Foi diretor de Estudos da Maison des Sciences de l'Homme (Universidade de Paris I) e do Instituto de América Latina da Academia de Ciências da URSS. É autor de vários livros e artigos publicados em 40 países e 16 línguas. Publicou pela Vozes: *Caminho Brasileiro para o Socialismo, Conceito de Classes Sociais, Forças Produtivas e Relações de Produção, Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital, Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo e Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, Democracia e socialismo no capitalismo dependente.*

"
E

ra natural que a população brasileira e a própria maioria da classe dominante aumentasse sua insatisfação e aprofundasse a sua percepção de que esse sistema político era inviável e tinha que ser derrubado. Não foi possível derrubá-lo pela via do voto direto para presidente. Isso em parte pela capacidade de mobilização que ainda restava ao grupo político no poder, mas também pela dificuldade de nossas elites aceitarem uma confrontação maior com o regime e o medo de uma resposta militar desfavorável. Apesar de que, nesse momento, os militares já estavam profundamente divididos e difficilmente se arriscariam a confrontar-se com uma vontade nacional tão claramente manifesta como aquela a favor das eleições diretas".

Capa: Marcus Mattos



VOZES

Uma vida pelo bom livro

ISBN 85.326.1170-2

